



A REVOLTA DOS MARINHEIROS

1910

HÉLIO LEÔNCIO
MARTINS

brasiliانا

volume 384



A REVOLTA DOS MARINHEIROS - 1910

Helio Leoncio Martins

A Revolta dos Marinheiros foi um dos maiores abalos que sofreu a sociedade brasileira. O povo que chegou a chorar de emoção patriótica ao ver entrar à barra o *Minas Gerais* — o maior encouraçado do mundo — acordou subitamente sabendo que aquele objeto do orgulho nacional estava com os canhões voltados para a cidade, ameaçando bombardear o Rio de Janeiro.

A surpresa, o pânico generalizaram-se e a crise se resolveu, afinal, por uma anistia votada a toque de caixa com o apoio da oposição.

O episódio tem sido objeto de vários estudos, nem sempre isentos de paixão. Este que hoje aparece é resultado de uma investigação honesta e profunda nos documentos originais, nos relatórios oficiais e no noticiário da época.

O Vice-almirante da Reserva da Marinha Helio Leoncio Martins nasceu no Rio de Janeiro em 1915 e, apenas formado na Escola Naval, especializou-se em Hidrografia e Navegação. Após cursos de aperfeiçoamento no Brasil e nos Estados Unidos, foi o autor do levantamento hidrográfico da costa de

vários estados brasileiros. Pertence a diversas instituições científicas e é autor de diversos estudos de história naval.

Dirige ou assessora atualmente várias empresas técnicas privadas.

A. J. L.

HELIO LEONCIO MARTINS

O autor, Vice-almirante Reformado Helio Leoncio Martins, nasceu no Rio de Janeiro, em 1915, formou-se na Escola Naval e especializou-se em Hidrografia e Navegação. Nesta especialidade, trabalhou muitos anos no levantamento das cartas marítimas e fluviais brasileiras. Além dessas atividades, fez cursos de aperfeiçoamento no Brasil e nos Estados Unidos e comandou diversos navios, entre eles um caça-submarinos na Segunda Guerra Mundial, tomando parte na Campanha do Atlântico Sul, e foi o primeiro comandante do Navio-Aeródromo *Minas Gerais*, em 1960. É membro do Instituto de Geografia e História Militar, tendo produzido uma série de estudos, livros e conferências relacionados com a História Naval brasileira.

Depois que deixou a Marinha ativa, dirigiu e assessorou empresas privadas e foi Diretor do Instituto de Administração e Gerência da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO GERAL DA MARINHA
COMPANHIA EDITORA NACIONAL

ISBN
85-04-00218-7

A REVOLTA DOS MARINHEIROS
1910

BRASILIANA

Volume 384



Direção de
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Ministro da Marinha

Almirante-de-Esquadra Henrique Saboia

Secretário-Geral da Marinha

Almirante-de-Esquadra Henrique Octávio Aché Pillar

Diretor do Serviço de Documentação Geral da Marinha

Max Justo Guedes

Hélio Leôncio Martins

**A REVOLTA DOS MARINHEIROS
1910**

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO GERAL DA MARINHA
COMPANHIA EDITORA NACIONAL

**Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

M343r Martins, Hélio Leôncio.
 A Revolta dos Marinheiros, 1910 / Hélio Leôncio
 Martins. — São Paulo : Editora Nacional ; (Rio de
 Janeiro) : Serviço de Documentação Geral da Marinha,
 1988.

(Brasiliense ; v. 384)

ISBN 85-04-00218-7

1. Brasil. Marinha — História 2. Brasil — História
— Revolta da Esquadra, 1910 3. Brasil — História naval
I. Título. II. Série.

CDD-981.056
-359.00981

88-1807

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : História naval 359.00981
2. Revolta da Chibata : Brasil : História 981.056
3. Revolta da Esquadra : Brasil : História 981.056
4. Revolta de João Cândido : Brasil : História 981.056
5. Revolta dos Marinheiros, 1910 : Brasil : História 981.056

INTRODUÇÃO

O ano de 1910 aparecia com a perspectiva de se constituir em um marco na vida e na eficiência bélica da Marinha brasileira, substituindo fase que se caracterizou pela estagnação de suas atividades.

Terminada a Guerra do Paraguai, não havendo maiores problemas internacionais a serem considerados, juntamente com as dificuldades financeiras por que passava o Império, e mais a Revolução Industrial que se implantara nas nações adiantadas, que não tivemos capacidade técnica e cultural para acompanhar, de tudo isto resultou a Marinha brasileira atravessar um período de lamentável decadência.

Houve esforços isolados para modificar essa situação, adquirindo-se os Encouraçados *Aquidabã* e *Riachuelo* e criando-se a chamada Esquadra de Evoluções, que pouco durou como organização. Alguns almirantes existiam de grande capacidade intelectual e profissional, como Custódio José de Mello, Saldanha da Gama, Arthur Silveira da Motta (Barão de Jaceguay), Balthazar da Silveira, mas o atraso e a obsolescência da Armada eram sensíveis em todos os aspectos.

A Revolução de 1893, seqüela de outros movimentos políticos menores desde 1891, terminou por cindi-la em dois partidos adversários. Ao mesmo tempo, seu equipamento, por falta de orientação, devido inclusive à confusão provocada pela transição por que os instrumentos da guerra naval passavam, e nossa dependência de

suprimento estrangeiro, compunha-se de um conjunto heterogêneo de navios a vela, mistos ou já metálicos e mecânicos, de proveniências diversas, não obedecendo à Política definida, mal mantidos e operados por guarnições tecnicamente inferiores.

Em 1904, contudo, as exigências da Polícia Internacional seguida pelo Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores, provocaram enérgica reação a tal estado de coisas, permitida por relativa recuperação das finanças do País. O programa de reaparelhamento naval, elaborado pelo Almirante Júlio de Noronha, Ministro da Marinha na época, aprovado no Congresso graças aos esforços do Deputado Laurindo Pitta, e modificado pelo ministro que o sucedeu, Almirante Alexandrino de Alencar, representou completa remodelação de nossas forças do mar, de forma homogênea e obedecendo aos mais modernos ditames da indústria bélico-naval.

Também os resquícios da desunião e dos ódios criados pela Revolução de 93 haviam praticamente desaparecido com a anistia geral de 1895. Não mais se sentia distinção entre legalistas e revolucionários, ao ponto de um destes últimos ter ocupado o ministério até o dia 15 de novembro de 1910.

As unidades da moderna Esquadra, projetadas de acordo com as concepções táticas do tempo, iam chegando todos os meses. Os dois maiores vasos de guerra existentes, semelhantes ao protótipo inglês *Dreadnought*, que caracterizou nova era para a construção bélico-marítima, já se achavam na Baía da Guanabara, juntamente com a quase totalidade dos outros navios destinados a constituir sua cortina de proteção: os velozes *scouts* e *destroyers*, como ainda se chamavam os cruzadores-ligeiros e os contratorpedeiros.

Inesperadamente, este quadro, refletindo otimismo, perspectivas excelentes, rompeu-se com violência: uma revolta de marinheiros eclodiu na noite de 22 de novembro, com o imediato domínio dos dois novos encouraçados, além do antigo *Deodoro* e de um dos *scouts*, o *Bahia*, obrigando a que todas as outras unidades, que não se rebelaram, se afastassem ou fossem abandonadas ante a ameaça dos poderosos canhões dos sublevados.

A estrutura disciplinar, básica em uma organização militar, fendeu-se de alto a baixo. Oficiais foram assassinados, expulsos ou retirados de bordo, e as maiores autoridades do país, desde o Presidente da República e o Ministro da Marinha, intimadas a conceder

modificações no sistema de punições e no regime de trabalho vigentes, sob pena de verem destruída a cidade do Rio de Janeiro.

Ante o pânico que alvoroçou o Congresso e, através da imprensa, a população, concluindo-se pela impossibilidade de haver uma reação que dominasse os rebeldes, em três dias a nação cedeu aos amotinados, sendo apressada uma anistia votada no Senado e na Câmara e sancionada pelo Presidente.

Os oficiais voltaram aos seus navios, naturalmente em clima disciplinar insustentável. Mas lentamente foram as unidades navais sendo desarmadas e afastados os elementos mais radicais. Era um processo que, a longo prazo, modificaria o ambiente de desconfiança, de suspeição, de expectativa de dias piores, que dominava oficiais e guarnições.

Foi quando novo movimento rebelde explodiu, no início de dezembro, este sem apresentar justificativa ou finalidade, no outro *scout*, o *Rio Grande do Sul*, e no Batalhão Naval. Esperavam os amotinados receberem a adesão dos rebeldes de novembro, o que já não era possível nem desejado, à vista do desarme dos navios e do fato de sua principal exigência ter sido atendida: o fim dos castigos corporais.

Sem contar com qualquer apoio, o surto rebelde foi facilmente dominado e deu ensejo a reação violenta contra todos os amotinados, os de novembro e os de dezembro, sem que se atendessem a ditames jurídicos, lamentavelmente com aspectos de desforra.

Na realidade, a Revolta dos Marinheiros, que marcou dolorosamente a evolução definitiva da Marinha da vela para a da máquina, com sangue, degradação, indisciplina, criou, por outro lado, condições para que daí por diante houvesse maior preocupação em se adaptar o elemento humano naval às exigências modernas. Novo tipo de recrutamento, novas escolas, novos sistemas disciplinar e de trabalho, foram formando marinheiros aptos e capazes, moral e tecnicamente, de guarnecer a Marinha que se ia modificando aceleradamente, com o impulso dado por duas guerras mundiais e o tremendo desenvolvimento científico que se verificou a seguir.

Esta fase da vida da Marinha brasileira, de conseqüências tão transcendentais, tem sofrido, ao ser analisada e descrita, uma dupla deformação. Os oficiais, vítimas de agressões físicas, do rompimento brusco da disciplina a que estavam condicionados, de ataques candentes, injustos, desmedidos, oriundos do Congresso e da opinião pública comandada pela imprensa, ao narrarem e comentarem os

fatos ocorridos, ativeram-se principalmente ao que eles representaram de primitivo, de subalterno, de feroz, mantendo sempre atitude defensiva em relação à própria honorabilidade e à da Marinha. Não houve preocupação, e se houve foi muito pouca, de se estudar o que imediatamente teria causado aquela explosão, e se ela teria sido evitável. Não se estenderam a respeito dos possíveis benefícios que, dolorosamente embora, pudessem ter resultado como consequência.

Por outro lado, escritores *de esquerda* utilizaram a sublevação, puramente militar que foi, para transformá-la em um movimento popular. Dispunham de todos os ingredientes necessários: uma causa simpática (o fim dos castigos corporais); um núcleo de pessoas humildes chefiadas, pelo menos nominalmente, por elemento primário, semi-analfabeto (e negro, isto poucos anos depois da Abolição, quando a cor da pele ainda tinha conotações de inferioridade), que se impuseram à Nação, mantendo inegavelmente atitude coerente e firme até obterem o que aspiravam, além da aprovação de seus atos pelo Congresso e pela opinião pública. Um jornalista, Aparício Torelli, ou Aporely, que dirigia semanário humorístico — *A Manhã* — publicou, há muitos anos, em tipo de folhetim de pé-de-página, descrição da revolta de forma insultuosa e falsa, deformando inteiramente os fatos, a fim de colocar todos os oficiais e a direção da Marinha em posição truculenta, ridícula e covarde. Posteriormente, em trabalho mais sério, outro jornalista, Edmar Morel, publicou livro com o sugestivo e apelativo título de *A Revolta da Chibata*, do qual foram tiradas algumas edições e que teve bastante repercussão; é correto em relação à exposição dos fatos como se deram, com base nos elementos de que dispunha, procurando até certo ponto ser imparcial. Dá, entretanto, especial ênfase, por motivos ideológicos, à criação de um herói popular na figura de João Cândido, o que empresta ao livro características panfletárias. Como obra jornalística, também não se preocupou em esmiuçar causas primeiras e longínquas que pudessem ter provocado o movimento, o que traria ensinamentos úteis para se evitar a repetição de fatos semelhantes.

Em janeiro de 1959, o Serviço de Documentação Geral da Marinha convidou o Capitão-de-Mar-e-Guerra Luiz Alves de Oliveira Belo, brilhante historiador naval, para coordenar e escrever a verdadeira história das duas rebeliões de marinheiros, a de novembro e a de dezembro. O Clube Naval, na ocasião, em reunião do Con-

selho de Administração, decidiu formar uma comissão, dirigida pelo mesmo oficial, para analisar e descrever com clareza e veracidade os acontecimentos de 1910.

O Comandante Belo desde logo começou exaustivo trabalho de pesquisa, o qual, segundo informa, além da leitura de documentação disponível, incluiu entrevistas com vinte almirantes, sete comandantes, quatro engenheiros-maquinistas e dois oficiais-auxiliares, todos contemporâneos das duas rebeliões quando se achavam embarcados nos diversos navios da Esquadra.

Com base em informações tão fidedignas, o Comandante Oliveira Belo chegou a elaborar algumas notas, nas quais estuda a personalidade do chefe da rebelião de novembro, marinheiro João Cândido, e traça um esboço das duas rebeliões.

Lamentavelmente, o seu estado de saúde obrigou-o, em outubro de 1960, a enviar carta ao Diretor do Serviço de Documentação Geral da Marinha pedindo que o eximisse da tarefa que lhe fora cometida, por não se sentir mais com forças para escrever “história que para ser exata e confiante deve ser precipuamente verdadeira e incontestável”. E completa a missiva afirmando que “o trabalho precisa ser levado adiante de forma a que se possua a história completa e autêntica das duas rebeliões que constituíram a página mais triste e lamentável da vida pacífica da Marinha Nacional”.(*)

Foram páginas tristes e lamentáveis, não há dúvidas, mas são muitos os ensinamentos que se podem auferir de acontecimentos semelhantes. O Almirantado inglês preocupa-se tanto neste sentido que publicou, em dois volumes, a história de todos os motins verificados em navios da Royal Navy desde 1680 (!), com base nos autos processuais, analisando com profundidade as causas e as consequências de cada um. No prefácio da obra, diz o seu coordenador que se trata de documentos que devem ser estudados cuidadosamente pelos oficiais.

A Revolta dos Marinheiros de 1910 é um episódio da História Naval brasileira que exige tratamento bastante delicado, devido às deformações sofridas e aos debates que tem provocado. Deve, as-

* Na quarta edição do livro de Edmar Morel, este reproduz essas notas considerando-as a versão oficial da Marinha, o que não é real, pois trata-se ainda de trabalho pessoal, preliminar, não consolidado em uma publicação definitiva.

sim, ser analisada em todos os seus aspectos com a máxima isenção e veracidade que permite a relativa carência da documentação oficial, pois muitos relatórios, se os houve, desapareceram dos arquivos. Caso essas desapareições tenham sido intencionais, como se deste modo se fizesse como que os acontecimentos “não tivessem acontecido”, trata-se de erro grave, pois isto na realidade dificulta o estudo aprofundado das causas e conseqüências do movimento, o que talvez seja mais importante para o futuro do que simplesmente conhecer-se os fatos como se passaram. A importância da revolta, seus reflexos na vida da Marinha brasileira, e a projeção que teve, na época, em âmbito nacional e, mesmo, internacional, fazem-na merecer estudo mais atencioso.

GLOSSÁRIO DE TERMOS NAVAIS

(Para auxiliar a compreensão dos leitores leigos de algumas expressões navais que aparecem nesta obra)

A ferros (pôr) — Castigo que consistia em prender os pés e, às vezes, as mãos dos marinheiros em armações de ferro, ligadas a grandes esferas do mesmo metal ou às partes fixas dos compartimentos nos quais eram mantidos os elementos punidos.

Agulha (magnética) — Assim se chama, a bordo, a bússola que, apontando para o Norte magnético, serve de referência para que o navio siga na direção (ou rumo) que deseja. Por analogia, a bússola que utiliza, para apontar o Norte, não o magnetismo terrestre, mas o efeito simultâneo de precessão de um giroscópio suspenso por um fio e a rotação da Terra, denomina-se *agulha giroscópica*, a qual, atualmente, é a utilizada, se bem que não se dispense a instalação das agulhas magnéticas para emergências.

Artilharia raiada — Canhões cujo interior dos canos — a alma, como é chamado — é revestido de raia helicoidais, as quais, atuando sobre um anel de cobre existente na base dos projectis, dão a estes rotação, o que os mantém na trajetória desejada. Os canhões antigos eram de “alma lisa”.

Ataque torpédico — Ataque feito normalmente por grupos de navios especializados (torpedeiras, *destroyers*) que lançam simultaneamente torpedos sobre uma unidade ou um conjunto

de unidades inimigas. Os submarinos fazem ataques torpédicos isoladamente.

Baleeira — Embarcação miúda dispondo de compartimentagem estanque que dificulta seu afundamento, o que a faz própria para ser utilizada em alto-mar. Eram as baleeiras empregadas na pesca das baleias, daí sua denominação.

Barragem (de fogo) — Cortina de projetis disparados por diversos canhões simultaneamente e a mesma distância, de forma que os pontos de impacto formem uma linha reta. Isto evita que o inimigo a atravesse, pois será atingido, mesmo sem ter havido pontaria.

Cabeça-de-combate (dos torpedos) — Extremidade de frente do torpedo na qual se coloca o explosivo. São usadas só em ações reais. As *cabeças-de-exercício* são cheias de água.

Cabrestante — Aparelho de força que serve para içar as âncoras. Pode ser acionado a vapor, eletricidade ou força hidráulica. Foram, outrora, manuais, girados por diversos homens que guarneciam e empurravam as “barras”, que os impeliam.

Calibre (dos canhões) — Diâmetro da “boca” dos tubos, caracterizando o peso, o alcance e a potência dos projetis empregados. Na Revolta de 1910, os navios rebeldes e leais possuíam canhões de 47mm e 57mm (chamados de pequeno calibre), de 101mm, 120mm e 152mm (de médio calibre) e de 240mm e 305mm (de grosso calibre).

Câmara (do Almirante ou do Comandante) — Alojamento do Almirante ou do Comandante a bordo.

Camarote — Correspondem, a bordo, aos quartos de dormir. Utilizados normalmente por oficiais e suboficiais. Atualmente, em alguns navios, sargentos e marinheiros alojam-se também em camarotes, mas não singelos, isto é, para um único ocupante.

Carvoar — Operação de receber carvão, o combustível dos navios antigos.

Capitânia — Navio onde embarca a chefia de uma força naval.

Caturo — Balanço do navio, por ação das ondas, no sentido de

- proa a popa.

Chalana — Pequena embarcação miúda, as mais das vezes de fundo chato.

Chefe-de-máquinas — Encarregado geral das máquinas de um navio, ou o Chefe do Departamento de Máquinas.

Cobertas — Pavimentos inferiores ao convés (ver definição adiante), isto é, “cobertos”.

Cobertas acima — Partes descobertas do navio.

Colocar-se em bateria (os canhões) — Volta dos canhões à sua posição inicial depois do recuo devido ao tiro, trazidos por molas poderosas. Até o início do século XIX, o canhão, com sua carreta, deveria ser colocado em bateria a mão, pelos artilheiros, utilizando-se cabos passando por multiplicadores de força.

Companhia correcional — Instituição criada pelo Decreto n.º 328, promulgado em 12 de abril de 1890, na qual eram incorporados marinheiros sofrendo castigos, inclusive de chibata. Na Marinha, era mais uma classificação dos castigados, sem expressão material e efetiva.

Conegaços — Alcinha por que eram tratados os marinheiros antigos, rudes, que viviam a bordo. O mesmo que *Gorgotas*. Havia certa conotação desta alcinha com a pederastia ativa.

Conteira — Movimento horizontal de qualquer equipamento de bordo, móvel, neste plano. Normalmente aplicado o termo para o movimento dos canhões, torres e holofotes.

Convés — Piso de cima, descoberto, dos navios.

Culatrinha (dos canhões) — Peça onde se localiza o aparelho de disparo dos canhões.

Destroyer — Primeira denominação (inglesa) do tipo de navio que incorporou as *torpedeiras* (que lançavam torpedos) e o *caça-torpedeiras* (que as combatiam). Com a evolução, aumentaram de tamanho e terminaram por se constituírem nos navios ligeiros das forças navais, assumindo uma série de funções de patrulha, escolta, vigilância etc. São chamados hoje no Brasil de *Contratorpedeiros*. Em 1910 ainda eram *destroyers*.

Encouraçado (também chamados outrora de couraçados) — Navios que incorporaram couraças de aço em seus costados para aumentar a proteção e a resistência aos ataques da artilharia inimiga. Os pequenos navios fluviais empregados na Guerra do Paraguai já eram couraçados. Os maiores construídos foram os japoneses da classe *Yamato*, na Segunda Guerra Mundial,

com 60.000 toneladas de deslocamento. No momento, a Marinha norte-americana está revertendo para a ativa seus encouraçados utilizados na guerra.

Escaler — Embarcação miúda, com vários remadores (4 a 12), que servia normalmente de condução para os navios, antes do uso difundido das lanchas a vapor ou a motor.

Escotilha — Abertura no convés dos navios para acesso às cobertas. São fechadas por uma porta estanque, que abre e fecha com dobradiças.

Estribo — Cabo (corda) fino que se estende por baixo das vergas dos mastros (ver definição de verga adiante) nos navios a pano, no qual os homens que trabalhavam nas velas apoiavam os pés.

Ferrar (toldos) — Retirar os toldos de lona do navio, prendendo-os enrolados nos cabos de aço que os sustentam.

Fiel de artilharia — O subalterno que se encarrega dos paíóis de munição e de sobressalentes de artilharia.

Fundear (o navio) — largar a âncora.

Gajeiro — Marinheiro que chefiava a manobra e a conservação de determinado mastro nos navios a vela. Era sempre elemento antigo, conhecendo bem marinharia e bastante desembaraçado.

Girosκόpio (dos torpedos) — Equipamento que serve para manter o torpedo correndo na direção para a qual foi ajustado.

Grande (mastro) — Mastro principal de um navio a vela.

Guarda (a bordo) — Grupo de fuzileiros navais ou marinheiros que, armados de fuzis, fornece os sentinelas necessários nos navios e sua defesa imediata.

Gurupés — Mastro inclinado na proa dos navios a vela, no qual eram fixadas as extremidades das velas de proa.

Inferiores — Ou “oficiais de grau inferior”, como eram chamados no passado os suboficiais e sargentos.

Imediato — Ou oficial imediato ao comandante, segunda autoridade de bordo, que substitui o comandante e tem a seu cargo a administração interna do navio.

Jardim-de-popa — Projeção em forma de varandim que existia na popa dos antigos encouraçados (reminiscência dos navios a vela), como uma continuação da câmara do almirante.

Lais (da verga) — Extremidade das vergas (ver definição de verga adiante).

Leme-a-vapor — Leme comandado a vapor (por meio do servo-motor), sendo a roda do leme apenas o comando das válvulas que dão movimento à máquina do leme para um lado ou para o outro. Hoje, os lemes são acionados de preferência por máquinas elétricas ou hidráulicas.

Linha-d'água — Linha de flutuação dos navios, até onde a água atinge.

Linha de barca — Cabo (corda) fina mas com tecido bem compacto, resistente e flexível. Servia como chibata para os castigos.

Meia-adriça (ou meio-pau) — Diz-se quando a bandeira ou o pavilhão é içada só até a metade do mastro. Simboliza, normalmente, luto.

Quartos de serviço — Divisões de tempo nos quais permanece de serviço um certo grupo de oficiais e praças. Usualmente é de 4 ou 6 horas, havendo um especial de 2 horas.

Regulagem (de torpedos) — Operação de regular giroscópio e prato hidrostático de forma a que possam ser ajustados para que o torpedo corra em determinadas direção e profundidade.

Scout — Denominação original (inglesa) de cruzadores-ligeiros preparados para missões de reconhecimento e apoio com artilharia da ação dos *destroyers* e repulsa aos ataques inimigos deste mesmo tipo de navio.

Sinaleiro — Praça que executa e recebe os sinais visuais em um navio de guerra (com holofotes, luzes e bandeiras).

Suspender — (o navio) — Içar a âncora.

Talha-ao-lais — Expressão que, no tempo da Marinha a vela, significava marinheiro muito dedicado às coisas do mar, grande conhecedor de sua profissão.

Tiragem forçada (das caldeiras) — Aumento da pressão do vapor das caldeiras obtido por meio de compressores, com o que se conseguia maiores velocidades dos navios a vapor.

Tiro de festim — Tiro dado só com pólvora, sem projetil.

Tombadilho — Convés mais elevado existente na popa de alguns navios, como no *Scout Rio Grande do Sul*.

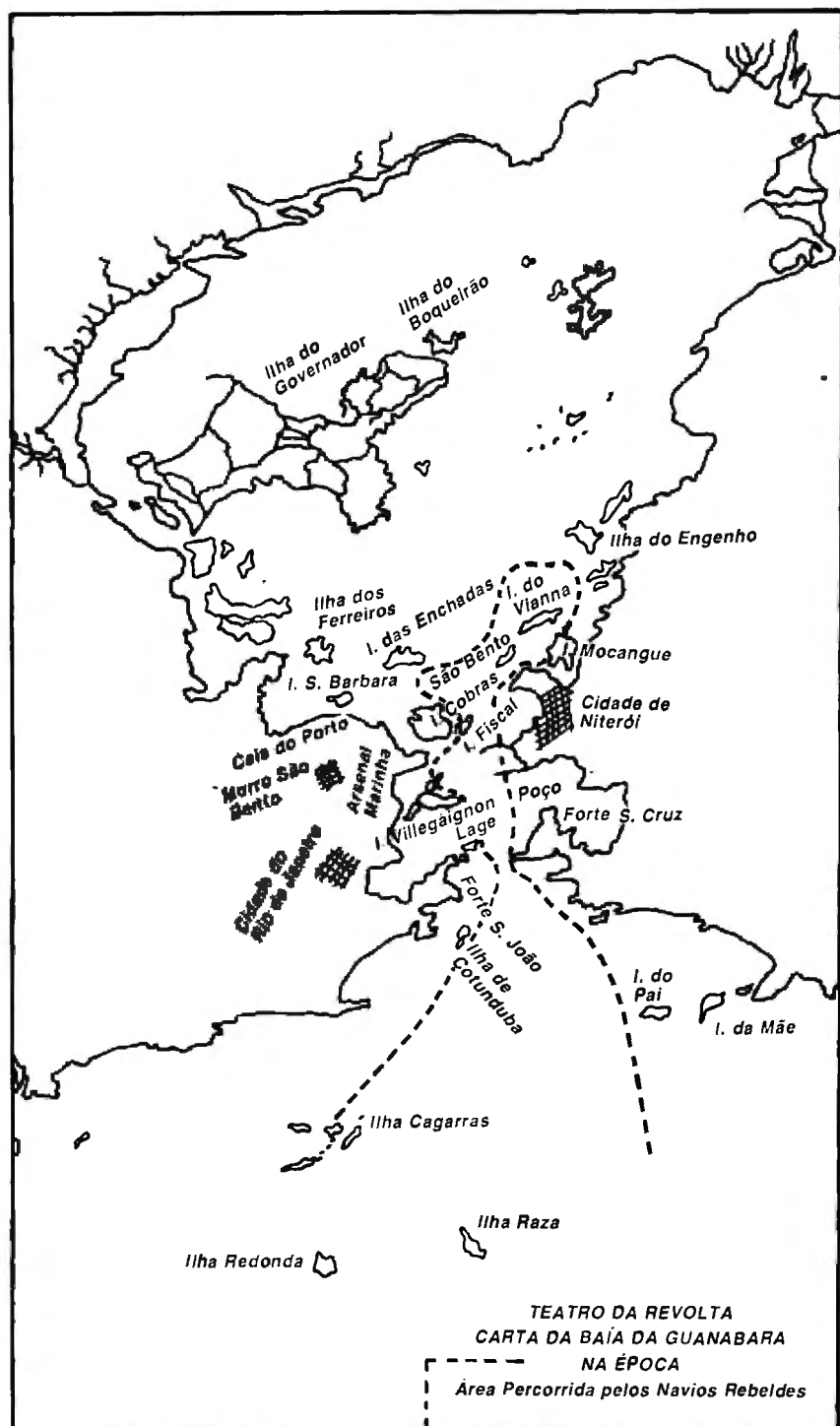
Tope — Extremidade de cima dos mastros.

Torre — Reduto encouraçado onde eram localizados os canhões de grosso calibre, que eram operados de dentro dela.

Traga-vagas — expressão com praticamente a mesma significação de “talha-ao-lais”, usada na Marinha moderna.

Traquete — O mastro mais à proa dos navios a vela.

Verga — Barrote de grande proporções que cruzava os mastros dos navios a vela, nos quais se prendiam os panos chamados “redondos”, que nele eram colhidos quando não usados. Um mesmo mastro tinha diversas vergas a várias alturas. Podiam ser içadas e arriadas e ter o ângulo que fazia com o mastro modificado, conforme a direção do vento (dizia-se “braceadas”).



1.ª PARTE

A REBELIÃO DE NOVEMBRO

OS MOTINS

Na noite de 22 de novembro de 1910, o Marechal Hermes da Fonseca, que assumira a presidência da República havia apenas sete dias, depois de disputadíssimo pleito eleitoral, no qual lutara contra o prestígio intelectual e político do Senador Ruy Barbosa, achava-se em uma recepção na Tijuca, onde se homenageava seu irmão, quando recebeu comunicação do palácio que a Esquadra, ou parte dela, revoltara-se.

Regressou imediatamente para a sede do Governo, já aí encontrando os Ministros da Guerra, da Justiça e da Marinha, este o Almirante Joaquim Batista Marques de Leão, também havia sete dias no Ministério. As notícias iniciais diziam que o movimento envolvia apenas as guarnições, atingindo no momento os Encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo* e o *Scout Bahia*, não se conhecendo ainda o destino dos oficiais das divisões de serviço, que pernoitavam a bordo.

O Contra-Almirante Gavião Pereira Pinto, Comandante da Divisão de Encouraçados, dirigira-se para o capitânia, o *Minas Gerais*, mas sua lancha fora interceptada por outra, que trazia um oficial ferido, sendo obrigado a regressar, porque não teria podido desembarcar.

A primeira manifestação dos rebeldes foi recebida através de um telegrama endereçado ao Ministro da Marinha, via Estação Telegráfica do Morro da Babilônia, no qual diziam ter o movimento

como objetivo acabar com os castigos corporais na Marinha. Ameaçavam, caso não fossem atendidos, o bombardeio da cidade.

Com aprovação do Chefe do Governo, o Ministro respondeu imediatamente aos marinheiros:

“O Ministro da Marinha, em nome do Presidente da República, declara que reclamações, quando justas e baseadas na lei, só podem ser atendidas quando feitas com subordinação e respeito aos poderes constituídos.”

Em novo telegrama, os amotinados insistiram:

“Não queremos a volta da chibata. Isso pedimos ao Presidente da República e ao Ministro da Marinha. Queremos a resposta já e já. Caso não tenhamos, bombardearemos a cidade e os navios não revoltados. Guarnições do *Minas Gerais*, *São Paulo* e *Bahia*.”

Os navios sublevados pertenciam à Esquadra que, mandada construir na Inglaterra, em 1906, recém-chegara ao Brasil. O *Minas Gerais* e o *São Paulo* eram considerados, como seu protótipo, o inglês *Dreadnought*, as belonaves mais modernas e poderosas que existiam. Velozes, com espessas couraças e artilharia principal constituída por 12 canhões de 305mm, distribuídos em seis torres, mais 22 canhões de 120mm e oito de 47mm como armamento secundário. O *Bahia* * era o que se chamava *scout*, um cruzador-ligeiro, próprio para esclarecimento e apoio de artilharia aos ataques torpédicos dos *destroyers* ou, hoje, contratorpedeiros, sendo armado com 10 canhões de 120mm, seis de 47mm e dois tubos lança-torpedos, desenvolvendo a velocidade, alta para a época, de 27 nós.

O *Minas Gerais* largara de Newcastle-on-Tyne, depois de sua prontificação, a 4 de fevereiro de 1910, rumando para Hampton Roads, nos Estados Unidos, de onde partiu escoltando o Encouraçado norte-americano *North Caroline*, que transportava para o Brasil os restos mortais do Embaixador Joaquim Nabuco, falecido naquele país. Chegou ao porto americano após tocar em Plymouth e em São Miguel, nos Açores, a 4 de março. Daí suspendeu a 17, entrando no Rio de Janeiro a 17 de abril.

O *São Paulo*, entregue ao Governo brasileiro, largou de Greenwich, na Inglaterra, a 16 de setembro de 1910, indo a Cherburgo,

* Serão utilizadas neste livro as denominações dos tipos de navios empregadas na época, isto é, *scout* para o que depois se chamou de Cruzador-Ligeiro *Rio Grande do Sul* e *Bahia*, e *destroyers*, os futuros contratorpedeiros (classe Pará).



Vice-Almirante Joaquim Marques Batista de Leão
Ministro da Marinha durante a Revolta dos Marinheiros
n. Estado do Rio de Janeiro a 6-1-1847; GM em 29-11-1865;
2.ºT em 21-1-1867; 1.ºT em 12-4-1868; CT em 9-12-1879;
CF em 8-1-1890; CMG em 21-4-1893; CA em 12-12-1903;
VA em 17-5-1911. Ref. em 24-1-1912; f. a 4-12-1913.

Participou, embarcado no E. Barroso, de toda campanha do
Paraguai, tomando parte no combate contra as chatas arti-
lhadas e torpedos do inimigo, no bombardeio do Forte de
Itapiru e do Passo da Pátria e nas passagens de Curupaiti
e Humaitá.

Louvado e condecorado por bravura. Comandou o Cruzador
Barroso em viagem de circunavegação, encouraçados e Divi-
sões. Ministro da Marinha de 1910 a 1912.



Capitão-de-Mar-e-Guerra João Batista das Neves
Comandante do E. Minas Gerais e assassinado no motim
de novembro.

N. no Estado de Mato Grosso a 28-6-1856; GM em
27-11-1874; 2.ºT em 28-12-1876; 1.ºT em 31-12-1880;
CT em 10-9-1893; CMG em 1-12-1904.

Primeiro comandante do E. Deodoro; designado primeiro
comandante do E. Rio de Janeiro (vendido ainda no esta-
leiro) e primeiro comandante do E. Minas Gerais. Teve
papel saliente na Revolução da Armada em 1893, coman-
dando o Cruzador Andrada e tomando parte no combate
de 16 de abril, quando foi torpedeado o Aquidabã.



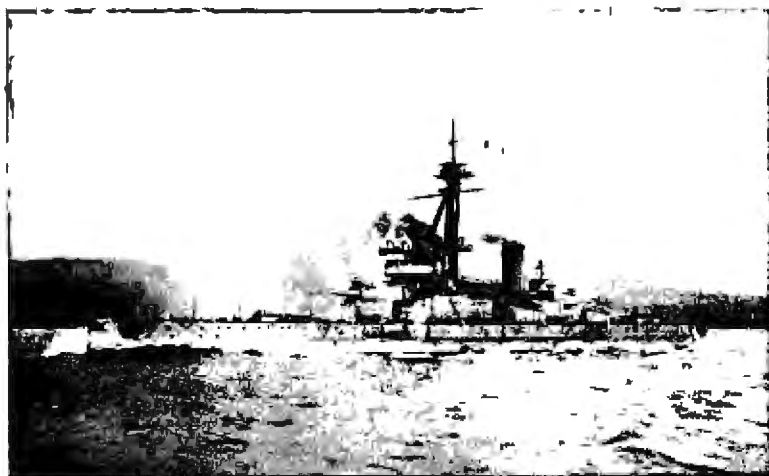
2.º Tenente Alvaro Alberto da Motta e Silva, oficial de serviço no E. Minas Gerais na noite do motim de novembro, primeiro oficial a ser atacado e ferido pelos amotinados.

Sargento Francisco Monteiro de Albuquerque, contra-mestre de serviço no E. Minas Gerais na noite do motim de novembro, morto quando tentava reagir.

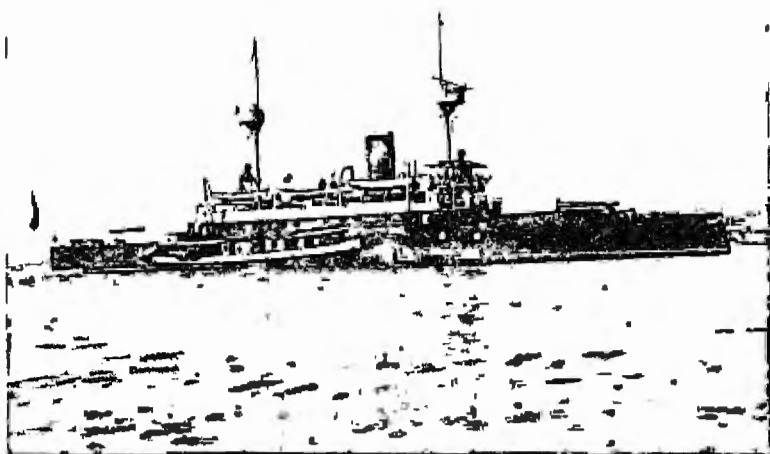




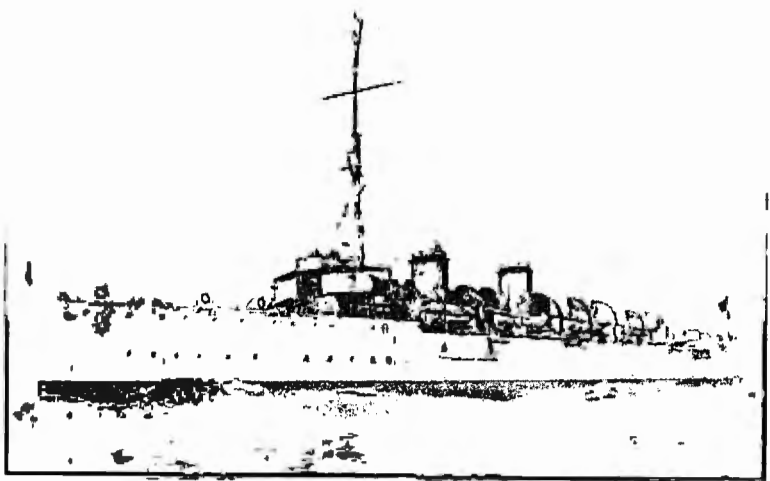
Encouraçado Minas Gerais deixando os estaleiros de Newcastle-on-Tyne onde foi construído, ainda sem o mastro.



Encouraçado São Paulo fazendo provas de máquinas.



Encouraçado Deodoro



Scout Bahia

Rio de Janeiro 22 de Novembro
de 1911

M^{te} e Ex^{ta} Sr. —
Presidente da República Bra-
zileira.

Cumpre-mos, comunicar a
V. Ex^{ta} como chefe da Fração
Brazileira.

Nós Marinheiros, cidadãos Brazi-
leiros e republicanos, não podendo
mais suportar a escravidão na
Marinha Brasileira, a falta
de protecção que a pátria nos
dá, e até então não nos chegou;
rompemos o negro véo, que nos
cobria aos olhos do patriotismo e en-
garado porp.

Atchando-se todos os navios em
nosso poder, tendo ao seu bordo
presoneiros todos os officiaes os
quaes foram sido os causadores da
Marinha Brasileira não ser
grandiosa, porque durante vinte
annos da República ainda não foi
bastante para tratarmos como ci-
dadãos tratados em descepo da
pátria, mandamos esta honrada
mensagem para que V. Ex^{ta}
faça nós Marinheiros Brazi-

Fac-símile do Memorial-ultimatum enviado no dia 23-11 pelos marinheiros
revoltados ao Presidente da República.

Leiros possuímos os direitos sagra-
dos que as leis da República nos
faculta, acabando com os desor-
dens, e nos dando outros gozos que
venham engradecer a Marinha
Brazileira, bem assim como: reti-
rar os officiaes incompetentes e indi-
gosos de servirem a Nação Bra-
zileira, reformar o Código Penal
e vergonhoso, que nos rege, affirm-
de que desapareça a arbitrariedade
e outros castigos semelhantes, pu-
gmentar o soldo pelos ultimos
planos do M^{te} Senador, José Carlos
de Carvalho, educar os Marinheiros
que não têm competencia para
vestirem a orgulhosa farda, man-
dar por em vigor a tabella de servi-
ço fixada, que a acompanhar.

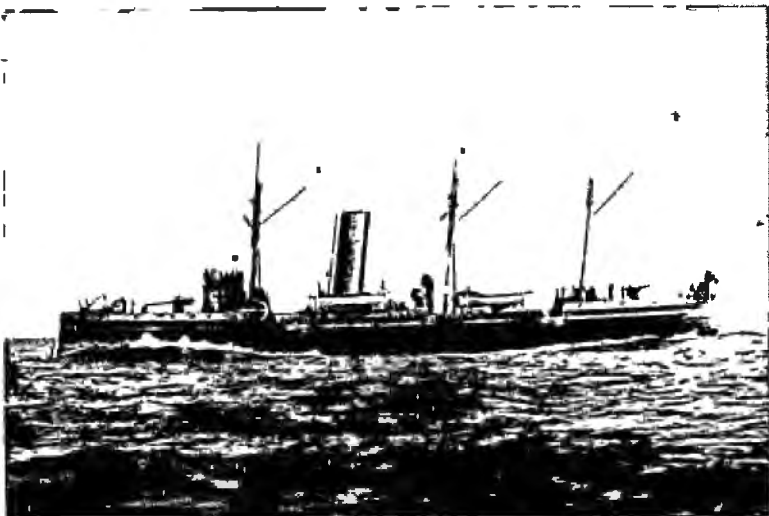
Tem V. Ex^a o prazo de doze (12)
horas para mandar-nos a respos-
ta satisfatoria, sob pena de ver a
patria amiguiada.

Bordo do Encouraçado "S. Pau-
lo" em 22 de Novembro de 1910.

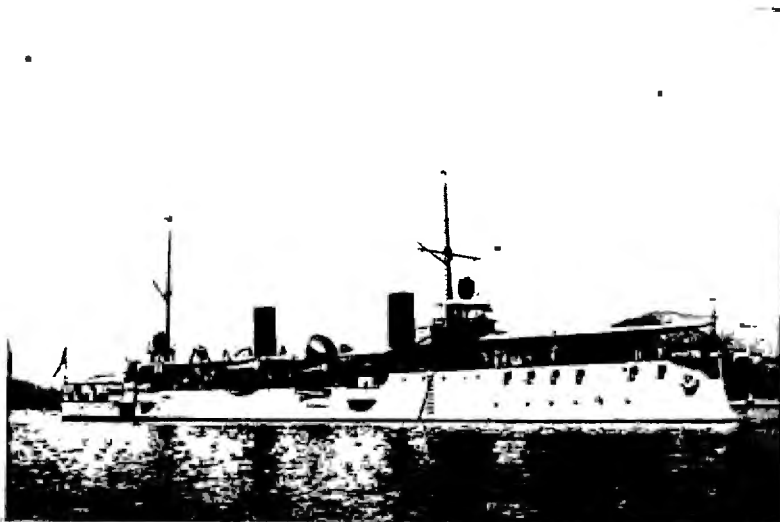
Nota — não poderam ser interrom-
pida a ida e volta do men-
sageiro.

Marinheiros.

Apesar de ser enviado do Minas Gerais, o memorial foi datado do São Paulo e por certas passagens pode-se perceber que foi redigido bem antes do dia 22.



Cruzador *República*, cuja guarnição abandonou o navio para embarcar nos navios rebeldes.



Cruzador-Torpedeiro *Timbira*, cuja guarnição rebelou-se mas se manteve em atitude passiva.

onde embarcou o Presidente eleito, Marechal Hermes da Fonseca, seguindo para o Rio de Janeiro, chegando à Guanabara a 25 de outubro.

O *Bahia*, recebido em Newcastle-on-Tyne a 6 de abril de 1910, largara deste porto a 16, entrando em Lisboa a 20. A 23, suspendeu, passando à vista das Canárias e fundeando em Cabo Verde a 28. A 1.º de maio zarpou para Recife e, deste porto, a 9, para o Rio de Janeiro, onde chegou a 21, depois de arribar em Vitória no dia 20, por avarias nas máquinas.

Aos poucos, pelas notícias que chegavam através dos oficiais e praças que desembarcavam, foi-se tomando conhecimento detalhado da situação, aliás gravíssima e de difícil solução, com assassinatos, alguns de maneira cruel, tiros disparados contra a cidade, a adesão do antigo Encouraçado *Deodoro* à revolta, além de muitos outros navios ostentando a bandeira vermelha, símbolo da rebelião.

De navio a navio, os fatos assim haviam-se passado:

*Encouraçado Minas Gerais*¹

O quarto das 6 à meia-noite corria calmo, sem incidentes, sob a supervisão do oficial de serviço, Segundo-Tenente Álvaro Alberto da Mota e Silva (mais tarde um grande cientista que deu nome à primeira usina nuclear do Brasil). Os outros oficiais da Divisão de Serviço eram os Primeiros-Tenentes Milcíades Portela Ferreira Alves, Mário Lahmayer e Oscar de Castro e Silva. Pernoitava a bordo, tendo chegado já à noite, em condução alugada, o Capitão-Tenente José Cláudio da Silva Junior.

Por volta das 10 horas, atracou ao portaló lancha trazendo o comandante do navio, Capitão-de-Mar-e-Guerra João Batista das Neves que, acompanhado pelo Segundo-Tenente Armando Trompowsky de Almeida, regressava de um jantar que lhe tinha sido oferecido no Cruzador francês *Duguay Trouin*. Foi recebido pelo oficial de serviço, com quem ficou conversando na descida da escada para a câmara, permanecendo o Tenente Álvaro Alberto debruçado sobre a meia-laranja da cobertura da escotilha. O Tenente Trompowsky seguiu para terra na mesma lancha. Após despedir-se com um breve “até amanhã, comandante”, o oficial de serviço, ao voltar-se para a proa, foi inopinadamente atacado a baioneta por um marinheiro semi-embuçado pelo chapéu descido sobre os olhos

(chamava-se Ernesto Roberto dos Santos), sendo ferido no ombro. Sacou da espada (única arma usada pelo pessoal de serviço na época) e, apoiando-se na arma do atacante, procurou revidar o golpe. O agressor, porém, evitou-o, fugindo para vante, indo reunir-se a um grande grupo de marinheiros que, junto à torre baixa de ré (n.º 6), fazia tremenda algazarra, aos gritos de “viva a liberdade” e “abaixo a chibata”.

Ao ouvir o clamor no convés, o Comandante Batista das Neves subiu imediatamente, ainda trajando a casaca com que fora ao jantar no navio francês, portando dois fuzis, um dos quais entregou ao marinheiro Eugênio Alves de Assis Bulhões, que havia sido acordado com uma forte pancada no peito e, com toda a guarnição, correu para a popa, mas, ao invés de se juntar aos amotinados, procurou defender o comandante.

A primeira exclamação de Batista das Neves ao ver o Tenente Álvaro Alberto sangrando foi: “mataram meu filho!” Em seguida, com voz bem alta para ser ouvido, exortou a guarnição a se manter disciplinada. Dizia-lhe que aqueles não eram meios de uma guarnição correta lançar mão para reclamar. Que dissessem o que queriam e ele estaria pronto a atendê-los, desde que se portassem como homens dignos da farda que vestiam. Mas a reação única às suas palavras eram mais gritos de “viva a liberdade” e “abaixo a ginástica”.

Neste ínterim, chegavam ao convés os Tenentes Milcíades Portela, José Cláudio, Lahmayer e Oscar de Castro e Silva* que, já na praça-d’armas, haviam tido contato com o motim, expulsando alguns marinheiros que procuravam retirar dos cabides o armamento portátil. Rodearam o comandante, repelindo os marinheiros que tentavam aproximar-se. Houve ordem para a guarnição formar, que só uns 60 homens obedeceram, com os restantes gritando “não forma, não forma”.

O Tenente Milcíades amparava o Tenente Álvaro Alberto, que lhe disse: “Feriram-me covardemente, acho que vou morrer.” Vendo Milcíades, contudo, o perigo que ameaçava o comandante, deixou o ferido com dois marinheiros e juntou-se aos que o defendiam. Batista das Neves, como o Tenente Álvaro Alberto perdia rapida-

* O Tenente Oscar de Castro e Silva, falecido cedo, era irmão do futuro Almirante José Maria de Castro e Silva, que fez brilhante carreira na Marinha, dando seu nome à Base de Submarinos.

mente as forças, determinou que um escaler fosse arriado e que o Tenente Milcíades o levasse ao navio-de-registro (onde permanecia o médico de serviço da Esquadra). A ordem foi obedecida, Álvaro Alberto foi embarcado. Antes da embarcação largar, um marinheiro ainda tentou impedir que o fizesse, mas, tendo Milcíades apontado o revólver, conteve-se, deixando o escaler afastar-se. Ao chegar ao Encouraçado *São Paulo*, em vias de se rebelar, foi bem recebido, tendo o Segundo-Tenente Antônio Guimarães ido ao navio-de-registro, o Vapor *Andrada*, de onde trouxe o médico que prestou os primeiros socorros ao ferido e o levou para o hospital, sem que os rebeldes interferissem. O Tenente Milcíades, de acordo com as instruções do comandante, seguiu para o Ministério, onde relatou o que se passava no *Minas Gerais*, tendo sido no caminho alvejado por fuzilaria dos outros navios já rebelados.

Neste ínterim, a bordo do encouraçado a luta continuava, sendo os oficiais atacados pelos amotinados que sobre eles lançavam toda espécie de objetos pesados. Uma barra de ferro atingiu o Comandante Batista das Neves, derrubando-o. Os marinheiros avançaram para liquidá-lo, mas ele levantou-se rapidamente e o Tenente Cláudio e o marinheiro Bulhões fizeram os atacantes recuarem. Este último aconselhou o comandante que se abrigasse na câmara, recebendo como resposta que “dali não sairia nem abandonaria o navio”.

Logo chegou a vez de o Tenente Cláudio receber um golpe de baioneta, sendo levado por Bulhões e pelo Grumete Joviniano de Oliveira, ordenança do comandante, para um banco. Um dos rebeldes, o marinheiro Vitorino Nicássio de Oliveira, atirou sobre o grupo, matando o oficial e o grumete. Ernesto Roberto, que ferira o Tenente Álvaro Alberto, apunhalou, deixando-o moribundo, o Sargento Francisco Monteiro de Albuquerque, contramestre de serviço, que tentou reagir.

O golpe final foi desfechado pelo marinheiro João José do Nascimento que, a bala, matou o Comandante Batista das Neves, já antes ferido por diversos objetos pesados que iam lhe sendo arremessados. Vendo que a resistência era impossível, o Tenente Lahmayer determinou aos poucos homens que se mantinham fiéis arriar um escaler no qual os sobreviventes se retirassem. Ao chegar a embarcação ao nível d'água, e devidamente guernecida, uma descarga de fuzilaria liquidou o oficial e alguns marinheiros, ficando à deriva, sendo depois recolhida pelo Vapor *Carlos Gomes*.

O Tenente Castro e Silva procurou defender o comandante, mas, verificando que este estava morto, decidiu seguir no escaler. Não chegando a tempo (escapando assim de ser fuzilado), lançou-se n'água, perseguido por tiros disparados de bordo. Evitando-os, conseguiu esconder-se embaixo do jardim da popa, um varandim que se prolongava para fora da câmara do almirante nos encouraçados. Despistados os agressores, continuou nadando em direção à Ilha das Cobras, sendo recolhido no caminho por um escaler do *Ne Benjamin Constant*.

O marinheiro Bulhões também tentou embarcar, mas teve que fugir dos tiros do matador do Tenente Cláudio e do Grumete Joviniano, Ernesto Roberto, que o caçou pelo navio. Conseguiu esconder-se, assim mantendo-se até o fim da rebelião.²

O cadáver do Comandante Batista das Neves permaneceu no convés, tendo alguns dos amotinados feito um simulacro cômico de ginástica em torno (uma das queixas da marinhagem era em relação à ginástica que o comandante os obrigava a fazer toda manhã, para compensar a relativa imobilidade física da vida de bordo dos navios a máquina, o que não existia nos navios a pano). O marinheiro Nércio do Nascimento vangloriou-se mais tarde de ter dado um tiro na cabeça do corpo inanimado e barbaramente desfigurado do comandante, perguntando-lhe: "Quer um copo d'água, velha?"

O marujo Aristides Pereira, vulgo "Chaminé", foi visto urinando sobre o cadáver.

Depois de o dia clarear, uma lancha civil, a *Santa Leocádia*, foi chamada, e nela embarcaram os cadáveres dos oficiais (Batista das Neves e Luiz Cláudio) e dos marinheiros mortos, para serem levados para terra. Em outra lancha, seguiu o *Memorial* dos revoltosos ao Governo, nos seguintes termos (respeitados estilo e ortografia):

"Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1910.

Ill.º e Exm.º Sr. Presidente da República Brasileira.

"Cumpre-nos comunicar a V. Excia., como chefe da Nação Brasileira:

"Nós marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos, não podendo mais suportar a escravidão na Marinha Brasileira, a falta de

proteção que a Patria nos dá e até então não nos chegou, rompemos o negro veio que nos cobria aos olhos do patriótico e enganado povo.

“Achando-se todos os navios em nosso poder, tendo a seu bordo prezeiros todos os oficiais os quais teem sido os cauzadores da Marinha Brasileira não ser grandioza, porque durante vinte annos de Republica ainda não foi bastante para tratarmos como cidadãos fardados em defesa da patria mandamos esta honrada mensagem para que V. Excia. faça nós Marinheiros Brasileiros possuirmos os direitos sagrados que as leis da Republica nos facilita, acabando com as desordens e nos dando outros gosos que venham engrandecer a Marinha Brasileira, bem assim como: retirar os.officials incompetentes e indignos de servirem a Nação Brasileira, reformar o Código imoral e vergonhoso que nos regem, a fim de que desapareça a chibata, o bolo e outros castigos semelhantes; aumentar nosso soldo pelos últimos planos do Illm.º Senador José Carlos de Carvalho, educar os marinheiros que não teem competencia para vestirem a orgulhoza farda, mandar por em vigor a tabella de serviço diario, que a acompanha.

“Tem V. Excia. o prazo de doze (12) horas para mandar-nos a resposta satisfatoria, sob pena de ver a patria aniquilada.

“Bordo do Encouraçado *São Paulo*, em 22 de novembro de 1910.

“Nota: Não poderá ser interrompida a ida e volta do mensageiro.

Marinheiros.”

A lancha que levava o *Memorial* cruzou no caminho com a que conduzia um emissário do Senador Pinheiro Machado, enviado para contatar os rebeldes, o qual se apossou do documento e fê-lo chegar às mãos das autoridades.

*Encouraçado São Paulo*³

Neste navio, uma comissão de marinheiros, tendo à frente Manuel Gregório do Nascimento, o “comandante” revoltoso, procurou o oficial de serviço, Primeiro-Tenente Salustiano Lessa, declarando-se em estado de rebelião, sendo seu propósito principal acabar

com os castigos corporais na Marinha, não havendo odiosidade para com os oficiais. Pediu-lhes, assim, que se retirassem de bordo, exceto os maquinistas, que seriam necessários para movimentar o encouraçado. Propuseram, mesmo, que se recolhessem ao Cruzador francês *Duguay Trouin*.

O restante da Divisão de Serviço era constituída pelo Capitão-Tenente Torquato Junqueira da Motta Ferraz, Primeiros-Tenentes Américo Sales de Carvalho, Paulo da Rocha Fragoso e Segundo-Tenente Antônio Guimarães. Houve divergências na decisão a ser tomada, mas, por fim, ante a impossibilidade de qualquer reação, os oficiais resolveram ir para terra. Não foram, entretanto, seguidos pelo Tenente Sales de Carvalho que, sub-repticiamente, refugiou-se no paiol de munições da torre que comandava, na esperança de poder, oportunamente, dominar a rebelião. A tensão a que foi levado pela inexecutabilidade de efetivar a reação pretendida, em vista da superioridade absoluta do inimigo, levou-o a se suicidar com um tiro que lhe atingiu o ombro, sendo transportado para terra ainda com vida, vindo posteriormente a falecer.

Scout Bahia ⁴

O “comandante” revoltoso do *Bahia* era o elemento que realmente ideou e planejou o movimento, marinheiro-paioleiro Francisco Dias Martins. O oficial de serviço, Primeiro-Tenente Mário Alves de Souza, que embarcara havia 48 horas e fazia seu primeiro serviço, permitira que o ajudante, ao terminar o quarto, às seis horas, fosse a terra para solucionar um problema pessoal urgente e, assim, estava sozinho a bordo. Ao ouvir algazarra na proa e tiros em outros navios, mandou que a Guarda formasse, não sendo obedecido. Verificando também que havia, no pessoal que se agrupava, marujos armados de fuzis e revólveres, armou-se da mesma forma, portando um revólver, além da espada regulamentar. Insistindo em sua ordem para a Guarda, e continuando a não ser atendido, apon-tou o revólver para o chefe da mesma e, desafiado, atirou, matando-o.

Os restantes amotinados avançaram para a popa. Diz Francisco Dias Martins (se foi realmente o autor), na carta apócrifa incluída no Apêndice I (ver nota 4), que a idéia era intimá-lo a abandonar o navio, e não matá-lo. Mas não contavam com a altivez e a bravura

do oficial, que reagiu e atacou os revoltosos, procurando dominá-los. A guarnição fugia de um bordo para o outro, tentando cansá-lo e que, assim, se rendesse. Mas outro marinheiro foi ferido gravemente e, em revide, sem que a autoridade de Dias Martins pudesse intervir, uma descarga atingiu o oficial com quatro projetis. Ele cambaleou, caiu no convés, bradando, até que a voz lhe faltou: "Bandidos! Miseráveis! Vocês mataram um brasileiro homem! Miseráveis!"⁵

Ao alvorecer, os cadáveres de Mário Alves e do marinheiro foram enviados para terra.

*Encouraçado Deodoro*⁶

O fato mais estranho da revolta passou-se neste navio, pois quem aparentemente deflagrou o movimento... foi um oficial.

Estava de serviço o Primeiro-Tenente Antônio Barbosa Moreira Martins que, ao ouvir, vindos do *Minas Gerais* e do *São Paulo*, os ruídos de tiros de médio calibre, gritos de viva a liberdade e descargas de fuzilaria, decidiu, às duas horas da madrugada, enviar para terra um escaler conduzindo o Segundo-Tenente Maquinista Luiz Borges de Matos para que comunicasse ao Estado-Maior da Armada o que estava se passando, acrescentando que ele se achava só a bordo, dispunha de munição e não tinha confiança na lealdade da guarnição, que agia de maneira suspeita, embora não houvesse ainda nenhuma manifestação sediciosa declarada.

Às quatro horas da manhã, o oficial de serviço avistou de longe o escaler do navio regressando, mas, ao invés de se dirigir para bordo, rumou para o *Bahia* já revoltado, sendo recebido por forte fuzilaria. Retrocedeu então para o *Deodoro*, onde atracou.

Nele vinha não o Tenente-Maquinista, e sim o Primeiro-Tenente do Corpo da Armada João Paiva de Novais, o qual, ainda do patim inferior do portaló, informou que era oficial da guarnição do *Bahia*, mas que, tendo sido repellido em seu navio, vinha "ser hóspede" do *Deodoro*, com o que desembarcou.

O patrão da embarcação comunicou que estava no Cais Faroux aguardando o maquinista quando um civil, que se identificou como oficial, intimou-o a transportá-lo para o *Bahia*, mesmo sendo alertado que o escaler esperava outro oficial, a serviço.

Até a chegada do Tenente Paiva, ainda que alguns marinheiros já houvessem despertado e permanecessem “cobertas acima” * a situação era de calma. Para ter melhor controle sobre a guarnição, o oficial de serviço determinou que todos os homens fossem acordados, concentrando-os no convés.

O Tenente Paiva, apenas alcançou o patim superior do portaló, foi declarando em altas vozes, usando termos impróprios, mostrando-se muito excitado e sendo perfeitamente ouvido pela guarnição, que a Esquadra se revoltara para depor o Governo e que o Tenente Barbosa tinha que tomar uma das duas atitudes: ou içava a bandeira vermelha, aderindo à sublevação ou, guarnecendo as torres do *Deodoro* (e ele se oferecia para encarregar-se de uma delas, ficando a outra sob a direção do oficial de serviço), bombardear o *Bahia*.

Tendo o Tenente Barbosa se recusado a ouvi-lo e a tomar qualquer das duas iniciativas sugeridas, foi invectivado pelo visitante afirmando que, se não tinha coragem, ele, Tenente Paiva, como mais antigo presente, assumiria o comando do navio. E melhor o fez, mandando içar a bandeira vermelha no tope e a Bandeira nacional a meio-pau, como exigiam os navios rebeldes que passavam perto do *Deodoro*, para os quais também acenava entusiasticamente com o chapéu, correspondendo aos gritos que ouvia.

Sem que houvesse ordem para tal, os marinheiros começaram a ferrar os toldos, como preparo do navio para combate. O contra-mestre de serviço tentou dar contra-ordem à manobra, mas o Tenente Paiva confirmou a execução da medida.

Neste momento o oficial de serviço sentia a guarnição excitada e atenta às atitudes do Tenente Paiva, o que lhe deu a impressão ser este um delegado dos revoltosos.

Já amanhecia, quando o fiel da artilharia, de posse das chaves dos paióis de munição, perguntou ao oficial de serviço se deveria mandar guarnecer os canhões, o que lhe foi negado, pois, nesta altura, a confiança que tinha em seu pessoal, principalmente depois da atuação do Tenente Paiva, era nenhuma. Este último ainda mandou que se assinalasse para o *Bahia*, pedindo uma condução para transportá-lo, mas seu pedido ficou sem resposta.

Como dispusessem de pouco carvão e pouca água, o oficial de serviço mandou que a única caldeira acesa fosse apagada, com o que pretendia dificultar a eclosão de um movimento a bordo.

* Expressão que significa as partes expostas do navio.

Sentindo-se sem forças para reagir contra ações subversivas que julgava iminentes, aproveitou-se da sugestão do mestre-d'armas de que seria necessário enviar para terra o escaler de compras, para nele embarcar, levando consigo aqueles que não quizeram participar do motim que se formava. Nenhum obstáculo encontrou de parte dos marinheiros, seguindo com alguns homens para o Arsenal. A última visão que teve do Tenente Paiva, que também não se manifestou em relação à sua saída, foi dele recostado em um banco no convés.

À vista do depoimento prestado pelo Tenente Barbosa no Conselho de Investigação acerca da participação dos anistiados nos motins de dezembro (como adiante veremos), o Presidente do Conselho sugeriu que o Tenente Paiva fosse submetido a Conselho de Guerra, o que foi feito, tendo então sido revelados maiores detalhes dos acontecimentos no *Deodoro*.

Após a retirada do Tenente Barbosa e seus poucos acompanhantes, o clima que, segundo testemunhas, tinha se mantido tenso toda a noite, de semi-revolta, transformou-se em completa adesão à rebelião, tendo assumido o "comando" do navio o Cabo José Araújo, elemento com certeza ligado previamente aos conspiradores.

O Tenente Paiva acabou por se recolher à praça-d'armas, onde ficou dormindo até ser acordado pelos amotinados, que o aconselharam a se retirar de bordo. Ainda tentou negar-se a fazê-lo, mas acabou sendo forçado a embarcar em uma lancha do Cruzador *República* que passava e foi intimada a atracar. Depois, os marinheiros não consentiram que ninguém mais saísse do navio.

No Conselho de Guerra a que o Tenente Paiva Novais respondeu, todas as testemunhas afirmaram que ele estava bastante alcoolizado e era um tanto incoerente em suas intervenções. O acusado confessou que se achava de madrugada no Passeio Público (um dos locais da vida noturna no Rio de Janeiro, na época) quando foi informado por um estudante que a Esquadra havia se revoltado. Decidiu então ir para bordo de seu navio, o *Bahia*, mas, não sendo recebido, seguiu para o *Deodoro*, ao qual pertencia o escaler que encontrou no cais Faroux, e forçou a transportá-lo. Depois, de nada mais se lembrava (?), a não ser que, não tendo sido aceita sua cooperação pelo oficial de serviço, fora dormir na praça-d'armas, onde, acordado pelos marinheiros revoltados, estes forçaram sua ida para terra.

O advogado de defesa aproveitou-se de uma certa confusão nos depoimentos das testemunhas para inocentar seu cliente que, afirmava, apenas curtia em local inconveniente, em momento impróprio, uma bebedeira. Na sentença, o Conselho julgou serem insuficientes as provas de que ele tivesse levado a guarnição a se rebelar, não havendo fundamento para sua condenação, dependendo de apelação ao Superior Tribunal Militar. Também, de qualquer forma, mesmo que sua ação a bordo fosse julgada dolosa, estaria coberta pela anistia concedida pelo Decreto n.º 2280, de 25 de novembro de 1910, pelo que não caberia apurar-se a inocência ou a culpa do acusado, mas sim haver esquecimento completo do crime, se crime houve, sendo extinta a ação a 20 de maio de 1911. Esta decisão foi ratificada pelo Superior Tribunal Militar a 14 de novembro do mesmo ano.

O Primeiro-Tenente João Paiva Novais era guarda-marinha de 1902 e foi um oficial medíocre e relapso. Recebeu punições diversas por não cumprir ordens, desacato ao imediato, faltas ao serviço; fez várias dívidas para com a Fazenda Pública, sendo descontado em seus vencimentos para pagá-las. Mesmo depois da revolta, embarcado no Cruzador-Torpedeiro *Timbira*, sua caderneta registra duas prisões por se ausentar de bordo estando de serviço. Em 1916, teve baixa da Marinha por motivos de saúde, não se especificando de que males sofria.

NAVIOS NÃO REBELADOS

Dos navios de guerra surtos na Baía da Guanabara a 22 de novembro de 1910 — 26 ao todo — rebelaram-se os dois novos Encouraçados, *Minas Gerais* e *São Paulo*, o antigo Encouraçado *Deodoro* e o *Scout Bahia*. As tripulações do Cruzador *República* e do Cruzador-Torpedeiro *Timbira* também aderiram à revolta, tendo a primeira se retirado do navio, embarcando parte no *Deodoro* e parte no *São Paulo*, e a segunda se mantido a bordo, mas em atitude passiva. Os outros navios, exceto os *destroyers*, ante a ameaça que representava o poderio bélico superior dos dois navios capitais rebeldes, tiveram que simular sua participação no movimento, içando a bandeira vermelha que simbolizava a sedição e, a seguir, afastaram-se para áreas seguras ou foram abandonados pelas guarnições, por ordem superior.

Assim desenrolaram-se os acontecimentos em cada um deles.⁷

Encouraçado Floriano

Estava fundeado no “Poço” *. Ao ouvir o ruído dos gritos e tiros no *Minas Gerais* e no *São Paulo*, o oficial de serviço enviou

* Os fundeadouros ocupados pelos navios de guerra na Baía da Guanabara eram, se é que ainda não são, chamados de “Poço”, este localizado logo depois da Ilha de Villegaignon, e “de São Bento”, a noroeste da Ilha das Cobras.

um escaler a este último encouraçado a fim de saber o que se passava. Recebeu a informação de que o *Minas* já se achava rebelado, tendo as autoridades navais sido avisadas. Logo a seguir, sublevaram-se também o *São Paulo* e o *Bahia*, e alguns tiros de pequeno calibre e de armamento portátil ameaçavam atingir o *Floriano*, pelo que foi determinado que os homens, acordados neste meio tempo, se mantivessem abrigados.

A guarnição se conservava disciplinada, sem nenhuma manifestação de rebeldia. Esta atitude permaneceu mesmo quando o *São Paulo*, tendo suspenso, passou a contrabordo, exigindo, em altas vozes, que a marujada do *Floriano* respondesse aos vivas que lhe eram dirigidos, sob pena de ser o navio afundado.

O oficial de serviço mandou que os vivas fossem repetidos e mesmo que se disparasse um tiro de festim com uma das peças de 57mm. Outra exigência dos rebeldes, também obedecida por ordem do oficial, era que a bandeira vermelha fosse içada no tope do mastro e a Bandeira nacional a meia adriça.

Pela manhã, atendendo à determinação do Estado-Maior da Armada, a guarnição, exceto os foguistas, foi desembarcada nos próprios escaleres do navio, permanecendo este com as caldeiras apagadas e a bandeira vermelha içada.

No dia 25, alguns oficiais regressaram para bordo, onde já se encontrava um pelotão de fuzileiros navais. Às 11 horas, chegou o comandante e o navio foi parcialmente reguarnecido para eventualmente poder participar na frustrada reação às unidades rebeldes. Um rebocador do arsenal rebocou-o para junto do cais do porto, onde permaneceu até o fim da revolta.

Cruzador Barroso e Scout Rio Grande do Sul

Ambos achavam-se fundeados no “Poço”. Alertados pelos movimentos rebeldes, as guarnições foram despertadas e as baterias guarnecidas. Não ficaram registrados com detalhes os acontecimentos no *Rio Grande do Sul*, a não ser que a guarnição se manteve obediente e disciplinada e que o navio, ameaçado, içou a bandeira vermelha como um subterfúgio, a fim de evitar ser atingido por tiros que eram disparados sobre as unidades fundeadas no “Poço”. Pela manhã suspendeu, arriando a bandeira vermelha, indo amarrar nas imediações da Ilha dos Ferreiros, na extremidade norte do cais

do porto. Ainda durante a noite, por ordem do Estado-Maior da Armada, recebeu dez foguistas, que passaram do Vapor *Andrada*.

Relativamente ao *Barroso*, conhecem-se maiores detalhes. Na madrugada de 23, o Comandante Amintas José Jorge já se achava a bordo, com o navio pronto para combate e a guarnição com “boa vontade e perfeita disciplina”, segundo as palavras do Livro de Quartos. Às cinco horas da manhã, o *São Paulo* chegou à distância de fala e dele veio a intimação: “Oh do *Barroso*! Iça o sinal da revolução. Joguem esses velhos [os oficiais] n’água!” Não houve a essas exclamações nenhuma reação por parte da guarnição. Em seguida, chegou a vez do *Minas Gerais* que, bem próximo, repetiu as mesmas invectivas, repetidas pela telegrafia sem fio e por sinais visuais. Por fim, um rádio dos rebeldes foi interceptado dizendo: “Encouraçados, botem à pique os navios que não entrarem na revolta.” Então o comandante achou de bom alvitre içar a bandeira vermelha, que foi arriada às 7 horas da manhã, quando o *Barroso* suspendeu, fundeando em São Bento.

O *São Paulo* disparou diversas vezes em sua direção, sem acertos, pelo que decidiu-se mudar novamente de fundeadouro para local mais abrigado, junto à Ilha dos Ferreiros, onde já se achava o *Rio Grande do Sul*. As baterias continuavam prontas e guarnecidas. O Capitão-de-Mar-e-Guerra Belfort Vieira, por ordem verbal do Estado-Maior da Armada, assumiu o comando da Divisão de Cruzadores, constituída pelo *Barroso*, *Rio Grande do Sul* e *Tamoio*. Junto à Ilha dos Ferreiros o navio permaneceu até ser concedida anistia.

Cruzador República

Achava-se atracado à Ilha de Santa Bárbara. Logo que chegou a notícia da revolta, a guarnição, sem violência, guarneceu escaletres, indo 32 homens para o *Deodoro* e o restante para o *São Paulo*.

Os oficiais e inferiores (sargentos e suboficiais) permaneceram a bordo. No dia 29, terminada a revolta, os homens que tinham ido para o *São Paulo* regressaram.

Cruzador Tiradentes

Achava-se amarrado a uma bóia no fundeadouro de “São Bento”. Antes de ser deflagrada a revolta no *Minas Gerais*, um marinheiro,

João Imbraim, insubordinou-se, sendo posto a ferros. Na manhã de 23, por ordem do Estado-Maior da Armada, o navio foi abandonado, sendo a guarnição pacificamente levada para o Quartel Central de Marinheiros.

No dia 29, os oficiais regressaram para bordo. No Termo de Posse, então lavrado, consta que encontraram o navio inteiramente saqueado, camarotes, praça-d'armas e demais compartimentos de habitação arrombados. O casco fazia água, descobrindo-se avarias abaixo da linha d'água, parecendo terem sido causadas por tiros.

Cruzador Tamandaré

Navio-escola de artilharia, incapaz de movimentar-se, atracado à Ilha de Mocanguê. Foi, por ordem superior, sem maiores dificuldades, abandonado no dia 23, regressando a guarnição para bordo no dia 27.

Cruzador-Torpedeiro Tamoio

Estava fundeado junto à Ilha Fiscal. O oficial de serviço percebeu que algo de anormal se passava a bordo dos encouraçados, o que se confirmou quando interceptou um rádio informando-o acerca da sublevação. Mandou arriar um escaler a fim de o comandante ser avisado por portador da gravidade da situação.

Às duas horas e meia do dia 23, ouviu distintamente vozes vindas de um dos navios rebeldes que passava por perto afirmando que o *Tamoio* e o *Floriano* iriam ser abordados, por serem considerados fiéis ao Governo e não estarem respondendo aos telegramas intimando-os a se renderem.

Mandou então que se acendessem as quatro caldeiras a fim de o navio poder se movimentar e afastar-se da posição exposta em que se encontrava. As ameaças continuavam, pedindo o *São Paulo* e o *Minas Gerais* a adesão das guarnições, sem o que seriam bombardeadas. Como as caldeiras ainda não tivessem pressão de vapor suficiente, para ganhar tempo içaram a bandeira vermelha.

Neste meio tempo, a guarnição retirava dos paióis a munição dos canhões e fuzis e praticamente assumia a direção do navio. Simultaneamente, aconselhava que seus superiores se retirassem de

bordo ou se ocultassem, pois dos navios rebeldes pediam que eles fossem fuzilados, como haviam sido os de outros navios. À vista disso, oficiais, inferiores e alguns marinheiros embarcaram na lancha a vapor, indo para Villegagnon, onde se apresentaram ao Comando da Divisão de Cruzadores. Chegando mais tarde ao Arsenal, o comandante e demais oficiais do navio viram-no, governado pelos marinheiros, dirigindo-se para o fundeadouro de São Bento. Resolveram ir para bordo, onde foram recebidos com todas as honras militares. A artilharia estava pronta para fazer fogo com canhões de 100mm e 57mm e as praças mantinham-se no convés, armadas com fuzis.

Como os revoltosos estivessem atirando sobre os navios situados no fundeadouro de "São Bento", o comandante deliberou levar o *Tamoio* para perto do armazém n.º 6 do cais do porto, atracando às 11 horas, conforme ordem do Estado-Maior da Armada.

No dia 24, foram retiradas as culatrinhãs dos canhões e as espirais das metralhadoras e a guarnição, sem nenhuma reação, sob as ordens do imediato e de dois sargentos, seguiu para o Quartel-General do Exército, onde ficou aquartelada. Alguns homens permaneceram a bordo, como vigias, além dos oficiais e dos taifeiros.

No dia 28, o *Tamoio*, guarnecido somente com esses elementos, desatracou e amarrou em bóia junto à Ilha Fiscal. Os homens que haviam permanecido a bordo desembarcaram para o Quartel Central de Marinheiros, de onde vieram outros para substituí-los.

Cruzador-Torpedeiro Tupi

Estava em obras, atracado na Ilha das Enxadas, com guarnição reduzida. Não tomou conhecimento da revolta.

Cruzador-Torpedeiro Timbira

Sobre a atuação deste navio na revolta, as informações são conflitantes. Alguns relatos dizem que ele atirou sobre o Navio-Escola *Primeiro de Março*. No Relatório do Ministro da Marinha, de abril de 1911, este afirma ser o *Timbira* um dos navios que deveria receber as cabeças-de-combate dos torpedos, a fim de tomar parte no projetado ataque aos navios rebeldes.

No seu Livro de Quartos não se encontram lançamentos relativos aos dias de 23 a 28 de novembro. Uma carta do Almirante Heráclito de Oliveira Sampaio, que servia em 1910 no *Timbira*, escrita em 1960, respondendo a quesitos formulados pelo Comandante Luiz de Oliveira Belo, informa que, mesmo não estando a bordo no dia 22, soube que a guarnição imediatamente rebelou-se, sem ter havido reação do oficial de serviço, Primeiro-Tenente S. B. Andrade Pinto, que se retirou em um escaler, cedido pelos revoltosos, para o Arsenal de Marinha.

Nenhuma violência houve, nem o navio foi depredado. Nunca ouviu falar em tiros disparados no *Primeiro de Março*, mas afirma que o *Timbira* navegara com os outros navios revoltados, indo mesmo até fora da barra, o que não é confirmado por nenhuma declaração, nem mesmo dos revoltosos.

Tudo indica que o navio, rebelde, mas sem possibilidade de atuação efetiva na rebelião, tenha se mantido na Ilha do Vianna, nas mãos dos marinheiros. Depois da anistia, foi entregue aos oficiais. Crê o Almirante Heráclito Sampaio, e assim afirma em sua carta, que seu comandante, Capitão-de-Corveta Gentil Paiva Meira, estivesse a bordo, teria reagido e talvez sido morto.

Navio-Escola Benjamin Constant

Estava amarrado ao Arsenal de Marinha. Quando se notou que algo de anormal se passava nos encouraçados e, em seguida, chegou a notícia da sublevação, todos os oficiais e a guarnição foram despertados, armados e municiados, ficando prontos para a reação que se fizesse necessária. Ao mesmo tempo, um mensageiro e um rádio foram enviados ao Batalhão Naval pedindo reforços para defender o navio ou abafar qualquer rebelião a bordo. E prepararam-se para suspender.

Pela madrugada, como acontecia com os outros navios, unidades rebeldes, ao passarem próximo, intimavam a guarnição a aderir à revolta, respondendo aos vivas que lhe eram dirigidos. A fim de evitar um bombardeio que seria um massacre, as aclamações foram respondidas, mas simuladamente, pois a guarnição se mantinha em ordem e disciplinada.

O oficial de serviço, percebendo a impossibilidade de oferecer qualquer resistência, e temendo que o pessoal fosse sacrificado se

um destacamento desembarcasse, determinou o abandono do navio em seus próprios escaleres, um dos quais recolheu o Tenente Oscar de Castro e Silva, do *Minas Gerais*, que foi encontrado nadando.

Navio-Escola Primeiro de Março

Achava-se fundeado em “São Bento”. O oficial de serviço, Segundo-Tenente Sostenes Barbosa, foi alertado pelos gritos ouvidos vindos dos encouraçados. Na madrugada de 23 a sua guarnição já estava despertada, quando o *Minas Gerais* aproximou-se, pairou sob máquinas, e de lá bradaram: “Nós estamos revoltados, prendemos o comandante Neves e três oficiais vão ser fuzilados (havia, na realidade, sido mortos): Qual o marinheiro mais antigo? Que assuma o comando do navio e mande os oficiais e inferiores para terra e os que resistirem sejam fuzilados.” Combinaram um código a ser transmitido por meio de tiros de festim, que foi obedecido. A maneira autoritária com que foram dadas as ordens e as torres conteiradas sobre o *Primeiro de Março* naturalmente alvoroçaram os marinheiros, mas o Tenente Barbosa conseguiu impor calma, mantendo-os disciplinados, prontos a obedecer o que lhes fosse determinado.

Para melhor disfarçar a posição de fidelidade do navio, que não seria capaz de resistir à mínima agressão de parte dos encouraçados, o tenente vestiu-se de marinheiro. As intimidações prosseguiram. Os toldos deviam ser ferrados. Os escaleres não poderiam ser arriados, sob pena de o navio ser afundado, o que fiscalizaram, iluminando-o com os holofotes. Exigiam continuamente vivas à liberdade, e que atirassem sobre a cidade e a Ilha das Cobras, o que cumpriram, mas com munição de salva. Ameaçaram mandar uma lancha a bordo a fim de verificar se havia algum oficial. E a bandeira vermelha deveria ser içada nos topos e a nacional à meia adriça, o que foi feito.

Tais determinações eram reforçadas com alguns tiros de canhões de pequeno calibre, mas sem acertos. Quando foi dada ordem para que 20 homens passassem para o *Deodoro*, dois marinheiros selecionados representaram os papéis de “comandante” e “imediate”

revoltosos (aclamados quando se apresentaram aos rebeldes) os quais explicaram ser impossível atender a essa requisição, pois estavam com pouca gente a bordo. A mesma desculpa serviu para evitar a transferência de maquinistas, também pedidos.

Aproveitando-se do fato de, satisfeitos em suas exigências, terem os encouraçados se afastado, dois mensageiros, escolhidos entre muitos voluntários que se apresentaram, seguiram para terra em uma chalana, para comunicar ao Estado-Maior da Armada o que se passava. Ao mesmo tempo, dois grupos armados, um na proa e outro na popa, permaneciam prontos para reagir contra qualquer lancha rebelde que tentasse abordar o navio.

A chalana regressou com ordem para o Tenente Sostenes desembarcar imediatamente, deixando tudo pronto para ser acompanhado pela guarnição. O armamento portátil foi embarcado em um escaler e a munição lançada n'água. Antes de retirar-se, o oficial reuniu a tripulação no convés, fez outra pregação anti-revolucionária, recomendando que se mantivessem fiéis e calmos. Asseguraram-lhe que poderia ir sossegado e que informasse às autoridades que não havia rebeldes no *Primeiro de Março*. Voluntários apareceram para acompanhar o tenente na chalana, que poderia ser interceptada pelos revoltosos. Mais tarde, a guarnição retirou-se de bordo em seus próprios escaleres, que ainda ajudaram o desembarque do pessoal do *Benjamin Constant*, todos sendo recolhidos ao Quartel Central de Marinheiros.

*Vapor Carlos Gomes **

O navio achava-se fundeado em “São Bento” e o oficial de serviço era o Segundo-Tenente Antonio Augusto Shorcht (futuramente o primeiro almirante-aviador da Marinha). Pouco depois da meia-noite do dia 22, chegou-lhe a notícia da rebelião por intermédio do Tenente Milcíades Portela Alves, que percorria os navios comunicando o que se passava, acrescentando que os rebelados estavam exigindo novas adesões, com ameaça de bombardeio caso fossem negadas.

Imediatamente, o Tenente Shorcht foi à cobertura da guarnição, acompanhado pelo Segundo-Tenente Flávio de Medeiros, acordou

* Os navios-transporte ou auxiliares eram chamados na época de *vapores*.

os marinheiros, falou-lhes sobre a rebelião e perguntou-lhes se podia contar com eles para a defesa do navio, caso fossem abordados. A resposta foi afirmativa e, realmente, todos cumpriram rigorosamente as ordens dadas enquanto permaneceram a bordo.

A guarnição tratava de municiar os canhões, e o *Minas Gerais*, passando próximo, fez as perguntas e recomendações de praxe: “se havia oficiais a bordo e, se os havia, que fossem jogados n’água.” Aos gritos, foi-lhes garantido que todos haviam ido para terra.

A chalana, remada por um grumete, levou o Tenente Medeiros a fim de se comunicar com as autoridades. Em seu regresso, cruzou toda a baía, pois o navio já estava na Ilha do Vianna.

No meio tempo, por um portador, chegou a ordem do Estado-Maior da Armada para que o navio fosse abandonado. Julgando o Tenente Shorcht que a localização atual não era apropriada, decidiu suspender e rumar para zona mais abrigada. A fim de evitar interferência dos rebeldes em seu deslocamento, um marinheiro voluntário, fazendo-se passar pelo “comandante” revoltoso do *Carlos Gomes*, foi ao *Minas Gerais*, pedindo autorização para o navio carvoar na Ilha dos Ferreiros ou na Ilha do Vianna, não só para dispor de combustível para uso próprio como para, em caso de necessidade, abastecer as unidades rebeladas. Com isto, pôde o *Carlos Gomes* seguir para a Ilha do Vianna, onde atracou, sendo a guarnição desembarcada em Niterói. O Tenente Shorcht veio para o Rio de Janeiro utilizando-se de um escaler guarnecido por quatro marinheiros e um sargento, apresentando-se ao Estado-Maior da Armada.

Vapor Andrada

Este navio funcionava como tênder e capitânia da Divisão de *Destroyers* e encontrava-se fundeado em “São Bento”.

Ao serem ouvidos gritos e tiros, um escaler seguiu até o *Destroyer Alagoas*, sendo aí recebida a notícia da sublevação. A guarnição continuou dormindo, sem se manifestar de forma alguma. Às oito horas do dia 23, fundearam próximo o *Barroso* e o *Rio Grande do Sul*, havendo ordem para serem transferidos para este último dez fogueistas, o que se obedeceu sem dificuldades.

Logo em seguida, o fundeadouro foi bombardeado, procurando os revoltosos, aparentemente, atingir o cruzador, o *scout* e os *destroyers*, que aí também se achavam. Nenhum acerto obtiveram, mas

os navios retiraram-se, o cruzador e o *scout* para o cais do porto, seguidos mais tarde pelo *Andrada* (rebocado por uma embarcação do Arsenal de Marinha) e pelos *destroyers* para perto da Ilha do Boqueirão.

Até o dia 28, terminada a rebelião, nada aconteceu digno de nota no navio. Neste dia, dez homens foram mandados para o Cruzador *República*, abandonado pela guarnição, que se juntara aos rebeldes.

Divisão de Destroyers

A Divisão de *Destroyers* era constituída pelo *Alagoas*, *Amazonas*, *Pará*, *Piauhi*, *Rio Grande do Norte*, *Paraíba*, *Santa Catarina* e *Mato Grosso*, tendo como tênder e capitânia o Vapor *Andrada*, e comandada pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra João de Andrade Leite.

Mantinha-se fundeada em "São Bento". Sendo hostilizada na manhã de 23, retirou-se para junto da Ilha do Boqueirão, no fundo da baía.

Os navios preparavam-se para uma reação contra os rebeldes, que não se realizou por motivos que veremos adiante. Dois deles chegaram a fazer um reconhecimento no "Poço", sendo visados por tiros do *Deodoro*, sem obter acertos.

Nestes pequenos navios não se percebeu nenhum movimento subversivo, embora, ao se planejar o ataque aos rebeldes, não se tenha contado com os foguistas, pretendendo-se utilizar pessoal de fogo do Lloyd Brasileiro.

* * *

Em terra, o Batalhão Naval manteve-se disciplinado, sabendo-se contudo que havia muito descontentamento entre suas praças.

Nô Quartel Central do Corpo de Marinheiros Nacionais, na Ilha de Villegagnon, comandado pelo Capitão-de-Fragata Antonio Coutinho Gomes Pereira, um grupo chegou a içar a bandeira vermelha da revolta, mas a ação enérgica do comandante e dos oficiais dominou os poucos homens que tentaram amotinar-se, sendo arriado o sinal da rebelião. Os navios revoltados atiraram algumas vezes sobre a ilha, mas sem causar vítimas ou avarias.

Não se possui documentação que mostre o que pretendiam as autoridades quando determinaram o abandono de diversos navios e

não de outros. Foram decisões tomadas fruto de exame corrente da situação, de acordo com o que se passava, não havendo assim plano ou ordem escrita. Mas tudo indica que a intenção fosse afastar as guarnições das unidades sem valor militar, a fim de evitar novos focos de rebeldia, os quais, ainda que de pouca importância, complicariam os acontecimentos, exigindo atenção em muitas direções diferentes. Evitava-se, também, se se mantivessem a bordo essas tripulações leais, que ações mais efetivas dos navios rebelados provocassem o massacre de elementos sem possibilidade de defesa.

Foram, entretanto, mantidos guarnecidos os navios que poderiam se constituir em fatores de reação, como o Cruzador *Barroso*, o *Scout Rio Grande do Sul* e os *destroyers* (afastando-os apenas do alcance das hostilidades rebeldes, a fim de poupá-los para poderem posteriormente agir).

AÇÃO DOS NAVIOS REBELADOS

Deflagrado o movimento às 22h30min do dia 22 de novembro, já na madrugada de 23 as quatro unidades amotinadas movimentavam-se, varrendo com seus holofotes os outros vasos de guerra surtos no porto e a cidade.

Limitavam-se a desfilar entre os navios posicionados no “Poço” e em “São Bento”, ameaçando-os com seus canhões e intimando-os a aderir à revolta.

Com o clarear do dia — e chegando à população as primeiras notícias da rebelião — a ação dos navios rebeldes foi muito mais de presença do que efetiva. Disparavam tiros esparsos, com canhões de pequeno calibre, sobre o Rio de Janeiro e Niterói, causando poucos danos materiais, alguns feridos e, que se tenha conhecimento, a morte de duas crianças no Morro do Castelo e de uma senhora no Morro do Pinto, esta não confirmada.

Controlavam o movimento das embarcações na baía, mandando parar as barcas de passageiros e atirando sobre lanchas ou escaletes suspeitos.

O Arsenal de Marinha, as Ilhas de Villegagnon e das Cobras e os navios fundeados em “São Bento” foram fustigados por tiroteio mais intenso, mas sem acertos, nunca se soube se intencionalmente ou por fraca pontaria dos atiradores.

O mais potente elemento de intimidação na realidade era a presença daquelas fortalezas movediças, erçadas de canhões, com as torres poderosas girando ameaçadoramente, e rondando por per-

to do litoral citadino. Esta impressão aterrorizante assumia maiores proporções graças à propaganda que precedera e acompanhara a aquisição da nova Esquadra, composta, como se escrevia, dos “navios mais poderosos do mundo”, dos “invencíveis encouraçados”, capazes de “despejar toneladas de projetis explosivos a muitos quilômetros de distância”. O efeito desse noticiário fez-se sentir de forma devastadora, com o pavor que despertava na população, que agora via toda aquela parafernália destruidora virada contra ela. Havia pânico, mas havia também curiosidade entre os que acompanhavam as vagarosas evoluções das quatro unidades rebeldes, ostentando bandeiras vermelhas (que se multiplicavam nos outros navios fundeados), pontilhadas de vez em quando pelas chamas e fumaça dos disparos dos canhões, soando como sentenças de morte para quem os via e ouvia.

Muita gente procurou abandonar a cidade, o que, na época, não era tarefa fácil, principalmente para as classes menos favorecidas. De qualquer modo o movimento para os subúrbios foi grande e os trens para Petrópolis e para o interior seguiam lotados. No dia 25, uma proclamação do Chefe de Polícia (da qual falaremos adiante) procurou evitar esta evasão, a qual também diminuiu à vista da relativa passividade dos rebelados e das notícias da imprensa informando sobre o andamento do processo de anistia. O receio em relação ao que potencialmente ameaçava a população continuou — o que se constituiu em uma das razões de apoio absoluto que foi dado a essa medida.

Os navios pouco mais faziam do que atirar espaçadamente sobre a cidade com canhões de pequeno calibre, pois, não sendo hostilizados, só restava aos sublevados aguardar que o *Memorial* reivindicatório desse os frutos esperados. Logo na manhã do dia 23, o primeiro dia da revolta, um emissário político apressou-se a estabelecer contato com os rebeldes. Ouviu-os com interesse, deu-lhes razão, fez-lhes promessas. Com isto as expectativas de vitória começaram a tomar corpo. Agora, era esperar e não criar situações que perturbassem as simpatias por sua causa, que já no dia 24 começaram a perceber pela leitura dos jornais.

Não se tem notícias precisas do que realmente se passava a bordo dos navios revoltados. Não se confirmam as descrições relativas a neles reinar ambiente de terror, indisciplina, desordem. No *Minas Gerais*, o navio mais violento, o Cabo Pedro de Souza Brasil foi espadeirado nas costas quando escondeu as culatrinhas dos ca-

nhões da torre da qual era chefe. O marinheiro Raymundo Caetano Pereira, vulgo “Bexiga”, ia ser fuzilado por ter gritado, no momento da insurreição, que “se houvesse a bordo dez homens sem medo, como ele, ela teria sido sufocada e não teria acontecido a carnificina dos oficiais”. Indultado por João Cândido, que comutou a pena para prisão solitária, assim permaneceu até que, depois de finda a revolta, os oficiais regressaram.⁸ No *Deodoro* soube-se que taifeiros foram algemados por ser recusarem a entregar as chaves do camarote do imediato.

De uma maneira geral, os trabalhos rotineiros de bordo continuavam normalmente, com os maquinistas fazendo funcionar suas incumbências, os canhões das baterias secundárias guarnecidos, o passadiço com timoneiros e sinaleiros, os telegrafistas se comunicando com os outros navios e com a terra. O emissário político foi recebido com todas as honras militares devidas. Grande número de homens mantinha-se sentado ou deitado nas estruturas e sobre as torres. Tomando conhecimento, através de telegrama sub-reptício enviado pelo telegrafista do *Paraíba* — Scipião Zannotti —, que se preparava um ataque dos *destroyers*, os rebeldes resolveram passar a noite de 23 para 24 fora da barra, o que fizeram sem serem molestados pelas fortalezas, permanecendo navegando a distâncias seguras, por fora das Ilhas Maricás, Redonda e Cagarras.

Regressaram pelas dez horas da manhã primeiro o *Bahia* e o *São Paulo* e depois, o *Minas Gerais* e o *Deodoro*, e continuaram sua ronda, agora menos agressivos, por já terem conhecimento da atitude do Congresso, onde o decreto de anistia era preparado às pressas, e do enorme coro de parlamentares e da imprensa, encarecendo que tudo fosse resolvido rapidamente, com exclamações que entronizavam a justiça das causas por que lutavam os marinheiros, elogiavam a eficiência com que manobravam os navios e agradeciam a bondade mostrada não destruindo a cidade. Tais manifestações mal ocultavam o sentimento de pânico e de terror ante sua invencibilidade, tudo acompanhado por grandes lances de imaginação.

Continuavam os rebeldes entretanto preocupados com a possível reação dos navios que permaneciam guarnecidos e fiéis e que sabiam estar sendo preparada. Não temiam as fortalezas, as quais, sentindo-se impotentes contra um adversário dispondo de canhões de 305mm, que atiravam à queima-roupa, receberam ordem de não os provocar. Dois *destroyers* que se aventuraram a um reco-

nhecimento foram perseguidos pelos tiros do *Deodoro*, os quais, na forma do costume, não tiveram acertos.

Na noite de 24 para 25, novamente os rebeldes procuraram a segurança do alto-mar, onde achavam que os maiores espaços evitariam a surpresa de um ataque torpédico, sendo fora de questão a possibilidade de ser noturno. No regresso, recearam que a barra estivesse minada (houve intenção de fazê-lo), como conta a referida carta apócrifa atribuída a Francisco Dias Martins (Apêndice I), o “comandante” do *Bahia*. Diz ele que se seu navio, o primeiro a cruzar a barra, fosse atingido, a cidade seria impiedosamente bombardeada, em revide ao que considerariam uma traição.

No dia 25, a guerra foi travada nas comunicações. Recebiam os insurretos constantes notícias do andamento do projeto de anistia e das possibilidades de ser o mesmo levado à sanção presidencial. Mas, enquanto o Congresso deliberava, uma Nota do Prefeito, General Bento Ribeiro, e do Chefe de Polícia, distribuída à imprensa, afirmava que não se permitiria o desembarque de marinheiros no litoral, que nenhum radiograma dos rebeldes seria respondido e falava no possível torpedeamento dos navios que não se rendessem.

Imediatamente, chegou um rádio dos revoltosos que dizia:

“Não queremos fazer mal a ninguém, mas não queremos mais a chibata.”

A possibilidade da reação à Nota transformar-se em hostilidades contra a cidade, à vista dos intentos revelados, aumentou o medo reinante. O Chefe de Polícia teve que, na mesma tarde, em Proclamação, desmentir a Nota. Afirmava agora:

“O Governo não tenciona absolutamente iniciar o bombardeio contra os navios revoltados e, pois, não autoriza a afirmação feita em Boletim distribuído esta manhã, pelo qual estaria disposto a fazê-lo e bem assim aconselharia aos habitantes dessa cidade a retirada imediata.

“Esse modo de ver tanto mais se justifica quando é certo que aguarda solução que ao caso procura dar o Congresso Nacional.

“Não existe portanto razões para o desusado pânico que se estabeleceu no seio da população alarmada pela injustificada iminência de acontecimentos graves.

“Tudo faz crer que será evitado o bombardeio da cidade e se normalizará dentro de curto prazo a situação criada pelas guarnições navais revoltadas.”⁹

A esta seguiram-se duas Proclamações dos rebeldes, uma vinda do *Minas Gerais*, dirigida ao Presidente da República, e a outra, do *São Paulo*, tendo como destinatário o Ministro da Marinha.

Dizia a primeira: ¹⁰

“Ao povo e ao Chefe da Nação: Os marinheiros do *Minas Gerais*, do *São Paulo*, do *Bahia*, do *Deodoro* e mais navios de guerra vistos no porto com a bandeira encarnada não têm outro intuito que não seja o de ver abolido das nossas corporações armadas o uso infamante da chibata que avilta o cidadão e abate os caracteres. A resolução de içarem no mastro dos navios a bandeira encarnada e de se revoltarem contra o procedimento de alguns comandantes e oficiais só foi levada a efeito depois de terem reclamado, por vezes insistentemente, contra esses maus tratos, contra o excesso de trabalho a bordo e pela absoluta falta de consideração com que sempre fomos tratados.

“Do Chefe da Nação, o ilustre Marechal Hermes da Fonseca, cujo governo os marinheiros desejam coroado pela paz e pelo enexcedível brilho, só desejam os reclamantes a anistia geral, a abolição completa dos castigos corporais para engrandecimento das nossas classes armadas.

“Os marinheiros lamentam que estes acontecimentos se houvessem dado no começo da presidência de S.^a Excia. o Sr. Marechal Hermes da Fonseca, a quem a guarnição do *São Paulo* é especialmente simpática.

“Ao povo brasileiro, os marinheiros pedem que olhem a sua causa com a simpatia que merece, pois nunca foi seu intuito tentar contra a vida da população laboriosa do Rio de Janeiro.

“Só em última emergência, quando atacados ou de todo perdidos, os marinheiros agirão em sua defesa. Esperam entretanto que o Governo da República se resolva a agir com Humanidade e Justiça.

Os Marinheiros da Armada Brasileira.”

E a segunda, (respeitados estilo e ortografia originais):

“Ao Ministro da Marinha Brasileira: Temos a honra de, com o maior sacrifício, implorar a V. Excia. a Liberdade, pois nada mais nos aflige do que passar pelas decepções que continuamente temos sido alvo e acabar por completo com estas infâmias a que

ninguém nos dá direito, temos a tristeza de escolhermos estes termos tão desastrosos em nosso procedimento.

“Por isto pedimos a V. Excia. a abolir o castigo da chibata e os demais castigos bárbaros pelo direito de nossa liberdade, a fim de que a Marinha Brasileira seja uma Armada de cidadãos e não uma fazenda de escravos que só têm de seus senhores o direito de serem chicoteados.

“Na Marinha Brasileira de ha tempos já andávamos prevenidos para demonstrar que na Marinha atual não eram precisos a chibata nem os castigos violentos de que temos sido vítimas, para sermos bons marinheiros e para isto damos prova de que basta V. Excia. dar um golpe de vista pelas contínuas reclamações que sempre temos feito implorando aos comandantes, ao ministério, e, enfim até as redações dos jornais. Chegamos a rogar-vos que acabasse com esses castigos bárbaros, essas violências e enfim todas essas infâmias que só fazem manchar e desgostar o bom andamento e união da Marinha Brasileira.

“Chegados até o último extremo que a paciência nos levou e, por isso, convencidos que não eramos atendidos, fomos obrigados a mandar uma circular a todos os navios da nossa esquadra, declarando que a Marinha carecia de união e lealdade, a fim de, com um pouco de heroísmo, acharmos de comum acordo obter nossa liberdade e o nosso direito e retirar esta dinastia, sendo que, se possível fosse, resistiríamos até perder a última gota de sangue, mas conquistávamos o nosso bom senso. Esta circular, distribuida ha dias, na nossa Esquadra, tinha por sinal que o primeiro navio que o comandante ou oficial usasse de bárbaros castigos se fizesse revoltoso e contasse com todas as almas reunidas em um só corpo. E, por isso, foi esta a causa do fato que nos levou a este procedimento, logo que soubemos que a bordo do *Minas Gerais* na noite de 21 do corrente era castigado barbaramente um dos nossos companheiros. Tramou-se o deflagrar da revolução e, por isso, somos obrigados a dizer a V. Excia. que a Marinha Brasileira se achava resolvida a aceitar a paz pela seguinte maneira: que o sr. Presidente da República, venha em pessoa, com uma comissão de Senadores e Deputados, a fim que V. Excia. com essa Comissão lavre o termo de paz pela seguinte maneira: por decreto do Sr. Presidente da República ficam abolidos os castigos corporais na Marinha, como também não hajam direitos de oficiais e inferiores maltratarem praças

com palavras agravantes, como por decreto do Sr. Presidente, ficam perdoados todos os marinheiros que fizeram a revolta.

“Confiante na pessoa de V. Excia. a marujada faz-se humilde aos vossos pés, mas não se descuidando, desta data em diante, de andarmos prevenidos para uma outra ocasião, quando forem violados nossos direitos bem como pedimos que nesses direitos o marinheiro tem por fim de proceder com a melhor forma de correção.

“Outrossim a Marinha pede garantia de todos os revoltosos e que nenhum castigo soframos depois de nossa entrega.

“Em nome da Marinha Brasileira, somos de V. Excia. humildes subordinados. Saude e Fraternidade. Os marinheiros revoltados.”

A primeira dessas proclamações nitidamente não foi redigida pelos marinheiros. O escoreito de sua redação não se coaduna nem com a mensagem inicial da revolta, nem com as cartas conhecidas de Francisco Dias Martins. O estilo apurado do documento está muito acima de suas possibilidades literárias, ainda que ele fosse o escriba oficial da revolta, como presidente do Grêmio Literário dos Marinheiros, orador freqüente etc.

A segunda proclamação tem redação primária. Ambas, entretanto, assemelham-se, eivadas que são de humildade, de boas intenções, de confiança na justiça do Governo — que é elogiado e cujo êxito é particularmente desejado na do *Minas Gerais*, a bem escrita — tudo muito próprio para facilitar a concessão da anistia, satisfazendo escrúpulos que ainda existissem.

Pode-se suspeitar da origem e/ou inspiração desses documentos, mormente quando se lê no livro de Edmar Morel, *A Revolta da Chibata*,¹¹ que momentos antes de ser apresentado o projeto de anistia pelo Senador Rui Barbosa, “chegou, transmitida pelo telefone, a notícia de que os revoltosos tinham passado um radiograma ao Presidente da República declarando-se arrependidos do ato praticado, depondo as armas, e confiando na anistia por parte do Congresso Nacional. Este telegrama foi forjado para facilitar a tarefa do Senado Federal, que precisava de uma saída honrosa”.

A exigência contida na segunda proclamação, da presença do Presidente, senadores e deputados para emprestarem veracidade às intenções do Governo não condizia com as atitudes humildes do restante. Há também diversas afirmativas de que já haviam sido pedidas repetidas vezes, pacificamente, as providências que ora exigiam de armas na mão. Não se conhece nenhuma manifestação neste sentido, exceto talvez a carta assinada pela *mão negra* na

comissão ao Chile da Divisão de Cruzadores. Há um detalhe interessante na proclamação do *São Paulo*, que é a explicação do motivo da rebelião ter eclodido no *Minas Gerais* e naquela noite.

Na tarde do dia 25, receberam os rebeldes, através do emissário político, que desde o princípio com eles confabulava, a notícia da concessão da anistia. Decidiram mais uma vez passar a noite fora da barra, descarregando os canhões e preparando um regresso vitorioso para o dia seguinte, quando receberiam a comunicação oficial de sua impunidade pela voz do comandante que haviam pedido que fosse nomeado para o *Minas Gerais*, o Capitão-de-Mar-e-Guerra João Pereira Leite.

TENTATIVA DE REAÇÃO MILITAR

Enquanto o Congresso deliberava, apressado, cheio de susto, procurando meios de se ver livre, o mais rapidamente possível, da ameaça representada pelos navios rebeldes, e as autoridades civis, como o Prefeito do Distrito Federal e o Chefe de Polícia, hesitavam no que fazer, emitindo comunicados antagônicos em breve espaço de tempo, a administração naval estudava a maneira de reagir ao que, em sua concepção militar, tratava-se de uma inaceitável quebra da ordem disciplinar, na qual a organização naval se baseia.

O problema era bastante delicado e de difícil solução. Dispunham os sublevados dos navios mais bem armados que existiam, com 24 canhões de 305mm, 44 de 120mm, além dos de calibres menores e do poderio do *Bahia* e do *Deodoro*. O confinamento do teatro de operações, apertado nos limites estreitos da área da Baía da Guanabara que vai da barra até o Morro de São Bento, fazia com que qualquer duelo de artilharia tivesse lugar à queima-roupa, sem haver necessidade de se resolverem complicados problemas de direção de tiro, trajetórias etc., que estavam além da capacidade dos marujos amotinados. Para os tiros diretos, a curta distância, não é de crer que tivessem problemas. Mesmo os canhões de 305mm, segundo uma testemunha ouvida pelo Comandante Oliveira Belo, poderiam ser carregados e disparados pelos marinheiros, naturalmente sem pontaria acurada, contra a cidade. Aliás, na última noite que passaram as unidades revoltadas fora da barra (de 25 para 26), ouviram-se descargas que foram atribuídas aos canhões de 305mm

sendo disparados, o que preferiram fazer ao invés de descarregá-los pela culatra.

Os únicos elementos de força com que contavam as autoridades navais eram o Cruzador *Barroso*, já antiquado, com artilharia de 152mm e, da nova Esquadra, o *Scout Rio Grande do Sul*, com 10 canhões de 120mm, oito *destroyers* e a Torpedeira *Goyaz*.

Naturalmente, havia entre os oficiais um sentimento muito vivo de que o dever lhes impunha um revide, que se efetivaria com o domínio dos navios sublevados, a sua retomada ou mesmo seu afundamento. Pela manhã do dia 23, muitos oficiais apresentaram-se ao Estado-Maior da Armada, prontos para qualquer missão que lhes fosse atribuída. E aqueles que faziam parte das guarnições dos navios que não haviam sido abandonados, isto é, os aptos para a ação, apressavam-se a seguir para bordo.

O plano inicial de reação, esboçado logo nessa madrugada, incluía ataque torpédico desfechado pela Divisão de *Destroyers*, liderada pelo *Rio Grande do Sul*, ataque esse que deveria contar com o fator surpresa (difícil de conseguir durante o dia) e prevenindo a ineficiência das guarnições revoltadas.

Um dos mais inflamados elementos entre os que preconizavam esta solução era o Capitão-Tenente Roberto de Barros, na época em função muito próxima ao Ministro. No seu entusiasmo, chegou a indicar o oficial que julgava capaz de comandar com sucesso o ataque — o Capitão-de-Fragata Felinto Perry, que se achava na Vila Militar recebendo a marinagem que abandonara os navios e se recolhera àquele estabelecimento do Exército. Foi imediatamente buscá-lo, em trem especial, e apresentou-o ao Ministro.

Além das incertezas que a missão incluía, muitas outras dificuldades antepunham-se também às medidas necessárias para implementá-la. A confiança que as guarnições dos *destroyers* e, mesmo, do *Rio Grande do Sul* inspiravam era relativa. Não se sabia como se comportariam ao receberem ordem para atingir, talvez mortalmente, seus companheiros. Pelo menos havia telegrafistas claramente favoráveis aos amotinados, como se verificou posteriormente, tendo um deles, do *Paraíba*, deixado nome: Scipião Zanotti. Oficiais dispuseram-se, por isso, a guarnecer todos os postos de combate, operando canhões e tubos de torpedos. Mas havia necessidade de se substituírem também os foguistas. O Capitão-Tenente Roberto de Barros procurou o Presidente do Lloyd Brasileiro, Dr. Manoel

Buarque, que assegurou estarem os homens do fogo dos mercantes de sua companhia à disposição da Marinha.

Os *destroyers* refugiados no interior da baía, junto à Ilha do Boqueirão, permaneciam a salvo da artilharia rebelde, mas, pegados desprevenidos pelo motim, não dispunham das cabeças-de-combate dos torpedos, carregadas com explosivo, a única arma que poderia atingir com esperançosos resultados os encouraçados. E o que era pior, não havia no Rio de Janeiro uma organização de Base que facilitasse o suprimento deste material de maneira imediata e fácil. Teve então início uma lamentável corrida contra o tempo e contra as unidades rebeldes para se conseguir embarcar, ao todo, no *scout* e nos *destroyers*, uma dúzia de cabeças-de-combate a serem montadas nos torpedos, nem todos previamente regulados, como deveriam ser.¹²

Ainda na noite de 22, um oficial recebeu ordem para providenciar as cabeças-de-combate. Dirigiu-se ao depósito de munição da Ilha do Boqueirão, mas nada lá encontrou. Soube, por fim, estarem elas depositadas em uma ilhota chamada do Paiol, que ficava junto à Ponta da Armação, em Niterói.

Telegrama ao Comando Geral das Torpedeiras, com sede na Ilha do Mocanguê, determinou que, além de aprestar a Torpedeira Goyaz, retirasse da ilhota e enviasse para os *destroyers* as cabeças-de-combate e demais petrechos necessários para armar os torpedos. Mas não se sabia como transportar este material através da baía, ou providenciar a ida dos *destroyers* para ir apanhá-lo, ante a vigilância armada dos rebeldes, que atacariam tanto a lancha de transporte como os navios. Marcou-se então um ponto de encontro, ao norte da Ilha do Engenho, em local protegido. Mas falharam as comunicações telegráficas. Os recebedores não apareceram e a lancha só foi contatá-los pela manhã no dia 24, depois de uma busca por toda a Baía da Guanabara.

Outro contratempo veio atrasar a prontificação dos futuros atacantes: as cabeças-de-combate retiradas da Ilhota do Paiol, no atropelo da noite, não pertenciam aos torpedos modernos. Durante todo o dia 24 teve lugar nova peregrinação da lancha-transporte, que só ao cair da noite, quando por fim conseguiu evadir-se do cerco dos amotinados, fez a segunda entrega. Assim, levou-se mais de 48 horas, depois de ter sido dada a ordem inicial, para que o *Rio Grande do Sul* e os *destroyers* dispusessem, ao todo, de uma dúzia de torpedos considerados prontos, mas nos quais não haviam

sido regulados os giroscópios e os pratos hidrostáticos, que garantiriam a sua corrida nas direção e profundidade previamente determinadas. Lamentando-o, o Ministro da Marinha comenta em seu relatório com uma frase que é a confissão do despreparo logístico da Marinha da época: “Este reduzido número não poderia ser elevado ao suficiente para o simples municiamento sequer da Divisão de *Destroyers* por motivos que tristes mas poderosas razões me mandam calar.”

Apesar destes contratempos, permanecia firme a decisão ministerial de reagir militarmente à sublevação, pois, quando se deu por pronta a força atacante, expediu o seguinte “memorando-cartabranca”, nas primeiras horas do dia 25: ¹³

“Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1910

O Ministro da Marinha, por intermédio de ordena que o Comando do hostilize com a máxima energia os navios revoltados, metendo-os a pique sem medir sacrifícios. A mínima hesitação (sic) será criminosa.

Joaquim Marques Batista de Leão.”

Complementarmente, sabendo que os rebeldes sairiam a barra na noite de 23, o Ministro concebeu a idéia de minar a entrada do porto para esperá-los em seu regresso. Tal medida, que traria com certeza dificuldades, inclusive internacionais, pois seria neutralizado um porto franco, aberto ao comércio de todas as nações, apresentou também uma impossibilidade técnica: o pouco material de minagem disponível estava armazenado de modo que, para dispor-se de uma mina completa, seria preciso percorrerem-se diversos pontos da baía, distantes entre si até oito milhas. Com todo o esforço feito, só um pequeníssimo número de minas estava disponível entre os dias 23 e 25.

O plano de ataque se foi consolidando na única forma que teria alguma probabilidade de êxito. Os *destroyers* deveriam posicionar-se, na noite de 24 para 25, nas imediações da barra, pelo lado de dentro da baía, e efetuar os ataques torpédicos quando os navios rebeldes, em coluna, (o que impediria o emprego conjunto de artilharia) estivessem cruzando a linha das fortalezas, as quais, coordenadamente, atirariam contra as superestruturas dos navios, criando a máxima confusão entre os defensores.

Só faltava para a efetivação do plano a autorização presidencial, solicitada por uma comissão que, no Palácio do Catete, procurou o Marechal Hermes da Fonseca, liderada por um seu velho companheiro de armas, o Marechal Olimpio da Silveira, e incluindo os Capitães-Tenentes Inácio do Azevedo Amaral e Roberto de Barros, e o Primeiro-Tenente do Exército Bernardo Olimpio da Silveira.

Enquanto tomavam corpo essas providências visando à reação militar à revolta, demoradas pelos motivos citados, outros movimentos em sentido oposto desenvolviam-se, a começar pelo decreto de anistia que, à desfiladã, era decidido no Congresso, mantendo-se os marinheiros cientes de seu adiantamento. E um advogado poderoso, por outros motivos, que não o receio de ver a cidade bombardeada, também pressionava o presidente, a fim de ser evitado o encontro: o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores, que inspirara a construção da nova Esquadra, por desejar dispor de um elemento de força que apoiasse sua política de fronteiras sul-americanas. O Barão foi ao ponto de, por intermédio do Capitão-Tenente Jorge Dodsworth Martins, seu amigo particular, procurar o comandante previsto para a operação, Capitão-de-Fragata Felinto Perry, almoçando ambos na mesa preferida de Rio Branco, no Restaurante Brahma (seu conhecido reduto gastronômico), onde fez um persuasivo apelo para que fosse posta de lado a idéia de tentar pôr a pique os encouraçados. Disse ser melhor para os interesses do país poupar da destruição os navios capitais, mesmo que a disciplina ficasse um pouco arranhada (!) com uma anistia julgada desprimorosa. Na Royal Navy passara-se caso semelhante (referia-se aos movimentos subversivos de Spithead e Nora em 1797) e a História esquecera o recuo humilhante das autoridades inglesas. A nossa Marinha e o Brasil precisavam daqueles encouraçados, que representavam o equilíbrio naval sul-americano, posição que não podíamos perder, a qualquer custo.¹⁴

Até do estrangeiro vieram objeções à operação projetada. O *Times*, diário londrino de maior projeção mundial na época, em sua edição de 24 de novembro de 1910, publicou notícia detalhada do levante e das exigências dos marinheiros, acrescentando que o Ministro britânico junto ao Governo brasileiro protestara, em nome de seu Governo, contra qualquer idéia de torpedear os navios amotinados, visto haver súditos ingleses a bordo (os “garantias”). O Quarto Esquadrão de Cruzadores, no momento em Mon-

tevidéu, fora mandado seguir imediatamente para o Rio de Janeiro.¹⁵

Às duas horas da madrugada do dia 25 (o ataque era previsto para o nascer do dia), o Ministro da Marinha recebeu ordem para desfechá-lo. As fortalezas prepararam seus canhões.¹⁶ Pouco antes das três horas, entretanto, nova ordem foi recebida, determinando que o ataque fosse sustado temporariamente.

Os revoltosos só transpuseram a barra depois das 13 horas, quando já havia sido aprovado o projeto de anistia e definitivamente revogada a operação.¹⁷

A impossibilidade de reagir à altura, punindo a quebra de disciplina, os assassinatos dos colegas, a humilhação da expulsão dos oficiais de bordo, e calando os comentários que, direta e indiretamente os atingiam, no Congresso e na imprensa, endeusando os amotinados, afirmando a justiça de suas reivindicações, elogiando sua eficiência na manobra dos navios, comparando-a malignamente com acidentes marítimos havidos etc., constituía um travo amargo que os oficiais tiveram que absorver.

Sua honra militar teria ficado satisfeita com o “panache” que o ataque representaria, a atitude heróica, a afirmação hierárquica, quando enfrentassem os rebeldes de armas na mão, mesmo que isto representasse um tremendo risco ante a desproporção de forças. Tudo que se escreveu no tempo traduz a frustração, a indignação, a vergonha pelo que consideravam a ignomínia de uma rendição sem combate. Entretanto, os fatos considerados fria e racionalmente, à distância no tempo de quase um século, já se podendo raciocinar sobre as conseqüências passíveis de advir, levam à conclusão de que, nas circunstâncias da época, de acordo com a mentalidade brasileira que é muito mais de moderação, acomodação, do que de radicalismos exaltados, e ante uma opinião pública trabalhada pela imprensa e pela ação do Congresso em termos francamente favoráveis, se não à revolta, pelo menos à anistia, a operação bélica, de resultados duvidosos, não teria sido a melhor solução para o país.

O plano de ataque era indiscutivelmente bom, audacioso, levando em conta as condições mais favoráveis. Possivelmente os navios revoltados não seriam tão bem manejados como a imaginação e o emocionalismo dos cronistas davam a entender. A disciplina, a ordem, a homogeneidade de direção, mantidas à custa de haver um objetivo bem definido — o fim da chibata — teriam possibilidade de entrar em colapso ante ataque levado a fundo e deci-

dido. Mas, em contrapartida, havia inúmeros “fatores de fraqueza” a considerar. Em primeiro lugar, assumia-se, pela necessidade da surpresa, que as unidades rebeldes entrariam a barra ao nascer do dia, o que não aconteceu. E sabendo que os *destroyers* as esperavam (havia muitos telegrafistas prontos para os informarem...) não seriam surpreendidos. Se pesavam dúvidas sobre a eficiência combativa dos rebeldes, também os *destroyers* estavam longe de se apresentarem em sua melhor forma. Não tinha havido tempo para o adestramento necessário a um ataque torpédico bem coordenado, principalmente com seu armamento guarnecido por oficiais cheios de zelo e coragem, mas que nunca haviam desempenhado aquelas funções, e não teriam o automatismo imposto pela rapidez com que se desenvolveria a operação. Também a confiança que se poderia depositar nos maquinistas era restrita, pois seriam constituídos por pessoal da Marinha Mercante, desmotivados, não dispostos a arriscar a vida por algo que não lhes dizia respeito, e não preparados para manejar caldeiras de tiragem forçada para conseguir velocidade de 27 nós, quando os navios que estavam acostumados a operar não iam além das dez ou onze milhas por hora. Acresce que, para derrotar dois encouraçados bem protegidos e mais dois navios bem armados, capazes de uma barragem de fogo a curta distância com algumas dezenas de canhões, havia apenas, como afirma o Relatório do Ministro da Marinha, doze torpedos montados às pressas, com ajustagens duvidosas.

Como veremos no decorrer deste estudo, embora as medidas parlamentares e a ação do Governo não tenham tido a intencionalidade de um plano pré-traçado para o desmonte da posição favorável do adversário, a fim de derrotá-lo a seguir, foi isto o que, em última análise, se passou. Este aspecto será discutido e comentado adiante. Para a mutação do quadro, lenta, não tão digna e honrosa, mas mais segura, não houve necessidade de um ataque militar com pequenas possibilidades de êxito.

Na tarde do dia 25, menos de 72 horas após a eclosão do movimento, a anistia votada “a toque de caixa” pelo Congresso determinava o término, pelo menos momentâneo, da crise na Marinha. Tinha início um período de relativa paz, em ambiente de disciplina artificial, afastado o perigo iminente do bombardeio da cidade e o aterrorizante rondar dos monstros de aço, apontando seus longos canhões ameaçadores e intimidantes. Por este alívio, Congresso e imprensa clamavam.

OS MAQUINISTAS E OS INFERIORES NA SUBLEVAÇÃO

A Revolta dos Marinheiros de 1910 trouxe à tona muitas mazelas, falhas, erros, deficiências, atrasos que afetavam as estruturas, hábitos e mentalidade da Marinha brasileira e outras que incidiam no mundo político nacional e no próprio povo, este representado pela imprensa, único meio de comunicação de massas existente na época. A análise que se faz não pretende encobri-los, dando ênfase apenas às injustiças, críticas difamatórias, agressões indevidas que realmente sofreu o Corpo de Oficiais.

Pretende-se submeter todos os fatos e atitudes — acontecidos ou tomados no Congresso, na imprensa e na Marinha — a julgamento e honesto escarpelo a fim de, de sua incidência, tirar ensinamentos úteis, que evitem repetirem-se no futuro eventos semelhantes, que terão as mesmas consequências dolorosas. Os resultados de tal análise, e os comentários devidos, irão sendo feitos à medida que se for descrevendo, com o máximo de veracidade possível, à luz da documentação disponível, o que se passou.

Nos motins que, na noite de 22 de novembro, eclodiram nos quatro navios que se rebelaram, chama especial atenção o papel representado pelos oficiais-maquinistas e pelos oficiais-inferiores (como eram denominados, na época, os suboficiais e sargentos).

O que surpreende e pede um exame acurado de suas razões é a passividade, a neutralidade em que essas duas classes se posicionaram. Alguns oficiais-maquinistas, e os *inferiores* da mesma especialidade, realmente foram forçados a guarnecer suas incumbências

e fazer funcionar os sistemas de propulsão e os maquinismos auxiliares, sem o que os navios não se movimentariam, não dispunham de energia elétrica ou hidráulica para a artilharia etc. Há notícias de que um certo número deles o fez tendo armas apontadas em sua direção, o que os obrigou a trabalhar até a exaustão, pois não havia *quartos* a serem rendidos, nem intervalos de descanso.

Mas o que pede uma explicação é não se ter conhecimento de um simulacro de resistência que fosse, de uma tentativa de fuga de bordo, de um movimento de solidariedade com os oficiais do *Minas Gerais* enquanto estavam sendo massacrados, ou com o Tenente Mário Alves, no *Bahia*, em sua luta destemida com os amotinados até ser derrubado mortalmente, ou desembarcando com o oficial de serviço do *Deodoro*. No *São Paulo*, não se sabe de um oficial-maquinista que tenha procurado juntar-se à Divisão de Serviço que se retirava de bordo.

A necessária explicação dessa esdrúxula manifestação de quem se situava hierarquicamente no mesmo nível dos oficiais pode ser obtida se se examina o relacionamento que havia entre o chamado *pessoal de marinha* e o denominado *pessoal da máquina*. Os maquinistas eram considerados como técnicos contratados (que podiam mesmo ser estrangeiros) para executar serviços auxiliares e não como membros do Corpo que se autot classificava *dos oficiais-combatentes*, definição que estabelecia por si mesma nítida divisão de responsabilidades e, conseqüentemente, de autoridade. Esta era uma de muitas heranças estagnadas do tempo da Marinha vélica, que a Marinha moderna não tivera a previsão de mudar, com o radicalismo que as novas condições do material demandavam. Nos navios a pano, “oficiais de catavento”, os manobreiros, os artilheiros, combatiam. Quando as máquinas passaram a existir a bordo, pensava-se nelas apenas como uma ajuda que iria facilitar a ação bélica dos *combatentes*, que contariam com maior flexibilidade para suas manobras, não dependendo, na ação tática, do manejo do pano ou dos caprichos eólicos. Os detalhes do funcionamento daqueles artefatos sujos, no fundo do navio, não interessavam aos homens do convés. Para fazê-los funcionar, contratavam-se técnicos, formados em escolas de artífices (quando existiam), ou até na prática. E sendo de extração social inferior (assemelhados mais a operários), também a bordo ocupavam posição secundária. Mesmo nas graduações mais baixas, esta diferença se fazia sentir entre *marinheiros* e *foquistas*, a qual ia desde o recrutamento aos avanços na carreira.

Enquanto nas Marinhas adiantadas do mundo, como a inglesa, este problema era seriamente considerado, tendo havido nesta última um célebre memorando do Almirantado, datado de 1902, no qual se fixava nitidamente a situação dos oficiais do convés e de máquinas, igualando-as, mostrando que tinham para a eficiência combativa do navio a mesma importância, no Brasil, em 1910, apenas se tinha iniciado um *curso de máquinas* na Escola Naval, paralelo ao *de marinha*, mas do qual o graduado não saía guardamarinha, e sim recebia o título ambíguo de *submaquinista*, permanecendo como tal por tempo indeterminado, sem gozar completamente as regalias do oficialato. E até então somente três turmas o haviam completado.

Também a carreira militar do *maquinista* era bastante cerceada. Não se lhe atribuía, nem podia aspirar, nenhuma posição de comando.

Este tratamento de *segunda classe*, afastado de muitas das regalias honoríficas do oficialato, traduziram-se, naturalmente, ao eclodir a rebelião, na neutralidade em que se colocaram. Eram técnicos que faziam funcionar as máquinas. Faziam-no quando os *oficiais-combatentes* dirigiam o navio. Não iriam arriscar a vida por não fazê-lo quando a direção passou para os marinheiros revoltados.

Este exemplo mostrou claramente que não pode haver em um navio de guerra elementos de primeira classe e elementos de segunda classe, porque todos são igualmente *combatentes* e responsáveis pela eficiência total da unidade, quer nas situações de rotina, quer nas de emergência.

Também os *inferiores* (suboficiais e sargentos) foram grandemente ausentes na Revolta de 1910. A história registra dois casos envolvendo elementos desta graduação: do Sargento Francisco Monteiro de Albuquerque, contramestre de serviço do *Minas Gerais*, que tombou no cumprimento do dever, e do Sargento Braga, do mesmo navio, que aceitou ser rebaixado para grumete a fim de se subordinar à autoridade de 1.^a Classe João Cândido. Também o Mestre Gustavo Ferreira, do *Minas Gerais*, foi mandado para terra algemado, mas não se fala de ter havido reação de sua parte. Apenas não aderiu. E os outros? Não há a menor referência, a não ser que alguns se retiraram com os oficiais.

Isto mostra quão defectiva era a formação do pessoal de nível médio na estrutura da Armada. E qualquer organização, militar ou

civil, depende fortemente desse elemento de ligação entre os extremos hierárquicos. Mesmo em Marinhas onde o afastamento cultural entre oficiais e praças não é grande (que não era o caso da Marinha brasileira em 1910), o *oficial de grau inferior* é considerado esteio imprescindível, pois incorpora a experiência que não possuem os oficiais-subalternos, que lidam diretamente com os marinheiros.

Até 1910, atingir a graduação de guardião ou sargento dependia mais de uma questão de antiguidade ou de confiança dos oficiais do que de merecimento ou de formação técnica e moral. Só há muito pouco tempo haviam sido criadas escolas onde recebessem metodicamente tal formação, que lhes iria permitir exercer corretamente suas funções. Auxiliavam os oficiais em fainas e em alguns elementares serviços administrativos. Mas visivelmente não possuíam, de uma maneira geral, personalidade para se impor à marujada, não tendo sequer sido considerados no movimento rebelde, nem como apoio da oficialidade, da ordem e da disciplina, nem como líderes da rebeldia.

A CONSPIRAÇÃO — SEUS LÍDERES

Concedida a anistia, nenhum processo jurídico apurou os diversos aspectos da Revolta de 1910. Assim, o que foi escrito a respeito limita-se, de um lado, a frisar o que de bárbaro e indisciplinado ela representou e, do outro, a justiça do movimento e o valor dos seus líderes. Estes últimos também por muitos anos permaneceram na obscuridade e, deste modo, nada revelaram acerca de como foi tramada a conspiração que precedeu e preparou a rebelião.

Que a revolta não teve caráter político, é certo. Nenhuma interferência externa neste sentido se percebe, de quem quer que seja. Exclusivamente os marinheiros a prepararam. Tinham como único fim acabar com os castigos corporais na Marinha e, colateralmente, melhorar as condições de trabalho a bordo e os vencimentos. No Congresso, quando a notícia do levante chegou às duas Casas, todos os líderes dos partidos, do Governo e da Oposição foram unânimes em afirmar que nada sabiam a respeito.

Na carta apócrifa já diversas vezes referida (Apêndice I), o seu autor, presumivelmente Francisco Dias Martins, mentor intelectual do movimento, ao comentar a data na qual deveria eclodir o motim, informa que a de 14 de novembro (quando haveria uma Revista Naval, passada pelo Presidente que assumiria no dia seguinte) foi afastada de cogitações porque então pareceria ter o movimento como objetivo impedir a posse do Marechal Hermes da Fonseca, e para os conspiradores era indiferente ser este ou aquele o presidente.

Uma possível influência socialista, fazendo-se sentir no Brasil e na Inglaterra (quando lá estiveram as guarnições que recebiam a nova Esquadra), também não pode ser considerada, porquanto no incipiente socialismo nativo da época nenhuma referência existe de contatos com a marinhagem e, na Inglaterra, além das dificuldades da linguagem, a primeira intervenção conhecida do movimento socialista na Marinha inglesa data de 1921.¹⁸

Houve, entretanto, diversos marinheiros, de nível superior aos comuns “traga-vagas”, que iam aparecendo na Marinha — telegrafistas, eletricitas, artilheiros etc. — que passaram até 20 meses estagiando na Marinha inglesa. A esses deve ter impressionado vivamente o melhor tratamento, sob todos os aspectos, dado aos marinheiros britânicos. Ricardo de Freitas e Adalberto Ferreira Ribas foram dois desses estagiários e tomaram parte ativa nas reuniões conspiratórias, tendo o primeiro sido o redator do *Memorial* dos marinheiros, datado de 22 de novembro.

Entre 1903 e 1906, a imprensa inglesa fez intensa campanha no sentido de obter melhoras para a situação dos *lower deck*, (pessoal que vivia nos conveses de baixo, isto é, a marujada).¹⁹ Nossos homens com certeza souberam do que se publicava, o que, indiretamente, teria influído em seu estado de espírito. Também os “garantias” ingleses embarcados nos novos navios devem ter ficado chocados ao assistirem aos castigos de chibata (suspensos na Inglaterra desde 1881) e transmitido aos marinheiros brasileiros essa impressão.

O fato do *São Paulo* estar em Lisboa quando uma revolução derrubou a Monarquia portuguesa e proclamou a República fez com que sua guarnição ficasse a par da participação dos marujos portugueses no movimento e com isto se impressionasse.

Muitos sinais de descontentamento das guarnições eram sensíveis há algum tempo, inclusive atitudes de quase rebelião em diversos navios. A viagem de uma Divisão de Cruzadores para participar das festas comemorativas da Independência do Chile, incluindo o *Bahia*, o *Timbira* e o *Tamoio*, de agosto a outubro de 1910, foi plena de indisciplina, acidentes e castigos,²⁰ culminando com uma carta anônima dirigida ao imediato do *Bahia*, assinada *Mão Negra* (posteriormente identificado como seu autor Francisco Dias Martins, que já liderava a conspiração), reclamando contra as punições e afirmando que os marinheiros modernos não precisavam ser tratados com tanta rudeza. Termina, aliás, referindo-se, com uma ameaça, aos motins do Encouraçado *Potemkim*, da Marinha russa,

em 1905, o qual, começando devido a rumores de que haviam servido no rancho carne estragada, resultou na morte de muitos oficiais. Assim, o fato era conhecido e considerado pelos nossos marinheiros.

Na carta apócrifa citada (Apêndice I), há referências a confraternização e troca de idéias revolucionárias com os marinheiros argentinos, na passagem da Divisão por Buenos Aires, havendo inclusive, no dizer da carta, promessa de estes últimos também se rebelarem e virem em auxílio dos brasileiros amotinados, caso houvesse necessidade. Isto, se de fato aconteceu, deve ter sido apenas uma explosão de entusiasmo latino, sem nenhum compromisso sério, pois, pouco antes da Revolta de 1910, dois cruzadores argentinos deixaram o Rio de Janeiro sem haver qualquer manifestação de solidariedade.

Nos dias que antecederam a sublevação, alguns sintomas de instabilidade poderiam ter sido percebidos. No *Minas Gerais*, a ginástica obrigatória, determinada pelo Comandante Batista das Neves, era fonte de contínuos desacatos ao mestre inglês contratado para dirigi-la, pois os marinheiros não a suportavam, o que provocou o macabro simulacro de ginástica em torno do corpo do comandante na noite da revolta. Ressentiam-se, da mesma forma, das exigências dos Encarregados do Detalhe (hoje seriam os Encarregados do Pessoal), que aliás foram os únicos a terem os camarotes depredados, a roupa rasgada e retratos da família perfurados a bala. No dia 19 de novembro, os cadeados dos paióis de munição apareceram serrados.

João Cândido, em entrevista gravada pelo historiador Hélió Silva, a 29 de março de 1968, no Museu da Imagem e do Som,²¹ afirmou que desde 1908 a revolta estava sendo preparada, havendo comitês organizados, que se reuniram inclusive na Inglaterra, mantendo comunicações com o Rio de Janeiro. Cita endereços onde os conspiradores se encontravam: na Vila Rui Barbosa, na Rua São Jorge e na Rua Jogo da Bola. Francisco Dias Martins (se foi o autor da carta apócrifa escrita em 1949) refere-se exclusivamente ao movimento no Brasil, onde teria mantido contato com líderes escolhidos em todos os navios, havendo reuniões regulares do Comitê Revolucionário, na Rua do Lavrado n.º 71 mesmo enquanto ele viajava para o Chile. Na última delas, a 13 de novembro, alvitram-se as hipóteses dos motins eclodirem a 14, durante a Revista Naval (afastada pelas implicações políticas que poderia ter) ou em qualquer dia depois de 15, mas na hora do almoço. Esta segunda idéia

foi, da mesma forma, desaprovada, devido à possibilidade de haver resistência séria, da qual resultasse grande derramamento de sangue. Não há dúvida de que os conspiradores pretendiam evitar agressões aos oficiais, não por sentimento de humanidade, mas a fim de que o movimento se caracterizasse nitidamente contra a chibata, e não como uma gratuita quebra de disciplina.

Realmente, exceto no *Minas Gerais* (onde os homicidas sanguinários não puderam ser controlados), e no *Bahia* (devido à reação imediata do oficial de serviço), nos outros navios tudo correu de maneira incruenta (exceto o suicídio do Tenente Sales). No *São Paulo*, no *Deodoro*, no *República* e no *Timbira* os oficiais desembarcaram sem sofrer violência.

O porquê de a revolta ter-se iniciado no *Minas Gerais* e no dia 22 tem sua explicação na proclamação enviada no dia 25 pelos marinheiros do *São Paulo* ao Ministro da Marinha (acima transcrita) que informava ter sido combinado que o movimento eclodiria no navio em que primeiro fosse aplicado o castigo da chibata, o que aconteceu no *Minas Gerais*, a 21, quando o marinheiro Marcelino Rodrigues foi assim punido por ter cortado a navalha o rosto e o ombro do Cabo Waldemar de Souza, que dormia em sua maca, vingando-se de parte dada de que havia introduzido duas garrafas de cachaça a bordo.²²

Também o *São Paulo* deveria largar a 23 para Santos, a fim de lá receber uma bandeira nacional confeccionada pelas senhoras paulistas, o que poderia ter sido uma das causas de a rebelião ter eclodido a 22, mas a primeira hipótese foi a referida especialmente pelo *Memorial*.

A revolta foi realmente bem planejada, bem coordenada (exceto no massacre do *Minas Gerais*) e o sigilo mantido rigorosamente. O domínio dos encouraçados era considerado imprescindível, constituindo a base mesma da rebelião, pelo poder absoluto que representavam, tanto com referência ao armamento quanto à concentração de pessoal. Procuraram demonstrar haver boa disciplina interna (também só se conhecem casos de agressões, ferimentos etc. no *Minas Gerais*), obediência ao cerimonial militar e, depois do primeiro contato com o emissário político, que lhes deu esperanças de êxito rápido, mostrar certa humildade e boa-vontade, embora sem deixar de afirmar que a cidade era alvo fácil para seus canhões.

Como as exigências feitas foram atendidas em três dias, com presteza e sem dificuldades, durante os quais os rebeldes manteve-

ram-se a par de todos os passos para concessão da anistia, e da boa imprensa que os favorecia, não chegaram eles a sofrer maiores tensões, ignorando-se como reagiriam se houvesse resistência efetiva às suas pretensões. Dias Martins diz que o plano cogitava de afundar os navios caso verificassem que a revolta não seria vitoriosa.

Também desconhece-se se havia alguma previsão sobre como agir depois da vitória e, mesmo, como esta se efetivaria, isto é, como o Governo daria fim à chibata, como os anistiaría etc.

O *Memorial-ultimato* enviado no início da revolta, redigido pelo telegrafista Ricardo de Freitas, mostra que foi elaborado bem antes do movimento do dia 22. É datado deste dia, mas do Encouraçado *São Paulo*, quando a chefia, pelo menos nominal, dos revoltosos estava no *Minas Gerais*. Prevê que todos os navios estivessem em seu poder e os oficiais prisioneiros (possivelmente ainda se cogitava dos motins terem lugar na hora do almoço). As exigências apresentadas (exceto a abolição dos castigos corporais), eram vagas, com poucas probabilidades de serem atendidas de imediato e efetivamente, tais como “retirar os oficiais incompetentes”, “educar os marinheiros que não têm competência para vestir a orgulhosa farda”, “mandar pôr em vigor as tabelas de serviço diário que a acompanham” (não se tem conhecimento dessas tabelas). Também o revide ameaçado, se não atendidos, é dramático e gongórico, mas que dificilmente seria cumprido: “sob pena de ver a pátria aniquilada!”

Em última análise, a conspiração e a organização da revolta, ao lado de atitudes que demonstraram habilidade, objetividade, homogeneidade de pensamento, apresentam aspectos de bastante ingenuidade, de falta de previsão de conseqüências, que iriam manifestar-se mais claramente quando obtiveram êxito, possivelmente mais rápido e mais fácil do que poderiam ter imaginado. Pareceu-lhes completo e definitivo, mas foi desfeito logo a seguir, pelo menos em relação à segurança dos amotinados, pelo decreto de expulsão e pelo desarme dos navios (como veremos adiante), embora atingissem o seu propósito principal, que era a abolição dos castigos corporais.

Permanece, entretanto, como uma interrogação sem resposta, como teriam os amotinados procedido ante um endurecimento da atitude governamental, mesmo que se manifestasse só em um adiamento da solução, para ganhar tempo e desgastar o movimento.

Os líderes

Para todos os efeitos históricos, o líder da Revolta de 1910 foi o Primeira-Classe João Cândido Felisberto, marinheiro-timoneiro do Encouraçado *Minas Gerais*. Reconhecido como tal pelo Governo de então, enaltecido pela imprensa, aceito pelo Congresso (com ele se entendia o emissário político enviado), confirmado mesmo pela Marinha, cujos oficiais depois da anistia usavam-no como intermediário entre eles e as tripulações, e consagrado até pelos castigos a que o submeteram.

Sobre se possuía envergadura intelectual e moral para desempenhar esse papel, até que ponto sua autoridade sobre os marinheiros revoltados era efetiva, porque e como assumiu a posição que ocupou, só se podem fazer conjecturas, pois tendo a anistia colocado uma pedra em cima de tudo que ocorreu anteriormente ao movimento, nada ficou registrado, nenhuma declaração oficial existe que traga luz verídica sobre o assunto.

A carta apócrifa escrita em 1949, presumivelmente por Francisco Dias Martins (Apêndice I), destinava-se primacialmente a reduzir a nada a figura de João Cândido, como pessoa e como líder revolucionário. Foi ela escrita visivelmente em tom de amargor de quem vê seu papel, que considera principal (talvez o fosse), diminuído ante a *promoção* recebida pelo *outro*. Muitas de suas afirmativas não condizem com os fatos conhecidos. Assim, só pode ser utilizada como mais um elemento de análise e não em sua totalidade, pelo seu valor absoluto.

João Cândido nasceu no ano de 1880 em uma fazenda do Município de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, onde seus pais seriam escravos ou já libertos (declarou, não se sabe por que, no Conselho de Investigação a que respondeu em 1911, e no Hospital Nacional de Alienados, onde esteve internado depois de sua prisão no mesmo ano, ser natural de Corrientes, na República Argentina).

Era um preto alto, nutrido, olhar esquivo, feio, de boca larga, andar vagaroso, introvertido, de poucas palavras e gestos.²³ A 6 de janeiro de 1895, com 15 anos, ingressou na Marinha, apresentando-se na Escola de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande, com recomendação escrita do Delegado da Capitania dos Portos de Porto Alegre. Antes tivera alguns empregos de menino de recados e em uma fábrica de tecidos. Assentou praça como grumete a 12 de dezembro do mesmo ano, em Villegagnon, na 16.^a Companhia do

Corpo de Marinheiros Nacionais. Entrou para a Escola de Aprendizes analfabeto,²⁴ dela saiu semi-analfabeto e assim se conservou toda a vida, sabendo ler, mas não escrever, quando teve baixa em 1912.

Serviu no Vapor *Andrada*, no Cruzador *Tiradentes*, no Encouraçado *Riachuelo* e na Flotilha do Amazonas, sem exercer nenhuma função mais importante, recebendo por algum tempo a gratificação de sinaleiro, mas não foi chefe-de-serviço ou de quarto (como semi-analfabeto, apenas poderia ser utilizado para içar bandeiras e outras tarefas semelhantes). Em 1906, embarcou no Navio-Escola *Benjamin Constant*, percorrendo, em viagem de instrução de guardas-marinha, o Norte da Europa e o Báltico. Daí passou para outro veleiro, o *Primeiro de Março*, navegando por toda a costa do Brasil e, em 1909, regressou ao *Benjamin Constant*, viajando com guardas-marinha à Inglaterra, Portugal e França, sendo, de Toulon, enviado para Newcastle-on-Tyne, sede da Comissão Fiscalizadora da construção da nova Esquadra. Chegou a 6 de novembro, embarcando no Encouraçado *Minas Gerais*, recém-incorporado, a 6 de janeiro de 1910, largando para Hampton Roads, Estados Unidos, a caminho do Brasil, a 5 de fevereiro. Passou na Inglaterra quatro meses.

Em virtude de se ter conservado semi-analfabeto durante o tempo que serviu à Marinha (apenas lia mal quando teve baixa, sendo seus depoimentos no Conselho de Investigação assinados a rogo), cumpriu sempre tarefas pouco exigentes quanto a conhecimentos. Mas iria sobressair-se quando, nos veleiros, foi gajeiro do gurupés, do mastro grande e do traquete, revelando-se um excelente *marinheiro de talha ao lais* (como chamavam), para o que dependia mais de força, de agilidade e coragem do que de instrução. Simultaneamente, deve ter sido um bom timoneiro, como praça bastante viajada, sendo suficiente para isto que fosse capaz de ler números em uma pequena tabuleta e na agulha, e ter sensibilidade para as reações do navio, sem que significasse habilitações como navegador, pois quem lhe indicava os rumos a seguir era o encarregado de navegação, sendo fiscalizado pelo oficial de serviço. Chegou a ser nomeado *timoneiro de combate* ou *primeiro timoneiro* do *Minas Gerais*, função que exercia quando se deu a rebelião.²⁵

Seu alistamento terminaria em março de 1912 e talvez não fosse reengajado, pois, com mais de 30 anos, tornara-se um tipo indesejável em uma Marinha moderna, na qual iriam predominar os especialistas. Disto chegou a lamentar-se ao Mestre do *Minas Gerais*, dizendo-se sem possibilidade de acesso (chegou a ser cabo, mas, em

1907 foi rebaixado por acúmulo de faltas) e muitos sargentos havia que tinham sido seus grumetes, recebendo dele orientação e ensinamentos, quando gajeiro.

Os antecedentes familiares que apresentava não eram dos melhores. Segundo suas próprias declarações,²⁶ o pai foi alcoólatra e um irmão assassino, condenado a 30 anos de prisão e posteriormente indultado.

O temperamento de João Cândido apresentava aspectos duplícies. Normalmente acomodaticio, flexível, dir-se-ia *morto*, tornava-se violento quando provocado, como mostram as punições que constam de sua fé-de-ofício: em 1897 (15/11), quatro dias de prisão solitária por tentar ferir com uma garrafa um companheiro; em 1898 (24/10), três dias de solitária, por se ter empenhado em luta corporal; em 1904, (19/11), dois dias de solitária por ter esbofeteado o Marinheiro Antônio; em 1908 (?), três dias de solitária por ter esbordado brutalmente um colega. Apresentava grande cicatriz de ferimento a faca na omoplata direita, fruto da reação de um agredido.²⁷

Não há dúvidas de que tinha prestígio pessoal junto aos seus colegas. Não era um desconhecido, a quem olhassem com indiferença, que passasse despercebido. Na viagem do *Benjamin Constant*, em 1909, e no *Minas Gerais*, vindo para o Brasil, em 1910, foi escolhido pela guarnição para representar o deus Netuno nas festas da passagem do Equador, a quem caberia conceder permissão ao navio para atravessar a Linha Equatorial, fantasiando-se com os galões de comandante pregados no punho do uniforme. Em 1909, não chegou a desempenhar esse papel, pois na manhã dos festejos foi derrubado com uma facada nas costas (que lhe deixou a cicatriz) por um grumete a quem castigara com uma chibatada (!). A distinção de ser o deus Netuno só era concedida a praças apreciadas pela guarnição, e ele recebeu-a por duas vezes, em dois navios, de cujas tripulações havia conquistado a simpatia e o apreço.

Quando, pouco antes da rebelião, o *Benjamin Constant* chegou do México, em viagem de instrução, quem foi a bordo angariar prosélitos para o motim foi João Cândido, o que prova que já ocupava posição de liderança entre os conspiradores.

Francisco Dias Martins,²⁸ “comandante” do *Scout Bahia*, o mentor e chefe intelectual da revolta, nasceu em Fortaleza, em 1889, tendo-se alistado no Corpo de Marinheiros Nacionais, a 11 de junho de 1906, depois de cursar a Escola de Aprendizes de sua

cidade natal. Não chegava a ser, como diz em sua presumida carta (Apêndice I), “instruído, com curso secundário completo”, mas era, com certeza, oriundo de família de melhor situação social e econômica, possivelmente um dos “impossíveis” mandados para a Marinha como a uma casa correccional, tendo inteligência, imaginação e grau de instrução bem melhores do que a maioria dos marinheiros de então. Considerado temperamental, demagogo, naturalmente rebelde, crítico, sempre bradando pelo alargamento das liberdades a bordo, murmurando e revoltando-se (escrevendo, inclusive, carta anônima ameaçadora, como fez na Comissão ao Chile), quando via alguém castigado corporalmente.

Não havia, aliás, muita coerência nessa sua indignação, pois, quando servindo nas Escolas de Aprendizes do Ceará e do Piauí, foi punido, em 1907, com seis dias de prisão rigorosa “por ter autorizado o aprendiz mestre-d’armas espancar um seu companheiro”; em 1908, oito dias de prisão rigorosa “por ter espancado o aprendiz Solon Vaz”; e, em 1909, quatro dias de prisão simples, no *Deodoro*, “por ter reclamado imprudentemente, tornando-se agressivo e grosseiro”.

Exercia as funções de paioleiro de mantimentos no *Bahia*. Chegou a Newcastle-on-Tyne para embarcar neste navio, em fim de construção, a 27 de fevereiro de 1910, largando para o Brasil a 16 de abril.

De Manuel Gregório do Nascimento, “comandante” do *São Paulo*, sabe-se menos.²⁹ Era pardo, baixo, cheio de corpo, inteligente mas pouco alfabetizado, trabalhador, comportado, sóbrio de palavras, esperto e desconfiado. Natural de Alagoas, tendo-se alistado a 3 de agosto de 1901. Tido como moderado, mas em sua folha de punições constam quatro dias de prisão rigorosa, em 1906, por ter cortado a navalha a maca de um colega, sendo posteriormente, não se sabe por que, incluído na Companhia Correccional, em 1907, e dela dispensado no mesmo ano.

Já havia sido reengajado, mas considerava-se atrasado na carreira. Para ser promovido, deveria cursar as Escolas Profissionais, e nunca se interessou em matricular-se. Na noite de 22 de novembro, limitou-se a pedir que os oficiais desembarcassem, ouvindo calado o conselho que lhe deu o Tenente Santos Lessa de que zelasse pelo navio.

Em sua folha corrida, incluída nos Autos do Conselho de Investigação a que respondeu em 1911, consta que nunca havia em-

barcado no *São Paulo*, nem ido ao estrangeiro. Deve haver engano nessa informação, pois fez duas viagens no *Benjamin Constant* e, quando da rebelião, pertencia à guarnição do encouraçado e era bastante prestigiado, a ponto de ser escolhido como líder do movimento.

Sobre o Cabo José Araújo, “comandante” do *Deodoro*, pouco se conhece. Era um marinheiro moço, considerado agressivo, gozando de liderança junto a seus companheiros, provado ao ser por eles preferido, não se aceitando a indicação pelo Comitê Revolucionário de uma praça mais antiga.

Uma das questões cruciais levantada em relação à Revolta de 1910, e cuja resposta tem que ser obtida exclusivamente através da análise dos diversos fatores que nela possam ter influído, é o porquê da elevação de João Cândido a chefe da rebelião, como foi entronizado na memória nacional.

A explicação, aceita durante algum tempo, de que a razão seria a habilitação como timoneiro, que o permitiria governar o navio em sua movimentação, não procede. Haveria no *Minas Gerais* outros timoneiros igualmente hábeis, assim como nos demais navios rebelados, capazes de evoluir em área conhecida como era o “Poço” da Baía de Guanabara, entrar e sair a barra, pairar entre as ilhas de fora, todos locais sem escolhos e profundos, executando manobras que com certeza haviam repetido muitas vezes.

O que melhor faz compreender essa escolha é o fato de existir, na Marinha da época, uma nítida divisão em duas facções. Uma, a dos mais velhos, os denominados “gorgotas” e “conegaços”, vindos do tempo dos veleiros, recrutados entre a ralé das cidades, ou ex-escravos libertos e fugidos. Os primeiros trocavam de bom grado as prisões pelas cobertas dos navios, por pior que elas fossem, e, os segundos, fariam a mesma troca pelas senzalas, sendo a chibata melhor do que o pelourinho. A disciplina de bordo, rígida embora, era um passo adiante das perseguições policiais ou das exigências dos capatazes. Muitos deles, facínoras violentos, não suportavam a nova Marinha dos navios mecanizados, os novos costumes, os novos hábitos de trabalho.³⁰ Eram mantidos sob pressão da disciplina rigorosa e qualquer brecha que ela apresentasse levava-os, como aconteceu no *Minas Gerais*, na noite de 22, a exteriorizar seus instintos primitivos.

Os marinheiros da outra facção apareceram com o advento dos navios a vapor, a radiotelegrafia, a artilharia mais complexa, ainda

que em número insuficiente para as necessidades do serviço, e sem as qualificações totalmente desejáveis. Uma turma de gente mais moça, de melhor nível cultural, à qual repugnava a chibata e o distanciamento em que era mantida dos oficiais. Para eles aquilo tudo rescendia à escravidão, o que os chocava, pois tinham sido criados em ambiente abolicionista (a libertação dos escravos dera-se apenas havia 22 anos, em 1910). É de se notar que nenhum dos líderes da revolta, inclusive João Cândido, havia sido chibateado. O que os indignava era simplesmente a existência do castigo, com todo o cerimonial que o rodeava.

Foi esta segunda facção que imaginou a revolta, tramou-a, conspirou, organizou-a. A primeira não teria capacidade para tanto. Mas, apesar da sua superioridade intelectual, o prestígio dos moços junto aos valentes e ignorantes “gorgotas”, cuja adesão era imprescindível para levar o plano adiante, era muito pouco. Seria, assim, preciso que se encontrasse um elemento que tivesse trânsito nos dois partidos. Alguém que a minoria moderada, desejando a rebelião com um mínimo de violência, contando mais com a ameaça que representavam os *invencíveis* encouraçados, aceitasse na direção da revolta, mesmo nominalmente, mas que ao mesmo tempo gozasse da simpatia e do respeito do grupo dos exaltados, dos primitivos, dos facínoras.

João Cândido, com seu temperamento híbrido, feitio acomodaticio, e sendo uma praça antiga, com passado de valente, seria este elemento. Até que ponto ele realmente dirigiu a movimentação dos navios e os contatos dos rebeldes com o Governo, não se conhece exatamente, assim como até onde conseguia controlar os sediciosos violentos.

Na reunião do Comitê, realizada a 13 de novembro, quando em definitivo foi decidida a eclosão do movimento, ele não esteve presente. Também não tomou parte na elaboração do *Memorial* reivindicatório e ameaçador enviado ao Governo no dia 23. Mas os revolucionários com certeza já o haviam aceito antes como chefe, por proposta dos marinheiros Manoel Gregório do Nascimento e André Avelino de Sant’Ana, seus antigos companheiros nos cruzeiros do *Benjamin Constant*.

Jogando dos dois lados, ao ser deflagrado o movimento no *Minas Gerais* (o qual certamente não ignorava que se ia dar), não tendo força para cercear os instintos sanguinários dos celerados que odiavam o comandante e oficiais, e, sem nenhum aviso prévio, os

massacraram, não tomou parte nos ataques, nem mesmo na algazarra que os acompanhou. Permaneceu no passadiço, oculto, omisso, até que, terminada a carnificina, deram um tiro, que era o sinal combinado, e Dias Martins, do *Bahia*, autorizou-o a assumir a chefia do movimento. Assim, sem se opor aos desejos e às ações dos radicais, pôde aparecer depois como um moderado, capaz de dialogar com o Governo, apto a ceder, a contemporizar, a chegar a um acordo pacífico.³¹

Como fator mais subjetivo, que talvez tenha influído em sua escolha, devemos lembrar-nos que os marinheiros eram naturalmente condicionados pelo sentimento de hierarquia naval, com a qual sempre tinham convivido. O chefe deveria ser o mais antigo, e o capitânia, o *Minas Gerais*, pois para eles a Esquadra continuava a existir, só que sob sua direção.

Daí por diante, João Cândido foi sempre apresentado como o líder, o “comandante-em-chefe” da revolta. O emissário político que procurou contato com os revoltosos (sobre ele falaremos adiante) dirigiu-se primeiro para o *São Paulo*, mas daí foi orientado para atracar no *Minas Gerais* e conferenciar com João Cândido. Não há nenhuma confirmação da afirmativa, atribuída a Francisco Dias Martins, de que o primeiro encontro tenha sido com ele, no *Bahia*. No regresso do emissário, João Cândido é anunciado, para todos os efeitos, como o dirigente da rebelião, romantizado logo a seguir por um jornalista com a alcunha de “Almirante Negro”.

Desconhece-se até que ponto Dias Martins dava suas ordens para os outros navios, exceto a notícia de uma reprimenda passada em Gregório do Nascimento por ter este cruzado com o *São Paulo* entre as Ilhas Fiscal e das Cobras (na época separadas). Também, em um dos regressos da força sublevada de fora da barra, suspeitando-se estar esta minada, entraram em primeiro lugar o *Bahia* e o *São Paulo*, permanecendo o *Minas Gerais* e o *Deodoro* pairando em torno das ilhas. Dias Martins teria determinado tal escalonamento, demonstrando maior audácia e responsabilidade.

Dias Martins, contudo, logo após eclodir o movimento, desaparece do cenário. Pode ser que tenha continuado a agir por trás dos bastidores, mas a única figura que avulta na revolta é a de João Cândido que, inclusive, torna-se, finda a segunda rebelião, alvo das maiores vinditas e dos castigos mais rigorosos, enquanto Dias Martins apenas pede baixa da Marinha e é mantido preso até ser julgado por Conselho de Guerra.

Durante a revolta são conhecidos alguns casos de violência e indisciplina no *Minas Gerais*. O Cabo Pedro Souza Brasil foi esfaqueado por apossar-se das culatrinhas da torre que chefiava. O marinheiro Raimundo Caetano Pereira, vulgo "Bexiga", foi condenado à morte por ter declarado que com dez homens valentes como ele a bordo não teria havido a revolta. João Cândido o indultou, ficando preso na solitária até ser solto, depois da anistia. Ernesto Roberto, que feriu o Tenente Álvaro Alberto, baleou um companheiro, o foguista Inácio Cursino Bispo, logo no primeiro dia da rebelião. No dia seguinte, João José do Nascimento, o assassino do Comandante Batista das Neves, por motivos libidinosos, esfaqueia o grumete Antônio. Os dois feridos foram recolhidos ao Hospital Central da Marinha no dia 27. Alguns camarotes de oficiais foram invadidos e depredados. Com todas essas proezas, os facínoras continuaram à solta, sem que João Cândido tivesse autoridade para refreá-los, descontrole que se acentuou após a anistia, como veremos.

Essas dúvidas acerca da liderança efetiva de João Cândido na revolta derivam de análise cuidadosa dos acontecimentos e dos depoimentos ouvidos no Conselho de Investigação realizado em 1911, a fim de verificar a participação dos anistiados nos motins de dezembro. Mas, tendo ou não tendo méritos correspondentes, João Cândido Felisberto, semi-analfabeto e primário, teve seu momento de glória e ficou na História como o chefe da Revolta dos Marinheiros de 1910, a que terminou com a chibata na Marinha.

CAUSAS REMOTAS DA REVOLTA³²

As razões apresentadas pelos marinheiros para se rebelarem em 1910 foram, primordialmente, a abolição dos castigos corporais ainda vigentes na Marinha (o chibateamento, usando-se como chicote a *linha de barca*, cabo bem compacto, que diziam, sem confirmação, ser reforçado com agulhas de aço, fios etc.) e, colateralmente, o abrandamento do regime de trabalho nos novos navios e o aumento de vencimento. Para que bem se compreendam as circunstâncias que levaram os marujos à sublevação, tais motivos imediatos precisam sofrer análise de longo prazo, remontando à evolução das atividades marítimas através dos séculos.

A aplicação da chibata como castigo das faltas disciplinares cometidas a bordo dos navios, uma manifestação de barbaria sob o ponto de vista moderno, era, até a primeira metade do século XIX, o último resquício do ambiente, este sim bárbaro, da vida nos navios a vela, desde que, no século XV, começaram a ser empregados em longos cruzeiros de alto-mar, em campanhas realmente marítimas, e não no complemento ribeirinho de viagens ou operações militares terrestres.

Barcos de madeira de tamanho reduzido transportavam tripulações desproporcionalmente numerosas por exigência da manobra dos panos, ao mesmo tempo que se tinha de guarnecer quase uma centena de canhões, demandando, cada um, muitos artilheiros para carregá-lo pela boca com saquetes de pólvora e projetis, e trazê-los em bateria, após o tiro, usando aparelhos multiplicadores de força.

O que a operação vélica pedia de inconsciência do perigo, de robustez física, de agilidade, só pode imaginar quem viu um homem apoiado com a barriga na verga do mastro, a 40 metros de altura, os pés mal pousados em “estribos”, que eram cabos finos e oscilantes, as mãos ocupadas em colher enormes extensões de lona grossa e molhada, com o navio dando balanços e caturros, o vento zunindo, a chuva encharcando-o e tirando-lhe a visão.

Um ser normal, amante da vida, acostumado aos confortos da civilização, seria incapaz de resistir a essas torturas. Acresce que aqueles diminutos esquifes de madeira permaneciam no mar centenas de dias, com alimentação deteriorada e reduzida, escorbuto corroendo as gengivas pela falta de vitaminas, a água tornando-se cada momento mais poluída.

O recrutamento de homens capazes de suportar as asperezas desta vida tinha que ser feito à força, entre a ralé da humanidade, não se exigindo dos recrutados mais do que destemor quase animal dos perigos, agilidade, força física e a ferocidade necessária para os entreveros nas abordagens, quando se combatia face a face, com espadas, sabres e picas, nas pequenas áreas dos conveses dos navios atracados borda a borda.

A uma enorme distância cultural e social desses sub-homens, os marujos, ficavam os oficiais. Normalmente oriundos da aristocracia, eram obrigados a possuir um melhor nível de conhecimentos, pois deviam saber Navegação, (ciência, na época, complicada), manobra de navios a vela com diversos efeitos de vento, mutações meteorológicas, além de serem capazes de analisar a influência de todos esses e outros fatores em situações estratégicas que só tinham por base raras e inseguras informações, e nas aplicações táticas em combates, onde a confusão era a regra.

Na solidão dos oceanos, longe de qualquer recurso ou possibilidade de intervenção terrestre, manter aquelas feras dentro da disciplina, sem a qual não só o êxito das campanhas como a própria sobrevivência do navio, quando acossado pelos elementos, perigava, só era conseguido com tratamento impiedoso, traduzindo-se na virulência dos códigos que regiam as punições na época. A chibata era o castigo mais suave, reservado para as faltas leves. As outras penalidades aplicadas, por exemplo, na Marinha inglesa do século XVIII (sendo algumas delas mantidas até o início do século XIX), eram bem mais ferozes, tais como:

Insolência, pequenos roubos, desobediência: chibata, com número de açoites proporcional à falta cometida.

Roubar a bordo: ser deixado cair do lais (extremidade) da verga de mastro na água ou no convés, ou mesmo sendo parado bruscamente no ar, o que normalmente, com o choque, matava o punido (castigo que os portugueses chamavam o *polé*).

Dormir em serviço: primeira vez — ser mergulhado do lais no oceano uma vez; segunda vez — ser mergulhado do lais no oceano duas vezes; terceira vez — ser mantido amarrado ao mastro principal um dia e uma noite; quarta vez — permanecer amarrado na extremidade do gurupés até se soltar, caindo no mar, ou morrer de fome.

Atacar o comandante com uma arma: perder a mão direita.

Desertar: ser preso no lais da verga de um bordo e ser puxado até o lais oposto, passando por baixo da quilha do navio.

Assassinato: ser amarrado ao cadáver da vítima e lançado ao mar.

Motim: ser pendurado por fora da borda pelos calcanhares até morrer.³³

Também na Marinha francesa (estamos nos referindo aos países mais civilizados da época) os regulamentos disciplinares previam punições igualmente violentas, até o século XVIII. Os próprios pilotos seriam chibateados se, por ignorância, cometessem erros de navegação. Bebedeiras, falta de higiene, desperdício de rações, má arrumação dos cabos depois de uma manobra levavam o faltoso a ser posto a ferros, isto é, ter os pés presos a uma armadilha de ferro e mantido nos porões do navio por alguns dias. Ir a terra sem permissão significava receber seis chibatadas aplicadas pelo “prevot”, funcionário que embarcava tendo como função apenas infligir punições. Podia também ser o faltoso mantido a cavalo em uma das barras do cabrestante (que servia para içar a âncora) por três dias, duas horas por dia ou, pelo mesmo tempo, amarrado ao mastro principal. A “bouline” consistia em fazer o castigado correr, nu da cintura para cima, preso por um anel de ferro a um cabo estendido por todo o comprimento do navio, enquanto recebia chicotadas de marinheiros alinhados em sua passagem. Havia limites *piadosos*: no máximo trinta homens podiam bater e as corridas não seriam mais de quatro. Estes castigos, um pouco minorados, perduraram até 1848. A “cale” correspondia ao *polé*, sendo o homem penalizado

mergulhado três vezes. Na “cale sèche” ele caía no convés ou, como na Marinha inglesa, era parado subitamente no ar, com o conseqüente deslocamento dos ossos e a morte. A “garcette” (os nomes franceses são sempre graciosos...) ou o “chat à neuf queues” eram versões da nossa chibata.³⁴

Todos esses castigos, em qualquer Marinha, recebiam a máxima publicidade, para servirem de exemplo.

Foi com este sistema de inaudita crueldade que a epopéia marítima dos descobrimentos teve lugar e as guerras navais, até as campanhas nelsonianas, foram travadas. Era considerado tão normal e necessário que, em célebre motim na Esquadra inglesa, fundeada em Spithead, em 1797 (aliás com aspectos muito semelhantes à revolta brasileira de 1910), os marujos exigiram melhores alimentação e pagamento, o fim da crueldade gratuita dos oficiais (como bater com os megafones metálicos na cabeça dos marinheiros que trabalhavam mal nas manobras), mas nem uma só palavra foi dita contra os castigos corporais regulamentares.³⁵

No advento da Marinha metalizada e mecanizada, na segunda metade do século XIX, com a radiotelegrafia, a artilharia raiada, de maiores alcances, exigindo o cálculo das trajetórias, a máquina a vapor e a eletricidade, o pessoal que passou a guarnecer os modernos navios mudou completamente. Ao invés da força bruta e da animalidade dos *homens de ferro em navios de madeira*, precisou-se de técnicos, de gente preparada e educada. As escolas, os centros de treinamento profissional passaram a ser o celeiro dos novos marujos, e seu tratamento, naturalmente, modificado.

Os navios eram maiores, as guarnições relativamente menores. A rapidez e a certeza dos deslocamentos dos navios garantiram cruzeiros mais curtos. Os aprovisionamentos frescos, graças aos frigoríficos, a água destilada, as cobertas ventiladas proviam os confortos que o novo tipo de marinheiro exigia. Não sendo mais necessário o controle de feras em jaulas flutuantes, e sim o tratamento de homens normais, os sistemas disciplinares abrandaram-se, os castigos corporais foram desaparecendo. A Espanha aboliu-os em 1823,³⁶ a França em 1860, os Estados Unidos em 1862,³⁷ a Alemanha em 1872³⁸ e na Inglaterra, em 1881, *Circular* do Almirantado suspendeu o uso do “cat of nine tails”, mantendo apenas as varadas e os bolos para os grumetes, que aliás eram empregados também nas escolas públicas e particulares. No Brasil, entretanto, essas transformações não se deram de maneira tão nítida e rápida. Havíamos her-

dado da Marinha portuguesa a prática da chibata e os oficiais ingleses, nossos primeiros comandantes, a mantiveram.

Com o abandono a que foi relegada a Marinha depois da Guerra do Paraguai, nosso poderio marítimo entrou em lamentável decadência por todo o fim do século XIX e início do século XX. A Marinha se compunha de material híbrido, operando navios a vela ao lado de tentativas pulsativas de penetrar na era dos navios mecânicos e metálicos. Mesmo os Encouraçados *Aquidabã* e *Riachuelo*, as primeiras unidades ditas modernas, recebidas em 1885, eram, ao serem construídas, mistas, envergando velas, utilizadas para aumentar economicamente seu raio de ação, pois também dependíamos da importação do combustível, o carvão.

No fim do século, nossa força naval era constituída por um conjunto heterogêneo de navios, de duvidoso valor militar, que não obedecia a nenhuma orientação de Política Naval definida. A organização de uma Esquadra de Evoluções (com navios dos tipos os mais diversos, o que deveria dificultar sobremodo as ditas evoluções) durou pouco. Com a República, alguns dos chefes envolveram-se na política partidária — e a Revolta da Armada de 1893 terminou por desorganizar a Marinha, cindindo-a e dificultando mais suas relações internas e com o Governo.

Quanto ao pessoal subalterno, a evolução não foi melhor, e bem mais prejudicial, com piores conseqüências. Continuou-se com a prática do recrutamento da ralé das cidades, dos condenados enviados pela polícia, como a uma casa de correção. Ou ex-escravos que, alistando-se, procuravam o apoio econômico que a Abolição lhes tinha tirado. Criaram-se Escolas de Aprendizes em número elevado, mas deixando muito a desejar em suas finalidades, saindo delas meninos analfabetos, nada conhecendo da Marinha além da elementar nomenclatura dos navios a vela. Estes despreparados rapazes eram lançados na voragem dos maus elementos que existiam nas guarnições, à qual aderiam ou eram destruídos.

As “seções do fogo” (foguistas, artífices, que operavam as máquinas), nunca foram especialmente consideradas. Acabava-se recrutando até estrangeiros, ilhéus portugueses, sem nenhum condicionamento militar ou conhecimentos técnicos das funções que iriam desempenhar.

Foram criadas Escolas Profissionais, mas, além de poucas, de rendimento fraquíssimo, causado pela ignorância dos candidatos.

Os oficiais eram praticamente autodidatas, pois, além da Escola Naval, atrasada em relação às novas técnicas que iam sendo desenvolvidas nas Marinhas mais adiantadas, dispunham de poucos cursos metodizados durante a carreira, exceto uns poucos no estrangeiro. Os almirantes, bastante idosos, haviam sido brilhantes e valentes, quase todos veteranos da Guerra do Paraguai, com notáveis folhas de serviço, mas completamente estagnados em relação aos conhecimentos necessários para dirigir e operar uma Marinha moderna.

Na heterogênea confusão de navios veleiros, mistos e os adquiridos entre 1885 e 1896, as repercussões deste estado de coisas não se faziam sentir com muita intensidade. A ineficiência, a falta de uma estrutura orgânica atualizadas, as falhas no apoio logístico e na manutenção dos navios, o despreparo do pessoal subalterno e mesmo, até certo ponto, dos oficiais, passavam despercebidos pelo Governo e pela opinião pública, continuando a viver a Marinha das glórias do passado e da posição de realce social dos escalões superiores. Mas as exigências, mesmo simples, das unidades mais modernas forçaram a admissão na Marinha de pessoal de melhor nível para as funções na telegrafia, na artilharia, na eletricidade, nos torpedos etc., pessoal que se distinguia da grande massa de elementos primários e analfabetos que guarneciam os navios. Para esses novos marujos, o regime disciplinar em vigor começou a pesar insuportavelmente.

O problema veio à tona com intensidade quando se decidiu dar um passo de gigante em relação às nossas possibilidades, adquirindo, a uma, uma Esquadra de 14 navios cuja construção obedecia aos últimos ditames da técnica militar-naval. Navios complexos, com maquinaria demandando caldeiras de tiragem forçada para se obter velocidades altas para a época, torres e elevadores de munição acionados elétrica ou hidraulicamente, e exigindo guarnições numerosas para os operarem e mantê-los. Esses melhoramentos encontraram a Marinha no máximo de seu despreparo, materialmente sem recursos para conservá-los e, no que tocava ao pessoal, deficiente em qualidade e quantidade.

Os números referentes à distribuição por especialidades dos homens que deviam guarnecer a Esquadra recém-recebida mostram claramente as dificuldades que se tinha para bem utilizar as novas aquisições. O efetivo completo do Corpo de Marinheiros Nacionais, fixado por lei, deveria chegar a quase 5 000 praças, o que já era

pouco, mas dessas só existiam 4 000, além de quase 1 000 desertados (!). A composição nominal e efetiva do Corpo de Marinheiros era a seguinte:

Foguistas —	nominal: 944;	existiam: 465
Artífices —	nominal: 118;	existiam: 0
Artilheiros —	nominal: 118;	existiam: 70
Timoneiros —	nominal: 236;	existiam: 28
(sinaleiros)		
Mineiros —	nominal: 118;	existiam: 5
(torpedistas)		
Taifeiros —	nominal: 118	existiam: 0
Músicos —	nominal: 236	existiam: 183
Fluviais —	nominal: 236	existiam: 107
S/especialidade —	nominal: 1770	existiam: 3203 (!)

Mesmo que se dispusesse dos efetivos fixados por lei, não se teria gente em número suficiente para guarnecer encouraçados, *scouts* e *destroyers* da nova Esquadra. Pode-se então imaginar a deficiência verificada, considerando-se que continuavam na ativa os navios antigos.

As Escolas Profissionais funcionavam há cinco anos, mas só haviam conseguido formar 128 especialistas. Os foguistas, essenciais para a movimentação dos navios, tinham que ser complementados, como vimos, por contratados, mesmo estrangeiros, sem formação militar ou técnica.

Acrescente-se a este quadro a manutenção a cargo de um Arsenal mais do que centenário, que não fora modernizado, o abastecimento falho, uma superestrutura defeituosa, excessivamente centralizada, e um Estado-Maior cujas atribuições eram 95% administrativas, e tem-se a explicação das desastrosas primeiras comissões dos navios recebidos.

O *Jornal do Commercio*, diário publicado no Rio de Janeiro (ainda hoje existente), em uma sequência de edições a partir de 7 de julho até 10 de outubro de 1910, desenvolveu forte campanha no sentido de ser contratada uma missão estrangeira — *a grande missão* — como chamava, composta de elementos de todos os escalões hierárquicos, que organizasse, preparasse e adestrasse as Forças Armadas brasileiras e, em especial, a Marinha, com sua Esquadra moderna. Os artigos que se sucediam veementes, pondo a nu todas

as fraquezas da Marinha (os números acima citados foram retirados do *Jornal do Commercio* e nunca contestados), o abandono a que era relegada pelos órgãos e orçamentos governamentais, o recrutamento defeituoso, o despreparo técnico de seu pessoal, a desatualização e a idade avançada de seus chefes (embora enaltecendo-os como figuras veneráveis pelo passado de trabalhos e glórias e alta integridade moral), eram visivelmente escritos por oficiais nos primeiros postos, muito bem informados.³⁹ Outros oficiais, em cartas abertas à imprensa, apoiaram a campanha (sendo o Capitão-Tenente Frederico Vilar preso na Inglaterra, onde se achava, devido a uma dessas cartas). Autoridades e oficiais mais graduados responderam a esses comentários desairosos também pelos jornais, mas com argumentos pouco convincentes, defendendo, mais do que das acusações, a honorabilidade da Marinha, cujas falhas não deveriam ser comentadas em público.

No Clube Naval foi convocada uma Assembléia Geral para “desagrar os brios da Armada Nacional, da maneira insólita com que foi tratada por um órgão da imprensa”, que se realizou a 18 de julho de 1910. A reação dos sócios à convocação já representou discordância da atitude que o Clube desejava assumir, pois somente 73 dos 500 associados existentes compareceram, e em segunda convocação. A assembléia foi presidida pelo Almirante J. J. Proença, Diretor da Escola Naval, um dos mais diligentes articulistas que se opunham ao *Jornal do Commercio*. Duas moções foram apresentadas. Uma, elaborada pelo Capitão-de-Fragata Benjamim de Mello, propunha que o Clube lançasse enérgico protesto contra os órgãos de imprensa que “apresentassem a público afirmações não verídicas sobre a competência e o trabalho de nossos oficiais e sentir que neste órgão de tão respeitáveis tradições (*o Jornal do Commercio*) encontrassem agasalho tais informações, sendo ainda agravadas pela dureza de suas respostas àqueles que, prezando uma vida cheia de serviços, tanto no passado como no presente, na guerra e na paz, representam o patrimônio sagrado de glórias, que não é só da Marinha, mas da Nação brasileira”.

A segunda, de autoria do Capitão-de-Fragata Francisco de Mattos, propunha que “nada se deliberasse para não assumir atitude que possa trazer irritação de ânimos”, o que era uma maneira eufêmica de concordar com o *Jornal do Commercio*. Os debates foram acirrados, mas aprovou-se por fim a moção do Comandante Mattos por 36 votos contra 35. Destes últimos, 12 eram de professores da

Escola Naval. Entre os votantes vitoriosos aparecem nomes que iriam ter destaque, alguns de maneira trágica, na rebelião eclodida quatro meses depois, com Anfilóquio Reis (Encarregado do Detalhe do *Minas Gerais*), Mário Lahmayer, Milcíades Portela Ferreira Alves, José Cláudio da Silva Junior, Alberto Lemos Basto (imediato do *Bahia*) e Pedro Max de Frontin (comandante do *Rio Grande do Sul*).

Este entrevero jornalístico significou realmente uma *revolta branca* dos oficiais menos graduados contra a situação vigente, da qual os marinheiros de melhor nível tomaram conhecimento pela leitura dos jornais. É de se notar que em nenhum artigo publicado falou-se dos aspectos disciplinares na vida de bordo, nem dos castigos corporais em vigor para coibi-los, um dos aspectos cruciais da Marinha da época, e que foi a causa direta da sublevação de novembro.

Fruto do recrutamento defeituoso, já comentado, e do mau preparo das Escolas de Aprendizizes (onde também eram matriculados os piores elementos das famílias, *para corrigir*),⁴⁰ embora se pudesse, de acordo com a Constituição, em seu Artigo 87, § 4.º, fazer o sorteio militar (o que, quando aventado, provocava os maiores protestos), a maioria das guarnições ainda estava infestada de facínoras, primários, analfabetos, que podiam ter sido de alguma utilidade na Marinha vélica, mas haviam-se tornado indesejáveis e nocivos quistos nas modernas unidades. E o pior era que o Artigo 150 do *Regulamento do Corpo de Marinheiros* proibia que estes elementos fossem excluídos antes de terminar o tempo de alistamento (quinze anos para os procedentes das Escodas de Aprendizizes, dez para os voluntários, cinco para os reengajados), mesmo que mostrassem falta de aptidão e má conduta, a não ser depois de submetidos a longos e complicados Conselhos de Disciplina. E mais: quando cumprissem sentenças por delitos ou crimes legalmente apurados, seria o tempo de prisão descontado do período regulamentar de alistamento ou de reengajamento. Tudo isto era conhecido, não constituía segredo, porém as raízes do mal só poderiam ser cortadas com novos dispositivos de lei, que nunca foram propostos nem pressionados.

Para compensar essas situações defectivas, continuava-se a aplicar um sistema de punições com castigos corporais que não mais cabiam na época, e nem mais apresentavam resultados, porque não diminuía faltas disciplinares. Só no *Bahia*, entre junho e ou-

tubro de 1910, 911 homens foram incluídos no *Livro-Registro de Contravenções*, ou *Livro de Castigos* (como é conhecido), só uns poucos chibateados.

Grande parte da oficialidade manifestava-se contrária a esse regime, no qual o chicoteamento aparecia como um espetáculo deprimente. Fazia parte desta facção o próprio Ministro da Marinha, Almirante Marques de Leão, e o Comandante do *Minas Gerais*, Capitão-de-Mar-e-Guerra Batista das Neves. Entretanto, os crimes cometidos a bordo eram de tal monta, o pessoal, em grande parte, primitivo em suas manifestações de selvageria, com agressões, roubos, mortes, que a argumentação do *partido da chibata* acabava vencedora.

Também a legislação vigente era confusa em relação aos castigos corporais, como costumam ser as leis baseadas em hermenêutica comandada por arroubos emocionais, atitudes dramáticas e entusiásticas, sem haver um estudo mais profundo das circunstâncias que as provocam e das consequências que podem ter. Daí as “leis que não pegam”, porque fatos mais fortes do que o que se pensa e se escreve influem no seu cumprimento e o impedem.

Os preceitos constitucionais de 1824 já haviam proibido os *açoites*, as *marcas com ferro quente* e todas as demais penas cruéis. Mas o *Código Criminal* mandado executar pela Carta de Lei de 16 de dezembro de 1830 estabelecia penas de *açoites* em seu Artigo 60; e o Artigo 80 dos *Artigos de Guerra da Armada*, aprovados pelo Alvará com força de lei de 26 de abril de 1880, em vigor até a Proclamação da República e regulado pelo Decreto n.º 8.898 de 3 de maio de 1883, estabelecia a pena de *açoites* com um máximo de 25 pancadas (número sempre excedido).

A primeira Constituição republicana, de 24 de fevereiro de 1891, no seu Artigo 78, assegurava que a “especificação de direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outras garantias e direitos não enumerados, mas resultantes da forma de Governo que ela estabelece e dos princípios que consigna”. E o Artigo 2.º do Decreto n.º 3, de 16 de novembro de 1889, do Governo Provisório, havia abolido “o castigo corporal na Armada”. Mas cinco meses depois, a 12 de abril de 1890, o Decreto n.º 328 do mesmo Governo criou a Companhia Correccional “cujo fim [era] a segregação das praças de conduta irregular e mau procedimento habitual” e, reconhecendo em um de seus considerandos que “o castigo severo abolido por ocasião do advento da República e aplicável

somente às praças arroladas na referida Companhia [Correcional] dentro de um limite restrito é uma necessidade reconhecida e reclamada por todos que exercitam autoridade sobre os marinheiros”, decretou no seu Artigo 18 que para “faltas mais graves fosse aplicada a pena de 25 chibatadas”.*

Foi esse decreto corroborado pela 13.^a Observação do Artigo 5.^o do Código Disciplinar da Armada, aprovado pelo Decreto n.^o 509, de 21 de junho de 1890 e pelo Artigo 40 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.^o 4.323, de 15 de janeiro de 1902, que obrigava os médicos da Armada a se pronunciarem sobre o estado de saúde das praças da Companhia Correcional que tivessem sofrido castigo corporal. E o Artigo 2.^o do Regulamento do Corpo de Marinheiros Nacionais, aprovado pelo Decreto n.^o 7.124, de 24 de setembro de 1908, consagrou todas as determinações acima enumeradas.

Esta abundância de citações de leis, regulamentos, decretos etc. mostra que houve muitas oportunidades para que juristas percebessem que o preceito constitucional proibindo os castigos corporais estava sendo infringido, não por caprichos pessoais, mas por documentos legais, elaborados e referendados por outros juristas, não cabendo assim as acusações tão repetidas (como veremos adiante) de que a Marinha, através da ação de seu Corpo de Oficiais, descumpria a Constituição, o que os marinheiros, revoltando-se, procuravam corrigir.

* Contrariamente ao que afirma o Comandante H. Pereira da Cunha em sua monografia sobre a *Revolta da Esquadra em 1910*, o Decreto-Lei n.^o 328 de 12 de abril de 1890 foi referendado apenas pelo Ministro da Marinha, Almirante Wandenkolk, pois tratava exclusivamente das punições a serem aplicadas nos marinheiros. Na publicação da época, *Compilação dos Decretos da Marinha*, existente no Arquivo Histórico do Serviço de Documentação Geral da Marinha, encontra-se o texto completo do referido decreto e as Instruções para sua execução, assinado o primeiro somente pelo Marechal-Presidente e pelo Ministro da Marinha.

Surpreende o fato de não ter sido o texto legal em questão publicado no *Diário Oficial*, conforme se lê no *Índice dos Decretos do Governo Provisório em 1890*, (*Quarto Fascículo*), onde, a seguir ao Decreto n.^o 327, vem o de número 329, havendo uma nota informando a não publicação do de número 328, cuja versão também não é achada no Arquivo Nacional. Deste modo, os outros ministros do Governo Provisório, entre os quais Rui Barbosa, dele não tomaram conhecimento, embora revogasse disposições legais anteriores (Decreto-Lei n.^o 3 de 16 de novembro de 1889) referendadas por todo o ministério.

Em outras palavras, apesar da Constituição de 24 de fevereiro de 1891 ter não só revogado as disposições anteriores em conflito, com previamente inquinado de nulidade todas as leis e atos posteriores que direta ou indiretamente infringissem o que ela estabelecia, realmente, a insubsistência *em princípio* da pena de aplicação da chibata não impediu, devido à confusão da legislação, vista e revista em uma série de atos legais, sua subsistência *de fato*, pela falta de ser-lhe decretada a nulidade pelo poder competente e pela necessidade verificada no dia-a-dia da vida a bordo.⁴¹

O *Memorial* reivindicatório e ameaçador enviado pelos marinheiros ao Governo no dia 23 de novembro reclamava também do excesso de trabalho a que eram submetidos nos novos navios. Para bem se analisar esta reação, devemos considerar os dois tipos de influências que teriam sofrido.

O regime de trabalho dos marinheiros em um navio a pano era muito peculiar. Como a manobra dependia de fatores que não se podiam prever, como as mudanças de tempo ou de rumo, a procura de melhor incidência do vento nas velas etc., a guarnição era chamada à atividade nas horas as mais desconfortáveis e mantida trabalhando pelo tempo que fosse necessário. Em compensação, as folgas duravam enquanto o serviço não fosse exigido. Natural, assim, que os marinheiros formados na Marinha vélica estranhassem e não se adaptassem ao sistema de trabalho dos navios mecanizados, verdadeiros estabelecimentos industriais, com horários de trabalho fixos de antemão para operá-los, adestrá-los e mantê-los.

Também, por não ter a Marinha revisto sua estrutura orgânica, inclusive a interna dos navios, de acordo com suas maiores proporções e maior complexidade, isto deve ter demandado das guarnições intensa e desorganizada atividade. Os Encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, depois de serem, na década dos 20, organizados nos moldes norte-americanos, com departamentos, divisões etc., eram guarnecidos por quase um milhar de homens, em maioria especialistas, conhecendo bem suas funções. Ao serem recebidos, em 1910, adotava-se ainda uma antiga organização por incumbências (Encarregado do Detalhe, das Embarcações, dos Duplos-fundos etc.) e eram tripulados por perto de 500 homens, inexperientes naquele tipo de navio. Esta diferença diz muito.

Outro ponto que deveria afetar a formação de uma equipe homogênea, como deve ser a guarnição de um navio de guerra, era a enorme distância social e cultural que existia entre oficiais e pra-

ças. Eram dois mundos afastados, que se comunicavam dificilmente, com os contatos limitados às ordens e castigos. Uma das provas disto foi o sigilo que os marinheiros conseguiram manter em relação à conspiração em andamento, da qual os oficiais não só não suspeitavam como, se tivessem alguma desconfiança, não acreditariam que seus subalternos fossem capazes de prepará-la, como a prepararam.

Em suma, fatos como:

a) o abandono em que se encontrava a Marinha nas preocupações e nos orçamentos governamentais;

b) a conseqüente estagnação, e mesmo decadência, de suas atividades, mantendo-se um equipamento heterogêneo, incluindo navios a pano, navios fluviais (sobras da Guerra do Paraguai), navios mistos, navios de transição da Marinha vélica e de madeira para o vapor e o aço;

c) a desatualização da estrutura orgânica da Marinha, em todos os escalões;

d) o recrutamento de pessoal subalterno feito nos níveis mais baixos da população e o preparo deficiente dos homens que deveriam guarnecer os modernos navios adquiridos;

e) a existência de legislação defeituosa que dificultava sobremodo a substituição dos maus elementos humanos que infestavam os navios e que exigiam, no ver de muitos oficiais, o regime disciplinar baseado nos castigos corporais;

f) a confusão de atos legislativos referentes aos castigos corporais que, simultaneamente, os proibiam e permitiam;

g) a aquisição, à uma, de 14 navios moderníssimos, constituindo tecnicamente um grande passo adiante em relação ao que possuíamos e além de nossa capacidade;

h) a falta de pessoal em qualidade e quantidade para operar e manter esses navios;

i) a mistura, a bordo, dos elementos de má índole, de instintos primários, com os de melhor nível que assumiam os novos tipos de funções que passaram a existir, todos submetidos ao mesmo e superado regime disciplinar;

j) o enorme afastamento social e cultural existente entre oficiais e praças;

k) as influências externas recebidas na convivência na Inglaterra e nas viagens, com os marinheiros de outras nações, onde já

imperavam diferentes regimes disciplinares, de trabalho e de preparo do pessoal;

1) o conhecimento, de parte dos marinheiros, das cisões de opinião e de mentalidade entre oficiais, como a que causou a *revolta branca* da campanha do *Jornal do Commercio*.

Estes foram os ingredientes que, apurados no tempo, acumularam-se até chegarem ao ponto crítico, fizeram deflagrar a Revolta de 1910. A chibata, o excesso de trabalho, os vencimentos constituíram a espoleta que provocou a explosão de algo que se vinha processando há muito tempo, alimentado especialmente pelo abandono governamental, pela imprevidência e desatualização dos chefes da Marinha, pela legislação defeituosa e pelas guarnições formadas em grande parte por elementos primários, alguns de maus instintos. Os *João Cândidos e Dias Martins* são muito mais criaturas do que criadores das circunstâncias.

REAÇÕES NO CONGRESSO E NA IMPRENSA

Estes dois aspectos da Revolta podem ser tratados em conjunto, pois ambas as reações evoluíram da mesma maneira durante a rebelião, o Congresso, mais discreto em suas manifestações, e a imprensa, naturalmente, mais radical e sensacionalista.

Vejamos dia a dia o que falaram, escreveram e fizeram os congressistas e jornalistas.

Dia 23 de novembro

Chegaram neste dia às Casas do Congresso as primeiras notícias da rebelião, ainda sem detalhes. As declarações dos congressistas, tanto da situação como da oposição, enfatizaram a neutralidade política em relação ao movimento, a repulsa ao ato de indisciplina que ele representava e o apoio incondicional às medidas que o Governo achasse por bem tomar para debelá-lo.

No Senado, o Sr. Quintino Bocaiúva, republicano histórico, líder do Governo, tomou a palavra:⁴² “Sr. Presidente, o Senado, como a Nação inteira, acha-se neste momento sob a impressão da mais das dolorosas surpresas (*muito bem*) e o dever dessa corporação, em virtude de seu próprio mandato e como representante legítima dos Estados da União Brasileira, é asseverar perante a opinião pública nacional e perante a opinião universal que neste lamentável incidente da insubordinação dos marinheiros de alguns

navios de guerra surtos no porto desta Capital não está envolvido nenhum pensamento político. Não há felizmente entre nós nenhum partido que queira aceitar a co-responsabilidade de semelhante atentado (*Apoiados gerais. Muito bem*). Posta de parte, portanto, a hipótese de que exista neste movimento de indisciplina e insubordinação qualquer elemento político, que seria nefando e antipatriótico, penso que o dever do corpo legislativo da República é asseverar ao Governo a sua completa e incondicional adesão na defesa dos interesses supremos da Nação e da honra do nosso próprio nome perante o mundo civilizado (*Apoiados. Muito bem*). (. . .)

“Por hoje creio que cumpre apenas afirmar que o Senado da República está ao lado do Governo da União, prestando-lhe o seu apoio para que possa restabelecer a tranqüilidade dos espíritos e salvar a honra da civilização de nossa pátria. (*Aplausos gerais*).”

Depois de aprovada moção referendando as declarações do Senador Bocaiúva, teve a palavra o Sr. Alfredo Elis, da Oposição: “Sr. Presidente, como único representante oposicionista presente à sessão, julgando, entretanto, interpretar o pensamento dos amigos, declaro que faço minhas as palavras do honrado e nobre patriarca da República (*Muito bem*). Fui surpreendido hoje, às primeiras horas do dia, pela revolta da Armada, mas declaro que absolutamente não vejo aí a possibilidade de existir nela co-participação ou solidariedade de origem política, por mais remota que seja (*Apoiados*). Não; se houvesse, eu me afastaria de semelhante política que visasse à morte da República ou, pelo menos, o seu descrédito perante o mundo civilizado”. (. . .)

“Nada pode ser mais deprimente para a Nação, Sr. Presidente, do que a insubordinação armada, máxime nas condições dessa”. (. . .)

“Sr. Presidente, o Governo da República pode contar conosco (*Palmas. Muito bem*).”

Rui Barbosa, o candidato derrotado nas recentes eleições presidenciais, mas, indiscutivelmente, a figura de político intelectual de mais evidência no país, foi chamado de licença que gozava para tratamento de saúde de pessoa da família para opinar em questão de tanta importância na vida nacional. Aproveitou a oportunidade para, embora, como os outros, negando qualquer conotação política do movimento, colocar-se em posição para utilizá-lo como arma de propaganda política, evitando ao mesmo tempo que o Governo o

utilizasse no mesmo sentido. Em sua longuíssima fala, usou de expressões como estas:

“Em presença deste espetáculo profundamente amargo ao meu espírito, Sr. Presidente, rompi com estas minhas disposições para vir hoje à presença desta Casa, não com o fim de salvar responsabilidades, acima das quais a notoriedade de minhas idéias e a estima pública me colocam (*Muito bem; muito bem*), mas unicamente para exprimir a minha aversão, a minha agonia, diante de fato que, mais uma vez, neste regime, visa colocar em dúvida o valor de nossas instituições e a segurança de nossa tranqüilidade”. (...)

“É que em presença desses cidadãos heróicos e modestos, preparados para a morte em defesa da Pátria, senhores dos mares, apaixonados nas lutas contra as vagas e contra os ventos, vemos sempre uma das mais altas expressões da tranqüilidade do país e dos direitos dos povos. Vê-los converterem-se contra a legalidade, para cuja defesa foram constituídos, é para nós o mais pungente dos dissabores. Fazemos justiça aos sentimentos dessas almas humildes e transviadas, tão inocentes nos seus assomos quanto generosos nos seus altos rasgos de coragem. É preciso, porém, não esquecer a verdade e a justiça que jazem no fundo íntimo dessas reclamações; é preciso não desconhecer nas reclamações dessa massa que se levanta um princípio de direito de humanidade, um grande princípio de humanidade e de direito, mas os quais não podem ser reivindicados senão pelas armas que as nossas leis e a Constituição lhes asseguram”. (...)

“Livre-se o Governo de se deixar influenciar pelo trabalho sorrateiro dos amigos perniciosos empenhados sempre em lisonjear os governos, arrastando-os a cair com o peso de todas as injustiças sobre seus adversários. Já hoje, em uma das folhas da manhã, se anunciava que o Governo da República se havia apressado em mandar pôr sob a mais estrita vigilância os mais eminentes políticos deste regime, notoriamente conhecidos como adversários da situação atual. Seria um meio de explorar a delicadeza do momento em proveito de paixões iníquas, daninhas, quando a evidência dos fatos está demonstrando a ausência absoluta, no seio desse movimento, de qualquer pretensão de caráter político.”

Na Câmara de Deputados,⁴³ o Sr. Torquato Moreira, líder da situação, fez afirmativas semelhantes: “Sr. Presidente, ninguém que tenha conhecimento dos graves acontecimentos que se estão passando na baía desta Capital poderá dissimular a impressão profunda

por eles causada sob todos os espíritos, sem distinção de classe (*Apoiado*), sem distinção de partidos (*Apoiados gerais*), pois que eles interessam a toda a Nação brasileira (*Apoiado; muito bem*). Não há como ocultar que o que está perigando neste momento é a ordem pública e o que, com estes acontecimentos, sofre grave ataque são os altos e permanentes interesses da Nação. Desgraçadamente, Sr. Presidente, a maruja brasileira, amotinada, obedecendo a interesses inconfessáveis, sem a cultura necessária para compreender a gravidade desses acontecimentos e da atitude que acaba de assumir, põe em grave risco a tranqüilidade pública, a ordem, o sossego e, por que não dizê-lo? os próprios créditos da nossa nação. (O Sr. Irineu Machado: *É uma vergonha nacional!*).

“Nessas condições, Sr. Presidente, a Câmara, que tem conhecimento desses fatos, embora não tome nesse momento nenhuma medida de caráter excepcional para assegurar a tranqüilidade e a ordem pública na cidade, não pode deixar de, pelo órgão da maioria que neste momento se dirige a todos os seus colegas, afirmar a sua solidariedade com o Poder Executivo (*Apoiados gerais*) nas medidas de ordem e de repressão geral de que porventura tenha necessidade de lançar mão (*Muito bem*). “Eram estas, Sr. Presidente, as declarações que eu tinha necessidade de fazer em nome de meus amigos, que não poderão, estou certo, no momento em que se tornar preciso, negar qualquer medida excepcional (Sr. Irineu Machado: *Não será preciso, porque a nação inteira é contra este movimento*) ao Chefe Executivo da Nação”. (*Apoiado, muito bem, muito bem*).

Em seguida, o líder da Oposição, Sr. Antunes Maciel, manifesta-se do mesmo modo:

“O nosso pensamento é, Sr. Presidente, de nada promover, de nenhum reparo fazer, nenhuma consideração emitir sobre as circunstâncias atuais, acatando em tudo e por tudo as medidas que competirem ao Governo do meu país em situações dolorosas como esta em que se encontra a sociedade brasileira.

Este pela sua responsabilidade deve saber o que é indispensável fazer atualmente. Se de alguma coisa [o Governo] necessita, além das medidas que a legislação em vigor já lhe faculta, venha pedi-la, porque o Parlamento estará com ele (*Apoiado*) enquanto ele se mantiver na defesa da ordem social conturbada, como se acha; e enquanto estiver convencido de que isto que se passa na baía do Rio de Janeiro é apenas uma monstruosa revelação do es-

pírito de anarquia' (*Apoiados gerais*) que não pode ter solidariedade alguma da nação brasileira (*Apoiados*) nem de nenhum dos partidos que aqui representamos (*Muito bem, palmas nas galerias, o orador é vivamente cumprimentado*)."

Depois de ser indicada uma Comissão para comparecer às exéquias do Comandante Batista das Neves e dos outros oficiais assassinados, chegou à Câmara o Deputado e Capitão-de-Mar-e-Guerra Honorário José Carlos de Carvalho, que estivera em contato com os sublevados, e cuja intervenção mudaria completamente o quadro.

Vejamos como a imprensa diária, que publicara as primeiras notícias do levante nas edições do dia 23, comentou os acontecimentos nos editoriais do dia 24.

Dizia o *Correio da Manhã*, jornal da oposição, com assinatura de Gil Vidal, pseudônimo de Leão Veloso:

"... nada fazia prever aquele acontecimento [a rebelião]; não se imaginava que a indisciplina de nossas tropas de mar, quando se exaltava a todo momento nossa regeneração naval, estivesse em tal decadência a ponto de se apoderarem elas de seus navios, matando comandante e oficiais, para com seus canhões e metralhadoras imporem condições humilhantes ao Governo de cuja aceitação tornou dependente o não bombardeio da cidade, com sacrifício de toda a população." (...)

"A Nação toda condena a revolta. A Nação toda está ao lado do Presidente da República para o estabelecimento da ordem pública e da disciplina da Armada. Diante desse gravíssimo sucesso desaparecem as dissensões políticas." (...)

"Por mais dolorosas que se afigurem ao Governo as consequências de algumas resoluções indispensáveis para que ele saia vencedor nesta luta a que foi levado pelo desvairamento e loucura de alguns marinheiros, não tem ele que recuar diante dela."

O *Paiz*, órgão governista, assim comentava os fatos:

"Mesmo sem os episódios sangrentos que a tornaram odiosíssima, o simples fato da revolta bastaria para levar ao espírito de cada brasileiro uma impressão de mágoa, de vergonha.

"As reclamações dos marinheiros em revolta, merecendo um exame dos Poderes Públicos, são externadas de modo que impedem, no primeiro momento, qualquer análise; o Governo não pode, sob tal pressão, satisfazer suas aspirações, por mais justas que elas sejam."

Como já soubessem das revelações do Deputado J. C. de Carvalho, acrescentam alguns comentários sobre que atitude o Governo deveria tomar:

“É lastimável que só na presença de fatos da gravidade dos que agora se deram, se lembrem os responsáveis pela direção da República de analisar os fundamentos de velhas reclamações e de repetidas queixas, apresentadas pela maruja e pelos inferiores da Armada.” (...)

“Por todos esses motivos [as revelações trazidas pelo Deputado J. C. de Carvalho], as nossas disposições para com os sublevados são de mais benignidade. Não podemos, nem devemos, porém, dar nosso assentimento a que o Governo entre na análise da justiça das reclamações que elas representam sob a pressão dos canhões contra a cidade do Rio de Janeiro.”

Comentando adiante, em outro artigo, os acontecimentos a bordo do *Minas Gerais*, afirmava:

“Não houve propriamente a insurreição de quinhentos homens em que o freio do dever se partira, contra um grupo de oficiais numericamente inferior; não houve um levante no sentido rigoroso da palavra. O que se deu foi um ataque inesperado e de traição, como se temessem que a simples presença dos oficiais pudesse fazer abortar o movimento.”

O *Diário de Notícias*, jornal oposicionista, já no dia 23 comenta as causas da revolta, mas ainda fazendo restrições à maneira com que os marinheiros agiram. Dizia:

“Diversas queixas dos marinheiros nacionais contra seus superiores circulavam desde longa data, nas rodas da Marinha. A reação dos humildes foi se acumulando; a idéia de uma repulsa nasceu fortemente e, ante a atitude da oficialidade, a revolta, não se contendo mais nos freios da indignação, explodiu ontem à noite entre as guarnições de diversos vasos de guerra. A indisciplina mostrou-se francamente e os excessos cometidos, inevitáveis em tais ocasiões, são de todo lamentáveis. Marinheiros brasileiros, em geral bravos e fiéis servidores, não puderam conter a repulsa a mão armada contra seus superiores que, a dar crédito nas notícias circulantes a respeito, sobrecarregando as guarnições de trabalho, as maltratavam, por vezes barbaramente. Dizem serem essas as causas da revolta rebentada esta noite.

“De qualquer modo, sejam quais forem as causas que levaram as guarnições a se revoltarem, os fatos desta madrugada são na

verdade lastimáveis, não se justificando esses meios violentos para a conquista da justiça e da equidade. Dentro da lei, circunscritos nos limites de rigorosa disciplina, a marinagem podia se esforçar pelos seus direitos e pelas suas garantias.”

No dia seguinte, em editorial, reafirmava sua reprovação ao ato rebelde:

“Diante da gravidade da situação criada pela revolta da marinagem dos navios de guerra, a atitude desta folha oposicionista não pode ser senão de franca reprovação ao ato que veio lançar o pavor na calma habitual desta cidade de trabalho. Por maior que seja a nossa intransigência civilista, não podemos prestar a menor parcela de apoio, nem aplaudir esse movimento de insubordinação militar que investe desatinadamente contra a ordem e contra a lei em verdadeira explosão de loucura armada. Seja qual for a sorte desse atentado que já vitimou oficiais distintíssimos e arrancou a vida a inocentes, não podemos dar mais do que o esquecimento, que não se nega aos transviados. Solidariedade, nunca, porque nem isto é uma conspiração política e sim um levante de indisciplina militar, como também porque, ao preço de tão dura apostasia de nossos princípios de ordem e de respeito às leis, não queremos nem quereremos jamais as altitudes do poder.”

Até este momento, soprava pelo Congresso e pela imprensa, representando esta a opinião pública, um vento forte de indignação, de repulsa, de dignidade ofendida, de respeito pelas leis e pela disciplina militar, transgredidas de maneira cruel e sangrenta, expressos esses sentimentos em palavras candentes e vibrantes. Tais atitudes iriam mudar rápida e radicalmente em curto espaço de tempo.

A missão do Deputado José Carlos de Carvalho

Antes de ter sido encerrada a sessão da Câmara dos Deputados do dia 23, compareceu à Mesa e pediu a palavra o Deputado José Carlos de Carvalho, que também era Capitão-de-Mar-e-Guerra Honorário da Armada. Regressava S. Exa. de ter contato com os rebeldes a bordo do *Minas Gerais* e do *São Paulo*. As suas declarações provocaram completa mudança nas atitudes do Congresso e da imprensa.

O Deputado Carlos de Carvalho havia, como político, cumprido a missão política determinada pelo seu chefe de Partido, o Senador Pinheiro Machado. Este, representante do Estado do Rio Grande do Sul, era, se assim podemos chamá-lo, o “pajé” da Política brasileira, que dominava com seu senso e habilidade, conjuntamente com audácia de personalidade dominadora e caudilhesca. Fora o principal elemento responsável pela difícil vitória eleitoral do Marechal Hermes da Fonseca, a favor de cuja candidatura jogara todo o peso de seu prestígio, derrotando os *civilistas*, encabeçados por outro colosso da Política, o Senador Rui Barbosa.

Agora, sete dias depois de o marechal tomar posse, a rebelião dos marinheiros, com a repercussão nacional e, mesmo, internacional, que teria, e o perigo que representava um seu imprevisível desdobramento, constituía grave ameaça à continuidade e à segurança do novo Governo.

Enquanto nas Casas do Congresso os líderes falavam, clamando sua repulsa à sublevação, seu apoio ao Executivo etc., Pinheiro Machado, objetivo e decidido, resolveu agir. E o instrumento que escolheu para conhecer a realidade do que se passava e, com base no que descobrisse, tomar medidas que neutralizassem o movimento que poderia afetar sua posição política, foi o Deputado José Carlos de Carvalho que, além da confiança que merecia, apresentava um passado de homem de ação, as qualificações de ex-oficial de marinha e os galões de Capitão-de-Mar-e-Guerra Honorário.

José Carlos de Carvalho⁴⁴ tivera praça de aspirante da Escola Naval em 1864. A 20 de novembro de 1865, deixou a Escola para embarcar na Canhoneira *Henrique Martins* que, sob o comando do Primeiro-Tenente Jerônimo Gonçalves, seguia para o Paraguai. Regressou, a fim de completar o curso escolar, depois de em 1866 ter participado de ações de guerra. A 17 de setembro de 1867, promovido a guarda-marinha, voltou para o Teatro de Operações a bordo da Fragata *Amazonas*, sendo transferido para o Encouraçado *Silvado*, ainda sob o comando de Jerônimo Gonçalves. Neste navio, forçou diversas passagens fortificadas do rio, bombardeou Humaitá e liderou o assalto ao Encouraçado *Cabral*, cujo convés estava sob o poder dos paraguaios que o haviam abordado, vindo em canoas, à noite. Foi ferido nesta ocasião.

Foi promovido a segundo-tenente graduado em 1868, sendo condecorado como Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro.

Na Passagem de Angustura recebeu novo ferimento. Comandou em seguida as chatas-bombardeiras (tomadas dos paraguaios na Batalha do Riachuelo) que operavam na Lagoa de Amburocû, com elas completando o cerco de Humaitá.

Depois da rendição dessa fortaleza, assumiu a imediatez do Monitor *Rio Grande*, nele chegando até Assunção. Passou a exercer as mesmas funções no Encouraçado *Colombo*, terminando neste navio a Campanha do Paraguai, condecorado mais uma vez com a Medalha de Bravura Militar.

Com a paz, dedicou-se ao estudo de máquinas, foi promovido a primeiro-tenente e serviu em vários navios. Nomeado diretor da oficina de máquinas do Arsenal de Ladário, aí desentendeu-se com o Inspetor do Arsenal, sendo preso. Submetido a Conselho de Guerra, sob a acusação de haver faltado com o respeito ao superior, foi sentenciado a 30 dias de prisão e posteriormente absolvido pelo Superior Conselho Militar.

Desgostoso com os resultados do Conselho, apesar da absolvição, e, possivelmente, sob o impulso de maiores ambições, pediu demissão da Armada, indo trabalhar na *Gazeta de Notícias*, jornal de projeção na época, onde militavam José do Patrocínio, Paula Nei e outros.

Na chamada *Revolta do Vintém*, foi novamente preso, por tê-la instigado falando em praça pública. Trabalhou como engenheiro em diversas empresas, inventou um sistema de sinalização elétrica, adotado pela Marinha, e sobressaiu-se ao dirigir o transporte do meteorito de Bendengó do sertão da Bahia para o Museu Nacional.

Já com vinculações políticas, coordenou em grande parte o movimento de 1891, no qual o Almirante Custódio José de Melo, içando a bandeira da rebelião no Encouraçado *Riachuelo*, provocou a renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca. Por sua participação, foi agraciado com o título de Capitão-Tenente Honorário da Armada.

No ano seguinte, discordando de algumas iniciativas políticas do Almirante Custódio José de Melo, então Ministro da Marinha, teve seu posto honorário cassado por crime de sedição, sendo desterrado para Macapá, no Estado do Pará, de onde regressou em outubro do mesmo ano. Com a saída do Almirante Custódio do Ministério, recebeu de volta seu posto honorário.

Na Revolução da Armada, em 1893, tomou aberta e ativamente o partido florianista. Não embarcou, mas suas ações em terra e

seus bons serviços fizeram-no merecedor da promoção ao posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra, ainda honorário.

Por este rápido escorço da vida de José Carlos de Carvalho, vê-se que Pinheiro Machado tinha razão ao escolhê-lo para resolver rapidamente o problema que o afligia, o que ele fez, com aproximação exclusivamente política, aproveitando-se contudo do seu passado naval que lhe dava credibilidade junto aos revoltosos e ao Congresso.

Às nove horas do dia 23, o Dr. Rodolfo Miranda procurou-o em casa, de parte do Senador Pinheiro Machado, pedindo-lhe que contatasse pessoalmente as guarnições rebeldes, procurasse saber exatamente as causas da revolta e descobrisse o caminho que rapidamente levasse à paz. Acrescentou que o emissário mais indicado seria ele, Carlos de Carvalho, à vista de seu passado naval. E frisou especialmente a urgência com que devia agir, ante a ameaça que pesava da cidade ser bombardeada.

Sem perda de tempo, fardou-se, conseguiu uma lancha no Arsenal de Marinha, improvisou uma bandeira branca de trégua com um lençol retirado da câmara mortuária, onde já se achavam os cadáveres dos oficiais assassinados no *Minas Gerais*, e partiu. No caminho, encontrou outra lancha que trazia o *Memorial* dos marinheiros para o Governo, do qual se apossou para entregá-lo pessoalmente (e conhecê-lo antes de qualquer outra pessoa). Na altura da Ilha Fiscal, foi alvo de disparos de canhões do *São Paulo*, os quais obrigaram-no a “chegar à fala”. Identificando-se, foi-lhe permitido atracar, sendo recebido com todas as honras militares devidas ao seu posto. O “comandante” Manoel Gregório explicou-lhe as razões da revolta: maus-tratos, trabalho excessivo, castigos corporais, má alimentação. Do *Minas Gerais* perguntaram pelo rádio quem estava a bordo. Informados que era o Comandante Carlos de Carvalho, que falava em nome do Governo, pediram que ele fosse também àquele navio.

Ainda no *São Paulo*, foi-lhe entregue o Tenente Sales de Carvalho, muito ferido, por ter tentado o suicídio, para ser transportado para terra. Mostraram-lhe que as bebidas alcoólicas estavam trancadas e vigiadas e, por fim, pediram-lhe que os representasse junto aos poderes públicos no sentido de ser garantida a anistia para todos os rebeldes, além das concessões solicitadas. E fixaram o prazo até as 17 horas para terem uma resposta.

No *Minas Gerais*, recebido com as mesmas honras, e apresentado a João Cândido como chefe da revolta, pediu que o navio fundeasse (estava em movimento) e ouviu as mesmas queixas e os mesmos pedidos. Fizeram-no também percorrer o navio, para mostrar que tudo estava em ordem, e solicitaram que levasse para o hospital o marinheiro que havia sido chibateado no dia 21. Além da anistia, queriam ter a segurança de que não seriam desembarcados e transferidos para o Corpo de Marinheiros, na Ilha de Villegagnon, ou qualquer outro navio. Indicaram finalmente o nome do Capitão-de-Mar-e-Guerra José Pereira Leite para o comando do *Minas Gerais*. Reafirmaram o prazo dado pelo *São Paulo* para obterem uma resposta.

Fazia parte da missão do Deputado Carlos de Carvalho verificar o que poderia ser feito para neutralizar a ação dos marinheiros. Percebeu logo que a enorme superioridade material conseguida com o domínio dos navios mais poderosos tornaria extremamente custosa uma ação militar, mesmo que ela fosse vencedora, mormente estando os encouraçados dentro da baía, com a cidade ao alcance direto de seus canhões. E uma mortandade no centro urbano do Rio de Janeiro criaria um problema político e humano que o Governo teria muita dificuldade para resolver. Tratou portanto de transmitir à Câmara e, daí, para o Senado e para a imprensa, usando sua autoridade técnica de ex-oficial de Marinha, a impressão da invencibilidade militar da revolta, ao mesmo tempo que fornecia razões emocionais e legais para justificar um recuo daquelas primeiras atitudes eivadas de radicalismo e de coragem, traduzidas nas manifestações do Congresso e dos jornais.

Voltando para o Arsenal, Carlos de Carvalho, usando o automóvel do Ministro da Marinha, foi ao encontro do Senador Pinheiro Machado e do Presidente da República para prestar conta de sua missão. Em seguida, dirigiu-se para a Câmara dos Deputados onde, ouvido atentamente, “deu o seu recado”.

Explicou que o Senador Pinheiro Machado fora de opinião que ele estabelecesse contato pessoal com os amotinados a fim de saber das razões da revolta e o que seria necessário fazer-se para se sair daquela inesperada e aflitiva situação. Depois de sua passagem pelo Arsenal, que classificou de confusa, chegou de lancha ao *São Paulo*, onde “perguntou quem se responsabilizava por aqueles atos”. Responderam: “todos”, um dos rebeldes acrescentando que “navios poderosos como estes não podem ser tratados e conservados pela meia

dúzia de marinheiros que estão a bordo; o trabalho é redobrado, a alimentação é péssima e malfeita e os castigos aumentam desbragadamente. Estamos em um verdadeiro momento de desespero: sem comida, muito trabalho, e nossas costas rasgadas pelos castigos corporais, que chegam à crueldade. Não nos incomodamos com o aumento de vencimentos, porque um marinheiro nacional nunca trocou por dinheiro o cumprimento de seu dever e seus serviços à Pátria.”

No *Minas Gerais*, ajuntou, disseram-lhe a mesma coisa, e mostraram a praça castigada “cujas costas assemelhavam-se a uma tainha lanhada para ser salgada (*oh! oh!*)”. E repetiu como ditas pelos marinheiros as seguintes palavras: “Fizemos tudo isto porque basta de sofrer e não sabemos ainda o que faremos. Em todo caso, pedimos perdão e sentimos que estamos amparados em nosso degredo quando nos anunciaram a vinda de V. Exa. para ser o intermediário de nossos pedidos de perdão. V. S.^a, pedimos todos, seja o nosso benfeitor e nos livre da desgraça em que caímos, e que não foi nossa culpa, para que o Marechal Hermes nos perdoe.”

Estava descrito o quadro, com cores às quais ele, J. C. de Carvalho, possivelmente acrescentara tonalidades convenientes, como a humildade com que se dirigiam ao Presidente da República, pedindo perdão, a ênfase que davam à interferência dele, deputado, que seria extensiva ao Senador Pinheiro Machado, e o impacto da *tainha lanhada*. A situação e o chibateamento, nada disto teria sido surpresa para o deputado. Este, ele havia visto muito em seu tempo de Marinha, e sabia perfeitamente que continuava a ser aplicado e o porquê. A situação interna do *Minas Gerais* ele comentara em artigo no *Jornal do Commercio*, edição de 28 de outubro de 1910. O despreparo dos grumetes também havia sido objeto de artigo seu no mesmo jornal, do dia anterior.

Mas agora era necessário que o Congresso se impressionasse e arbitrasse a si a responsabilidade de resolver aquele impasse, livrando o Executivo de fazê-lo. Tendo exaltado a posição dos marinheiros como vítimas humildes, pedindo perdão pelo que tinham feito (inclusive, os bárbaros assassinatos cometidos no *Minas Gerais*), seria conveniente mostrar as garras de que dispunham, se sua ferocidade não fosse abrandada. Continuou:

“Desta simples exposição, V. Excia., Sr. Presidente, e a Câmara, bem podem compreender a gravidade e medir devidamente a responsabilidade que pesa sobre o Congresso Nacional por qual-

quer ato que tenha de praticar, levado pela exigência do momento. *A gente que está a bordo é capaz de tudo, quando os chefes e marinheiros são indivíduos alucinados pela desgraça em que caíram.*" (O grifo é nosso). Acredito que o Governo vai agir agora como lhe impõe o dever e a dignidade e o respeito que todos devemos à República, ainda que tenhamos de lamentar perdas enormes e registrar sacrifícios sem conta. *"Não sei o que aquela gente vai fazer; mas pelo que pude depreender da exaltação de ânimos e planos dos chefes, a situação é gravíssima* (o grifo é nosso). (Sr. Pedro Moacir: *V. Exa. viu oficiais a bordo?*) Nenhum; não há um só oficial a bordo. Os que lá ficaram foram trucidados. Seus corpos estão depositados em câmara ardente no Arsenal de Marinha e outros estão extraviados. (Sr. Alcindo Guanabara: *Como se moveram os navios?*) Estão se movendo com precisão nas manobras; há maquinistas a bordo; os navios não estão abandonados, estão prontos para entrar em ação ao primeiro sinal que partir do navio-chefe, o *Minas Gerais*. Para eu atracar no *Minas Gerais* e no *São Paulo*, que já estavam em movimento, foi preciso que parassem as máquinas. A artilharia está toda funcionando bem. (Sr. Torquato Moreira: *Inclusive os torpedeiros?*) Todos os navios. Os torpedeiros estão de fora. Os dois navios grandes, segundo fui informado, vão se fazer ao mar, vão para fora da barra esperar os acontecimentos. Eu não posso ir além do que tenho dito à Câmara e já disse ao Governo. Não me cabe dar planos de combate, nem conselho, pois esta não foi a comissão que me confiaram e não estou autorizado para tanto. O Governo tomará as providências que o caso pede e seu patriotismo sabe aconselhar."

.....

"Assim não me compete senão ser portador destes esclarecimentos, para que a Câmara fique sabedora da situação exata e penosa em que nos achamos. Tenho concluído (*Muito bem, muito bem, o orador é muito abraçado e vivamente cumprimentado.*)"

Feita a comunicação à Câmara, mostradas as dificuldades que ele indiretamente classificava como insuperáveis, e acenando com o aspecto humano que seria dar fim "à desgraça em que caíram" os marinheiros, dirigiu-se ao Ministério da Marinha, conferenciando com o Almirante Marques de Leão. Em seguida, atendendo a chamado urgente, foi para o Palácio do Catete, onde se achavam reunidos muitos senadores, deputados e os Drs. Rodrigues Alves e Campos Sales, ex-presidentes da República.

Ante nova exposição do que ocorrera, dos perigos que ameaçavam a cidade e, indiretamente, o Governo, ficou combinado que o Congresso, reconhecendo serem procedentes as queixas alegadas, concederia a anistia solicitada, e que o Deputado Carlos de Carvalho iria novamente contatar os sublevados a fim de comunicar-lhes esta decisão, isto antes do prazo fatal fixado pelos revoltosos.

Depois de conferenciar mais uma vez com o Ministro da Marinha, às 16 horas e meia o deputado embarcou em lancha do Arsenal juntamente com o Tenente Aarão Reis, Ajudante-de-Ordens do Ministro, e rumou para o *Minas Gerais*, assistindo no caminho aos tiros disparados por esse navio e pelo *São Paulo* contra lanchas suspeitas.

Somente o deputado saltou no *Minas Gerais*, dando aos rebeldes, em nome do Poder Legislativo, a garantia de que a anistia seria concedida, pedindo-lhes em troca que não bombardeassem a Capital.

João Cândido, como chefe do movimento, jurou “sob a fé de marinheiro nacional”, por si e pelos companheiros, que não atirariam sobre a cidade “porque não queriam fazer mal a ninguém”. Para evitar qualquer ataque, rumariam para fora da barra, só regressando pela manhã, quando aguardariam a palavra final do Congresso.

Passando, na volta, pelo *São Paulo*, o Deputado J. C. de Carvalho repetiu as garantias e as promessas. Na lancha em que regressou, trouxe consigo dois inferiores, um deles o Mestre do *Minas Gerais*, Gastão Ferreira, algemado, e um mecânico.

Disse o *Jornal do Commercio*, em sua edição de 24 de novembro, que se achavam no Arsenal diversos oficiais de Marinha, entre eles os Almirantes Lins Cavalcanti e J. J. Proença, respectivamente Inspetor do Arsenal e Diretor da Escola Naval, que o abraçaram, declarando o Almirante Proença: “Qual, José Carlos, és o homem de todos os tempos.”

Até às 22 horas, houve uma série de conferências entre o Deputado-emissário e o Presidente, os Ministros do Interior, Dr. Rivadávia Correia, e da Justiça, J. J. Seabra, Senadores Quintino Bocaiúva e Campos Sales e, finalmente, o Ministro da Marinha, esta na presença do Senador Índio do Brasil e do Deputado Domingos Mascarenhas.

O Senador Pinheiro Machado havia entregue ao homem certo a tarefa de solucionar o problema que o afligia, pelos prejuízos morais e políticos que poderia a revolta trazer para o Governo re-

cém-formado. O movimento estava praticamente dominado, não tendo passado da fase que hoje se chamaria de *terrorista*, ou aterrozizante, com uma dúzia de tiros, o conteirar das torres dos canhões de 305 mm e uns lentos passeios em frente à cidade; os rebeldes, contando com a intermediação do Deputado Carlos de Carvalho, tiveram Executivo e Legislativo a seu favor, a despeito das frases de indignação e repulsa pronunciadas, escritas e telegrafadas durante o dia. Talvez a mais rápida rendição de que se tenha notícia.

Dia 24 de novembro

Apesar de ter sido, na véspera, comunicado aos marinheiros rebeldes, pelo Deputado José Carlos de Carvalho, que o Governo decidira conceder-lhes a anistia, e a Marinha estivesse se preparando para efetivar uma reação militar, o Presidente Hermes reuniu alguns de seus auxiliares na manhã do dia 24 para uma deliberação final.

Os Ministros da Guerra, General Dantas Barreto, e o da Justiça, Dr. J. J. Seabra entendiam que se devia dar combate aos insurretos, custasse o que custasse; o Almirante Marques de Leão, Ministro da Marinha, dizia que a resistência armada poderia ser levada adiante, um ataque poderia ser tentado, e até ter êxito, mas seria de se esperar grandes sacrifícios em vidas humanas, perdas avultadas do equipamento naval e, mais do que tudo, a destruição de parte da cidade.⁴⁵

O Senador Pinheiro Machado interveio nos debates e declarou ser sua opinião que, antes de qualquer movimento ofensivo de parte do Governo, a prudência aconselhava que se tentasse chamar à razão a marinhagem amotinada (o que já havia feito...) porque não seria fácil vencê-la pela força, dadas as condições de que dispunham para resistir, principalmente se se vissem perdidos.

Os argumentos do Senador foram de molde a convencer todos os presentes e o Deputado José Carlos de Carvalho dispôs-se a voltar a ter contato com os rebeldes, levando-os a se absterem de bombardear o Rio de Janeiro (como ameaçavam fazer, se não tivessem uma resposta satisfatória) e facilitando-lhes um meio de terem suas reivindicações atendidas por meios não violentos.

Novamente a bordo do *Minas Gerais*, cerca das onze horas e meia, o deputado conferenciou com os chefes da rebelião, dizia o

Jornal do Commercio em sua edição de 25 de novembro, “conci-tando-os a depor as armas, falando-lhes de preferência ao coração, lembrando-lhes a infinidade de afetos que os prendiam a terra, seus pais, seus filhos, irmãos e esposas. Lembrou-lhes os amigos que seguiam ansiosos, assustados e saudosos, as peripécias da revolta. Depois lembrou-lhes o patriotismo, que eram brasileiros e que os brasileiros não são bárbaros nunca. Afirmou-lhes que poderiam vir para terra abençoados pelo povo, unânime em achar justas suas reclamações. Concitou-os, por fim, a não praticarem atos de selvageria contra a cidade, onde vivia uma população calma, sem culpa dos desmandos e da desumanidade alheios.” (!) E obteve que pas-sassem os seguintes radiogramas (possivelmente redigidos pelo pró-prio Carlos de Carvalho):

“Exmo. Sr. Marechal Hermes da Fonseca, MD Presidente da República. Arrepentidos do ato que praticamos em nossa defesa, por amor da ordem, da justiça e da liberdade, depomos as armas, confiando que nos seja concedida anistia pelo Congresso Nacional, abolindo como sendo lei os castigos corporais, aumentando o orde-nado e o pessoal para que o serviço de bordo possa ser feito sem nosso sacrifício. Ficamos a bordo obedientes às ordens de V. Exa. a quem muito confiamos. Os reclamantes.” (Chamavam-se agora os *reclamantes*, possivelmente por sugestão do deputado). E o segundo, dirigido ao Senador Quintino Bocaiúva, Vice-Presidente do Senado, dando-lhe conhecimento do anterior.

Estes radiogramas, entretanto, quase não seriam necessários, porque desencadeara-se já, com inusitado vigor, campanha no Con-gresso e na imprensa em prol da anistia, plena de emocionalismo, imaginação, e independente do partido político dos propugnadores.

A abertura coube ao Senado, onde o presidente em exercício, Senador Severino Vieira, solicitou ao seu colega de bancada Rui Barbosa que justificasse e apresentasse a proposta de anistia, que era desejada por grande número dos presentes, senão a totalidade.

E o Dr. Rui Barbosa tomou a palavra, brilhante e extensamen-te, como de hábito: ⁴⁶

“Sr. Presidente, eu não poderia recusar a honra do pedido que me dirigiu o meu digno colega, o honrado Senador Severino Vieira, para me encarregar de apresentar ao Senado projeto por S. Exa. e por outro membro desta Casa sobre a anistia a ser concedida aos marinheiros da Armada Nacional, envolvidos no conflito que traz tão impressionada a opinião pública neste momento. A cobardia é

uma triste cousa; mas cousa ainda mais triste é a jactância, é a soberba, em presença da situação que só pela transação se pode resolver. Os fortes são os que cedem e transigem nas situações em que a condescendência é o único meio imposto para a salvação pública; o fraco é o que já na última extremidade ainda supõe ter nas mãos todos os recursos e é forçado a abandoná-los em última análise para ceder quando as transações revestem as formas das humilhações indecentes e desgraçadas. Não estamos em um momento de recriminações: não temos que analisar as causas dos acontecimentos atuais. Estamos em presença deles em uma situação tal, que todos, de um e de outro lado, amigos e não amigos, nos encontramos reunidos em uma só convicção, (*Apoiados*), em um só pensamento, em um só desejo de que não há senão um recurso para chegar a um resultado em que salvem, com os interesses do país, com os interesses dos nossos concidadãos, os interesses da legalidade e do regime (*Apoiados*). É necessário pôr de lado o preconceito do pudor mal entendido para confessar a necessidade da situação em que nos achamos. Não vejo meios para resistência sensata, não vejo probabilidades de uma resistência útil. Se, com os meios que a revolta da parte mais poderosa da Esquadra deixou nas mãos do Governo, pudesse ele vencer o movimento dessa parte revoltada, ficaria demonstrado então que tínhamos perdido os nossos sacrifícios quando os empregamos na aquisição dessas formidáveis máquinas de guerra, aquisição a que não nos decidimos senão contando com a certeza de sua invencibilidade. (...)

“São inexpugnáveis os encouraçados e a sua inexpugnabilidade foi o único título com que perante o Congresso Nacional se justificou a exigência dos grandes sacrifícios empregados em sua aquisição (*Muito bem! apoiado*). Depois, Sr. Presidente, é necessário não esquecermos o valor da gente que tripula essas tremendas máquinas de guerra. Digamo-lo com alguma vaidade, com algum desvanecimento, por honra de nossos compatriotas. O que constitui a força das máquinas de guerra não é a sua mole, não é a sua grandeza, não são seus aparelhos de destruição — é a alma do homem que as ocupa, que as maneja e se arremessa contra o inimigo. (*Muito bem*). As almas desses marinheiros que povoam os nossos grandes “dreadnoughts”, hoje, em nossa baía (sejam justos ainda para com esses infelizes no momento de seu crime), as almas desses homens têm revelado virtudes que honram a nossa gente e a nossa raça. Li com admiração as declarações do nobre Deputado,

Sr. José Carlos de Carvalho; vi como esses homens lhe mostravam com orgulho os seus navios, dizendo: “Senhores, isto é uma revolução honesta!”.

“Gente desta ordem não se despreza. Lamentam-se os desvios, mas reconhece-se o valor humano que ela representa.”

Em seguida, S. Exa. reverberou o uso da chibata como sistema disciplinar que, em sendo proibido por lei do Governo Provisório, nenhum valor tem, porque avilta o homem, diminui-lhe o sentimento moral. E lançou suas mais vibrantes palavras de protesto ante o espetáculo trazido pelo Deputado Carlos de Carvalho do homem com cortes nas costas semelhantes a uma *tainha lanhada*.

“Toda a severidade, Sr. Presidente, seria pouca para condenar a violência e a barbaria dos meios assim empregados [os assassinatos] em reivindicação tão louvável e santa (*Muito bem*). Façamos porém a esses espíritos a justiça de reconhecer as nossas culpas na situação moral que os arrastou a esses atentados.”

Reafirmou que se o Governo não tinha meios enérgicos e decisivos, como tudo indica que não tivesse, para dominar aquele movimento, não poderia arriscar milhares de vidas e a destruição de um material de custo inestimável, e deveria ceder.

O projeto apresentado continha apenas um artigo:

“Art. 1.º — É concedida anistia aos insurretos de posse dos navios da Armada Nacional se os mesmos dentro de prazo que lhes for marcado pelo Governo se submeterem às autoridades constituídas.”

Este discurso, que deu o tom a tudo que foi dito e escrito em seguida, de envolta com o estilo escorrido das frases e do brilho das palavras, ao reconhecer a própria culpabilidade e justificar as razões dos insurretos, deu mostras de pânico imediato e incondicional. Os termos do projeto de anistia ignoravam as mortes, as ameaças, a pressão exercida com os canhões apontados para a cidade.

O Senador Pinheiro Machado, “deus ex-máquina” daquela reviravolta tão rápida, achou possivelmente que o remédio por ele alvitado havia tido efeito mais forte do que o previsto. Ou não agradou ao seu pundonor gauchesco e ao seu senso político aquela rendição tão apressada, tão cheia de elogios ao adversário ameaçador, aquela confissão tão humilde das próprias culpas e de incapa-

cidade de reação. Tomou a palavra, e concordando embora com o que o ilustre colega havia afirmado em relação à degradação do castigo corporal, reconhecendo as causas que geraram a rebelião e proclamando a justiça das reclamações, tinha uma objeção a fazer: os marinheiros, não satisfeitos com a palavra do emissário que enviara para usar meios suaves, ao invés de tentativas violentas, “exigiam, como condição imprescindível, a votação da medida que o ilustre representante do Estado da Bahia acaba de apresentar ao Senado, para então abaterem as armas.” E continuou: “Chamo a atenção dos Srs. Senadores para a situação difícil que nos criou essa exigência. Por mais justas que sejam — e o são — as reclamações dos revoltosos, eles as fazem com os canhões assestados sobre a cidade (*Apoiados*). Os poderes públicos estão em situação de coação. O ato que a generosidade do ilustre senador pela Bahia sujeitou ao conhecimento dessa Assembléia não tem o característico primórdio que deve ter um ato de magnanimidade: a liberdade de agir sem coação. Eu sou, Sr. Presidente, afirmo-o sinceramente ao meu ilustre colega, pela reparação de todos esses agravos que, como bem disse S. Exa., aviltam mais a quem os pratica do que aos que os sofrem; mas precisamos refletir na situação em que podem ficar os poderes públicos tomando a deliberação de atender a cessação desses gravames, não por ato espontâneo e livre, mas sob a pressão do pânico e da ameaça do bombardeio dessa capital (*Muito bem*). De modo que, nem na esfera moral, essa reparação atingiria o alcance que todos desejamos dar. Pode e deve surgir dentro do país e fora dele a suspeita, senão a humilhante convicção, de que o princípio da autoridade — que principalmente os Governos democráticos devem manter forte e intangível — foi profundamente ferido com a nossa responsabilidade e co-participação. De modo que, Sr. Presidente, um receio de sérios perigos atuais, que são indiscutíveis, graves, pela possibilidade de ser parte desta cidade destruída pelos canhões da Esquadra revoltada e perderem-se muitas vidas, não só dos combatentes mas da população ceifada pelo ato selvagem dos revoltosos; diante da própria carência de elementos de ação para reprimir a agressão, eu receio que esses perigos, que V. Exa. com sua palavra brilhante de sempre acaba de descrever ao Senado e que na verdade existem, sejam menores do que esses outros que afetam fundamentalmente os princípios da defesa permanente da autoridade e das instituições republicanas. Perturbação da ordem interna — esta é minha convicção — outros poderão amanhã levantar-se

contra os poderes públicos; estarão prontos ao primeiro movimento armado — embora proveniente de causas merecedoras de atenção como as atuais. Para satisfazer a essas reclamações é, a meu ver, condição primária — a submissão aos poderes constituídos.” (...)

“Não estou, Sr. Presidente, trazendo tumultuariamente estas considerações ao conhecimento dos membros desta Casa, tendo em vista combater de frente a medida generosa e equitativa oferecida pelo ilustre senador pela Bahia, que aceito, impugnando apenas a oportunidade.” (...)

“Receio que aqueles mesmos que se vão aproveitar dessa providência não acreditem que ela seja fruto de exame ponderado de nossas consciências sobre fatos que precisam ser reparados, mas sim o resultado do temor, do medo e dos grandes perigos que pairam sobre a Capital da República (*Muito bem*). Eu bem sei quão graves são eles, porque, tratando-se de uma revolta não capitaneada por nenhum chefe de responsabilidade, não dirigida por elementos que tenham um certo grau de cultura, suficiente para avaliarem os danos que podem causar, os males que podem resultar do bombardeio desta Capital, que eles possam praticar todos os excessos, ceifando vidas preciosas e, direi mais, ocasionando o êxodo de uma população, em defesa da vida de mulheres e crianças inermes, que não têm, como nós temos, o dever de repelir a agressão, se ela vier. O meu espírito vacila, portanto, em descobrir onde está a maior gravidade: se nos perigos que confesso reais, ou se em cedermos já, sob a pressão dos “dreadnoughts”, as medidas reclamadas pelos revoltosos e o esquecimento de suas faltas, tão prementes e graves.”

Continuou apresentando suas dúvidas se aquelas concessões tão facilmente obtidas não enveredariam por um caminho de concessões sucessivas.

Estabeleceu-se um acirrado debate, com o Senador Pinheiro Machado mantendo seu ponto de vista da inoportunidade da medida, tanto mais que naquele mesmo momento o Deputado Carlos de Carvalho entabulava conversações com os rebeldes enquanto o Congresso se apressava em ceder. O Senador Rui Barbosa insistia acerca da invencibilidade dos rebeldes, baseado nas palavras do próprio Pinheiro Machado. Este afirma que em dois ou três dias a situação poderia mudar, devendo-se assim prosseguir com as confabulações em curso. Dois ou três dias, diz o senador baiano, talvez representem o fim do Rio de Janeiro, calamidade que deve ser

evitada a qualquer preço. E pergunta qual a diferença entre a promessa de anistia feita pelo emissário de Pinheiro Machado e o projeto do Senado. A deposição das armas, conforme insiste o gaúcho, é classificada pelo seu oponente de “bisantinismo”. Errada foi a anistia ser prometida antes de ser votada. Como homens de bem, estão somente cumprindo com a palavra dada aos rebeldes. A oportunidade é aquela, quando a anistia trará benefícios e não mais tarde, quando os perigos que se quer evitar já estejam consumados.

Neste meio tempo, chega ao Senado o radiograma redigido por Carlos de Carvalho de bordo do *Minas Gerais* e tem o efeito esperado. Pinheiro Machado então declara: “Sr. Presidente, tenho a fortuna neste momento de poder comunicar a V. Exa. e ao Senado a grata nova de que a mediação exercida pelo Deputado Carlos de Carvalho, como emissário de homens de indiscutível responsabilidade neste regime, acaba de ser coroada de êxito. Os revoltosos acabam de informar ao Sr. Presidente que se submetem à autoridade legal, pedindo em troca a anistia. Portanto, no momento em que dirijo a palavra ao Senado, não subsistem mais as objeções que formulei quando pela primeira vez ocupei esta tribuna. Junto portanto o meu aos esforços daqueles que apresentaram o projeto de anistia. Não tenho absolutamente dúvidas em concorrer para que com a maior presteza se estabeleça a paz na República, para que tenhamos ocasião de louvar os nossos propósitos, mantendo a palavra empenhada, fazendo justiça às reclamações daqueles que, urgidos por tratos desumanos, por medidas e processos violentos e ilegais, perderam a noção da disciplina e insurgiram-se contra as autoridades constituídas do país. Podemos pois, sem a sombra do terror, votar pelo projeto, certos de que estamos deliberando livremente, após a terminação da revolta; podemos agora praticar a obra de humanidade, eliminando com a nossa fiscalização, por meio da lei, por meio de nossa palavra que deve ser cumprida com atos (*Apoiadados*), para que jamais se reproduzam os atentados que produziram a revolta.”

A anistia foi em seguida aprovada por unanimidade.

A Câmara de Deputados neste dia não se manifestou acerca do motim, aguardando receber o projeto aprovado pelo Senado. Mas a imprensa fez eco, e bem alto, às informações do Deputado Carlos de Carvalho.

Disse o *Diário de Notícias*:

“...que pedem os revoltosos? Simplesmente isto: que sejam abolidos os castigos corporais, a chibata infamante que está em voga na Armada Nacional.” (...)

“De longa data as leis do extinto regime e as do Governo Provisório haviam extraído da legislação pátria os textos que autorizavam essa covardia degradante do caráter de um povo. O Código Penal recusara-se a incluir as penas infamantes, como indignas da civilização e do regime de igualdade e de humanidade que acaba de ser adotado pela vontade suprema do povo. A Constituição de 24 de fevereiro, abolindo as penas infamantes, tornou impossível a sua aplicação em todo o território nacional.” (...)

“Mas dentro desta revolta há uma verdadeira reivindicação legal: esses marujos lutam pela aplicação eficaz e sincera da lei, pelo respeito à Constituição da República.”

A ameaça de bombardeio continuava a ser a preocupação das autoridades da República. O Deputado Carlos de Carvalho ainda se achava a bordo do *Minas Gerais* quando recebeu telegrama assinado pelo 1.º Secretário do Senado, Sr. Ferreira Chaves, dizendo:

“Depois de recebermos os telegramas dos reclamantes [haviam aderido também à nova denominação de *reclamantes*] depondo as armas, o Senado votou a anistia, seguindo o projeto para ser votado pela Câmara amanhã.”

Dia 25 de novembro

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara,⁴⁷ tomando conhecimento do projeto de lei vindo do Senado concedendo anistia aos insurretos (250 A), deu o seu parecer. Inicialmente “parece-lhe inoportuna a adoção de uma tal medida quando se trata de insurretos ainda não submetidos à autoridade regular; o caráter essencial da anistia por si só basta para mostrar a improcedência de tal alegação.” Em seguida, analisa a opinião de diversos autores internacionais a respeito do assunto em pauta. Castori, escritor italiano, o último citado, afirmava: “A anistia não é decretada em benefício do delinqüente, mas no da sociedade.” Entra a seguir o parecer em outras considerações e conclui: “Diante dos graves acontecimentos que se desenrolam em nossa baía, enchendo de pavor uma população laboriosa; compreendendo os grandes males que podem ainda cair sobre essa população, caso não cesse imediatamente a insurrei-

ção de parte de sua Armada; diante do interesse geral que a tudo se sobrepõe, a Comissão de Constituição é de parecer que seja adotado pela Câmara, e nos termos em que está redigido, o projeto do Senado.”

Não havendo na Câmara figuras dominantes como Pinheiro Machado e Rui Barbosa, os debates em torno do projeto envolveram maior número de deputados. Abriu a sessão o Deputado Irineu Machado, discursando contra a anistia, principalmente porque a pressa com que ela estava sendo votada infringia o Regulamento Interno da Câmara (o seu discurso não consta dos *Anais*). A oposição foi cerrada. O Sr. Germano Hasslocher afirmou logo que “não considerava os que defendiam a anistia nem covardes nem vencidos, porque eles não estavam escudando a própria vida e sua integridade pessoal.” E mais adiante: “Não há, portanto, quebra da dignidade para o Governo, que no fundo sente que esse movimento nasceu de um sentimento explicável que, se se não pode aplaudir de modo nenhum, não deixa, entretanto, de compreender o justo protesto de homens que não são mais um maquinismo inconsciente.”... “o Governo as aceita de acordo com os sentimentos gerais da nação.”

O Deputado Pedro Moacir, achando sinceras as objeções de Irineu Machado, julgou que “... a anistia aos sublevados da Esquadra pode ser a única medida de salvação para os altos interesses da sociedade brasileira. Não é a pusilanimidade o que nos move... é a defesa também dos princípios de humanidade e justiça, envolvidos neste tristemente processo a mão armada dos marinheiros reclamantes.” Continua o Sr. Pedro Moacir a frisar o que de justo seria atender aos reclamos dos que, se o fizessem de outro modo, que não de armas em punho, seriam mais castigados ainda. O Deputado Tomas Cavalcante dá, nesta altura, um aparte: “Condeno por completo as chibatadas e os castigos corporais, mas o que não posso aprovar é o processo de conceder anistia a revoltosos que a estão pedindo com as armas na mão, processo que vai desmoralizar por completo as instituições.”

O Sr. Pedro Moacir, em resposta, encarece três pontos a favor dos marinheiros: “... os imponentes e formidáveis exemplos de capacidade técnica, as admiráveis evoluções e arriscadas manobras dentro e fora da barra... (*Aplausos gerais*); a generosidade com que agiram, pois “tudo estava nas mãos deles, mas têm mantido os navios em rigorosa ordem, têm respeitado os camarotes dos ofi-

ciais e têm recebido com sinais de respeito os emissários do Governo.” (!)

O Deputado João Penido lembra algo esquecido, na fluência e no entusiasmo do orador: “Mas isto tudo depois de terem assassinado comandante e oficiais. É preciso não esquecer.” A réplica veio imediata: “Morreram oficiais, mas morreram também marinheiros sublevados...” Depois, acrescenta que, a rigor, já foi concedida a anistia, pelo emissário que contactou os marinheiros com conhecimento do Executivo, ao qual, aliás, caberia tomar as providências para acabar com a rebelião, e não empurrá-la para o Congresso, que não dispunha de meios materiais para isto. E concluiu: “Seja qual for a irregularidade da forma de reclamação, cumpre não esquecer que os marinheiros querem apenas ser homens livres, obedecendo à disciplina dentro da Constituição. São insubordinados que pedem reparações, desvairados pelo horror à chibata (*Muito bem, muito bem, palmas na galeria e no recinto, o orador é cumprimentado*).”

Os deputados da situação trataram de defender as imputações de omissão do Executivo. Mas por fim foi o projeto aprovado por 125 votos a favor e 23 contra. Destes, alguns justificaram seu voto, apresentando como razão a barbaridade com que os insurretos (não eram *reclamantes*...) agiram e o fato da medida estar sendo imposta pelas armas. Neste ínterim, o Deputado Carlos de Carvalho mantinha as guarnições rebeladas sabedoras do andamento do projeto, por meio de telegramas como este: “Guarnição do *São Paulo* e do *Minas Gerais*. Senado votou ontem anistia que será votada hoje na Câmara que se reuniu às 13 horas como de costume. Logo que for aprovado comunicarei. Tenham confiança. População confia em seu patriotismo. Continuo sempre defendendo vossa causa. José Carlos.”

A imprensa, neste dia 25 e nos a seguir, encarregou-se de traduzir com veemência a confiança da população.

O *Jornal do Commercio* do dia 25 dizia:

“A retirada para fora da barra da Esquadra revoltada permitiu a volta ao espírito público de uma certa dose de calma, graças à qual a noite de anteontem para ontem passou-se em relativa tranquilidade, pelo menos não se repetiu a aflição das vinte e quatro horas anteriores em que os amedrontados disparos criaram uma atmosfera de sobressalto, vizinho ao terror.”

O *Diário de Notícias* do mesmo dia, em editorial, afirmava:

“A anistia impõe-se. Impressiona os espíritos mais frijos a competência e a segurança com que os marinheiros revoltados manobram dentro e fora do porto com as possantes máquinas de guerra que, ainda recentemente, lhes foram confiadas. Esses marujos estão demonstrando que o sabem ser em toda a extensão do vocábulo. O *Minas Gerais*, o *São Paulo*, o *Bahia* nas mãos desses desesperados, sem a cultura alta das escolas, têm feito magníficas experiências de evoluções que seriam excelentes trabalhos de guerra em presença de uma Esquadra inimiga. . . É em face disto, que é inegável, que está surpreendendo a todo o mundo, é lícito perguntar se gente dessa força, desse merecimento, devia ou deve ser tratada a chicote, maltratada, mal alimentada e obrigada a violentíssimo excesso de trabalho.” (. . .)

“O que eles pedem hoje com armas nas mãos vem clamando revolta há muitos anos, porque é lei no país.” (. . .)

“Perante um castigo dessa natureza [a *tainha lanhada*, trazida pelo Deputado Carlos de Carvalho] o instinto reage, a loucura explode e subverte totalmente a razão das vítimas.” (. . .)

“Afirma-se, na hora em que escrevemos, que não lhes será concedida anistia porque os revoltosos não depuseram as armas. Não é possível. A situação é lancinante e a população está ameaçada de verdadeira e horrorosa chacina, absolutamente inevitável diante do poder ofensivo das duas mais poderosas unidades navais.

“Já foi a bordo do *Minas Gerais* o emissário do Governo que, embora não o tivessem enviado, apresentou os relevantíssimos e inestimáveis serviços prestados com valor e inteligência. Prometera a esses transviados o esquecimento de suas faltas; eles manifestaram sua alegria por essa resolução, retiraram-se para alto-mar, tranquilizando assim a população cheia de pânico. E hoje negam-lhe a anistia sob o pretexto fácil de que eles não depuseram as armas? Mas isto não é nobre, não é leal, não se pode verificar.

“Resistir e lançar os *destroyers* para ferir a torpedos os dois “*dreadnoughts*” de nossa Marinha é pôr a pique a fortuna pública, é destruir num quarto de hora a maior grandeza naval da América do Sul e portanto o maior apoio de nossa superior política exterior.

“A anistia. . . é a única solução possível no momento.”

“Resistir significa condenar à morte uma população inocente. . . ”

O mesmo jornal, mais adiante, sob o título “Impressões da Cidade”, escrevia:

“Os comentários choviam. E em todos os comentários se percebia o movimento de simpatia pelos revoltosos que, na impossibilidade de se livrar do regime de escravos de maus senhores em que viviam, como num extremo, se revoltaram.”

A Anistia

No mesmo dia 25 de novembro, às 17 h, chegou ao palácio o Dr. Rivadávia Correia, Ministro da Justiça, trazendo o autógrafo contendo a seguinte resolução do Congresso Nacional, para receber a sanção do Presidente da República:

“Decreto 2.280 de 25 de novembro de 1910.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É concedida anistia aos insurretos de posse dos navios da Armada Nacional se os mesmos dentro de prazo que lhes for concedido pelo Governo se submeterem às autoridades constituídas.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.”

Na presença dos Ministros de Estado, por volta das 19 horas, o Presidente sancionou a resolução legislativa, sendo referendada pelo Ministro da Justiça.

O Deputado José Carlos de Carvalho expediu da estação telegráfica do Palácio do Catete, para a estação-rádio da Babilônia, a fim de ser retransmitida para o *Minas Gerais*, a notícia de que havia sido concedida, por lei, a anistia aos marinheiros revoltados. Em resposta, recebeu um radiograma de agradecimento: “Ao Comandante José Carlos de Carvalho — As guarnições dos navios reclamantes agradecem a V. Exa. pelo feliz resultado que por vós nos foi alcançado junto ao Congresso Nacional em nosso favor, fazendo que a nossa santa causa, que a V. Exa. estava confiada, fosse coroada de feliz êxito. Por este motivo temos a afirmar a V. Exa., uma vez satisfeitas nossas reclamações, o ilustre Marechal Hermes da Fonseca e a Nação brasileira não encontrarão dentro dos limites da pátria homens mais patriotas e mais submissos às leis de nosso país. Viva o ínclito Marechal Hermes! Viva o Comandante José Carlos de Carvalho, perpétuo defensor da classe oprimida! Viva a Nação brasileira! Viva o Congresso Nacional! — As guarnições do *Minas Gerais*, *São Paulo*, *Bahia* e *Deodoro*.”

Os rebeldes decidiram sair a barra na noite de 25, para descarregar os canhões de 305mm (foram ouvidos grandes ruídos de tiros durante a noite) e fazer uma entrada triunfal no dia 26, quando embarcariam os oficiais designados para assumir os navios novamente submissos.

Uma análise fria dos acontecimentos, considerando-os no passado distante, sem feridas físicas e morais sangrando, leva à conclusão de que a rebelião foi enfrentada e terminada politicamente. O Deputado e Capitão-de-Mar-e-Guerra Honorário José Carlos de Carvalho, estabelecendo contato pessoal com os rebeldes e se colocando como o defensor de seus interesses, conseguiu “vender” a idéia, até certo ponto correta, da invencibilidade dos amotinados, evitando-se o desastre pessoal e político que seria o bombardeio com canhões de 305mm da cidade do Rio de Janeiro.

De uma posição de repulsa e indignação no dia 23, passaram, Congresso e imprensa, no dia 24, a encarar a anistia como a única solução para o grave problema que, habilidosamente, o Executivo entregara à responsabilidade do Legislativo. Não ficou bem nítido até quanto tenha influenciado nessa mudança de atitude o pânico estabelecido pelo poderio dos “maiores navios do mundo”, como a propaganda há anos vinha anunciando, na sua ronda em torno da cidade, apontando os longos canhões, e os tiros esparsos que, de vez em quando, atingiam o casário, mesmo sem grandes perdas materiais e humanas; ou o sentimento de justiça e simpatia das causas rebeldes. A realidade é que, com a anistia, a sensação de alívio foi geral, livres que todos estavam, ou pareciam estar, do perigo dos bombardeios, e a imprensa foi franca testemunha desse novo estado de espírito.

A existência da chibata, do regime disciplinar rigoroso na Marinha, da perigosa índole dos marinheiros em geral, eram de conhecimento comum, faziam parte do folclore: *Mando-te para a Marinha para te corrigir, é da golilha naval que este mau elemento precisa, com umas boas chibatadas nas costas,*” eram frases repetidas. Assim, parece que as proclamações tão veementes da justiça e da legalidade das reivindicações dos marinheiros, que tiveram início quando o Deputado Carlos de Carvalho apontou a invencibilidade dos vasos de guerra amotinados, fez mais as vezes de uma capa de dignidade para encobrir o medo, o horror de que todos estavam tomados.

A chibata, com seus aspectos desumanos e a lembrança que trazia da recente e condenável escravidão, naturalmente ocupou o

centro do quadro, sendo especialmente frisado seu uso como prova do inaceitável regime que prevalecia na Marinha. Contra tal argumento tornava-se difícil a defesa, embora não se chamasse a atenção simultaneamente para as causas mais profundas de esse sistema persistir, isto é, o recrutamento defeituoso, que transformava a Marinha em uma casa de correção. Seriam portanto dois os erros a corrigir.

O emocionalismo, tão costumeiro nas manifestações latinas, foi influente nas acerbas críticas que o regime naval recebeu. A descrição do homem chibateado, feita pelo Deputado José Carlos de Carvalho, com a comparação das costas com “uma tainha lanhada”, impressionou vivamente. Mas nada foi dito, nem houve comentários, das causas desse chibateamento: a vítima teria, à noite, cortado com navalha todo o lado de um colega que, de serviço, denunciara-o por ter introduzido a bordo duas garrafas de bebida alcoólica.

Caberiam elogios à objetividade do movimento, à sua coesão, à disciplina que mostrou existir entre os elementos sublevados, embora, como se disse, tenham gozado, desde o princípio do movimento, de imunidade absoluta, alimentada pelas promessas do emissário do Governo e pelas notícias recebidas da atitude do Congresso e dos comentários da imprensa. Relativamente à legalidade alegada, não foi lembrada a confusão que imperava no assunto.

Mas os delírios imaginativos dos discursos e dos artigos não pararam aí. Houve de público agradecimentos pela generosidade dos rebeldes que poupavam a cidade, ainda que se eles não atiraram foi porque todas as suas reivindicações estavam sendo atendidas desde o primeiro dia da rebelião, como não atiraram nos navios não sublevados porque estes içaram a bandeira vermelha. E atiraram nos que não içaram, só que sem acertos. Por fim a admiração pela eficiência operativa com que os navios foram manobrados atingiu as raias do ridículo, mesmo para um leigo de hoje, ligeiramente bem informado. Os navios movimentaram-se dirigidas as máquinas pelos maquinistas, oficiais inclusive, e o fizeram vagarosamente, sem que se pensasse em rendimento, economia de combustível etc. Evoluíram pela parte da baía mais livre de empecilhos, área perfeitamente conhecida de todos os timoneiros que por ela já haviam passado inúmeras vezes. A saída e a entrada da barra da Guanabara são extremamente simples, assim como as passagens entre as ilhas

fora da barra. Qualquer homem treinado no leme é capaz de dirigir um navio por esses meandros, sem dificuldade. E os inflamados articulistas confundiam navegar, isto é, levar o navio de um ponto a outro a outro da superfície dos mares, com evoluir, que é apenas movimentar o barco em área restrita e conhecida. A artilharia empregada foi apenas a de médio e pequeno calibres, para tiros diretos, sem solução do problema do tiro e mesmo dispensando pontaria, pois os disparos eram à queima-roupa ou se faziam contra a cidade, sem direção específica. É possível que tivessem podido disparar os canhões de 305mm nas mesmas condições.

Essas explicações não seriam necessárias para quem quer que conheça alguma coisa de Marinha. Mas a imaginação da população, alimentada pelos artigos dos jornais, boquiabriu-se ante aqueles mastodontes marítimos girando pacificamente pela baía, dirigidos por quem recebera o apelativo título, dado por um jornalista, de “Almirante Negro”.

Tudo indica que realmente a anistia fosse a única solução para neutralizar, no momento, o perigo que representavam os dois poderosos encouraçados dentro da baía, com os canhões apontados sobre a cidade, preparando-se um retorno, em melhores condições, para a disciplina (como se preparou . . .), já enodada pelo simples fato de ter havido a revolta. A reação militar desafiaria os bríos classistas, mas, como vimos, seria de resultados duvidosos, podendo provocar trágicas consequências humanas e políticas.

Deveria ter havido, sim, um pouco mais de dignidade na derrota que, indiscutivelmente, sofreram as instituições, dispensando-se os tropos e ditirambos delirantes que enfeitavam as falas e os escritos, só encontrando qualidades nos rebelados; mesmo havendo uma causa justa, — que exigia solução, seria possível maior controle do emocionalismo que, explodindo em uma única direção, apagava dos quadros descritos quaisquer referências (ou, se houve, foram muito poucas) aos crimes nefandos cometidos no massacre do *Minas Gerais*, o que representava para as Forças Armadas brasileiras o rompimento da disciplina da maneira como foi feita, com a desmoralização dos oficiais e as grandes dificuldades para recuperá-la.

Naturalmente, a oficialidade naval ressentiu-se profundamente de sua marginalização na solução do problema, dos ilimitados elogios aos rebeldes, que assumiam aspectos de críticas acerbas à sua atuação, sendo diretamente acusados como algozes, desumanos sadistas, descumpridores das leis, e o que mais. A anistia apressada,

livrando de culpa os fascínoras que eles muito bem conheciam, e que tinham morto barbaramente seus colegas, ainda mais os indignou, ao lado da obrigação de voltarem para os navios e ocupar suas posições de mando sobre guarnições hostis e vitoriosas.

O Deputado José Carlos de Carvalho, com seu posto honorífico e passado naval, não foi perdoado por ter-se aproximado dos rebeldes, assumindo sua defesa e “apertado a mão dos assassinos dos colegas”. Passado tanto tempo, seus pecados tendem a ser absolvidos, quando se pensa que ele agiu como político, devendo solucionar, e depressa, um problema que aterrorizava a nação, fazia perigar o equilíbrio do Governo, que era apoiado pelo seu partido. Considerando ser esta sua missão, o seu êxito foi absoluto. Pelo que o Congresso, considerando “relevantíssimos os serviços prestados na última revolta de marinheiros, expondo sua vida a bem da causa pública”, foi por lei “revertido ao serviço da Armada, unicamente para efeito de sua reforma no posto de contra-almirante”.

Entre os marinheiros rebelados, não foi unanimemente aprovada a aceitação dos termos da anistia. Edmar Morel, em seu livro *A Revolta da Chibata*,⁴⁸ baseado em relato do médico Adão Manuel Pereira Nunes que, sob o pseudônimo de Bernardo de Paula, escreveu um opúsculo denominado *A Revolta do João Cândido*, editado clandestinamente em Pelotas, em 1939, diz que a guarnição do *Deodoro* não acolheu de bom grado a anistia como foi dada, chegando a redigir um protesto à vista de “ter o ‘comandante’ João Cândido concordado com a anistia, feita em terra, e não com a presença do Presidente da República e do Ministro da Marinha.” Não os convenceu a explicação de João Cândido de que seria impossível a ida do Governo a bordo, julgando que haviam ficado, aceitando a proposta do Governo, “depois de tanto sacrifício, nas mesmas condições de oprimidos.” E concluem: “Não se devia ter pressa da anistia. Esperava-se alguns dias. Não dizem que nosso soldo será discutido no Congresso? Pois que se aguardasse sua discussão. Tínhamos a força, o povo estava conosco. E havia de nos ajudar a forçar o Governo a dar-nos tudo que desejassemos.”

Também foi muito estranha no desenlace da revolta e na negociação da anistia a ausência de Francisco Dias Martins, que nem uma vez entrou em contato com o Deputado José Carlos de Carvalho. Só a figura de João Cândido centralizou decisões, negociações, comunicações, como o chefe incontestado da revolta.

Os dias seguintes

No dia 26, o editorial do *Diário de Notícias* repete os mesmos argumentos e acrescenta que, embora ninguém duvide da bravura do Exército e da Marinha, não possuíam essas corporações elementos para combater os encourados. A vibração vocabular do periodista não pára aí. Em página adiante, faz uma comparação grandiosa:

“Entraram para a História João Cândido e Batista das Neves. Ambos estão na História. E não recuamos de reuni-los no mesmo período porque é justamente a fatalidade das coisas que os junta na auréola de fama e simpatia. João Batista das Neves é o herói do dever, o mártir da autoridade e da disciplina. João Cândido, o mártir por muito tempo da autoridade e da disciplina, revolta-se e faz-se o herói da audácia e da coragem; o tipo de bravura admirável, o símbolo militar de uma raça, o reivindicador das liberdades asseguradas pela lei e negadas pelos fatos.” (...)

“Bendita a providencial revolta dos marinheiros. Bendita seja ela. Bendita e glorificada.” (...)

“Ficou mais uma vez provado que temos tripulações para nossos navios de marinheiros valorosos, capazes, ousados, inexcedíveis de arrojo, insuperáveis de inteligência e, além de tudo, piedosos.”

No dia 25, *O Paiz*, jornal governista, agradece aos amotinados a moderação dos bombardeios. Merecem a anistia por isso.

O Correio da Manhã, no dia 26, começa o seu editorial da seguinte maneira:

“Voltamos à paz, à tranqüilidade; voltamos, é certo, depois de muita aflição, mas felizmente sem sofrimentos e prejuízos que eram de se esperar da atitude assumida, nos primeiros momentos, pelos marinheiros sublevados, de posse das mais formidáveis máquinas de guerra marítima que existem no mundo. Devemo-lo à anistia; foi ela que impediu fosse bombardeada a cidade do Rio de Janeiro.” (...)

“O Congresso Nacional tomou a resolução salvadora passados dois dias após as primeiras manifestações da revolta, sem que partisse do Governo um ato, um gesto sequer que indicasse resposta ao desafio dos revoltosos ou que permitisse a dilatação da revolta.” (...)

“... repetindo o que tantas vezes já se tem dito nesses dias: que o Governo conservou-se inativo porque não tinha absolutamen-

te meios de defender-se proficuamente de forma a levar os sublevados à obediência e ao respeito à sua suprema autoridade ou destruí-los. Essa é a verdade. Alguns meios lembrados eram evidentemente ineficazes, acrescentando que provocariam o ataque à cidade, com todos os desastres conseqüentes.” (...)

“O poder público procedeu de acordo com o sentimento geral da população. Rara foi a voz que se levantou contra a anistia quando ela foi aventada. Logo após ser aprovada, muito poucos não aplaudiram.” (...)

“Nesta aflitiva emergência não pomos em dúvida a bravura e o brio do Exército e da Armada, a honra de seus oficiais. Mas o que eles não podiam fazer, por mais bravos e briosos que fossem, era afrontar os canhões daqueles encouraçados.” (...)

“A anistia, reconhecemos, foi uma capitulação dos poderes públicos, e como toda capitulação, deplorável. Melhor teria sido que ela nunca viesse a figurar em nossa História. Mas, incontestavelmente, foi o remédio extremo para extremo mal. A resistência, com os elementos nulos de que dispunha o Governo, seria o sacrifício inútil de vidas, acompanhado de enormes prejuízos para a fortuna pública e particular. Seria, enfim, um atentado, uma loucura, que deixaria muito mal os que a resolvessem perante a Nação no presente e na posteridade, no futuro. Não se arrependam os que concorreram para a anistia; voltada a calma e a razão aos que se sentem magoados por ela nos seus próprios brios e nos brios da Nação, o que lhes cumpre, e a todos, é trabalhar para que, de futuro, não nos vejamos em transe iguais e também para que não se realizem tristíssimos vaticínios, que andam por aí, quanto aos efeitos funestos da medida salvadora, única que a situação permitiu tomar.”

No meio de tantos delírios impressos e falados, este artigo foi uma nota realista e de bom senso.

Repercussão no estrangeiro

A Revolta dos Marinheiros de 1910 teve grande repercussão no estrangeiro, como seqüência de outro fato que havia sido muito comentado: a aquisição, por uma nação sul-americana, longe de ser uma potência de primeira ordem, dos dois maiores navios do mundo, do novo tipo *dreadnought*, do qual a Inglaterra só havia encomendado um.

Pela leitura dos principais jornais, tem-se uma idéia das reações nem sempre favoráveis à anistia como foi concedida. É verdade que “só é doloroso o sapato que aperta o calo dos outros...”

Disseram na Argentina:

La Nación — “Nesta ocasião a covardia é não ceder.”

Tribuna — “O que acontece no Brasil é um exemplo das consequências que podem produzir os castigos corporais e dos instrumentos da estrita disciplina que suprimem a dignidade do homem.”

La Razón — “A Esquadra brasileira sofreu uma dura lição que há de perdurar no ânimo de todos aqueles que se preocupam com o seu Poder Naval, ensinando-lhes nesta difícil e dura aprendizagem.”

El Diario — Lamenta o sucesso e censura a atitude inerte do Governo diante do capricho de um marinheiro. Deplora o empenho a fundo dos países sul-americanos de imitar a Europa, adquirindo *dreadnoughts*.

La Gazeta de Buenos Ayres — Diz que o movimento do Rio de Janeiro lançou mais uma mancha sobre a já larga fama da anarquia sul-americana.

Na França:

Gaulois — “Infelicidade no Brasil. Comprou os dois navios mais possantes do mundo e suas guarnições massacraram os oficiais e bombardearam a capital, obrigando o Congresso a votar e o Presidente a sancionar a anistia.”

Echo de Paris — Anarquia no Brasil — Comenta criticamente o *azar* do Marechal Hermes (cuja missão na Alemanha havia desgostado a França). Diz que entrou com o *São Paulo* em Lisboa e rebentou a revolução portuguesa. Assumiu a presidência e eclodiu o motim. Com referência à anistia, comenta: estranha maneira de governar. Raramente homens investidos do poder mostraram fraqueza e incompetência tão notórias.

Excelsior — “Sem equipagens equivalentes a esses navios [os encouraçados] eles representam para o Brasil um sacrifício inútil.”

Le Journal — “O Governo brasileiro capitulou.”

Siècle — “Os marinheiros, com a força dos encouraçados, propuseram a anistia que surpreendeu a Europa.”

Na Inglaterra:

Daily Telegraph — “O Marechal ficou apavorado com a revolta e acha-se em estado de profunda depressão nervosa.”

Standard — "... já era conhecida a difícil situação da Marinha brasileira, com muito trabalho e castigos violentos."

Economist — "... a moral do caso é não estar a Marinha brasileira preparada para receber *dreadnoughts*. Com ironia, comenta: "... não se sabe quem se rendeu, se os amotinados, se o Governo."

Times — Lamenta a fraqueza do Governo ante os amotinados.

- - -

Com a entrada dos navios rebelados na barra, a 26 de novembro, um último radiograma foi enviado pelos marinheiros ao Marechal Hermes: "Confiantes vossa justiça, esperamos, com o coração transbordante de alegria, vossa resolução, pois os culpados de nossa rebelião são os maus oficiais de Marinha, que nos fazem escravos deles e não da bandeira que temos. Estaremos ao vosso lado, pois não se trata de política e sim dos direitos dos miseráveis marinheiros."

Terminara a rebelião de novembro, com uma anistia que, dando aparente vitória aos amotinados, a rigor nada prometia, exceto não castigá-los. Os oficiais, em situação terrivelmente difícil, voltaram aos navios. Mas em dois dias a situação modificar-se-ia graças à anulação de um artigo do Regulamento do Corpo de Marinheiros Nacionais. A *Marinho da Anista* iria durar 15 dias.

2.^a PARTE

A REBELIÃO DE DEZEMBRO

A MARINHÁ DA ANISTIA

A 25 de novembro, sancionado o Decreto da Anistia pelo Presidente da República, e referendado pelos Ministros da Marinha e da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Rivadávia Correia, os marinheiros rebeldes receberam de imediato a comunicação do fato por intermédio do Deputado José Carlos de Carvalho, que com eles se mantivera em ligação rádio permanente, animando-os, fazendo-os ter paciência na espera da solução do Congresso e, mesmo, alertando-os, como fez no dia 24, de que “qualquer imprudência seria prejudicial”.

Recebida a notícia, tornaram a pedir que o comandante do *Minas Gerais* fosse o Capitão-de-Mar-e-Guerra João Pereira Leite, avisaram que passariam a noite de 25 para 26 fora da barra, para no dia seguinte fazerem uma entrada triunfal na Guanabara, e enviaram a última mensagem, já referida, ao Presidente da República.

Para o Deputado José Carlos de Carvalho, porém, a mensagem enviada foi menos cordial e humilde: “Comandante José Carlos — Catete — Entraremos amanhã ao meio-dia. Agradecemos seus bons ofícios em favor nossa causa. Se houver falsidade, o senhor sofrerá as conseqüências. Estamos dispostos a vender caro nossas vidas — Os revoltosos.”

Às 7h30min da manhã do dia 26, o *São Paulo* e o *Bahia* cruzaram a barra. O primeiro estabeleceu uma espécie de polícia marítima, suspendendo o tráfego na baía. Às 13h, chegaram o *Minas*

Gerais e o *Deodoro*, ambos arvorando a bandeira vermelha da rebelião, que foi trocada em seguida pelo Pavilhão nacional.

O Capitão-de-Mar-e-Guerra João Pereira Leite seguiu para bordo do *Minas Gerais*, acompanhado pelos Capitão-de-Corveta Henrique Teixeira Sadock de Sá e Capitão-Tenente Nelson Peixoto Jurma, sendo recebido com as honras de estilo por João Cândido e dois oficiais-maquinistas que não haviam desembarcado. Apertaram-se as mãos e o novo comandante, após a leitura do Decreto de Anistia, publicado no *Diário Oficial*, percorreu o navio, nada encontrando de anormal.

Também os oficiais designados para as outras unidades rebeldes nelas embarcaram sendo, do mesmo modo, homenageados no portaló com toques e continências, e informados pelos comandantes revoltosos das condições de cada belonave.

Com isto teve início a difícil quinzena da *Marinha da Anistia*, sucedendo uma aparente calma aos sustos e preocupações dos dias anteriores. Mas, na realidade, a situação da Marinha em geral e dos próprios rebeldes era extremamente delicada.

Nos poucos dias que durara a rebelião, a Marinha, no que tinha de mais precioso, isto é, a disciplina de suas guarnições, a confiança mútua de oficiais e subalternos, formando equipes com a vinculação imprescindível para bem operar os navios, sofrera quase completa destruição. Antes que pudessem os homens adaptar-se às modernas unidades da Esquadra de 1910, a cadeia hierárquica fora rompida e os rebeldes emergiam vitoriosos, tendo a seu lado o Congresso, a imprensa e a opinião pública.

Agora, as autoridades navais enfrentavam a gigantesca tarefa de novamente assumir os navios, fazê-los funcionar, impor respeito e ordem. Seria uma nova Marinha, com novo sistema disciplinar, nova orientação, mas que também exigiria novo tipo de homem para guarnece-la moral e tecnicamente preparado para os deveres que lhe seriam atribuídos.

Isto em um programa a longo prazo. Mas, de imediato, os oficiais designados para embarcar nos navios revoltados deveriam chefiar marujos que se haviam rebelado, alguns dando provas de maus instintos, assassinando friamente seus superiores, o que não impediu que se vissem rodeados de loas à sua honestidade, à sua reação contra processos bárbaros de castigos, à coesão com que agiram, à sua heroicidade (ainda que não provada), e mesmo à sua capacidade técnica em manobrar navios moderníssimos, que poucos conheciam.

Por outro lado, os chefes navais eram apontados à execração, como tiranos sem entranhas, descumpridores das leis, faltos de coragem para reagir e, mesmo, por alguns jornalistas e congressistas mais agressivos, incapazes profissionalmente.

Seria assim uma missão sumamente difícil, para cujo cumprimento os oficiais designados precisariam munir-se de paciência, humildade, habilidade e coragem, pois não se poderia prever as reações da facção violenta que ainda permanecia a bordo dos navios. Teriam que agir como se nada tivesse acontecido, como se as cinco linhas de um decreto alinhavado às pressas, sob a pressão dos acontecimentos que se precipitavam e a ameaça dos canhões de 305mm apontados para a cidade inerme, tivessem apagado tudo, tanto os sentimentos de revolta que levaram os marinheiros à rebelião, como as humilhações por que havia passado o Corpo de Oficiais, ao ver sua autoridade, a disciplina à qual estavam condicionados, serem rompidas de alto a baixo, mais a morte de colegas, tudo tendo recebido a bênção das autoridades do País e a aprovação popular.

Chegou a haver um movimento no sentido de nenhum oficial aceitar servir em navios onde os rebelados ainda diziam a última palavra, que, achavam, seria um desdouro, com o qual mais sofreria ainda a distinção hierárquica. Mas prevaleceu a idéia sã de que, pelo contrário, o sacrifício e os riscos por que iriam passar valeriam pelo esforço que representava fazer a Marinha ressurgir das cinzas a que fora reduzida nos três dias da rebelião, renascendo outra, livre das mazelas, das limitações, dos defeitos que haviam produzido tão terríveis frutos.

Merece, por isso, ser citada nominalmente a oficialidade designada pelo Estado-Maior da Armada para assumir os navios que haviam se rebelado:

Encouraçado *Minas Gerais*: Comandante — Capitão-de-Mar-e-Guerra João Pereira Leite; Imediato — Capitão-de-Corveta Henrique Teixeira Sadock de Sá; Encarregado Geral — Capitão-Tenente Antonio Caraciolo; Encarregado da Telegrafia Sem Fio — Capitão-Tenente Moraes Rego; Oficiais — Capitães-Tenentes José Garcia de Almeida, Álvaro Bastos, Américo Pimentel, Nelson Jurema, Mário Spinola e Raul Daltro; Primeiros-Tenentes Alexandre Veloso, Cezar da Fonseca, Randolpho de Carvalho, Jorge Dodsworth Martins e Lindemberg Porto Rocha; Segundos-Tenentes Santa Cruz Abreu, Luiz Castilho e Eleutério do Canto.

Encouraçado *São Paulo*: Comandante — Capitão-de-Fragata Silvino de Moura; Imediato — Capitão-de-Corveta Deolindo Maciel; Oficiais — Capitães-Tenentes Brito Pereira, Benedito Goulart, Couto Aguirre, Greenhalg Barreto e Wilfrid Lynch. Primeiros-Tenentes Antonio Segadas Viana, Roberto Guedes, Romeu Braga, Astrogildo Goulart, José Maria Neiva, Adalberto Menezes de Oliveira, Aristides Beltão, Luiz Bezerra Cavalcanti, Velho Sobrinho, Eustáquio Câmara e Luiz de Barros Falcão. Segundo-Tenente J. C. Costallat.

Scout *Bahia*: Comandante — Capitão-de-Fragata Raymundo José Ferreira do Vale; Imediato — Capitão-Tenente Noronha Santos; Oficiais — Capitães-Tenentes Péricles de Melo e Mário da Gama e Silva; Primeiros-Tenentes Leonardo Pereira, Lemos Basto, Sebastião Lobo, Arnaldo Bitencourt, Fabrício Caldas, José Bonifácio da Costa e Eugênio Jordão.

Encouraçado *Deodoro*: Comandante — Capitão-de-Fragata Manoel Teodoro Machado Dutra; Imediato — Capitão-de-Corveta José Francisco de Moura; Oficiais — Capitães-Tenentes Luiz Clemente Pinto, Henrique Melquíades e Carlos Levigne; Primeiros-Tenentes Esculápio de Paiva, Gustavo Goulart e Bustamante; Segundos-Tenentes Antonio Guimarães, Godofredo Rangel Ribeiro e Fernando Savaget.

Também para os rebeldes aquela vitória apressada não tivera a consistência que talvez eles esperassem. O decreto de anistia a nada se comprometia, além de dispensar do castigo os crimes cometidos pelos insurretos (crimes assim reconhecidos oficialmente), desde que “dentro de prazo que lhes for marcado pelo Governo se submetam às autoridades constituídas”. A rigor, não se dispunha nem a atender às reivindicações dos marujos, embora tivessem elas sido consideradas justas nos discursos do Congresso e nos artigos da imprensa. De imediato, apenas o uso da chibata fora abolido, mas sem que nada houvesse escrito proibindo-a. No Brasil, como há “leis que não pegam”, há também modificações de regimes ou de hábitos que acontecem sem que nenhuma determinação legal as exija.

Na sessão do Senado, realizada a 28 de novembro de 1910, foi votada e aprovada uma Indicação — de n.º 6/910 — assinada pelos Senadores Francisco Glicério e Alfredo Ellis, na qual, “considerando o que ressalvam leis anteriores, desde a Constituição Imperial

de 1824, e o que dela continuava em vigor na republicana de 1891, mais o Decreto n.º 3, de 16 de novembro de 1889, todas determinando a abolição dos castigos corporais na Armada [não fazia referência ao Decreto n.º 328, de 12 de abril de 1890, que os restabeleciam, nem aos regulamentos e outros atos legais, que os consideravam] e o aspecto desumano e vilipendioso de tais punições, julgava a conveniência de ser submetido ao Congresso, ouvido o Governo da República sobre o lado prático do assunto, projeto extinguindo inteiramente a coerção física das faltas disciplinares nas Forças Armadas” [o que não tinha muita coerência, pois, se já havia legislação tão clara a respeito, bastaria mandar que ela fosse cumprida].

Não se tem notícia de que esta Indicação tenha sido atendida. A chibata simplesmente desapareceu, sendo sua abolição coonestada nos Códigos e Regimentos Disciplinares que foram sendo elaborados. Quanto às outras reivindicações — trabalho exagerado e melhores vencimentos —, a segunda foi atendida pela aprovação de projeto do Senador Pires Ferreira, que já se achava em andamento, e quanto à primeira, só com o tempo, com o aperfeiçoamento das organizações dos grandes navios e a experiências das guarnições que os foram tripulando modificou-se o regime de trabalho.

De resto, como já se fez referência quando se tratou do preparo da revolta, tudo indica que os planejadores só tenham se preocupado com os resultados imediatos de sua atitude, sem prever as as seqüelas que esta pudesse ter. Mantiveram, durante o movimento, coesão de pontos de vista, disciplina hierárquica, fixação de propósito, tudo aliás facilitado pela nenhuma resistência encontrada, pois, na manhã do dia 23, o Deputado José Carlos de Carvalho levou-lhes a palavra do Governo, assegurando-lhes que seriam atendidos no que desejavam e que nada lhes aconteceria. Depois, puderam acompanhar de perto a progressiva aprovação das causas da rebeldia no Congresso e na imprensa. Obtida a anistia, entretanto, não havendo mais objetivos definidos a colimar, a organização rebelde se desfez. Os antigos líderes passaram a ser apenas os intermediários entre os marinheiros e os oficiais. O próprio Francisco Dias Martins pediu baixa da Marinha logo no início de dezembro.

Mas nem por isso a situação a bordo tornou-se menos difícil.⁴⁹ Havia uma aparente disciplina. Os oficiais não eram desacatados ou agredidos, mas as ordens dadas, que se limitavam às de rotina, não eram obedecidas ou o eram morosamente e de má vontade.

João Cândido, Manoel Gregório, Dias Martins e José Araújo faziam a ligação dos oficiais com o pessoal na proa, mas nem sempre eram atendidos. Formavam-se grupos dos elementos mais radicais, criavam-se lideranças paralelas. No *Minas Gerais*, os facínoras que haviam assassinado os oficiais na noite de 22, como Ernesto Roberto, Vitalino José Ferreira, Aristides Pereira (o “Chaminé”), André Ave-lino, Vitório Nicássio de Oliveira, João José do Nascimento e outros, faziam-se chamar de os *faixas pretas*, usando o lenço de mar-inheiro a tiracolo, e se impunham a João Cândido, a quem começavam a acusar de “estar muito do lado dos oficiais”. Realmente, ele chegou a entregar ao Imediato Sadock de Sá uma relação de vinte e poucos nomes de praças que mais se haviam salientado na revolta, continuavam ativos e deveriam desembarcar.⁵⁰

A interferência dos oficiais na parte disciplinar limitava-se às exterioridades. O que se passava entre os marinheiros não chegava ao conhecimento deles nem tinham força para agir mais diretamente na coibição de abusos nem mesmo dos crimes. No *Minas Gerais*, o Marinheiro Cursino Bispo recebe um tiro no fígado, é baixado ao hospital e nem se soube oficialmente quem atirou. João José do Nascimento, a quem se deve o *golpe de misericórdia* no Comandante Batista das Neves, feriu de faca o Grumete Antônio José por motivos libidinosos, e nada lhe aconteceu. No *Deodoro*, estando de serviço o Primeiro-Tenente Barros de Azevedo; houve uma luta corporal no convés de proa, seguida de tiros, tendo um dos contenedores caído n’água e nadado para o *Minas Gerais*, pedindo socorro. Estes são alguns casos, em muitos, não tão graves.

As comunicações rádio entre os navios eram constantes, assim como o envio de conduções com recados, tudo à revelia das autoridades. As formaturas atendidas por pouca gente. Os holofotes ligados sem autorização. As máquinas recebiam ordens diretamente dos marinheiros. Também as guarnições recusavam a presença de certos oficiais, como o Primeiro-Tenente Gustavo Goulart, no *Deodoro*, que foi obrigado a desembarcar imediatamente, e o Segundo-Tenente Godofredo Rangel, que não deixaram entrar a bordo. Telegramas enviados diretamente ao Presidente da República e aos jornais pediam providências e faziam reclamações. No *Minas Gerais*, um foguista de nome Miranda ficou alojado em um dos camarotes dos maquinistas até o dia 28 de novembro.

O Congresso, concedida a anistia, calara-se, mas a imprensa oposicionista continuava a entoar louvores aos rebeldes e conde-

nar as autoridades governamentais e navais, em artigos que, lidos a bordo, em voz alta, pelos mais letrados, para ouvintes reunidos em volta, não eram de molde a facilitar a tarefa de se impor a disciplina, quando a indisciplina era elevada aos píncaros da virtude e da glória.

A 28 de novembro, o *Diário de Notícias*, em artigo de fundo assinado pelo Sr. Pinto da Rocha, criticava acerbamente o Clube Militar por ter decidido manter a bandeira a meio mastro, por sete dias, em homenagem aos oficiais mortos na rebelião. Ridicularizava as autoridades navais por não terem tido a coragem de irem a bordo dos navios revoltados confabular com os rebeldes, o que só um político, José Carlos de Carvalho, fez “com dedicação e intrepidez”. Continuava lançando seus sarcasmos sobre a impotência do Governo, sua incapacidade de reagir, e terminava dizendo que se esta bandeira “presidiu ao suplício dos marujos e da farda brasileira, no zumbido aviltante do vergalho e da chibata, lanhando as costas dos soldados que a defendiam, tem razão o Clube Militar: esse aviltamento, que chega à maioria da República, merece bem as armas em funeral”.

No dia seguinte, o mesmo articulista continuava com o panegírico dos amotinados, frisando sua capacidade manobreira, seu brio e competência, por não se embriagarem, não lançarem mão do mortífero armamento de que dispunham para destruir a cidade, por terem mantido a disciplina a bordo sem necessitar castigar ninguém.

O *Correio da Manhã* fazia coro com o *Diário de Notícias*. No dia 27, escrevia: “São portanto esses marinheiros elementos que cumpre guardá-los e, cessados os ressentimentos e ódios, aproveitá-los, procurando educá-los na disciplina e no respeito às leis e aos superiores. Mas para isto se faz preciso, antes de tudo, que estes sejam os primeiros a dar o exemplo de obediência à lei e não a transgridam seja qual for a razão, por mais forte que ela pareça, sejam quais forem os motivos que solicitem semelhante atitude.” Terminava dizendo que “a honorabilidade do país foi arranhada pela anistia, mas salvou-se uma bela cidade”.

Tais artigos mantinham as simpatias da população para com os rebeldes, que eram aclamados pelos passageiros das barcas cruzando perto dos navios.

Ao mesmo tempo que a oficialidade embarcada nas unidades que haviam se revoltado passava por esses difíceis transes, o Governo e as autoridades navais tomavam providências no sentido de

neutralizar o perigo potencial que ainda representavam os navios ocupados pela mesma gente que se revoltara e que continuava a ser espiciçada pela imprensa e por elementos mais radicais.

A primeira medida foi desarmá-los, com a ordem de retirar de bordo as culatrinhas⁵¹ dos canhões, o armamento portátil e a munição, tarefa iniciada no dia 27. Este serviço foi feito pelos próprios marinheiros, alguns sensivelmente de má vontade, mas, de uma forma geral, sem maiores protestos, com o que se anulou a força de que dispunham a 22 de novembro. No *Minas Gerais*, uma culatrinha de canhão de 120mm foi desviada pelo Cabo Teodósio, fiel de artilharia, sendo mais tarde utilizada no bombardeio do quartel do Batalhão Naval. No *Deodoro*, desapareceram uma de 120mm e outra de 240mm, sendo ambas posteriormente encontradas.

A 28 de novembro uma segunda providência, esta de ordem legal, atingiu o pessoal rebelde e indiscutivelmente afetou os benefícios da anistia. Com base em Exposição de Motivos do Ministro da Marinha, o Governo expediu o Decreto n.º 8.400, que autorizava a baixa, por exclusão, das praças do Corpo de Marinheiros Nacionais cuja permanência na Marinha se tornasse inconveniente à disciplina, dispensando-se as formalidades exigidas pelo Artigo 150 do Regulamento anexo ao Decreto n.º 7.124, de 24 de setembro de 1908, isto é, a condenação formal por um Conselho de Disciplina.

Diretamente não havia uma quebra das promessas incluídas no decreto da anistia, o qual, como vimos, nada prometia além do perdão do crime de rebelião e atos conseqüentes, mas realmente tratava-se de uma medida de força a fim de coibir situação insustentável, possibilitando recolocar a Marinha dentro dos limites da disciplina e da ordem.

A exclusão das praças indesejáveis, com base no artigo revogado, poderia e deveria ter sido aplicada anteriormente, condenando-as por Conselhos de Disciplina quando cometessem as faltas selvagens que eram costumeiras, como, por exemplo, segundo relato de uma testemunha, em inquérito feito pelo Comandante Oliveira Belo, jogar os pães que estavam sendo servidos no rancho na cara do mestre-d'armas, tentar estrangular um cabo de serviço, só não o fazendo porque o oficial-de-quarto ameaçou o agressor com a espada desembainhada, urinar na lata de manteiga que ia ser servida, jogar, no meio de uma faina, punhados de areia nos olhos de um grumete que "não queria mudar de sexo", e outras semelhantes.



Marinheiro de 1.^a Classe João Cândido, “comandante” revolucionário do Minas Gerais e Chefe virtual da revolta.

Deputado e Capitão-de-Mar-e-Guerra Honorário José Carlos de Carvalho que, a mando do Senador Pinheiro Machado, contatou os revoltosos e praticamente pôs fim à rebelião prometendo obter o que desejavam e a anistia.





Líderes da Revolta — No centro, João Cândido e o “comandante” revolucionário do *São Paulo*, Manoel Gregório do Nascimento.



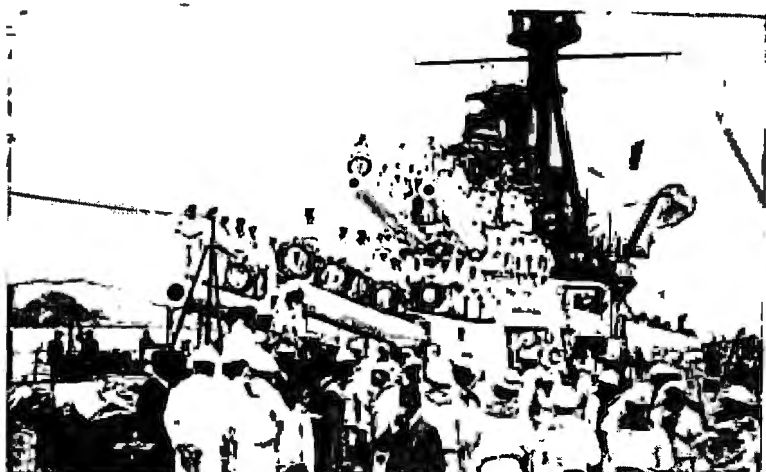
Vista do convés do *São Paulo* durante a revolta.



As duas crianças atingidas por um projétil no Morro do Castelo, únicas vítimas do bombardeio da cidade.



João Cândido lendo o Decreto da Anistia no *Diário Oficial*.



Guarnição do *São Paulo* no dia em que terminou o levante.



Guarnição do *Bahia* no dia em que terminou o levante.



Elementos da guarnição do *Minas Gerais* recebendo o único jornalista que visitou o navio durante a revolta.



O Capitão-de-Mar-e-Guerra João Pereira Leite chegando ao *Minas Gerais* depois da anistia para assumir o comando do navio.



DEPOIS DA FESTA



Caricaturas publicadas nas revistas da época *Careta* e *O Malho* criticando o medo que dominou a população e o Congresso durante a revolta. As figuras da "charge" de baixo são de conhecidos políticos sendo invectivados por Pinheiro Machado.

Qualquer Conselho expulsaria esses homens. Mas, dentro de um conceito de disciplina antiquado, preferiam chibateá-los (todos os citados os foram), o que não eliminava os faltosos, não impedia a repetição das faltas e criava um ambiente de revolta, menos nos castigados (os quais, muitas vezes, consideravam resistir ao chibateamento uma prova de virilidade), do que nos novos elementos e de melhor nível, já existentes, que não aceitavam aquele regime, mesmo não sendo por ele atingidos. Poder-se-ia, com a aplicação do Conselho de Disciplina, ir sucessivamente eliminando os indesejáveis facínoras e primários. Não o foram. E esta imprevidência identificou-se como uma das causas da revolta.

Agora, na situação de emergência criada, não seriam mais aplicáveis os Conselhos de Disciplina para solucioná-la, pois eles dever-se-iam referir a faltas específicas, e as conhecidas eram as vinculadas à rebelião, que haviam sido apagadas em definitivo pelo decreto de anistia. Assim, só ampliando-se a latitude do campo de atuação do Artigo 150 seria possível excluir-se, com base apenas em julgamento subjetivo, os maus elementos. Constituir-se-ia, como foi, em um ato de força, mas é sabido que as vantagens obtidas pela força só são mantidas se é mantida a força que as criou.

E esta força — a da rebelião — já não mais existia. Os navios estavam desarmados. A homogeneidade do grupo rebelde, rompida. Mesmo o apoio popular ia decrescendo com o tempo e o afastamento do perigo que representavam os canhões apontados para a cidade. A prova disto é que apenas uma voz levantou-se apontando o efeito anulativo do novo decreto sobre o anterior, da anistia. Na sessão do Senador do dia 29 de novembro,⁵² o Senador Rui Barbosa, em mais um de seus longos discursos, de linguajar escolhido e escoreito, depois de comentar que com o decreto da anistia o Congresso “não tinha ido além dos intuitos e dos desejos do Governo”; afirmava que “uma vez adotada pelo Congresso, a anistia, sancionada pelo Governo, era um ato definitivo, irreparável e irretratável”, mas que esse ato fora anulado pelo decreto do dia anterior, no qual o Presidente, atendendo à representação do Ministro da Marinha, revogou o Artigo 150 do Regulamento de 1908, a fim de que aquela Secretaria de Estado ficasse autorizada a dar baixa às praças da Marinha, prescindindo das garantias estabelecidas naquele artigo.

Estendia-se em considerações jurídicas que condenariam, mesmo, o artigo original, pois o fato da exclusão, ainda que feita através de julgamento por um Conselho de Disciplina, inabilitar o con-

denado a exercer qualquer função pública, obrigava a que ela só pudesse ser imposta pelo Poder Legislativo. De qualquer forma, porém, a modificação introduzida representava retirar do marinheiro a garantia de ter juízes que examinassem suas faltas, submetendo-os assim ao arbítrio sem defesa.

O Senador Pinheiro Machado, concordando sobre a inconveniência do projeto, informou que ele se baseava em solicitação dos próprios marinheiros (!). Mas Rui Barbosa refutou que ainda assim não ficaria justificada a natureza do ato. Em torno desses conceitos, perorou longamente, relatando que os marinheiros haviam ido à sua casa oferecer-lhe flores, e afirmando em certo ponto: "... diante de uma crise dessa ordem, não nos odiemos, não tenhamos falsos pudores, não levantemos falsos pontos de honra. Não há nada na anistia votada pelo Congresso que incompatibilize nossos oficiais com os marinheiros. (*Muito bem. Apoiados gerais.*)"

A situação a bordo dos navios, infelizmente, desmentia as palavras de S. Exa.

Apesar da eloquência do Senador, suas objeções não tiveram repercussão. Dos jornais, apenas o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã* repetindo-o, fizeram comentários desfavoráveis ao decreto. Os outros calaram-se. Em três dias sem ameaças já se desvanecia na memória da população e dos políticos todo o seu candente apoio às humanas reivindicações dos marinheiros. A Marinha voltava ao esquecimento e aos limites estreitos de sua existência.

A bordo, com o desarmamento dos navios e os primeiros desembarques, efetuados no dia 3 de dezembro (sem que houvesse nenhuma oposição), tudo começava a se normalizar. No dia 7, o Chefe do Estado-Maior da Armada reuniu os comandantes interessados e com eles combinou as providências para o gradativo afastamento das praças cuja presença fosse inconveniente e seu recolhimento à Ilha de Villegagnon, para posterior expurgo, que deveria ser decidido por três oficiais nomeados para um Conselho de Disciplina *ad hoc*. No dia 8, saíam do Minas Gerais oito praças consideradas perniciosas, inclusive o matador do Comandante Batista das Neves, João José do Nascimento, e do *Scout Bahia*, oito, entre elas Francisco Dias Martins, que pedira baixa da Marinha.

Se a vida rotineira dos navios normalizava-se, por outro lado, sentindo seu enfraquecimento progressivo, aumentava a desconfiança dos marinheiros sobre o destino que os esperava. Consideravam-se ameaçados pessoalmente, com murmúrios correntes sobre a vinda

dos *caçadores*, como chamavam os soldados do Exército, dos Batalhões de Caçadores, para bordo, boato que não tinha nenhuma procedência. Todos procuravam armar-se para defesa individual, se se fizesse necessária. Desapareciam fuzis, munição de armamento portátil, sabres, espadas de abordagem (que ainda havia a bordo, não imaginamos para que), que eram descobertos em lugares recônditos. Soube-se, também, da tentativa feita pôr um maquinista para improvisar culatrinhas. De quando em vez, roubavam os oficiais, faziam ameaças anônimas, e certas reuniões à noite, na proa, pareciam perigosas. Mas, simultaneamente, criam os marinheiros que a presença dos superiores a bordo era uma garantia contra invasões e prisões em massa.

A situação era instável, mas tudo indicava que, vagarosamente, fosse se estabilizando em definitivo, quando o quadro mudou inteiramente ao explodirem, na noite de 9 de dezembro, sublevações no Batalhão de Fuzileiros Navais e no *Scout Rio Grande do Sul*.

PRIMEIROS INDÍCIOS DA REBELIÃO

Desde os primeiros dias de dezembro, notícias esparsas chegavam às autoridades navais dando a entender que havia elementos, entre os marinheiros e os fuzileiros navais, preparando nova rebelião.

A Polícia preveniu o Ministério da Marinha de que, por intermédio de oito marujos presos na Rua do Lavradio, no dia 2 de dezembro, e de 22 em uma casa no subúrbio de Piedade, no dia 4, fora informada de que se tramava um segundo movimento, do qual deveriam participar o Batalhão Naval e o *Scout Rio Grande do Sul*.

No dia 6, a guarda de fuzileiros do Arsenal, ao retornar ao quartel, enquanto se desarmava no pátio, fez grande algazarra, dando vivas à liberdade. Foram presos os seus componentes, abriu-se inquérito, mas o comandante do Batalhão, Capitão-de-Fragata Marques da Rocha, avisado de que algo mais deveria haver além daquele incidente, deu de ombros, dizendo que garantia pela fidelidade de seus subordinados.

No dia 8, a bordo do *Rio Grande do Sul*, um foguista revelou ao comandante, Capitão-de-Fragata Pedro Max de Frontin, todos os detalhes de uma sublevação pronta a eclodir, informando inclusive quais os seus líderes e a data escolhida para ser desencadeada. O Comandante Frontin mandou o Primeiro-Tenente José Maria de Castro e Silva obter do Estado-Maior da Armada, ao qual eram atribuídas as questões de pessoal, o desembarque dos cabecilhas apontados. Entretanto, nenhuma providência foi tomada.⁵³

Mesmo no *Minas Gerais* correram rumores de um próximo motim. Mas os marinheiros, interpelados pelo comandante, que lhes avisou que a anistia somente se referia ao movimento de novembro, e que nova rebelião seria combatida com vigor, mesmo que o navio tivesse de ser afundado, negaram qualquer ação de rebeldia e afirmaram que, caso ela se desse em outros navios, estariam ao lado do Governo.

No dia 9, pela manhã, a bordo do Cruzador *República*, o Submaquinista Odilon Teixeira Campos, ao se dirigir para o passadiço, a fim de verificar o engate do leme a vapor, foi interrogado pelo mestre-d'armas, que se achava com um grupo de marinheiros, porque não mandava outra pessoa fazer este serviço, pois possivelmente iria ser em breve o chefe-de-máquinas do navio. Respondeu que ainda era muito pouco graduado para aspirar a essa função, ao que a praça replicou: "Mas pode ser obrigado." ⁵⁴

Como nenhum inquérito ou processo de qualquer natureza se conhece acerca da rebelião de dezembro, que não foi aberto ou, se o foi, os autos desapareceram dos arquivos, ignora-se a extensão desses conluíus, com que os elementos contavam, se havia efetivas relações com os chefes do movimento de novembro. O que se passou realmente, as razões e as finalidades da sublevação têm assim que ser assumidas com base no que se sabe.

Tudo indica que os influentes no movimento anterior, no *Minas Gerais*, no *São Paulo*, no *Bahia* e no *Deodoro*, não estivessem a par do que se planejava, a não ser, talvez, um ou outro elemento isolado. Foram pegados de surpresa quando pedida sua cooperação, negada, mas que, mesmo que desejassem dá-la, seria difícil, pois os navios já estavam desarmados. Também ficou sem explicação o que pretendiam os rebeldes com este segundo movimento, pois nenhuma reivindicação existiu. Havia um vago receio de que os navios fossem invadidos pelo Exército (que se acentuou posteriormente), mas até aquele momento nada fazia supor que a invasão fosse iminente. Também é estranho que os fatos acontecessem em unidades que em novembro salientaram-se pela fidelidade ao Governo.

Deveria haver implicados em outras unidades que não puderam, por falta de número ou outro motivo qualquer, articular-se ao ponto de se amotinarem. No Cruzador *República*, os oficiais armaram-se e esperaram a rebelião que, no dizer do comandante, por isso não se deu.

É possível — e isto é apenas uma especulação — que houvesse simplesmente um desejo de imitação, uma inveja coletiva subconsciente da projeção que os rebeldes de novembro haviam tido e ainda tinham, dos elogios que receberam, do respeito e admiração que se percebia pela leitura dos jornais, da obtenção rápida e fácil da anistia. Teriam vontade de mostrar-se capazes de desempenhar o mesmo papel, que os únicos heróis da liberdade não eram os marinheiros dos quatro navios revoltados. E disto resultou ter-se o movimento constituído em apenas uma baderna, a desordem simplesmente pela desordem, e facilmente dominada.

Devia haver alguma ligação entre o Batalhão Naval e o *Rio Grande do Sul*, pois as sublevações deram-se na mesma hora, e a ilha das Cobras exibiu um sinal vermelho que determinou o início do tiroteio às 20h30min da noite de 9 de dezembro.

OS MOTINS

*Batalhão Naval*⁵⁵

A única descrição que se conhece do que se passou no quartel da Ilha das Cobras deve-se a um relatório apresentado pelo Capitão-Tenente Reformado Antero José Marques, que, durante o motim exercia as funções de Sargento-Ajudante (ou Brigada) do Batalhão. Deste, reproduzimos as partes que se prendem aos acontecimentos da noite de 9 de dezembro, dos quais foi testemunha de vista.

“... No dia 9 de dezembro, às sete horas da noite, regressando de terra, onde fora a serviço, o despenseiro de oficiais Joaquim das Neves declarou ao Comandante Marques da Rocha ter vindo ao encontro dele, na praça do Mercado, um indivíduo de cor parda, alto e corpulento, sobraçando um livro, indivíduo este que lhe perguntou o que havia de novo no Batalhão Naval, e se o Comandante Marques da Rocha havia sido desfeitoado por praças do Batalhão na ladeira da Ilha das Cobras, ao que o despenseiro respondeu negativamente. O tal indivíduo declarou então ao despenseiro que era da polícia e que avisasse ao comandante, pois tinha certeza de que o Batalhão revoltava-se durante essa noite e que os navios também iam fazer nova revolta. Terminava o despenseiro estas palavras, quando pelo telefone chamaram com urgência ao aparelho o Comandante Marques da Rocha. Era o Dr. Cunha Vasconcelos, 3.º Delegado Auxiliar, que avisava ao comandante ter-lhe constado

que o Batalhão revoltar-se-ia durante a noite. Nesta ocasião a banda de música fazia retreta no pátio do quartel e quase todo o Batalhão dançava ao som da música, nada se notando de anormal. O Comandante Marques da Rocha, logo após ter recebido o aviso do 3.º Delegado, mandou dar o toque de oficiais e mandou também chamar o Brigada, aos quais relatou as informações do delegado e do despenseiro, acrescentando que não acreditava, pois tinha inteira confiança no Batalhão. Recomendou entretanto rigorosa vigilância durante a noite, pelos oficiais e sargentos. Em seguida, o Comandante Marques da Rocha foi ao Quartel-General dar ciência ao Chefe do Estado-Maior da Armada do que lhe tinham informado e ao mesmo tempo reafirmando sua credibilidade na disciplina dos homens sob seu comando. Às nove horas da noite foi feito o toque de recolher e, em seguida, procedeu-se à chamada da revista, verificando-se faltar ao quartel o tambor da 1.ª Companhia, Homero José da Silva, que se ausentou saltando a muralha. Pouco depois da revista entrou no quartel o marinheiro Manoel Francisco dos Santos, da guarnição do submarino n.º 3, * declarando ter fugido de bordo, porque o referido submarino ia se revoltar durante a noite e que o chefe da revolta era o marinheiro Scipião Zanotti. Às nove horas e trinta minutos foi feito o toque de silêncio, recolhendo-se em seguida todas as praças às suas camas. O armamento portátil das praças estava ensarilhado nos alojamentos das companhias, por se achar o Batalhão em rigorosa prontidão. Somente a 5.ª Companhia se achava municada com 60 tiros por praça. Esta companhia estava de sobreaviso, para desembarcar rapidamente, em caso urgente. No Arsenal de Marinha estacionava uma outra companhia, devidamente armada e municada, sob o comando do Capitão-Tenente Oscar Lins de Azevedo e do Primeiro-Tenente Attila Monteiro Aché. Até este momento, nada de anormal se notava no quartel ou a bordo dos navios de guerra. Estava de serviço de estado o Primeiro-Tenente Armando de Azevedo Pina. Às dez horas e trinta minutos foi ouvido o toque de Batalhão Naval avançar, em acelerado. Este toque foi feito no pátio interno, entre os alojamentos da 1.ª e 5.ª Companhias. Logo em seguida, essas duas companhias correram para o pátio central, em grande algazarra, dando vivas à liberdade e mor-

* Há um engano nesta declaração. Não pode tratar-se de submarino, pois estes não haviam sido recebidos. Devia ser o *destroyer* onde Zanotti era telegrafista.

ras ao carrancismo. Alvejaram a tiros a sala de estado e quebraram o aparelho telefônico. Apagaram a iluminação do quartel. Cercaram a ladeira da praça-d'armas, onde estavam os oficiais, impedindo pelo fogo da fuzilaria a entrada dos mesmos no recinto do quartel. Arrombaram o paiol de munição, situado no subterrâneo, em frente ao edifício do corpo central. Trouxeram artilharia e metralhadoras para o pátio do quartel. Soltaram todos os presos e cercaram os pontos de saída. Tudo isto os sublevados fizeram rapidamente.

“Estabeleceu-se no quartel verdadeira confusão. As praças, de fuzil em punho, sem munição, corriam em todas as direções, procurando saber do que se tratava. Uma grande maioria das praças conseguiu, no primeiro momento, internar-se no Hospital de Marinha e depois passar para o Arsenal. O Brigada do Batalhão, Antero José Marques, que se achava no pátio interno, entre o corpo central e a caixa d'água, conseguiu reter o avanço da 3.^a Companhia para o pátio central e com ela organizou rapidamente uma carga de baioneta sobre os sublevados. Esta carga de baioneta foi porém debandada a tiros de fuzilaria, havendo vários ferimentos leves e graves e morto o 1.^o Sargento José Francisco Sobral. Uma bala furou o boné do Brigada, o qual recebeu também um leve ferimento no braço esquerdo. Com o Brigada do Batalhão transportaram-se para o Arsenal de Marinha oito sargentos, sete cabos e 128 soldados. No referido Arsenal já se encontravam cerca de 200 praças, que haviam conseguido sair do quartel no primeiro momento da sublevação. O comandante e oficiais do Batalhão que se achavam no Arsenal eram de opinião que se realizasse na madrugada do levante um assalto ao quartel com a tropa disponível, que para isso já se achava municada. Este ataque não se realizou por ter havido ordem superior em contrário.” *

“... Durante a madrugada do levante, enquanto se esperava ordem do Governo para atacar o quartel, foram reforçadas pelas praças do Batalhão os estabelecimentos navais e a guarda do Cate. Guarneceram-se os pontos de desembarque do litoral, entre a Praça Quinze de Novembro e o Cais do Porto, para prender os sublevados e sentenciados do presídio que ali desembarcassem. Rebocadores armados de metralhadoras e com praças do Batalhão

* Possivelmente, a confiança nas praças não revoltadas era relativa, não se esperando, assim, muito vigor em um ataque sobre seus companheiros.

rondavam a ilha para prender os fugitivos. Com o comandante do Batalhão ficaram no Arsenal os oficiais e o brigada, para reconhecimento e prisão de todos os sublevados e presidiários que ali chegassem. O restante das praças, que se compunha de 150, teve a incumbência de escoltar os presos. Às cinco horas da manhã do dia 10 chegaram ao Arsenal de Marinha o 2.º Regimento de Infantaria sob o comando do Coronel Manoel Lopes Carneiro de Fontoura, um Grupo de Obuses sob o comando do Capitão Leite de Castro, uma Companhia da Polícia Militar, um contingente do Corpo de Bombeiros e um contingente de uma Linha de Tiro. A esse tempo os contratorpedeiros e o Cruzador *Barroso* tomaram posição para bombardear o quartel; o Grupo de Obuses localizou-se no Mosteiro de São Bento. A infantaria ocupou o cais do Arsenal, próximo às oficinas, para posterior assalto e ocupação da ilha, e às seis horas foi iniciado o fogo pelos canhões da Esquadra e Bateria de Obuses. Era necessário certo cuidado da direção dos tiros, porque os sublevados não deixaram retirar os doentes baixados no Hospital de Marinha, permitindo somente que se retirassem para o Arsenal o Capitão-Tenente Dr. Ferreira de Abreu, médico do Batalhão, que se internara no Hospital no início da sublevação. Este médico era conhecido no Batalhão como o *pai dos soldados*. O General Mena Barreto achava-se no Arsenal de Marinha assistindo ao bombardeio e dando ordens. O Capitão-Tenente Anfilóquio Reis foi designado pelo Chefe do Estado-Maior da Armada para indicar às forças de terra os pontos estratégicos do quartel. Durante algum tempo os sublevados responderam ao fogo dos navios e atiraram de fuzilaria e metralhadoras para o Arsenal e Praça Quinze, matando ali um civil. Mais tarde colocaram um canhão em frente ao portão do Hospital e passaram a responder ao fogo da bateria em São Bento. Uma granada desse canhão, atingindo a muralha do Mosteiro, matou por estilhaço um aspirante e um sargento do Exército, causando também ferimentos leves no braço do General Mena Barreto e em diversas praças. A guarnição desse canhão, que se compunha de 12 sentenciados e um soldado naval, quase todos embriagados, foi toda morta por um só impacto de obus do morro de São Bento. Às três horas da tarde achava-se o quartel e parte do Hospital em completa ruína. Desde 2 horas da tarde os sublevados não respondiam ao fogo. Tinham içado uma bandeira branca em um pequeno mastro, na frente da capela do Hospital. Nesse entretempo, procuravam fugir à punição vestindo-se à paisana com as roupas dos oficiais e

trabalhadores das obras do dique em construção e outros vestiam as camisolas dos doentes, fingindo-se baixados antes da revolta. Às três horas e quarenta e cinco minutos atracaram no cais do Depósito Naval vários rebocadores para transportar os sublevados para o Arsenal, onde chegaram disfarçados em trajas civis e camisolas de doentes. Foram porém reconhecidos e recolhidos presos a diversos quartéis das forças de terra. Logo após a chegada dos sublevados ao Arsenal foi enviado ao quartel um destacamento do Batalhão, o qual procedeu à remoção de 23 mortos para o necrotério do Hospital de Marinha e trouxe para o Arsenal 18 sublevados feridos. Às cinco horas da tarde foi o quartel ocupado pelo 2.º Regimento de Infantaria. Às seis horas o Comandante Marques da Rocha, com oficiais e a maioria das praças do Batalhão, tomou novamente posse do quartel de seu comando, retirando-se a força do Exército.”

As forças sublevadas do Batalhão foram comandadas pelo Sargento Jesuíno Leme de Carvalho, vulgo “Piaba”. Tiveram papel importante no movimento mais 45 sargentos e cabos, conforme Ofício do Arsenal de Marinha, de 16 de dezembro, ao Estado-Maior da Armada, resultado de Conselho de Investigação ali realizado. Entre eles, salientaram-se os seguintes: Sargento Benedito Rodrigues de Oliveira, que procurou aliciar os subalternos, municiou uma companhia após o toque de silêncio e determinou o envio de uma comissão ao *Minas Gerais*, a fim de convidar a guarnição desse navio a aderir à revolta; Sargento Joaquim Rodrigues, que assumiu o controle das portas do quartel, impedindo a entrada dos oficiais; Cabo Paulo José de Souza, que fazia parte da guarda do Arsenal de Marinha, aderindo à revolta e atirando sobre as praças que se mantinham fiéis.

O bombardeio do quartel teve início às cinco horas da manhã, depois de avisado o comandante da Divisão Inglesa que se achava no porto, atirando a bateria do Exército, em São Bento, o Encouraçado *Floriano*, os Cruzadores *Barroso*, *Tamoio* e o *Scout Rio Grande do Sul*.

O tiroteio nos dois sentidos fez correr muito mais sangue do que o movimento de novembro. Entre os fuzileiros rebeldes e fiéis, contavam-se um sargento, 23 soldados mortos e 18 feridos. Muitos elementos do Exército foram atingidos no Morro de São Bento. Também os tiros dos rebeldes fizeram numerosas vítimas civis no centro da cidade.

A sequência de rádios trocados entre o Ministro e os navios que bombardeavam o quartel da Ilha das Cobras dá uma idéia de como se desenvolveram as operações.

a) “Do Comandante da Divisão de Cruzadores ao MM: Divisão de Cruzadores pronta — Aguardo ordens.”

b) “Do MM ao Cruzador *Barroso* e Encouraçado *Florianópolis*: Iniciar bombardeio Ilha das Cobras imediatamente. Poupar Hospital Central.”

c) “Do MM à Divisão de Cruzadores — Deveis bombardear Batalhão Naval imediatamente.”

d) “Do MM ao *Scout Rio Grande do Sul*: Auxilie bombardeio da Ilha das Cobras.”

e) “Do MM ao Cruzador *Barroso*: Cessar fogo, aguardando segunda ordem.”

f) “Do MM ao Cruzador *Barroso*: Recomeçar bombardeio Ilha das Cobras, poupando Hospital.”

g) “Do Cruzador *Barroso* ao MM: Peço mandar rebocador retirar *Bahia* linha de fogo com urgência.”

h) “Do MM ao Encouraçado *São Paulo*: Fazer guarnição abrigar-se casamatas por causa projetis estão caindo próximo do navio.”

i) “Do MM ao Encouraçado *São Paulo*: Ao comandante o Governo agradece esforço patriótico sentido debelar movimento que espera sufocar com elementos até agora empregados.”

j) “Do Estado-Maior ao Comando-Geral das Torpedeiras: Torpedeira *Goiás* deve acender fogos vir com urgência cais do porto.”

k) “Do Cruzador *Barroso* ao MM: Revoltosos hastearam bandeira branca leste Ilha das Cobras.”

l) “Do MM à Divisão de Cruzadores: Cessar fogo até segunda ordem.”

A revolta do Batalhão Naval, envolvendo menos da metade de seu efetivo, e que poderia ter sido evitada se o Comandante Marques da Rocha não depositasse tanta confiança em seus homens, durara 17 horas e apresentara um expressivo saldo de mortos e feridos e de propriedades destruídas.

*Scout Rio Grande do Sul*⁵⁶

Seriam 20 horas do dia 9 de dezembro quando, por ordem do Presidente da República, o Ministro da Marinha determinou

que o *Scout Rio Grande do Sul*, sob o comando do Capitão-de-Fragata Pedro Max de Frontin, suspendesse neste mesmo dia a fim de abafar uma greve que deflagraria no porto de Santos. O comandante foi chamado ao Ministério, mas, havendo já informações seguras de que se preparava uma rebelião, achou que não deveria ausentar-se, pelo que mandou o Primeiro-Tenente Durval de Oliveira Teixeira em seu lugar, o qual regressou com a ordem de partida urgente e a autorização para que o navio recebesse reforço de marinheiros e foguistas do Cruzador *Barroso*.

O *Rio Grande do Sul* estava fundeado por trás da Ilha das Cobras, não podendo ser visto do Ministério. O Chefe interino do Gabinete do Ministro, Capitão-Tenente H. Pereira da Cunha, preocupado com a situação, decidiu ir a bordo, mesmo à paisana como estava, juntamente com o Capitão-Tenente Castro Menezes, oficial de serviço no Estado-Maior da Armada.

Chegados a bordo do *scout*, encontraram todos os oficiais usando o uniforme azul, na época um dólman fechado e muito quente, apesar da noite de verão. Perguntado o porquê daquilo, o Comandante Frontin respondeu com simplicidade: “É que a guarnição deve se revoltar a qualquer momento e cada um de nós já está com seu fuzil carregado e sabendo o que fazer.” Mas este fato não parecia influir na sua decisão de cumprir a missão em Santos. Reunidos na praça-d’armas, os oficiais aguardavam o regresso do Tenente Theobaldo, que havia ido à proa para verificar se, como haviam sido informados, uma praça estava sendo abusivamente libertada dos ferros a que fora condenada. Não era verdade. Então, o comandante insistiu sobre a ordem de passar os homens necessários do Cruzador *Barroso*, que ainda não havia sido cumprida. O Tenente Castro Menezes seguiu na lancha para pessoalmente trazê-los. O Comandante Frontin voltou a solicitar o desembarque dos possíveis cabecilhas do movimento, que o Estado-Maior não havia autorizado. O Tenente Pereira da Cunha, em nome do ministro, deu a permissão e mandaram preparar a lancha para transportá-los quando, aproximadamente às 22h30min ouviram-se tiros na Ilha das Cobras e um sinal vermelho brilhou nas muralhas do forte. Imediatamente o navio ficou às escuras e a guarnição correu em massa para a popa, a fim de atacar os oficiais. Estes estavam esperando. Com o comandante à frente, de cima do tombadilho (uma superestrutura mais alta na popa do *scout*) começaram a atirar sobre os marinheiros, que respondiam ao fogo, mas, tendo que se agachar para evitar

serem atingidos, não podiam apontar para o alto. O Capitão-de-Fragata Frontin permanecia de pé, junto à amurada, indiferente aos projetis, exortando a guarnição a se entregar.

Enquanto durou o tiroteio, dois escaleres foram arriados e se dirigiram para o *Minas Gerais* e para o *São Paulo* onde, passando bem junto à proa, os tripulantes gritaram pedindo auxílio, pois “a guarnição do *Rio Grande do Sul* estava sendo massacrada pelos oficiais, juntamente com tropas do Exército, que haviam invadido o navio”. Os efeitos dessa mentira foram sensíveis, como veremos adiante.

Quando as luzes se apagaram, o Capitão-Tenente Francisco Xavier Carneiro da Cunha, contando com a simpatia que gozava junto aos marinheiros, procurou saber do que se tratava. Aproximando-se do grupo rebelde, foi ferido a punhal e a bala. Também um dos amotinados havia sido atingido pelos tiros da oficialidade. Os dois corpos jaziam no convés. O Comandante Frontin determinou então que uma tripulação mista de taifeiros, foguistas e marinheiros que não se revoltaram arriasse um escaler para levar os dois feridos para terra, acompanhados pelo médico. Alertou que se alguém tentasse impedir seria repellido a bala. O transporte foi feito, mas o Tenente Carneiro da Cunha faleceu no caminho. O marinheiro já estava morto.

Não esperando uma reação tão pronta e tão enérgica, os amotinados deram-se por vencidos. Em uma pausa na troca de tiros, dois marinheiros, Manoel Antônio e Belmiro Libânio, aproximaram-se e disseram que a guarnição não estava revoltada (!), apenas amedrontada com a notícia de que o navio seria invadido pelo Exército, mas que obedeceria as ordens que lhe fossem dadas.

O comandante mandou que os marinheiros acendessem as luzes e formassem a ré, para ouvi-lo, sendo atendido imediatamente, em silêncio. Censurou-os acremente, determinou que entregassem as armas e que fossem dormir, tudo cumprido em perfeita ordem. Em meia hora, com a reação pronta e decidida de Frontin, a rebelião estava dominada.

Os seguintes rádios foram trocados:

“Do Comandante do *Rio Grande do Sul* ao MM — Tudo calmo no *Rio Grande do Sul*.”

“Do MM ao *Rio Grande do Sul* — Fique pronto para fazer fogo, aguarde ordens.”

“Do Presidente da República ao *Rio Grande do Sul* — Comandante Frontin, *Scout Rio Grande do Sul*. Abraço-vos pelo denodo com que soubestes manter a disciplina em vosso navio. Agradeço-vos pela prontidão que tivestes na repressão da revolta da guarnição com briosos comandados. Peço-vos que aguarde ordens.”

“Do MM ao *Rio Grande do Sul* — Auxilie bombardeio da Ilha das Cobras.”

Depois de tomar parte no bombardeio do quartel do Batalhão Naval, e dominada a rebelião, o *Scout Rio Grande do Sul* largou para cumprir a comissão determinada em Santos, com a mesma guarnição que se revoltara. Um exemplo de como ação oportuna e enérgica pode mudar o pior quadro de sublevação e desordem, e como a força moral consegue se impor ao ponto de fazer os rebeldes lutarem lealmente contra seus parceiros de poucas horas antes, e a oficialidade não temer seguir para o mar, onde não poderia contar com nenhum auxílio se o motim continuasse, instigado por alguns desesperados.

ATUAÇÃO EM DEZEMBRO DOS NAVIOS REBELADOS EM NOVEMBRO

As atitudes das guarnições dos navios que se tinham rebelado em novembro (gozando dos benefícios da anistia) durante os motins de dezembro, especialmente as do *Minas Gerais* e do *São Paulo*, levantaram muitas suspeitas e foram objeto de um Conselho de Investigação, que procurou verificar se teria havido participação dos anistiados no movimento. Os navios estavam desarmados e os marinheiros pediam encarecidamente que lhes fossem entregues as culatrinhas retiradas, a fim, diziam eles, de apoiarem a legalidade contra os novos sublevados e se defenderem contra ataques do Exército. De qualquer forma, teria sido uma imprudência entregar armas poderosas a grupos que as tinham usado havia pouco dias para se rebelarem. Apesar de suas afirmativas de fidelidade, os antigos amotinados estavam cindidos, sem liderança definida. Se muitos, talvez a maioria, queriam realmente defender as autoridades, outros ainda se achavam imbuídos de idéias subversivas, e seriam capazes de dominar os moderados, tudo acontecendo novamente.

Vencida a segunda rebelião, o ambiente a bordo dos navios que haviam tomado parte na primeira, e já começava a se acalmar, ficou de tal maneira agitado, pleno de desconfiança, com os marinheiros armados e em pânico ante a possibilidade imaginada de uma invasão por forças do Exército, que tornou impossível qualquer esforço no sentido de progredir a normalização do relacionamento disciplinar que se observava. Os comandantes comunicaram às autoridades navais que, embora pessoalmente não se sentissem amea-

çados, não se julgavam capazes de controlar as guarnições que, deste modo, poderiam a qualquer momento ser instigadas por elementos mais agressivos à insubordinação e à baderna semelhantes às ocorridas no Batalhão Naval e no *Rio Grande do Sul*. Daí ter sido decidido, logo a 11 de dezembro, que, ao invés da lenta substituição do pessoal indesejável, como se vinha procedendo, fosse tomada medida radical, desguarnecendo-se inteiramente os quatro navios críticos, concentrando-se os homens deles retirados onde, sem haver perigo de novos movimentos, se pudesse ir fazendo o expurgo autorizado pelo Decreto n.º 8.400, de 28 de novembro.

Com base nas declarações de meia centena de testemunhas e indiciados no Conselho de Investigação realizado a partir de junho de 1911, pode-se reconstituir razoavelmente o que se passou nos quatro navios até serem desguarnecidos completamente.

*Encouraçado Minas Gerais*⁵⁷

Às 22h30min da noite de 9 de dezembro, o Imediato Sadock de Sá e o Capitão-Tenente Salalino Coelho, que se achavam no convés, viram ser exibido nas muralhas do quartel de fuzileiros da Ilha das Cobras um sinal vermelho e, logo a seguir, ouviram o tiroteio no Batalhão Naval e no *Scout Rio Grande do Sul*.

A guarnição, já recolhida, acordou alarmada, mas suas primeiras manifestações foram coibidas e acalmadas pelos oficiais. Logo a seguir, entretanto, um escaler do *Rio Grande do Sul* aproximou-se da proa do navio e de lá gritaram que os *caçadores* haviam, em combinação com a oficialidade, invadido o *scout*, resultando grande número de mortos e feridos, e pediam o auxílio da guarnição do *Minas Gerais*. Com isto estabeleceu-se pânico e confusão entre os marinheiros, que se armaram, arrombaram os paiois de munição e se reuniram no convés. Ainda que não ameaçassem os superiores, ignoravam suas ordens, em atitude de franca insubordinação.

À vista deste estado de exaltação, o Imediato Sadock de Sá resolveu abandonar o navio com todos os oficiais, menos dois maquinistas que não foram encontrados. João Cândido, que dormia na tolda, acordou chamado por um colega, chegando a ré quando os oficiais embarcavam na lancha para se retirarem. Ele e outros marinheiros pediram que não o fizessem, que nada havia contra eles,

apenas queriam defender-se contra os *caçadores*, mas não foram atendidos, tendo-lhes dito o imediato “que tomasse conta do navio”.

Os oficiais rumaram para Niterói e às cinco horas da manhã contataram o Capitão-de-Mar-e-Guerra João Pereira Leite, seguindo todos para o Estado-Maior da Armada, onde receberam ordem de regressar para bordo. Em um rebocador do Arsenal dirigiram-se ao navio, que estava em movimento, pronto a fundear junto à Ilha do Vianna, tendo içado sinal pedindo fornecimento de carvão, isto perto de 15 horas do dia 10.

Para a reconstituição do que aconteceu no período no qual o navio permaneceu sem os oficiais, só se pode reportar ao depoimento de João Cândido no referido Conselho de Investigação, que foi longo e detalhado.

A guarnição continuava extremamente agitada. Via rádio, João Cândido comunicou às autoridades navais que o navio havia sido abandonado pelos oficiais e que estava na posse da guarnição. Recebeu em resposta uma mensagem direta do palácio presidencial, endereçada ao *Minas Gerais* e ao *São Paulo*, na qual o Presidente recomendava que as guarnições se mantivessem fiéis ao Governo.

Os marinheiros não alimentavam, segundo o depoente, nenhuma idéia de um movimento ilegal, tanto assim que uma comissão enviada pelo Batalhão Naval, pedindo adesão, foi repelida sem desembarcar. Outros soldados e presidirios, 14 ou 15 deles, foram chegando e solicitando refúgio, sendo desarmados e presos com sentinela à vista. Quando receberam um rádio do Ministro da Marinha determinando que não se desse agasalho a fugitivos, esta providência já tinha sido tomada.

A uma hora do dia 10, passaram junto ao *Minas Gerais* o Encouraçado *Floriano* e os *Destroyers Amazonas* e *Pará*, recebendo o primeiro ordem para projetar os holofotes sobre o *Rio Grande do Sul*, do que foi dispensado a seguir, pois a rebelião estava dominada.

Às 4h30min houve ordem do Ministro da Marinha para ser iniciado o bombardeio da Ilha das Cobras, sendo naturalmente excluído o *Minas Gerais*, que era considerado desarmado. Mas João Cândido compreendeu estar o *Minas* incluído, tendo ido ao *Floriano* saber com o Comandante Thedim Costa o que deveria fazer. Quando os navios abriram fogo, o *Minas Gerais* acompanhou-os com seu único canhão de 120mm, cuja culatrinha havia sido subtraída. Simultaneamente, uma série de rádios foi enviada às au-

toridades navais solicitando que as restantes culatrinhas lhes fossem entregues, muitos sem assinatura, alguns com assinatura do comandante ausente, mesmo um diretamente ao Presidente da República, afirmando a fidelidade da guarnição, pedindo elementos (as culatrinhas) que lhes permitissem apoiar o Governo, e outro ao Chefe do Estado-Maior da Armada desejando licença para atirar sobre a Ilha das Cobras.

Ao Presidente da República foi também transmitida mensagem com o seguinte teor: “Pedimos providências estão prendendo esca-leres Arsenal com respectivas guarnições sendo um que foi buscar compras por nos conservarmos fiéis ao Governo em armas cumprin-do defesa da Pátria que V. Excia. pode depositar toda a confiança aguardamos instruções — A Guarnição.”

O presidente tomou conhecimento dessa mensagem e comunicou-a ao Ministro da Marinha, tanto assim que este solicitou que o Comandante da Divisão de Encouraçados informasse que esca-leres teriam sido presos, provavelmente pertencendo aos presos for- gidos e que haviam sido abandonados. Dirigindo-se diretamente ao Comandante da Divisão o Ministro afirmou: “Podeis garantir ofi- ciais guarnição vossa Divisão que nenhum navio vos atacará são meros boatos provenientes intrigas.”

João Cândido, em seu depoimento, afirmou que a maioria dos rádios foi enviada sem seu conhecimento, o que provavelmente era verdade, pois sua liderança já estava sendo substituída pela ação violenta e descontrolada dos *faixas pretas*.

O bombardeio com o solitário canhão de 120mm prolongou- se até as dez horas, quando tiros da bateria de obuses do Morro de São Bento começaram a cair perto do navio, tendo estilhaços atingido o próprio João Cândido, ferindo-o no calcanhar. Foi este então intimado pelos exaltados Vitalino Ferreira, Aristides Pereira (o “Chaminé”) e outros, sob ameaça de revólveres, a levar o navio do fundeadouro para a Ilha do Vianna, a fim de receber carvão, do qual restava pouco nas carvoeiras. Tendo os maquinistas infor- mado que era possível o navio locomover-se, suspendeu e fundeou nas proximidades da ilha, às 14h. Os *faixas pretas* desembarcaram para intimar os fornecedores a mandar carvão para bordo.

Ainda não haviam sido atendidos, quando os oficiais chega- ram, recebidos por João Cândido, que explicou as razões da movi- mentação do navio e entregou cópias dos rádios dos quais tinha

conhecimento, isto é, o que ele julgava ser ordem de bombardeio e a declaração de fidelidade ao Presidente. Comunicou, outrossim, sobre os fugitivos prisioneiros.

O Comandante Leite fez a guarnição formar e elogiou-a pelo fato de se ter conservado fiel ao Governo (depoimentos do Capitão-Tenente Nelson Jurema e do Primeiro-Tenente Aurélio Falcão), mandou apagar caldeiras e determinou o recebimento de apenas 50 toneladas de carvão, o suficiente para manter os serviços internos.

Neste ínterim, tinha sido nomeado para o comando do *Minas Gerais* o Capitão-de-Fragata José Borges Leitão, indo o Comandante Leite para a chefia da Divisão de Encouraçados. Às 17 horas, o novo comandante chegou a bordo e a passagem foi feita na câmara. Na saída do Comandante Leite, João Cândido solicitou ir com ele até Mocanguê, para fazer um curativo no calcanhar. Na sua volta, baixou à enfermaria, de lá só saindo quando chamado.

A situação de tensão, de desconfiança, de medo continuava. À noite, alguns marinheiros pediram para que os holofotes fossem acesos, iluminando as proximidades do navio, assim permanecendo das 19 horas do dia 10 às cinco horas do dia 11. Durante este dia, a guarnição se manteve a maior parte do tempo reunida na proa, sem agressividade, em atitude passiva.

Dos prisioneiros, quatro desapareceram sem explicações. Para levar os outros para terra, o imediato determinou que se formasse uma escolta que deveria seguir desarmada. Ninguém aceitou dela fazer parte nessas condições, pelo que a solução foi irem na lancha os Tenentes Américo Pimentel e Nelson Jurema, rebocando um escalor com os prisioneiros.

À noite, os *faixas pretas* que agora, visivelmente, dominavam o navio, vieram pedir novamente que os holofotes fossem acesos, o que acabaram fazendo, mesmo sem haver uma autorização explícita.

No dia 12, persistia essa insustentável situação disciplinar, quando veio ordem para que todos os oficiais deixassem o navio definitivamente. Como na primeira vez que eles saíram, os marinheiros juntaram-se na popa, querendo saber a causa daquela decisão e pedindo que eles ficassem. Responderam-lhe que o navio seria evacuado, pretendendo-se que isto acontecesse sem violência.

À tarde, chegaram a bordo os Primeiros-Tenentes Argolo Mendes, nomeado comandante, Aurélio Falcão, imediato, e o Se-

gundo-Tenente Mário Azeredo Coutinho, sendo empossados por um oficial do Estado-Maior da Armada. Reuniram em seguida a guarnição, dizendo-lhe que tinham ordem para desembarcá-la totalmente, permanecendo a bordo somente 30 especialistas para manutenção do navio. A reação negativa foi quase geral, sob as instigações do *faixa preta* Vitalino Ferreira, que chegou a declarar: “— Vamos liquidar esses oficiais porque muita gente já passou para o lado deles.” Praças armadas posicionaram-se junto às macas ameaçando quem se decidisse a deixar o navio.

João Cândido, chamado na enfermaria, depois de alguma hesitação, tentou convencer os recalcitrantes a obedecer, mas nada conseguiu. Ele mesmo não desembarcou, alegando que estava ferido e faria parte dos 30 homens que permaneceriam a bordo.

Por fim, o Tenente Argolo declarou que sua missão fora cumprida. Embarcasse no rebocador, que esperava no portolô, quem quisesse acompanhá-lo. Quanto aos outros, ele não se responsabilizaria pelo que acontecesse. Somente 17 homens o acompanharam.

Daí por diante, temos que nos fiar novamente no depoimento de João Cândido, única testemunha que deixou um relato do que se passou.

Naquela mesma tarde, contou ele, uma comissão de marinheiros, chefiada pelo Cabo Francisco Chagas, foi a Palácio, atracando a lancha que os conduziu na ponte que havia na Praia do Flamengo, para saber do Presidente da República se realmente havia ordem de desembarque para a guarnição. Recebendo resposta afirmativa, foram acompanhados de volta à lancha pelo Coronel Péricles da Fonseca e pelo marinheiro Manoel Gregório, que informou já ter a guarnição do *São Paulo* sido evacuada. À vista disto, de “*motu próprio*”, os marinheiros do *Minas Gerais* foram desembarcando e se apresentando no Quartel de Marinheiros, terminando de fazê-lo no dia 13.⁵⁸

A ida dessa comissão ao Presidente da República não tem confirmação em nenhum depoimento ou declaração, mas também não houve desmentido quando narrada por João Cândido. A intervenção de Manoel Gregório é citada pelo Capitão-de-Fragata Raymundo Ferreira do Vale. Teria sido enviado ao *Minas Gerais*, juntamente com um Cabo Lins, para comunicarem aos insubmissos que, se fossem para terra, suas vidas seriam garantidas. Se não, o Governo tomaria providências para desalojá-los, mesmo que fosse

necessário pôr o navio a pique imediatamente. Os emissários já regressaram com algumas praças. Um rebocador mandado para o *Minas Gerais* retirou os homens restantes, deixando apenas dois mecânicos para apagar os fogos.

Neste dia, havendo ainda a bordo umas 50 ou 60 praças e nenhum oficial, João Cândido seguiu na vedeta do navio para o Arsenal de Marinha, acompanhado por três marinheiros, além da tripulação da embarcação, a fim de, segundo declarou, entender-se com o Imediato Sadock de Sá sobre certa quantia arrecadada para indenizar as famílias das crianças mortas no Morro do Castelo durante a rebelião, e custear um presente para o Deputado J. C. de Carvalho, que estava guardada no cofre do *Minas*. Foi preso ao desembarcar, sendo-lhe posteriormente dito que encontraram com ele um fuzil e um caneco com alguma munição, o que ele ignorava existir.

Este foi o último eco da revolta do *Minas Gerais*, que na tarde do dia 13 permanecia apenas com alguns homens a bordo.

*Encouraçado São Paulo*⁵⁹

Mesmo depois de serem ouvidos os tiros no Batalhão Naval e no *Rio Grande do Sul*, a guarnição do *São Paulo* manteve-se calma, muitos marinheiros dormindo. Quando, entretanto, de um escaler do *scout*, pairando na altura da proa do encouraçado, gritaram, mentirosamente, que o seu navio estava sendo invadido por forças do Exército, juntamente com oficiais do navio e outros vindos de fora, e massacravam os marinheiros, tudo mudou. As praças levantaram-se, rodearam os oficiais e reclamaram do fato de não disporem de armamento para se defenderem.

A noite passou-se com excitação crescente, alimentada por boatos que circulavam. Manoel Gregório alertou o Tenente Maquinista Juvenal da Lima Caetano de que nem ele nem os demais oficiais de máquinas fossem cobertas abaixo, porque seriam trucidados. Foram e nada aconteceu. À uma hora da madrugada um bote atracou com dois fuzileiros, um telegrafista da Ilha das Cobras, um presidiário e um cabo foguista trazendo armas e munições, dizendo que haviam fugido debaixo de balas. A estação rádio recebeu uma mensagem sem assinatura afirmando que o Batalhão Naval estava com o Governo e, por isso, o atacavam com forças rebeldes co-

mandadas por oficiais traidores. E que o seguinte alvo seria o *São Paulo*.

Essas notícias aumentaram a confusão. Como acontecera no *Minas Gerais* com os *faixas pretas*, também no *São Paulo* um grupo mais agressivo assumira o controle da guarnição, substituindo a liderança de Manoel Gregório. Constituíam-no o Cabo André Avelino, os marinheiros Cavalcanti, Gustavo Guimarães Barreto, Augusto Arantes, Eurico da Motta e outros. Colocaram os holofotes para funcionar, inicialmente com ordem do comandante, mas, quando este mandou apagá-los, a fim de não perturbar o *Floriano*, que se aproximava da linha de fogo para bombardear a Ilha das Cobras, ignoraram-no e mantiveram a iluminação em torno do navio.

Ainda sem autorização ou licença, uma lancha foi até o *Rio Grande do Sul* verificar o que havia, regressando sem dar satisfações; os toldos foram ferrados, apesar dos protestos do oficial de serviço. Em comissão, os novos líderes dirigiram-se ao Comandante Silvinato e pediram-lhe que intervisse junto às autoridades para recuperarem as culatrinhas. Ele recusou-se terminantemente a fazê-lo, o que aumentou a irritação, ao ponto de Manoel Gregório aconselhar que os oficiais se retirassem de bordo. O marinheiro Cavalcanti, informado, veio à câmara e pediu que não o fizessem, pois então a guarnição seria considerada revoltada, o que não era verdade.

Depois de conferenciar com os oficiais, o Comandante decidiu que abandonassem o navio, embarcando todos em duas lanchas atrasadas ao portaló. Enquanto aguardavam um atrasado, os marinheiros, do convés, protestavam contra a sua saída. Por fim, o Cabo Avelino desceu ao patim inferior pedindo que não se retirassem, afirmando mais uma vez que não estavam revoltados. O Comandante respondeu que só regressariam se a guarnição estivesse disposta à obediência e que, também, em hipótese alguma, mandaria buscar as culatrinhas.

Ouviram-no em silêncio Avelino, Gregório e Cavalcanti, em nome de todos, garantiram que se manteriam disciplinados. Com isto os oficiais desembarcaram e uma certa calma voltou ao navio. Mas, à noite, uma lancha do *Minas Gerais* atracou com um marinheiro que trazia recado do Comandante Leite. Depois de transmiti-lo ao Comandante Silvinato, foi à proa e conferenciou longamente com a guarnição, com o que esta voltou a ficar assustada.

No dia 11, à tarde, veio para bordo o Capitão-de-Fragata Raymundo José Ferreira do Vale, Comandante do *Bahia*, que já em grande parte tinha resolvido o problema do seu navio e desde o dia anterior fora nomeado para substituir o Comandante Silvinato, que pedira demissão. Às 16 horas, houve a passagem de comando, em formatura geral, e o Comandante Ferreira do Vale incitou todos à obediência e respeito hierárquico.

Na madrugada de 12, um *destroyer* navegou em torno do navio, sendo invectivado pelos marinheiros que se achavam no convés. Neste meio tempo, radiogramas eram trocados entre os navios ex-rebelados, sem conhecimento das autoridades, e o Tenente Alves de Araújo encontrou um bilhete que alertava os oficiais para a ameaça de serem fuzilados naquele dia, bilhete que foi mandado para o Estado-Maior da Armada.

Todos esses fatos fortaleceram a decisão de serem evacuados todos os navios suspeitos, recebendo o *São Paulo* ordem neste sentido. Reunida a guarnição, foi-lhe dito que quem quisesse acompanhar os oficiais para o quartel do Corpo de Marinheiros teria garantia de vida e, na pior das hipóteses, baixa do serviço da Armada. Por outro lado, quem permanecesse a bordo seria considerado insubmisso e o Governo tinha meios de coagi-los à submissão.

Pouco mais de 130 homens se dispuseram a desembarcar. Os outros inicialmente disseram que nem mortos saíam do navio. Com alguma insistência, relutando, acabaram cedendo. Às 23 horas, a rebelião no *São Paulo*, iniciada a 22 de novembro, deu-se definitivamente como terminada. Apenas 11 praças e um comissário permaneceram a bordo.

*Encouraçado Deodoro*⁶⁰

A rebelião do dia 9 não teve efeito imediato no *Deodoro*. A guarnição manteve a mesma atitude de disciplina exterior, obedecendo as ordens de rotina que lhe eram dadas por intermédio de alguns líderes. O Cabo José Alves, perguntado pelo comandante se poderia contar com a fidelidade dos marinheiros, respondeu afirmativamente.

No dia 12, entretanto, indo uma lancha ao Arsenal de Marinha apanhar mantimentos, José Alves, que a estava tripulando, foi preso

por ordem do Estado-Maior da Armada. O patrão da embarcação regressou para bordo extremamente irritado e transmitiu esta irritação, mesclada com o medo de terem começo represálias dos marinheiros, que se tornaram ameaçadores. O Comandante enviou o Capitão-Tenente Arthur Chagas do Rego Meirelles ao Estado-Maior para saber o que havia acontecido. Aí informaram-lhe que o cabo fora preso porque apontara o revólver para um oficial, e que não seria solto. O Tenente Meirelles explicou que se comprometera a regressar com o Cabo José Alves e que, com a recusa, a situação da oficialidade ficaria crítica. Como solução, o Chefe do Estado-Maior resolveu apressar o cumprimento da decisão que já existia de abandonar os navios ex-rebelados. Mandou que o Comissário Cezar Alves levasse um bilhete do Tenente Meirelles, no qual, em nome do Estado-Maior, autorizava a saída dos oficiais. E que o *Floriano* afundaria o *Deodoro*, no caso deste se sublevar.

Recebida a autorização, a oficialidade embarcou em duas lanchas, com grande surpresa dos marinheiros, que não compreendiam aquela atitude, pois não alimentavam nenhuma intenção agressiva. Não houve oposição à primeira retirada, mas, depois, o marinheiro Dias Coelho impediu a saída do Tenente Aníbal Leite Ribas e do Maquinista Isaac Tavares, que se haviam atrasado.

Na ausência dos oficiais, os marinheiros passaram alguns rádios para os outros navios e para as autoridades governamentais afirmando que “o *Deodoro* mantinha-se fiel ao Governo.” Também existia neste navio o correspondente aos *faixas pretas* do *Minas Gerais*, um grupo mais enérgico e radical que controlava os demais e os levava à insubordinação, constituído, entre outros, por Honorato Alexandrino, Antonio Bello da Silva e o próprio José Alves.

Às seis horas do dia 13, alguns oficiais receberam ordem de regressar para bordo, o que fizeram. No meio do dia, chegou ao *Deodoro* o Capitão-de-Fragata Raymundo do Vale (a esta altura um especialista em evacuação de navios rebelados) com ordem para desembarcar a guarnição. Formou-a e repetiu o que havia dito no *São Paulo*: garantia para quem desembarcasse, reação para quem não se submetesse. Somente uns três ou quatro homens apresentaram-se voluntariamente. Mas os outros foram cedendo aos argumentos dos oficiais e, quando o Comandante Raymundo do Vale enviou um rebocador com o Tenente Costa Braga para transportar os que quisessem desembarcar, todos os fizeram, exceto alguns vi-gias. A rebelião no *Deodoro* também findara.

Quando eclodiu a sublevação no Batalhão Naval e no *Rio Grande do Sul*, achavam-se no *Bahia* apenas o Imediato, Capitão-de-Corveta Júlio Cezar de Noronha, e seis oficiais. Viram o sinal vermelho brilhar nas muralhas da Ilha das Cobras e ouviram o tiroteio que se seguiu. Preocupou-se o Imediato Noronha em neutralizar qualquer tentativa de rebeldia da guarnição, dirigida por elementos que sabidamente já a controlavam, isto apesar das declarações de fidelidade que ouvira de alguns marinheiros.

Como o navio estava desarmado e mesmo a máquina impedida de se movimentar, devido à retirada de algumas conexões essenciais, o que restava a fazer, para efetivar a neutralização desejada, era o desembarque da maruja para o quartel de Villegagnon. Quatro escaleres foram arriados, a guarnição formada e dito que nada justificaria a adesão à rebeldia dos fuzileiros e dos marinheiros do *Rio Grande do Sul*, sendo em seguida incitada a sair de bordo. A reação imediata foi de aceitação mas na hora do embarque 19 elementos recusaram-se a fazê-lo (algumas testemunhas falam em 15, aos quais se juntaram posteriormente quatro marinheiros do *Minas Gerais*). Ao todo abandonaram o navio 106 homens, que foram, pacificamente, recolhidos ao quartel da 9.^a Região Militar.

Francisco Dias Martins, depois da anistia mantivera-se completamente à parte de qualquer movimento. No dia 8 de dezembro, pedira baixa do serviço. No dia 9, chegara a bordo à paisana, explicando que assim procedera porque em terra a polícia estava prendendo marinheiros, o que colegas confirmaram. Neste mesmo dia foi remetido para o Corpo de Marinheiros, sendo sua baixa efetivada a 11. Não estava, portanto, a bordo quando o navio foi evacuado. Mas também no *Bahia* formara-se um grupo de elementos mais audaciosos e rebeldes que assumira o controle da guarnição, encabeçado pelo marinheiro Maximiano da Silva Santos. Foram os componentes desse grupo que recalcitraram à idéia de desembarcar.

Na ausência dos oficiais, uma lancha a vapor com marinheiros dirigiu-se ao *Minas Gerais* e ao *São Paulo* a fim de saber que partido as guarnições desses navios haviam tomado. Foram aconselhados a se manterem fiéis ao Governo, pelo que, na volta, andaram capturando, pela bafa, foragidos da Ilha das Cobras e entregando-os na Ilha de Villegagnon.

No dia 11, vieram a bordo os Tenentes Mário da Gama e Silva e Guedes de Carvalho. Encontraram os marinheiros armados com os fuzis e a munição arrecadados dos fuzileiros aprisionados e em atitude, se não agressiva, de completa indiferença às ordens dadas por esses oficiais, que novamente procuraram fazê-los retirarem-se para terra.

No dia 12, juntou-se a eles o Primeiro-Tenente Alberto Lemos Basto, mas acabaram indo os três para o Arsenal, pois sentiam hostilidade crescente de parte dos marinheiros, que continuavam a se negar a desembarcar. Como, por fim, se vissem isolados, acabaram por apresentarem-se voluntariamente, seguindo todos para o Quartel de Marinheiros. Quando no dia 13 vieram a bordo o imediato e alguns oficiais, só restavam uns três ou quatro recalcitrantes, que também seguiram o mesmo caminho dos outros.

Um grupo de aprendizes-marinheiros e remadores civis da Escola Naval veio para tomar conta do *Bahia* que, assim, também encerrou sua rebelião.

REAÇÕES NO CONGRESSO E NA IMPRENSA

No dia 10 de dezembro de 1910, a Presidência da República enviou ao Congresso a seguinte Mensagem: “Srs. Membros do Congresso Nacional — Cumpre-me levar ao vosso conhecimento que à noite passada, às 11 horas mais ou menos, manifestou-se a bordo do *Scout Rio Grande do Sul* e no Batalhão Naval, aquartelado na Ilha das Cobras, um movimento subversivo de marinheiros e de praças daquele Batalhão.

“Devido ao grande valor e decidida e abnegada energia da oficialidade daquele navio de guerra, a rebelião que a seu bordo irrompeu pôde ser inteiramente dominada, com o sacrifício da vida heróica do Capitão-Tenente Carneiro da Cunha.

“Outro tanto não aconteceu com o Batalhão Naval, cuja oficialidade, não obstante a sua heróica bravura, não conseguiu reprimir o movimento de indisciplina que, de grande número de praças, se estendeu aos presos que na ilha existem. O Governo tomou as mais enérgicas e prontas medidas para sufocar a insubordinação que, felizmente, está circunscrita à Ilha das Cobras, mantendo-se fiéis todos os navios da Esquadra.

“Não é possível, entretanto, esconder que este fato, seguindo-se tão perto aos acontecimentos do dia 22 de novembro, é o resultado de um trabalho constante e impatriótico que tem lançado a anarquia e a indisciplina nos espíritos, especialmente dos menos cultos e, por isso, mais susceptíveis de fáceis sugestões.

“Esta é a grave situação que o Governo cumpre o dever de levar ao conhecimento do Congresso Nacional, a fim de que este adote as medidas que seu patriotismo aconselhe. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1910. Hermes Rodrigues da Fonseca.”

E, simultaneamente, remeteu para o Senado o Projeto n.º 68/1910, que rezava:

“Artigo único: Ficam declarados em estado de sítio até 30 dias o território do Distrito Federal e o Estado do Rio de Janeiro; revogadas as disposições em contrário.”⁶²

Na sessão do dia 11 de dezembro, da Câmara, o Deputado Galeão Carvalho, depois de ter condenado a nova rebelião, “congratulou-se com a Nação pelo restabelecimento completo da ordem política com a rendição dos marinheiros rebeldes da Ilha das Cobras e a sufocação da revolta”, apresentando esta declaração à mesa para ser aprovada como moção.⁶³

No dia 12, o Deputado Irineu Machado,⁶⁴ que havia votado contra a anistia, tomou a palavra e estabeleceu correlação entre a concessão apressada desta medida “obedecendo a respeitoso sentimento de piedade”, ao qual ele não cedeu porque “o julgava honesto porém de fraqueza para uma hora tão crítica”. A anistia, a seu ver, não coibiu a indisciplina, que continuava, e que precisava ser corrigida. Em certo ponto, afirmava: “Hoje, o que mais se verifica é que esse estado de coisas permanece e se alastra e, agora mesmo, quando as guarnições do *Minas Gerais* e do *São Paulo* se resolveram a apoiar o Governo contra os rebeldes da Ilha das Cobras e do *Scout Rio Grande do Sul*, nos radiogramas trocados com os amotinados, ou expedidos de um para o outro encorajado, e nos quais consultavam entre si a respeito da atitude que deveriam manter, a Nação leu com surpresa a famosa resposta, que seria ridícula se não fosse, como é, da mais intensa tristeza: Deveis chamar os vossos oficiais para bordo, como nós já mandamos buscar os nossos em terra — e viu bem claro, então, ainda, que os oficiais e superiores é que estavam às ordens e à disposição da maruja anarquizada, e as conferências por esses radiogramas são ainda o testemunho do estado de indisciplina e um signo de perigo.” *

* Realmente não se conhece nenhum caso em que uma guarnição tenha “mandado buscar seus oficiais” em terra. Elas não queriam, e pediram, para eles ficarem a bordo; não houve, entretanto, imposição para a volta. Mas realmente a insubordinação referida pelo deputado existia.

E continuou a argumentar, mostrando que persistia um estado de perigosa agitação, que deveria ser enfrentado, mas que, falando agora sobre o estado de sítio, se o Governo tinha tido o direito de “pôr à prova a dedicação de seus amigos, a ver quais são realmente os seus inimigos, isto é, os que sobrepõem as antipatias, ressentimentos, mágoas e ambições pessoais aos nobres intuitos de conservação da ordem pública, para salvar nossa pobre Pátria da vergonhosa situação em que se encontra aos olhos do mundo, depois dos inqualificáveis sucessos de 23 de novembro e da deplorável carnificina de 10 de dezembro”, isto nada tinha a ver com a negativa das imunidades parlamentares, como dava a atender o ultra-sintético projeto de estado de sítio, que ele propunha emendar, se as emendas não viessem do Senado.

Nenhuma outra voz ergueu-se a favor, contra ou mesmo para comentar o estado de indisciplina da Armada, ou para defender a concessão da anistia de uma quinzena antes, nem mesmo a do Deputado José Carlos de Carvalho, que se limitou a dar um aparte inócuo, concordando que a minoria não tivesse dificultado a ação do Governo. Agora, o medo não era mais dos marinheiros atacarem a cidade, e sim que eles voltassem a ter capacidade para isto. Para evitá-lo, toda a força deveria ser dada ao Governo.

No Senado, o Senador Rui Barbosa estendeu-se longamente, como de costume, desta vez contra a decretação do estado de sítio, o qual ele julgava “não [ser] para debelar a revolta naval, não [ser] para restituir a tranqüilidade ao país ou a confiança nos espíritos que nos vêm requerer este nefando expediente [o estado de sítio]”. E citou Cavour, que afirmava poder o Governo mais incapaz governar como ditador. Para mostrar a sua desnecessidade, historiou em todos os seus detalhes a revolta da Esquadra inglesa em Portsmouth e Nore, em 1797, a da Escola Militar no Rio de Janeiro, em 1904, e as ocasiões em que ele, obedecendo ao império dos fatos, votou pelo estado de sítio. Acrescentou uma referência aos bons resultados da anistia concedida, pois os amotinados anistiados mantiveram-se desta vez fiéis ao Governo. Confessou, por fim, que estava sozinho neste ponto de vista, o que era verdade, pois foi o único voto a desaprovar o Decreto de Estado de Sítio, o qual, entretanto, sofreu emendas, sendo aprovado e enviado para a Câmara o seguinte texto:

“Artigo 1.º — Fica declarado o estado de sítio até 30 dias no território do Distrito Federal e da Comarca de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

“Parágrafo único — Entre as medidas decorrentes da promulgação desta lei, não se compreende a suspensão das imunidades parlamentares asseguradas pela Constituição da República aos membros do Congresso.

“Artigo 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.”

O assunto *revolta dos marinheiros* desaparecia dos *Anais do Congresso*. A única preocupação eram os efeitos políticos que o estado de sítio poderia acarretar, embora a maioria esmagadora achasse que se devia dar ao Governo a força necessária para dominar este e outros surtos que se pudessem verificar.

Exceto as observações do Deputado Irineu Machado, ninguém parecia pensar nas dificuldades disciplinares que corroíam uma instituição nacional. E nem a sorte dos marinheiros pesava nas considerações dos congressistas, tão ávidos de ajudá-los quando tinham os canhões apontados para a cidade. Só uma voz — a de Rui Barbosa — se levantou contra o Decreto n.º 8.400 (da expulsão), que punha os anistiados à disposição do Governo, mormente porque foram logo desarmados. Sobre as prisões, perseguições, etc., também poucas palavras foram ditas e, quando o foram, deram mais ênfase à crítica política das ações do Governo, não tendo nenhum efeito prático as veementes verrinas ouvidas.

Também a imprensa desta vez não se manifestou da maneira ruidosa e participante como em novembro. No Rio de Janeiro, jornais da oposição e da situação limitaram-se a noticiar o que acontecia, sem vincular os fatos presentes com os motins de novembro, como se esses não se tivessem passado. Os primeiros, entretanto, secundavam a atitude de Rui Barbosa em sua luta contra o estado de sítio. Todos davam relevo ao número de mortos e feridos, civis e militares do Exército, vítimas dos tiros disparados da Ilha das Cobras pelos amotinados do Batalhão Naval.

Esta situação se devia em grande parte à censura. O *Diário de Notícias*, nos dias 13 e 14, apresentava colunas em branco, ostentando apenas o título do artigo *O crepúsculo da liberdade*. Pelo título, obviamente, referia-se ao estado de sítio.

O *Paiz*, líder da imprensa governista, foi o único que se aprofundou analisando as possíveis causas da segunda rebelião. O editorial publicado no dia 10 de dezembro assim se inicia: “A Nação

não foi surpreendida, se atendermos a que o fermento da indisciplina que se estendeu nestes últimos dias a espíritos de muito mais responsabilidade augurava a repetição de fatos de que o País já se julgava a coberto, comprando sua tranqüilidade pelo preço da anistia; entretanto estes mesmos sentimentos de equidade e brandura com que se resolveu a crise de 22 de novembro daria à coletividade o direito de não mais ter que recear surpresas como a desta noite, nem a combater revoltas que já perderam sua justificativa.”

No dia 11, o *Paiz* continuou a condenar a revolta, que teria sido “um espetáculo degradante”. E defendeu a aplicação do estado de sítio.

Gilberto Amado em artigo publicado a 27 de novembro, havia sido dos mais exaltados e entusiásticos admiradores do movimento e de seu líder, com passagens como estas: “Entretanto, entre o assombro, a maravilha: — Vejam como navegam os revolucionários! Que perícia magistral. É para esses marinheiros que pedimos instrutores estrangeiros; são esses os navios sobre cuja saúde os jornais se iludiam!” E adiante: “Certo, o direito que animava os revoltosos era uma garantia desse entusiasmo, da alegria popular. Eles mataram o Comandante Batista das Neves, o Tenente Cláudio [e mais Lahmayer, Carneiro da Cunha, Mário Alves... além de sargentos e marinheiros...] mas tinham por si o direito da dignidade humana, o primeiro de todos os direitos, que a chibata feriu.” Sobre João Cândido, suas apreciações devem ter surpreendido o próprio elogiado: “é um marinheiro formidável”, “é excepcional”, “sabe navegar, fazer parnasianismo de manobra (sic), quando a tradição de nossa Marinha era, segundo os jornais ultimamente, uma tradição de abalroadora, de arruinadora lamentável de navios.” Agora, entretanto, impressionado com o que vê de trágico no destino do Brasil no ano que se inicia, 1911, na crônica denominada “A Semana”, prevê “ameaça contínua de desgraças incalculáveis”, e diz que o prólogo delas foi representado por João Cândido “com sua reivindicação cruenta de direitos, com seu puritanismo pernóstico, com sua arrogância heróica, o seu parlamentarismo burlesco com a nação, de miras [de canhões] alçadas, ameaçando.” E aponta como seu continuador o *Piaba*, invejoso do prestígio nacional de seu antecessor, querendo que refletissem em sua direção os gritos de admiração e de respeito que elevaram João Cândido aos páramos dos heróis nacionais. Quis da mesma maneira impor anistias. Nada tinha que o justificasse. Mas, “ao seu mando caem sobre a cidade

balásios de artilharia, morrem cidadãos inermes, o comércio paralisa, os estrangeiros boquiabrem-se em espanto a país tão singular... nessa mesma trágica pulhice tão definitivamente reles que chega a desfazer a emoção da tragédia”.

Definitivamente, o Sr. Gilberto Amado, como todo bom latino, adorava as belas palavras, bem colocadas, com ritmo perfeito...

No dia 13, o *Paiz* noticiou a evacuação dos navios. No dia 15, entrevistou Rui Barbosa, que condenou o estado de sítio e afirmou que não teria havido necessidade de tanta violência no ataque ao Batalhão Naval, com as conseqüentes matanças e destruição de propriedades, pois com paciência, mesmo ficando o Governo inerte, os rebeldes seriam acossados pela sede e pela fome.

No dia seguinte, em resposta, o jornal lembrou ao ilustre senador que não se poderia ficar esperando a rendição dos amotinados enquanto eles atiravam sobre a cidade, também matando e destruindo. E que a inércia governamental estimularia outros movimentos semelhantes.

As reações na imprensa estrangeira foram mais reduzidas desta vez.

Em Paris, *Le Matin*, *Le Journal* e *Le Temp* disseram que essa segunda revolta seria de prever, à vista da impunidade da primeira. *L'Intransijant*, *La Libertée* e *Le Siecle* surpreenderam-se com o fato de ter havido duas revoltas militares em quinze dias.

Em Buenos Ayres, *La Nación* aprovou a atitude enérgica do Governo e atribuiu a responsabilidade pelas mortes à imprensa de oposição e aos discursos do Senador Rui Barbosa.

Não demorou muito o assunto *revolta dos marinheiros* desapareceu das manchetes e dos editoriais.

3.ª PARTE

OS CASTIGOS

EXCLUSÕES DO SERVIÇO

Nada indica que os navios que se haviam revoltado em novembro — *Minas Gerais*, *São Paulo*, *Deodoro* e *Bahia* — tenham permanecido em estado de rebelião nos dias 9 e 10 de dezembro, enquanto o Batalhão Naval e o *Rio Grande do Sul* sublevaram-se. Existia, sim, uma insubordinação geral, que persistia desde o dia 26 do mês anterior, quando os rebeldes foram anistiados, o que era perfeitamente de se esperar. Com a vitória fácil que obtiveram, e a aprovação de seus atos, através da imprensa e pelo Congresso, de cuja reação iam tendo ciência por intermédio do Deputado José Carlos de Carvalho, os marinheiros rebeldes *aceitaram* os oficiais a bordo como parte de seu compromisso com o decreto de anistia, mas nem por isso consideravam-se subordinados respeitosos. Os serviços de rotina desenvolviam-se quase normalmente. Entretanto, mesmo para executá-los, a *proa* deveria ser consultada, servindo de transmissora das ordens e das respostas os ex-“comandantes” revoltosos, os quais, aliás, também foram cedendo a liderança para grupos mais agressivos, como os *faixas pretas* do *Minas Gerais* e semelhantes, nos outros navios.

Também, com o êxito rápido obtido, talvez até um certo ponto inesperado, o movimento revolucionário organizado perdeu sua coesão. Desorientados, os rebeldes aceitaram sem protesto o desarmamento dos navios e o Decreto n.º 8.400, medidas que os punham à mercê do Governo e das autoridades navais. Mas sobrou um ambiente de terrível desconfiança dos dois lados. Oficiais e marinhei-

ros viviam sobressaltados, esperando um ataque intempestivo, os primeiros, da parte dos segundos, e estes, de parte de elementos vindos de terra.

Essa situação insustentável ir-se-ia entretanto resolvendo vagarosamente, conforme se fosse aplicando o decreto que permitia a exclusão fácil dos indesejáveis. Era este, não há dúvidas, um subterfúgio para contornar os inconvenientes da anistia, mas a única maneira, relativamente suave, de se refazer a disciplina destruída nos três dias que durou a revolta, e também de se poder adotar novo regime de punições mais humano, diferente daquele baseado na chibata. O movimento de dezembro veio, brutalmente, reativar os medos e as desconfianças mútuos. Os marinheiros dos quatro navios que se haviam revoltado sentiam-se possíveis alvos de represálias. Estavam excitados, armavam-se, consultavam-se entre si sobre o que fazer. Ao mesmo tempo, procuravam dar provas concretas, além das declarações, de fidelidade ao Governo, pedindo que, para apoiá-lo, lhes fossem restituídas as culatrinhas dos canhões. Se realmente eram essas suas intenções ou se, rearmados, reforçariam a nova rebelião, não se sabe, e nem eles mesmos talvez soubessem. Ao mesmo tempo, avolumavam-se as atitudes de completa insubordinação relativamente aos seus superiores hierárquicos mas não queriam que estes abandonassem os navios, no receio de que isto os caracterizasse como sublevados.

Conseqüentemente, os dias 10, 11 e 12 de dezembro foram de absoluta confusão. Os oficiais, ante a possibilidade de serem esmagados pelo número e massacrados, e também como ameaça aos marinheiros de serem considerados amotinados, abandonavam os navios, apesar dos protestos de obediência e lealdade das guarnições que, instigadas pelos grupos dominantes, entendiam-se até diretamente com a Presidência da República.

Ante esta situação mais do que crítica, a única providência cabível foi a tomada pelas autoridades navais: o desembarque total das guarnições dos quatro navios e serem acelerados triagem e expurgo, com o pessoal distribuído por diversos quartéis da Marinha e do Exército. Mas o acúmulo de medidas que, simultaneamente, tinham que ser efetivadas, criou fatores de complicação difíceis de contornar. Havia os elementos que tomaram parte na segunda rebelião, cujos crimes, não cobertos pela anistia, deveriam ser apurados e as punições aplicadas. Havia os indesejáveis, que deveriam ser excluídos da Armada, de acordo com o Decreto n.º 8.400. E

havia a preocupação de averiguar se os amotinados de novembro teriam participado do levante de dezembro, com isto desfazendo o esquecimento de suas culpas. Todas essas medidas eram dificultadas pelo enorme número de implicados, ultrapassando os dois mil. Inquéritos, investigações regulares, julgamentos, se realizados (não se conhecem registros a respeito), o foram atabalhoadamente. A triagem, naturalmente, deixou a desejar, cometendo-se possivelmente injustiças na movimentação em massa que se seguiu. Até 31 de dezembro, foram excluídos da Armada 900 homens, número que se elevou a 1216 nos quatro primeiros meses de 1911. A fim de evitar que tão avultado contingente humano fosse lançado sem trabalho na então reduzida população do Rio de Janeiro, e também em cumprimento de disposição regulamentar, muitos foram enviados para seus Estados natais. A 1068 deles o Governo forneceu passagens nos paquetes do Lloyd Brasileiro.⁶⁵

CONSELHO DE INVESTIGAÇÃO

Para verificação de qual tivesse sido a participação dos anistiados na segunda rebelião, foi, a 16 de dezembro de 1910, criado um Conselho de Investigação, constituído pelos Capitão-de-Fragata Manoel Teodorico Machado Dutra, Capitão-de-Corveta Alberto de Barros Raja Gabaglia e Capitão-Tenente Cezar do Amaral Fonseca, a fim de estabelecer a culpa dos indiciados por “terem continuado em rebeldia nas guarnições dos navios que haviam sido anistiados após a sublevação — (fatos posteriores ao decreto de anistia).”

Foram ouvidas 40 testemunhas e, dos numerosos indiciados, 26 homens do *Minas Gerais*, 12 do *São Paulo*, 22 do *Bahia*, dois do *República* e 14 do *Deodoro*, somente 13 prestaram depoimento (entre eles três que tiveram papel conspícuo no levante: João Cândido, Francisco Dias Martins e Ernesto dos Santos), pois os outros estavam foragidos, haviam sido mandados para seus Estados ou tiveram outro destino, sobre o qual falaremos adiante. Também foram incluídos nos Autos do Processo diversas cartas particulares referentes à revolta encontradas em mãos dos marinheiros presos, relatórios do comandante do Cruzador *República*, do imediato do *Scout Bahia* e do Comando Geral das Torpedeiras sobre as ocorrências da noite de 9 de dezembro, e uma relação de rádios trocados entre os navios e entre esses e o Presidente da República.

O Conselho de Investigação concluiu pelo pronunciamento, como incursos no Artigo 93 do Código Penal da Armada, de 68 dos indiciados, que seriam submetidos a Conselho de Guerra. Neste número estavam incluídos todos os que se haviam ressaltado nos motins de novembro.

PRISÕES, DEGREDO E MORTE

As providências relativas às exclusões do serviço da Armada, apoiadas pelo Decreto n.º 8.400, se não estavam rigorosamente dentro das regras do Direito e da Jurisprudência, como apontou Rui Barbosa, não envolviam flagrantes violências e se mostravam imprescindíveis para romper o ciclo de rebeliões que a insubordinação e a excitação que reinavam entre as praças em geral ameaçavam deflagrar.

Alguns fatos houve, entretanto, que, analisados com frieza e isenção de ânimo, possíveis quando não se está influenciado por situações circunstanciais da época, quando não se viu colegas sendo massacrados, quando não se sentiu a execração nos discursos no Congresso e nos artigos da imprensa, não podem ser justificados, nem deixar de receber condenação, mormente pelas conseqüências trágicas que tiveram.

As punições aplicadas nas instituições democráticas aos crimes cometidos por membros da comunidade não representam revides, represálias ou vinganças da sociedade contra quem os cometeu. São atos previstos por lei para serem aplicados em quem a infringe, com severidade concordante com a gravidade do que se quer punir, tudo examinado, provado e aprovado por julgamento regular. Esta, não há dúvidas, constitui-se em uma dificuldade com que as instituições livres têm que arcar na luta travada no combate às subversões e, hoje, contra a disseminada prática do terrorismo.

Subversivos e terroristas não possuem limites para o que desejam fazer, nem escrúpulos ou determinações legais a serem obedecidas. Mas, obrigatoriamente, quando apanhados, recebem tratamento garantido em regras preestabelecidas por suas próprias vítimas. Será esta uma fraqueza, um “calcanhar de Aquiles” que se tem que superar em troca de gozar das vantagens de um regime de liberdade e de segurança. Os regimes autoritários não se prendem a tais fronteiras, adotando os mesmos métodos dos subversivos e terroristas, com eles ombreando-se, obtendo assim melhores resultados quando têm que se empenhar em lutas dessa espécie. Mas também tal latitude de ação faz perigar os direitos daqueles que simplesmente os desgostam por qualquer motivo.

Em 1910, é forçoso confessar, as autoridades do país — e não só as navais — deixaram-se levar por sentimentos de revide contra os elementos que, à força, teriam imposto suas exigências, espezinhado os princípios de disciplina e ordem. Agora, enfraquecidos, sem disporem das armas com as quais arrancaram o atendimento de suas reivindicações, os elogios e a anistia, eles estavam à disposição dos adversários da véspera. A ação vindicatória das autoridades encontrou pretexto na segunda rebelião, deflagrada sem objetivos definidos, mas que prometia uma insuportável continuidade de atitudes semelhantes.

João Cândido

O primeiro a receber o peso das represálias foi João Cândido, cuja ação, uma série de circunstâncias e mais os panegíricos delirantes dos plumitivos e dos discursadores haviam dado tal ênfase que o colocara como símbolo da revolta, resumindo sua pessoa, em parte injustamente, tudo o que ela apresentava de odioso, de cruel, de violento. Sua prisão, a 13 de dezembro, a rigor não teve a menor razão de ser. Ao chegar de lancha, em que se encontrava, ao Arsenal de Marinha, não estava ele com certeza fugindo, pois não iria escolher fazê-lo através de um estabelecimento naval. Não tinha também intenções agressivas, impossíveis de serem efetivadas com três companheiros, mesmo armados com um fuzil e um caneco de projetis, dos quais disse desconhecer a existência.

Nada indicava também que tivesse participado, direta ou indiretamente, dos motins do Batalhão Naval e do *Scout Rio Grande do*

Sul. Todas as suas intervenções tinham-se caracterizado pelo desejo de mostrar fidelidade ao Governo: declarações, rádios transmitidos para os outros navios e para o Presidente da República, mesmo o bombardeio da Ilha das Cobras, com o único canhão de que dispunha, e a prisão dos navais foragidos foram maneiras de mostrar de que lado estava. Pessoalmente, não tomara parte na insubordinação que reinava a bordo. Os *faixas pretas* dirigiam-na. Ele omitiu-se, recolhendo-se à enfermaria. Quando chamado, tentava, com pouco êxito, moderá-los, inclusive aconselhando a guarnição a desembarcar. Foi acusado de movimentar o navio sem ordem. Mas não havia ninguém para dar essa ordem, pois os oficiais estavam ausentes e os revólveres dos elementos radicais obrigaram-no a fazê-lo, porque precisavam de quem dirigisse o navio com sua prática de timoneiro, afastando o *Minas Gerais* da linha de fogo das baterias do Morro de São Bento, tendo ele mesmo sido atingido por um estilhaço de projétil.

Os pedidos de culatrinhas feitos pelos marinheiros para rearmar o navio foram um dos argumentos fortes da acusação. Não tendo sido atendidos, o que fariam depois de disporem dos canhões é uma interrogação da qual o Governo achou, com razão, não ser conveniente obter a resposta. Mas nada se sabe de os pedidos fazerem parte de um plano preestabelecido com os amotinados. Parece, antes, que foram fruto do medo, de que a guarnição estava possuída, de ser atacada pelos *caçadores*, o que se havia tornado um grande e assustador fantasma.

Não existiam provas definidas da adesão dos antigos aos novos rebeldes, tanto assim que poucos dias depois da rebelião (a 16) foi criado um Conselho de Investigação para procurá-las. Os únicos crimes dos quais João Cândido poderia ser acusado até aquele momento eram os vinculados à revolta de novembro, dos quais fora anistiado.

Foi entretanto preso, enviado para a Casa de Detenção, daí para prisões do Exército, iniciando-se um longo calvário que iria durar ano e meio, e que serviu mais do que qualquer outra coisa para colocá-lo sob o foco da notoriedade, ao ponto de, anos depois, quando era apenas um pobre carregador de peixe no mercado do Rio de Janeiro, voltar a ser apresentado como o herói popular de reivindicações justas dos marinheiros oprimidos, grande *Almirante Negro*, que manobrava com perícia a mais moderna Esquadra do

mundo, que manteve a ordem e a disciplina dos amotinados e que, tendo tudo para destruí-la, caridosamente poupou a capital do País.

Suas provações começaram por castigo que foi apontado como uma condenação a morte intencional e de maneira cruel, do que apresentou todo o aspecto, embora não pareça ter havido o propósito de que resultasse no morticínio que resultou. Não foram, entretanto, tomados os devidos cuidados para que a tragédia não se consumasse. No dia 24 de dezembro, o Exército reenviou para o Presídio da Marinha, subordinado ao Batalhão Naval, 18 prisioneiros que se achavam em seus quartéis, entre eles João Cândido e Scipião Zanotti, com a nota de que se tratava de elementos perigosos. Foram recolhidos em uma única cela, a de número cinco, chamada de *prisão solitária*, pequena e com pouca ventilação. A pesada porta foi fechada e o Comandante Marques da Rocha, não confiando nos carcereiros, levou a chave consigo para a cidade. A cela havia sido lavada com água e cal, cujas emanções persistiam. A noite estava quentíssima. Pela madrugada, o Primeiro-Sargento Rufino de Souza, o carcereiro, foi acordado com gritos abafados que vinham da cela. Não podendo abri-la, comunicou o fato ao oficial de serviço, que procurou ter contato com o comandante, sem o conseguir. Pela manhã, sufocados pela falta de ar, piorada pelos vapores de cal, dos 18 somente dois sobreviviam: João Cândido e o soldado naval João Avelino Lira. Não há confirmação, entretanto, de que teria sido jogada cal sobre os prisioneiros, como se propalou.

Devido a este fato, o Capitão-de-Fragata Marques da Rocha foi exonerado do comando do Batalhão Naval e submetido a Conselho de Guerra. O Promotor, Dr. João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (que em 1930, sendo Presidente do Estado da Paraíba, foi assassinado, o que serviu de estopim para deflagrar a revolução que derrubou o Presidente Washington Luís), acusou-o de não se ter preocupado com as condições higiênicas da prisão nem ter determinado, como devia, que fosse verificado o estado físico dos prisioneiros, que era péssimo. Caracterizou esses crimes como dolosos, pedindo pena de 20 anos de reclusão. O Comandante Marques da Rocha foi, entretanto, absolvido e continuou sua carreira normal. E a *causa mortis* dos prisioneiros atestada por médico da Armada como *insolação* (!).⁶⁶

Transferido para outra cela, em melhores condições, João Cândido, em consequência do choque sofrido, apresentou perturbações psicossensoriais, com alucinações visuais e auditivas. Uma comissão

de médicos navais examinou-o e, a 7 de abril, apresentou laudo, considerando-o vítima de “astenia cerebral com melancolia e episódios delirantes”, julgando necessário seu internamento em lugar conveniente. Foi enviado então para o Hospital Nacional de Alienados no dia 18 do mesmo mês.

As suas declarações registradas no relatório sanitário deste nosocômio⁶⁷ são confusas. Diz que nasceu na República Argentina, estava dormindo quando o Comandante Batista das Neves foi assassinado; no quartel do Exército quiseram obrigá-lo a afirmar que o Senador Rui Barbosa tramara a revolta de novembro; o General Pinheiro Machado prometera-lhe que nada aconteceria com ele; permanecera na cela da Ilha das Cobras quatro dias sem comer nem beber (foi realmente encarcerado no dia 24 de dezembro e naquela mesma noite deram-se as mortes) e jogaram sobre eles creolina, cal e ácido fênico, o que realmente foi feito sobre os cadáveres. Acusou o Deputado José Carlos de Carvalho de traição, e que teria sido preferível não ouvi-lo.

Os sintomas apresentados, de instabilidade de procedimento, ora reservado, ora comunicativo, com o diagnóstico de *psicose de exaustão*, foram cedendo aos poucos e, em maio, ele voltou para o Presídio da Ilha das Cobras, onde permaneceu até 1912, quando respondeu a Conselho de Guerra.⁶⁸

O Satélite

No dia 24 de dezembro de 1910, por ordem do 4.º Delegado Auxiliar do Distrito Federal, Dr. Flores da Cunha (também com grande notoriedade política em 1930), foram embarcados no mercante *Satélite*, do Lloyd Brasileiro, 293 homens e 44 mulheres que se achavam recolhidos à Casa de Detenção, classificados como ladrões, vagabundos e prostitutas, a fim de serem transportados para o Acre, onde seriam empregados na Comissão Rondon, que instalava a linha telegráfica, e na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. A estes juntaram-se, ainda enviados pela polícia para terem o mesmo destino, 31 ex-marinheiros aprisionados no Quartel-General do Exército e 66 no Quartel da Força Policial do Distrito Federal, incluindo elementos que se haviam sobressaído nas rebeliões de novembro e dezembro.

O mercante, sob o comando do Capitão-de-Longo-Curso Carlos Brandão Storry, largou no dia seguinte, 25, levando, além dos prisioneiros, uma escolta de 50 praças do Exército, comandada pelos Tenentes Francisco de Mello, João da Silva Leal e Libânio da Cunha Mattos, e sete ex-marinheiros, que seguiam como passageiros, considerados de confiança pelo Dr. Flores da Cunha.

Existem dois documentos que tratam com detalhes dos acontecimentos ligados à viagem do *Satélite*: o relatório de seu comandante, entregue a 5 de maio de 1911 ao diretor do Lloyd Brasileiro, tendo como anexas as relações nominais dos prisioneiros que nele embarcaram, divididos por qualificação e proveniência;⁶⁹ e uma mensagem enviada a 26 de maio de 1911 pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores (e assinada pelo Presidente da República) ao Congresso Nacional, relatando as medidas tomadas, a bem da ordem pública, durante os 30 dias em que o Distrito Federal e a Comarca de Niterói estiveram sob estado de sítio, em obediência ao Artigo 3.º da Constituição.”⁷⁰

A mensagem, ao explicar a proveniência e as razões do exílio dos elementos embarcados no *Satélite*, não distingue claramente os ex-marinheiros sublevados dos *indesejáveis* coletados na Casa de Detenção. Nela se lê: “Fruto da anistia concedida aos revoltados dos navios da Armada, foi dada baixa, voluntariamente, a grande número de ex-marinheiros, que vagavam pelas ruas desta Capital, constituindo elemento perigoso de incitação e alienação subversiva, principalmente em um momento delicado, [pelo que] o Governo procurou enviar aos seus respectivos Estados os ex-marinheiros e aqueles que queriam sair desta cidade concedendo passagem no Lloyd Brasileiro, subindo talvez a mais de 500 [foram 1.068] as passagens distribuídas.

“Outros porém, inveterados no crime, levados na agitação que continuava, após os grandes e inesperados acontecimentos de dezembro, recusaram-se daqui sair, preferindo ficar vadiando e viver de exploração inconveniente.

“Naturalmente, tais homens, de instintos maus, sem ocupação, instigados pelos tristes sucessos que haviam sido verificados, constituíam nesta Capital um motivo de inquietação para todos, sendo certo, como pôde com precisão ser apurado, que a maioria deles se mantinha ainda com propósitos de rebelião, reunindo-se em conciliábulos e conspirações, tanto que a Polícia, indo aos lugares em

que se costumavam reunir, conseguiu apreender grande número de armas.

“Ante a manifesta inconveniência de permanecerem nesta Capital, no momento, um tão crescido número de homens desta espécie, [que], junto a outros indivíduos desordeiros contumazes, constituíam uma ameaça à ordem pública, foi medida de prudência, e fundada em o n.º 2 do § 2.º da Constituição, desterrar para o Acre os mais perigosos deles e alguns dos indivíduos que a eles se juntavam por naturais e perversos instintos.

“Assim, mandei fretar ao Lloyd Brasileiro o vapor *Satélite*, sendo recebidos a bordo os indivíduos destinados ao desterro, e uma escolta do Exército, comandada pelo Segundo-Tenente Francisco de Mello, incumbida da condução dos presos, e [o navio] daqui partiu no dia 25 de dezembro.

“Não era intenção do Governo atirar essa gente, sem proteção, nas florestas do Acre; não, o Governo quis lhes proporcionar nessas regiões o trabalho indispensável à sua subsistência e ordenou que metade deles fosse entregue à Comissão chefiada pelo Coronel Rondon e a outra metade à Companhia da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

“Lá chegados, foi cumprida a primeira determinação, relativamente à Comissão Telegráfica; e, não havendo a Companhia de Construção recebido os restantes dos desterrados, a Força Federal não os deixou ao desamparo, sendo colocados em diversos seringais.”

A descrição dos fatos que se desenrolaram durante a viagem do *Satélite* coincide nos dois documentos.

No dia 26, adoeceu um dos foguistas do navio e como, entre os presos, vinha o foguista José Pedro da Rocha, que era conhecido, foi ele libertado para substituir o doente. Livre, resolveu denunciar que nos porões, onde permaneciam os prisioneiros, tramava-se um motim, que deveria eclodir à meia-noite deste mesmo dia, chefiado pelo ex-marinheiro Hernani Pereira dos Santos, vulgo “Sete”, ajudado pelos tais passageiros *de confiança*, um dos quais, José Alexandrino dos Santos, tinha-lhe passado armas e munições.

Aberto inquérito, concluíram os chefes da escolta que realmente tudo estava preparado para que, à meia-noite, os presos atacassem as sentinelas, viessem ao convés, assassinassem os oficiais e se apossassem do navio, assumindo o comando o “Sete” e a imediato Aristides Pereira, o “Chaminé”, que, juntamente com Vitalino José

Ferreira, também a bordo, fizeram parte do grupo de “matadores” no *Minas Gerais*.

Como medida de segurança, oito homens, apontados como os cabecilhas da sublevação, foram recolhidos a diferente porão, com sentinela à vista. Apesar desta providência, o comandante da escolta continuou a considerar que persistia a ameaça, sendo, às 23h, fuzilado o “Sete”, seu cadáver lançado ao mar, e os outros algemados.

A viagem continuou. A 28, receberam água na altura de Salvador. A 31, o navio atracou no Recife. Grades de ferro foram colocadas nas bocas das escotilhas. E mais 28 soldados embarcaram, como reforço da escolta.

Tudo isto, porém, não impediu que, no dia 1.º de janeiro, logo depois do *Satélite* ter largado do Recife, no meio da noite, navegasse para o largo e mais quatro rebeldes fossem fuzilados, tendo dois outros, um dos quais o “Chaminé”, algemados como estavam, se atirado ao mar antes de serem executados — o que não merece muito crédito, sendo mais provável que tenham sido jogados.

No dia seguinte, continuaram as execuções, sendo mais dois prisioneiros mortos a tiros.

O documento oficial cita como fuzilados Hernani Pereira dos Santos, o “Sete”, Nilo Ludgero Bruno, o “Formiga”, Isaías Marques de Oliveira, José Alexandrino dos Santos (apontado como o passageiro que entregou armas aos rebeldes), Ricardo Benedito, Flávio José Bonfim, o “Jorge Inglês” e Vilarino José Ferreira. Não se refere a Aristides Pereira, o “Chaminé”, e a Argemiro Rodrigues de Oliveira, que se afogaram. Também Flávio José Bonfim não consta das listas enviadas pela Polícia, tratando-se de Manoel Elízio de Araújo.

Edmar Morel, em seu livro *A Revolta da Chibata*, afirma que esses homens já saíram do Rio de Janeiro marcados para serem mortos, tanto assim que seus nomes nas listas da Polícia anexas ao relatório do Comandante Storry têm ao lado uma cruz. Existem realmente essas cruzes junto aos nomes dos mortos, menos em relação a Argemiro, que apresenta uma nota escrita a mão dizendo: “lançado a água”. Assim, outra versão aceitável é que as referidas marcas tenham sido apostas pelo Comandante Storry posteriormente, indicando os falecidos. Mesmo, contudo, que as execuções não tenham sido determinadas antes da saída do Rio de Janeiro, também não foram comandadas pela necessidade de uma reação enér-

gica contra o perigo que representava a agressão de muitos homens à escolta, no espaço limitado do navio isolado em alto-mar. A sublevação, se tramada, tinha abortado antes de deflagrar, o seu cabeça principal, o “Sete”, imediatamente neutralizado, e os restantes separados, algemados e postos com sentinela à vista. Com a arribada no Recife, houve possibilidade de esses últimos serem afastados, enviando-os para uma prisão em terra. Entretanto, logo na saída do porto, foram fuzilados, como se tivesse havido uma ordem para isto.

O Comandante Storry, em seu relatório, ao referir-se ao que aconteceu no dia 2 de janeiro, escreveu: “Às 23h foram fuzilados mais dois marinheiros. Ao todo foram mortos nove dos bandidos que conduzíamos. Esta medida extrema foi a única cabível nas condições em que nos achávamos e se não fosse a energia e a bravura do Comandante Francisco Mello e seus dois ajudantes, João da Silva Leal e Libânio da Cunha Mattos, que para felicidade de todos nós foram os escolhidos para esta espinhosa comissão, com toda a certeza estaríamos todos mortos e o *Satélite* perdido”.

De qualquer forma, sob o ponto de vista hodierno de Direito e humanidade, são condenáveis tanto o exílio como os fuzilamentos evitáveis quando o perigo de uma agressão imediata estava afastada. Os elementos atingidos em verdade tinham todos se sublevado e, alguns eram facínoras, matadores selvagens, mas seus crimes haviam sido anistiados pelo Congresso. Quanto a terem descumprido os compromissos com a anistia, aderindo aos motins de dezembro, o caso estava *sub-judice*, pois apenas se iniciara o Conselho de Investigação, que deveria decidir quais os pronunciados, e estes seriam julgados por um Conselho de Guerra. A criação desta “Sibéria equatorial”, para onde foram enviados mais de 400 homens e mulheres, representava realmente uma condenação sem nenhum julgamento, aparecia como uma vingança dos motins que haviam abalado a autoridade governamental, da anistia extraída de um Congresso assustado com canhões apontados sobre a cidade inerme, do esfacelamento da disciplina de uma instituição nacional — a Marinha. Se não tivesse sido deflagrada a segunda rebelião, talvez as exclusões progressivas fossem suficientes para que tudo voltasse à normalidade. Mas a rebeldia de dezembro, não só forneceu pretexto para a reação, como também amedrontou pela possibilidade da continuidade daqueles movimentos, com frequência e imposições imprevisíveis, receio atingindo mesmo o Congresso, que aceitou

com uma única objeção — e esta de caráter político — o pedido de estado de sítio.

Um aspecto não edificante dos castigos infligidos aos elementos julgados mais perniciosos foi o fato de as autoridades governamentais procurarem ilaquear o conhecimento público dos fatos, com laudos de *insolação* dos mortos na Ilha das Cobras, com a afirmativa de que os homens embarcados no *Satélite* o foram porque se recusaram a seguir para seus Estados natais e, soltos pela cidade, faziam perigar a ordem pública (quando estavam presos).

Obedecendo ao princípio básico da análise histórica, de que os acontecimentos de determinada época devem ser considerados em consonância com as circunstâncias do momento em que se passaram, devemos frisar que, no tempo, essas violências não eram excepcionais. Havia apenas 22 anos que se encerrara um costume social no qual os seres humanos podiam ser chibateados até a morte*, de acordo com os caprichos de seus *proprietários*: a Escravidão. A mentalidade evoluíra ao ponto de ser imposta a abolição, mas isto não significa que não se mantivessem muitos resquícios dos antigos sentimentos, que só com o tempo desapareceriam.

Em 1893, quando da revolta contra o Governo de Floriano Peixoto, a mesma prática do degredo foi adotada, sendo enviados para Cucuí, na Amazônia, uma leva de prisioneiros políticos, incluindo marechais, coronéis, nobres do Império etc. Em 1922, também o Presidente Bernardes exilou para a Clevelândia levadas militares que conspiravam contra seu governo.

O *Satélite* chegou a Santo Antônio do Madeira, após enfrentar grandes dificuldades, a 3 de fevereiro de 1911. A Comissão de Linhas Telegráficas foram entregues 200 homens. A Companhia de Construção da Estrada de Ferro não aceitou os exilados que lhe eram destinados, pelo que os seringueiros imediatamente correram para escolherem lotes dos que ainda apresentassem boas condições físicas depois dos muitos dias passados confinados nos porões do navio. As mulheres foram espalhadas pelos acampamentos, para suprir necessidades urgentes dos homens solitários que por lá trabalhavam.⁷¹

* A chibata nos escravos foi legalmente extinta em 1866.

O CONSELHO DE GUERRA

A 25 de junho de 1912, foi instalado o Conselho de Guerra que deveria julgar os elementos pronunciados pelo Conselho de Investigação, acusados de terem “continuado em rebeldia depois da anistia”. Eram 68, mas somente dez estavam presentes (entre eles João Cândido, Francisco Dias Martins e Manoel Gregório), tendo um falecido por *insolação* (Scipião Zanotti), dois fuzilados (Ricardo Benedito e Vitalino José Ferreira). Os outros haviam sido excluídos da Marinha, desaparecido, seguido para os Estados ou levados pelo *Satélite*.

Presidia o Conselho o Contra-Almirante Reformado João Adolfo dos Santos, sendo seus integrantes o Capitão-de-Mar-e-Guerra Reformado Artur Alvim (interrogante), Dr. João Vicente Bulcão Vianna (auditor de Marinha), Capitão-de-Fragata Pedro Max de Frontin, Capitães-de-Corveta Severino da Costa Oliveira e Wenceslau de Albuquerque Caldas e Capitão-Tenente Engenheiro-Maquinista José Carlos Silva Siqueira.

O Auto de Informação do Crime, redigido pelo auditor Bulcão Vianna, é reproduzido no Apêndice II.

Foram ouvidas 17 testemunhas, que já o haviam sido no Conselho de Investigação, e repetiram o que haviam dito antes. Os advogados de defesa, Drs. Evaristo de Moraes, Jerônimo de Carvalho e Caio Monteiro de Barros, contratados pela Irmandade da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, não quiseram receber honorários.

A sentença do Conselho, lavrada pelo Auditor, e inclusa nos Autos existentes no Arquivo Nacional,⁷² concluiu absolvendo os réus. Assim rezava:

“De meritis:

“Considerando que o crime imputado aos réus está definido no Artigo 93 do Código Penal Militar e que assim dispõe:

“Serão considerados em estado de revolta ou motim os indivíduos a serviço da Marinha de Guerra que, reunidos em número de quatro, pelo menos, e armados: 1.º — Recusarem, à primeira intimação recebida, obedecer a ordem de seu superior; 2.º — Praticarem violências, fazendo ou não uso das armas, e recusarem dispersar-se ou entrar na ordem à voz de seu superior; 3.º — Maquinarem contra autoridade do comandante ou segurança do navio; 4.º — Fugirem, desobedecendo à intimação para voltarem a seu posto; 5.º — Procederem contra as ordens estabelecidas ou dadas na ocasião, ou absterem-se propositadamente de as executar:

“Pena: os cabeças, de prisão com trabalhos por dez a trinta anos; os demais, co-réus, de prisão com trabalho por dois a oito anos.

“Considerando que a simples transcrição do texto legal, em seguida ao resumo da prova coligida no processo, revela desde logo a improcedência da acusação; porquanto:

“Considerando que, se a respeito da maioria dos réus nada absolutamente dizem as testemunhas que autorize sequer a suspeita de que foram achados em falta, a respeito dos restantes referem simplesmente fatos que, nem objetiva nem subjetivamente considerados, se enquadram na definição legal; de fato:

“Considerando que, a mudança de ancoradouro do navio, para evitar que fosse atingido pelos projetis rebeldes, a expedição de rádiogramas ao Governo protestando-lhe solidariedade, o armamento da tripulação, para repelir assalto dos mesmos rebeldes, a prisão de alguns destes que foram ter ao *Minas Gerais*, e os disparos feitos contra a ilha revoltada, únicos fatos apurados com relação ao réu João Cândido, não só não constituem infração do preceito transcrito, como ainda induzem à prova de que os réus não estavam de inteligência com os insurretos e, pelo contrário, se dispunham a combatê-los, mantendo-se fiéis à legalidade;

“Considerando que esse propósito é ainda revelado por diversos fatos referidos pelas testemunhas, insuspeitas e autorizadas, porque são os próprios oficiais dos navios a que pertenciam os réus

e foi abonado pelo comandante do *Minas Gerais*, Almirante Pereira Leite, que, no dizer da segunda testemunha, Capitão-Tenente Nelson Peixoto, se congratulou com a guarnição, por não haver tomado parte na segunda revolta, conservando-se fiel à causa do Governo;

“Considerando que, nas demonstrações que deram de reprovação ao movimento sedicioso, e de apoio ao Governo constituído, foram os réus além do que permitia a disciplina, tomando uma iniciativa que lhes não competia, é de atender que agiram sob o império das circunstâncias excepcionais do momento, já expostas, e obedeciam à necessidade de se libertarem da suspeita que os envolvia;

“Considerando que, assim procedendo, concorreram eficazmente para o restabelecimento da ordem, facilitando a tarefa do Governo e levando desânimo aos rebeldes pela certeza de que não contariam com o concurso das tripulações dos vasos de guerra;

“Considerando que, assim, seria iníquo e absurdo atribuir àquelas demonstrações o caráter de atos sediciosos para o efeito de punir seus autores como cúmplices de uma rebelião, quando o que lhes censura é exatamente o fato de se haverem excedido na reprovação dela e no propósito de combatê-la;

“Considerando, finalmente, que não existe nos autos nenhuma prova de que os réus tenham praticado qualquer ato, que, autorizando a suspeita de participação na referida revolta, revista a figura jurídica do Artigo 93 do Código Militar, e que as faltas que lhes são imputadas constituem simples infrações disciplinares, cujo conhecimento escapa da competência do Conselho de Guerra, Artigo 219 do Regimento citado, por unanimidade de votos julga não provada a acusação para o fim de absolver, como absolve, os réus João Cândido, Ernesto Roberto dos Santos, Deusdedit Teles de Andrade, Francisco Dias Martins, Raul de Faria Neto, Alfredo Maia, João Agostinho, Vitórino Nicássio de Oliveira, Antonio de Paula e Manoel Gregório do Nascimento, ficando, porém, suspensa a execução desta sentença em virtude de apelação necessária, interposta para o Supremo Tribunal Militar, na forma da lei.”

Os acontecimentos no *Satélite* serviram de tema para violentos discursos de oposição ao Governo proferidos pelo Senador Rui Barbosa, nas sessões do Senado a 30 de maio e 2 de junho, repetidos na Câmara pelos Deputados Barbosa Lima e Pinto da Rocha,

todos analisando de forma contundente a primeira mensagem enviada ao Congresso sobre o desenvolvimento do estado de sítio, que apenas dizia: “Armado com o estado de sítio não teve o Governo necessidade de praticar violência contra quem quer fosse, respeitando, de acordo com a promessa do manifesto inaugural, todos os direitos e liberdades e absteve-se sequer de constranger seus mais tenazes opositores”. Também os jornais de oposição, *Correio da Manhã*, *O Século*, *Diário de Notícias*, em editoriais, verberaram com veemência o que se passara no *Satélite* e na Ilha das Cobras. À vista das denúncias feitas na tribuna e na imprensa, foi enviada ao Congresso a mensagem de 26 de maio, já referida, confirmando e justificando o degredo e as mortes.

A absolvição pelo Conselho de Guerra dos pronunciados no Conselho de Investigação, dos presentes e, naturalmente, dos desaparecidos, degredados e mortos, veio dar ênfase aos aspectos de vindita que as prisões, a masmorra da Ilha das Cobras e o exílio no *Satélite* representavam. Tais punições, juntamente com as informações falsas dadas à publicidade — como a *insolação* dos marinheiros presos na Ilha das Cobras, a propositada confusão dos marinheiros revoltosos com os ladrões, vagabundos e prostitutas que infestavam a cidade, nada apresentaram de positivo. Pelo contrário, fixando a atenção nessas violências sem apoio de ações jurídicas, criaram oportunidades para a oposição usá-la em tonitruantes ataques ao Governo, lançaram no esquecimento os crimes de morte cometidos em novembro, os quais, se não teriam punição legal, anistiados que foram, pesariam sobre eles a condenação moral. Mas, tornadas vítimas, os assassinos assumiram estatura de heróis.

Os líderes da Revolta dos Marinheiros de 1910, os “comandantes” dos navios rebeldes, em pouco tempo desapareceram no esquecimento. Nenhum deles teve oportunidade ou capacidade de continuar a luta em prol de princípios que julgavam justos, de continuar com o realce que alcançaram durante a rebelião.

De Manoel Gregório, do *São Paulo*, sabe-se que terminou como serviçal doméstico da casa do Marechal Hermes. As notícias que se têm de Dias Martins, do *Bahia*, referem-se à sua decadência moral e social, bebendo pelos Estados do Nordeste, vivendo de expedientes. Na carta anônima (que, tudo indica, escreveu, em 1949), mostra amargor de um esquecido em detrimento de quem não havia desempenhado papel tão importante como o dele, e era apresentado como o líder incontestado de acontecimentos que ele ideara e pre-

parara. Do futuro de José Araújo, do *Deodoro*, nada se conhece. João Cândido, o chefe, o líder máximo, livre de seu calvário, passou uma longa existência no mar ou perto dele, inicialmente embarcando em pequenos barcos mercantes, nos quais utilizava suas qualidades de marinheiro velejador e as habilidades de timoneiro. Queixou-se de perseguição das autoridades, que o faziam desembarcar, por ordem das Capitânias dos Portos. Isto pode ter acontecido nos primeiros tempos, quando a memória das fases trágicas da revolta ainda estavam vivas. Depois, deve ter sido esquecido. De qualquer forma, suas habilitações não eram de molde a fazê-lo exercer funções importantes, mesmo em pequenos veleiros. Por fim, envelhecendo, passou a carregador de peixes, onde jornalistas o foram buscar, passados quarenta e cinqüenta anos dos acontecimentos de 1910, para novamente entronizá-lo como herói popular, defensor dos humildes, o “Almirante Negro”, invencível no passado de sua capitânia, o *Minas Gerais*. O que apareceu foi uma figura melancólica, um velho alquebrado, procurando tudo fazer para corresponder àquelas expectativas, nas entrevistas, nas recordações, esforçando-se para bem desempenhar o grandioso papel que lhe queriam atribuir.

Entretanto, todos esses homens tiveram seu momento de glória. Juntando-se em torno de um ideal, conspiraram, planejaram, organizaram uma rebelião, na qual, assumindo os navios mais poderosos do mundo, tendo nas mãos armas potentes, aterrorizaram governo e população. Pediram o que quiseram e nada lhes foi negado. A sua envergadura mental não era, entretanto, suficiente para se manterem muito tempo como as “*dramati personae*”. As circunstâncias os fizeram, mais do que eles fizeram as circunstâncias. E por isso desapareceram quando seus limitados objetivos foram atingidos e verificaram que as atitudes de solidariedade entusiástica do Congresso e da Imprensa não eram imbuídas da sinceridade que pareciam ostentar.

DEPOIS DA TORMENTA

A Revolta dos Marinheiros de 1910 é hoje um fato pouco lembrado. Sobreviveu algum tempo em artigos publicados pelos oficiais que atravessaram aqueles dias amargos e, em seus escritos, davam ênfase ao que de bárbaro representaram os assassinatos de seus colegas, e de corrosivo para a disciplina e para a ordem da instituição militar a anistia concedida às pressas, com os marinheiros vitoriosos e os seus superiores humilhados, voltando aos navios como se nada acontecera.

Também tomou vulto, como proeza jornalística, a publicação do livro *A Revolta da Chibata*, de Edmar Morel, frisando especialmente a reação gloriosa dos humildes, oprimidos por um regime desumano, e a criação mística de um herói popular, o “Almirante Negro”, João Cândido, sobressaindo-se nos fastos navais como emérito condutor de homens em busca da liberdade e comandante intuitivo que manobrava com perícia invulgar a mais moderna Esquadra do mundo.

Depois... os acontecimentos de 1910 desapareceram da memória histórica. Como houve referência na Introdução desta obra, uma tentativa da Marinha de ser escrita a história oficial do evento não terminou, pois, por motivos de saúde, foi abandonada pelo seu autor, que deixou apenas algumas notas, de muito valor como pesquisa, mas incompletas e não conclusivas.

Entretanto, a Revolta dos Marinheiros constituiu-se em acontecimento, na época, de grande repercussão nacional e, mesmo, inter-

nacional, além de aparecer como um marco de suma importância na evolução da Marinha brasileira, com tudo de revoltante e triste que apresentou.

Internacionalmente, a rebelião de novembro, e sua seqüela em dezembro, foram consideradas, principalmente pela imprensa européia, como o desenlace esperado de fato que havia causado assombro e despertado críticas, qual fosse uma nação sul-americana, subdesenvolvida e agrícola (como era o Brasil do tempo), que não havia sido capaz de acompanhar a Revolução Industrial do século XIX, ter adquirido, a uma, os navios mais modernos e tecnicamente mais adiantados que existiam, e ainda em fase experimental. Enquanto a Inglaterra, a máxima potência marítima, construía um encouraçado do tipo “dreadnought”, incluindo características revolucionárias, nós encomendamos três!⁷³

A incompreensão dessa iniciativa brasileira foi tanta que chegou ao ponto de julgarem que estávamos servindo de “testas-de-ferro” para a Alemanha ou para o Japão, que procuravam armar-se sem que seus inimigos potenciais o percebessem. E as revoltas foram apresentadas como prova de que equipamentos, bélicos ou não, de alta tecnologia, só podem ser utilizados por quem dispuser do avanço técnico que permitiu construí-los. Caso contrário, limitam-se a serem brinquedos dispendiosos que não funcionam e, quando se trata de armamento, perigosos.

No panorama nacional, a revolta apresentou todos os aspectos do que hoje se chamaria um *ato terrorista*, e de enormes proporções, ainda que os executores talvez não soubessem o que isto significava. Dispondo de meios de destruição impossíveis de serem neutralizados em tempo hábil, ameaçaram objetivo essencial à vida do país e uma infinidade de vidas humanas: a sua Capital com toda a população. Como o movimento não possuía conotações ideológicas ou políticas, suas exigências foram limitadas a medidas do interesse imediato dos amotinados: modificações nos regimes disciplinar, de trabalho e de pagamento. Mas um elemento do Governo chegou a fazer um comentário alarmista: “E se eles quiserem a renúncia do Presidente?”

Como acontece em relação aos terroristas hodiernos, procurou-se inicialmente apaziguá-los com hábil negociação, no que o negociador escolhido, Deputado José Carlos de Carvalho, obteve pleno êxito, tendo mesmo a perícia de criar, com suas informações, simultaneamente aterrorizantes e enfatizando a justiça das reivindicações.

cações dos amotinados, um clima de aprovação dos atos rebeldes por parte do Congresso e, através da imprensa, da opinião pública, olvidando-se mesmo de seus detalhes cruentos.

Diferentemente dos terroristas da atualidade, vinculados a organizações internacionais permanentes, os quais, obtidas as vantagens imediatas desejadas, desaparecem, para reaparecerem só quando os atentados se repetem, os marinheiros de 1910, por falta de previsão ou por excesso de ingenuidade, não compreenderam que, conseguida aquela rápida anistia e a satisfação de suas aspirações, e eles mesmos confiantes em sua força, não se aceitaria, nem seria possível, que tudo voltasse a uma aparente normalidade, os oficiais regressando para bordo, a vida rotineira dos navios continuando, agora sob a vigilância autoritária dos rebeldes vitoriosos, mantendo-se somente os sinais exteriores de submissão.

As medidas de repressão vieram imediatas, e sem levantar protestos, objeções ou críticas coerentes com as loas que enchiam os discursos e os artigos de fundo de dias antes. No dia 27, os canhões começaram a ser desarmados pelos próprios ex-amotinados. No dia 28, o Decreto n.º 8.400 facilitava a exclusão dos elementos que fossem considerados indesejáveis.

Daí por diante, seria uma questão de tempo a neutralização definitiva da sublevação. Quebrada a coesão revolucionária do movimento, passaram a existir somente reações individuais, com atitudes de insubordinação, alguns elementos armando-se com fuzis, revólveres e espadas, o que não mais representava ameaça difícil de coibir.

A rebelião de dezembro, pobre imitação da anterior, ditada provavelmente por um primarismo invejoso da notoriedade e do prestígio obtidos pelos rebeldes (não se lembrando que estes apon-tavam canhões sobre a cidade...), veio suprir de razões o acelera-mento do processo de reconstituição da ordem e da disciplina ⁷⁴ e, é penoso dizer, permitiu também o desencadear de atos de vindita que transcendiam as punições legais, não recebendo aprovação jurídica.

Em relação à Marinha, não há dúvidas de que a causa prepon-derante da revolta tenha sido a falta de visão das autoridades na-vais a partir da segunda metade do século XIX, que não souberam, ou não puderam, evitar o descompasso entre os novos equipamentos mecanizados, que substituíam os veleiros e os navios mistos, e as

qualidades técnicas e morais do pessoal disponível para guarnecê-los.

A relativa rapidez com que o material ia sendo substituído, e aos jatos, principalmente o último salto que representou a aquisição da Esquadra de 1910, sem haver continuidade evolutiva, não foi acompanhado por mutação do recrutamento e do preparo dos homens no mesmo ritmo. O *Minus Gerais* e o *São Paulo*, verdadeiros estabelecimentos industriais, com predominância da eletricidade, da hidráulica, do vapor, para seu funcionamento, seriam operados por elementos recrutados em grande parte pela polícia, e formados em veleiros, a maioria analfabeta, procurando-se fazê-los adaptarem-se às novas condições através de regime disciplinar inteiramente desatualizado, com base na chibata.

O que isto significava de estagnação do pensamento militar, entretanto, não deve ser atribuído apenas a defeitos intrínsecos às Forças Armadas. Nos países com longos estágios pacíficos, não rodeados permanentemente por inimigos atuais ou em potencial, nos quais a segurança militar não se apresenta como demanda essencial para sua sobrevivência, e onde gerações passam sem sentirem as asperezas de uma guerra, como felizmente é o Brasil, a manutenção das Forças Armadas não é sentida pela comunidade nacional como necessidade presente e inadiável. Portanto, deverá ser preocupação governamental permanente, independente de pressões circunstanciais, manter uma minoria da disponibilidade demográfica do país com preparo militar, material e mental que, além de ser capaz de fazer face a incidentes menores, sirva de núcleo que, expandindo-se no sentido e na intensidade desejados e possíveis, garanta, caso a nação seja chamada às armas, os interesses da coletividade. Sua ausência ou, mesmo, sua intermitência representarão sangrias orçamentárias sem a correspondente efetividade.

Não havendo inimigos ao redor, o preparo militar aparece realmente com certo aspecto artificial, pois não é fruto de uma necessidade evidente, mas sim de uma concepção racional, quase se podendo dizer administrativa, de previsão e provisão de e para situações que, embora não existentes, podem-se criar de um momento para outro, vivendo nós no mundo em que vivemos e não naquele de paz e harmonia no qual seríamos felizes em viver. Se não houver esta preocupação, as instituições militares param no tempo, entram em decadência, vivem de exterioridades sem expressão, o que se reflete em suas atividades internas e em seu desenvolvimento. Não

sendo nítida a sua finalidade principal, mas dispondo da força das armas, podem seguir caminhos nem sempre os mais acertados.⁷⁵

Isto aconteceu no Brasil. A partir da Guerra do Paraguai, não havendo problemas internos semelhantes aos movimentos separatistas dos primórdios da nacionalidade, nem os atritos no Prata, que herdáramos dos conflitos coloniais entre Espanha e Portugal, a desatenção governamental pela Marinha foi completa, e esta se estagnou e entrou em progressiva decadência. Não houve evolução... era inevitável a revolução.

- - -

Mas o destino tem ironias. O ministro que teve de suportar toda a carga das rebeliões de novembro e dezembro, que se viu a braços com o problema de fazer ressurgir uma nova Marinha da confusão e da desordem em que a tinham lançado a revolução e a anistia, que terminou sendo sacrificado pelos eventos, o Almirante Joaquim Marques Batista de Leão, tinha plena consciência dos erros e deformações que afligiam a estrutura naval. E alimentava planos para corrigi-los. Mais seis meses, e começar-se-iam provavelmente a sentir os efeitos benéficos de sua gestão. Isto fica bem claro em dois documentos que deixou: um Ofício de informação ao Presidente da República, a fim de possibilitá-lo a responder Mensagem do Senado, e o Relatório que apresentou em maio de 1911, acerca dos acontecimentos passados e seus projetos futuros.

Como consequência da Indicação n.º 6/910, aprovada no Senado (e já referida), o Presidente daquela Casa do Legislativo enviou Mensagem n.º 76, de 7 dezembro de 1910, ao Chefe do Executivo, solicitando que se manifestasse sobre a reforma da legislação disciplinar da Armada, tendo em vista a abolição dos castigos corporais.

A fim de instruir a Presidência da República para respondê-la, o que esta fez pela Mensagem n.º 5.537, o Ministro da Marinha enviou ofício a 15 de dezembro de 1910, no qual diz inicialmente que aproveitará a oportunidade para fazer chegar àquele ramo do Poder Legislativo “as idéias que há tempo havia submetido ao Presidente, merecendo o mais decidido apoio”. Depois de expor, com detalhes, a confusão legal que se formara em torno do tópico — castigos corporais na Armada — (já comentada anteriormente), afirma em períodos incisivos: “De há muito nos habituamos à aceitação de belas



O *Scout Rio Grande do Sul* atracado ao cais no estaleiro inglês onde foi construído.



Vista geral da Ilha das Cobras em 1910, tendo no alto o Quartel do Batalhão Naval e o Hospital de Marinha.



Contra-Almirante Pedro Max de Frontin. Como Capitão-de-Fragata, Comandante do *Rio Grande do Sul*, com energia dominou em meia hora o motim de dezembro naquele navio.

1.º Tenente Carneiro da Cunha, assassinado pelos amotinados de dezembro no *Rio Grande do Sul*, quando procurava dialogar com os marinheiros.





Peça da artilharia localizada no Morro de São Bento que bombardeou o Quartel da Batalhão Naval na Ilha das Cobras.



Fachada do Quartel do Batalhão Naval depois do bombardeio a que os rebeldes foram submetidos.



Pânico da população ante o bombardeio da cidade pelos rebeldes.



Fim do motim do Batalhão Naval. Prisioneiros em trajes civis que usaram para disfarçarem-se, sendo conduzidos por elementos do Tiro de Guerra.

doutrinas sem que cogitemos de, conscientemente, executá-las em todos os seus corolários e conseqüências.

“Daí tem resultado a incoerência e a desordem da qual só nos libertaremos quando, com vontade firme, abandonarmos o sistema de aparências.

“Iludida por uma miragem, a Nação Brasileira assistiu à formação de uma Esquadra respeitável, supondo que isso bastasse para uma boa organização naval; no entanto, os fatos vieram demonstrar agora que a posse de um material flutuante aperfeiçoado e forte não é o elemento essencial de uma Marinha de primeira ordem. Por demais convencido desta verdade, ao submeter-vos minhas idéias, acentuei que deveríamos terminar o programa do material flutuante já estabelecido sem cogitar de desvarios incompatíveis com as nossas condições e tendo sempre em vista que, para o desenvolvimento de nosso Poder Marítimo, mais se impunham outras providências sem as quais seria contraproducente qualquer aumento da Esquadra.”

Esboça a seguir medidas sobre as quais entrará em maiores detalhes no Relatório de maio de 1911, e assim termina:

“Finalizando, Sr. Presidente, permiti-me que mais uma vez saliente que a solução do problema que nos ocupa não está na simples aplicação das leis existentes, mas na adoção de um novo sistema expurgado de incoerências e anacronismos.”

No Relatório apresentado à Presidência da República em maio, depois de descrever e comentar os acontecimentos vinculados às sublevações de novembro e dezembro do ano anterior, completa seus conceitos referentes às reformas e correções das deformações existentes na estrutura naval vigente no País. Alerta porém que, havendo tão abundante legislação — e de leis contraditórias — abolindo os castigos corporais, “não seria com mais uma lei [no mesmo sentido] que conseguiremos remover os males não removidos antes por tão numerosas disposições legislativas”.

E passa a enumerar as providências, algumas já tomadas e outras a tomar, as quais podem assim ser resumidas:

a) Para se efetivar de maneira regular a nulidade das disposições regulamentares insubsistentes “em princípio”, mas subsistentes “de fato” (como a aplicação dos castigos corporais), seria necessária radical reforma na legislação penal e processual em vigor na Marinha. Foi então convidado um ilustre jurista, o Dr. Clóvis Bevilacqua, para auxiliar o Governo na elaboração do *Código Penal*

para a Armada, compreendendo não só o regime de repressão dos crimes como também das contravenções “calcados nos princípios decorrentes da forma republicana. Atendendo a essa solicitação, o Dr. Clóvis Bevilacqua não só apresentou as minutas de excelentes *Códigos Penal e Disciplinar para a Armada*, como fez minucioso estudo jurídico do que deveria constituir-se o “foro para delitos militares”, previsto no Artigo 77 da Constituição, definiu o conceito de “tempo de guerra” e estabeleceu normas processuais simplificadas de forma a permitir celeridade nos julgamentos e garantias de direitos de defesa e recursos.⁷⁶

b) Determinou que, em cumprimento ao Artigo 4 da Constituição, em combinação com o Artigo 87 do mesmo instituto legal, o recrutamento para o serviço da Armada se fizesse somente pelo voluntariado e, caso este não satisfizesse à “fixação de forças”, aprovada pelo Congresso, as faltas fossem preenchidas por sorteio. Com isto ficava abolido definitivamente o “recrutamento militar forçado”, aliás também proibido pela Constituição. Foram fixados detalhes de como se cumprir tais determinações, reorganizando-se devidamente as escolas de aprendizes, aludindo-se inclusive à “absoluta inconveniência de confiar à polícia a incumbência de fornecer menores para as referidas escolas (!)”, sendo terminantemente proibida esta prática. Também foi extinta a “anomalia de fazer voltar às fileiras o germe pernicioso dos criminosos”. Estancavam-se assim as fontes malignas do recrutamento da ralé social e a chibata não teria significação, proibida por lei ou não.

c) Prevía-se completa reestruturação do plano de instrução e carreira do pessoal subalterno, desde as escolas de aprendizes, à escola de grumetes, às escolas profissionais e de aperfeiçoamento, esta última para formação dos sargentos.

d) Término da discriminação entre o pessoal do convés e de máquinas, em todos os escalões, inclusive oficiais, igualando-se oportunidades, soldos etc.

e) Obrigação dos oficiais atenderem compulsoriamente, além do curso da Escola Naval, escolas profissionais para se especializarem, e um Curso Superior de Marinha, que seria a atual Escola de Guerra Naval (de Estado-Maior e Comando que foi criada em 1914). E dava-se especial ênfase à seleção para promoções, onde as exigências de merecimento deveriam ter preponderância, crescendo com o acesso aos postos superiores, e acima de qualquer conceito, o mesmo acontecendo com a distribuição pelas comissões, “pois o

favoritismo é a primeira causa da degradação do caráter e da disciplina”.

f) Em relação ao material, “cujos problemas são bem menos complexos do que os do pessoal”, referia-se ao estado lamentável a que haviam chegado, fisicamente, os estabelecimentos navais e, para fornecer o muito necessário apoio ao equipamento flutuante, alvitrava a efetivação da idéia de um grande Porto Militar (como chamavam as bases permanentes) fora do Rio de Janeiro, que, como Capital, não deveria abrigar instalações que se constituíssem em pontos suscetíveis de sofrerem ameaças, tanto em caso de guerra como de motins, como há pouco acontecera. Este Porto Militar incluiria um Arsenal de Construção e Reparos, a ser instalado e operado mediante rigoroso contrato, e por tempo limitado, por uma empresa estrangeira. Mesmo para os operários (ou “pessoal artístico” como se denominavam), muito pouco cogitados nas preocupações governamentais da época, previa critérios fixados para seu preparo, vencimentos, garantias, carreira e aposentadoria.

g) A administração naval também merecia reparos especiais, criticando-se o excesso de centralização das decisões na pessoa do Ministro, o papel pouco significativo do Estado-Maior da Armada, para cuja orientação militar, entretanto, deveriam cooperar todas as medidas administrativas. E sugeria a criação das Prefeituras Navais (os atuais Distritos) e das Superintendências de Navegação, de Pessoal, de Material e de Ensino, numa feliz antevisão do que só recentemente foi adotado.

h) Por fim, concordava com o fato de que, por muitos motivos, os oficiais-superiores da Marinha estavam completamente desatualizados no que concernia à moderna técnica bélico-naval. E propunha a contratação de missão estrangeira que nos transmitisse, em toda latitude hierárquica, sua experiência e seus conhecimentos. Reconhecia que muitos de seus colegas considerariam antipatriótica e humilhante essa medida, mas afirmava: “prefiro confessar a minha situação e assinalar a de meus camaradas, mostrar ao País os males e indicar os remédios, pôr de parte a vaidade, sopitar preconceitos, mas salvar a Marinha”.

Os últimos períodos desse precioso Relatório, estabelecendo a ligação das idéias e planos apresentados com a crise por que acabava de passar a Marinha, urge reproduzi-los *ipsis litteris*, pois difícil é dizer, em resumo, o que contém de franqueza, de realismo, de bom senso e de coragem moral. São estas as suas palavras:

“Filiando a crise que atravessa nossa Marinha ao estado social, sem pretender abstrair das causas acidentais, propus medidas que se podem resumir em um apelo à mudança de costumes e ao abandono de preconceitos.

Este modo de pensar e de proceder não se originou das dificuldades nascidas com os últimos sucessos, pois já o havia submetido à vossa apreciação em traços largos, *muito antes que partisse o primeiro tiro do Minas Gerais* (o grifo é nosso).

“Somente, se a precipitação dos acontecimentos impediu-nos de prevenir, isso não constitui motivo para que não tratemos de remediar.

“Ao contrário, a crise declarada, não só revelaram-se mais urgentes necessidades que poderiam ser por outros consideradas adiáveis, como a oportunidade para todos os bons impulsos manifestou-se decisiva.

“Hoje, com mais desassombro do que antes, animo-me a propor medidas que indiquei, porque sinto que seria criminoso o silêncio num momento em que a simples verdade proclamada pelos agentes da autoridade pode ser mais útil que um aluvião de decretos.

“Os fatos de sobejo revelaram o estado da Marinha e a situação que ainda hoje atravessamos todos os dias evidencia uma profunda perturbação.

“Não se pode dizer que num momento pouco generoso aproveite a ocasião para lançar culpas sobre outrem, ou que é pouco patriótico dissecar a Marinha à vista do estrangeiro, uma vez que os últimos sucessos demonstraram bem o estado e as chagas que aponto já por eles foram postas a nu; não há, portanto, motivos de reservas, antes impõe-se a mais desabusada franqueza.

“Historiando os acontecimentos, procurei simplesmente narrá-los com a maior fidelidade possível, esquivando-me a comentários ou a calar circunstâncias.

“Assim procedi porque, fazendo esse histórico, não tive em vista uma defesa do Governo e sim dizer à nação a verdade do que se passou, a fim de que o perfeito conhecimento da situação, permitindo a todos um juízo seguro, todos possam compreendê-la e sentir o alcance da transformação que se impõe.

“Estou convencido de que a orientação do Governo ante a eclosão da crise ressentiu-se de alguma hesitação, não no terreno das providências militares, e sim no modo de orientar a solução.

“Militarmente falando, fez-se o que era possível e como foi possível, mas encarando-se a questão de um ponto de vista mais elevado, sente-se que o Governo, ao mesmo tempo que se aprestava para uma repressão violenta, pesando bem os interesses vitais da nação e considerando a inferioridade moral dos que haviam se rebelado, pendia para as soluções de conciliação e de clemência.” (...)

“Convencido de que nossos males se originam de descabidos preconceitos, mantendo artificialmente hábitos em antagonismo com o estado de nossa época, propus providências que, implicando uma transformação de costumes, [exigem] principalmente boa vontade e o concurso de todos para a regeneração da Marinha.

“Certamente muitos divergirão de meu modo de pensar, e outros, ainda que sentindo a conveniência do que reclamo, não se acharão com forças para se adaptar ao novo estado que resultará.

“É natural que muitos de meus camaradas, e principalmente os de mais alta colocação, sintam repugnância em profundas reformas que, radicalmente modificando as condições do serviço, venham de encontro a idéias a que já se habituaram.

“Mas é preciso que todos se compenetrem de que o momento não comporta suscetibilidades; todos, e eu incluo-me neste número, devem dispor-se a calar quaisquer sentimentos pessoais.

“Precisamos retirar do serviço ativo, tanto pela reforma como pela organização de uma segunda classe, todos os que se não sintam ou não estejam em condições de permanecer na nova Marinha. (...)

“Que todos contribuam com a máxima boa vontade para a grande obra da regeneração de nossa Marinha, tendo em mira que essa boa vontade pode traduzir-se tanto no esforço e no trabalho, como na abnegada renúncia de uma posição ativa, não condizendo com a idade, os princípios e os hábitos adquiridos.

“Para conseguir o resultado que todos certamente almejam, pela minha parte darei exemplo aos meus velhos companheiros; não podendo servir com o zelo e a atividade com que me dediquei à antiga, como Segundino Gomensoro, declaro que cumprirei um dever de consciência deixando uma vaga no quadro da Armada para aquele que possa bem a servir, como eu fiz.” Ass. *Joaquim Marques Batista de Leão*, Vice-Almirante.

...

O Almirante Marques de Leão deixou o ministério em 1912, por não concordar com a ordem de bombardear Salvador, por motivos políticos. Em carta de suprema altivez, dirigida ao Presidente da República (reproduzida em ouro pelo Estado da Bahia), diz que os navios necessários para a operação estavam prontos, mas que a ordem para agirem, sua consciência não permitia que desse, e só seria transmitida pelo seu sucessor na Pasta da Marinha.

Embora os ministros que o seguiram nem sempre afinassem com seus avançados conceitos, não puderam furtar-se de seguir a orientação que traçou em seu magistral Relatório. Seria, como foi, o único caminho para a recuperação da Marinha como uma instituição militar eficiente, moderna (como modernos eram seus novos navios), sem o ranço trazido de outras épocas e de outras circunstâncias.

Aos poucos foram sendo adotadas as medidas por ele preconizadas. Mais do que servirem para mudar costumes, práticas, determinações regulamentares, foram úteis para transformar a mentalidade naval, do que resultaram todas as outras modificações.

Na Grande Guerra, em 1917, enviamos à Europa uma Divisão Naval que, se já não encontrou inimigos humanos para combater, teve que enfrentar os horrores de uma epidemia que ceifou centenas de vidas entre sua guarnição. E a disciplina ante essa adversidade foi exemplar.

Na década de 20, dispondo da ajuda da missão estrangeira aconselhada por Marques de Leão — no caso, norte-americana — a Marinha atualizou sua estrutura orgânica, de pessoal, de instrução, atingindo as medidas adotadas os navios recebidos em 1910 de maneira tão efetiva, que estes passaram a apresentar eficiência operativa perfeitamente satisfatória.

Sendo a Marinha, após a Revolução de 1930, alvo de alguma atenção governamental, na década seguinte, à vista da obsolescência dos veteranos navios de 1910, tentaram as autoridades navais criar uma indústria que se encarregasse da construção de navios, aviões, canhões, torpedos, minas, difícil de florescer no atrasado ambiente do Brasil pré-industrial, mas que serviu para suprir a experiência e a formação de muitos elementos que auxiliaram a expansão da economia brasileira no pós-guerra, quando criamos nosso parque industrial.

A falta de visão que se manifesta no abandono de nosso preparo militar ficou em evidência quando, em 1942, tivemos que nos

alinhar entre as potências que combatiam o Eixo Roma-Berlim. O nosso despreparo material era extremo. Devemos (contando, em verdade, com o auxílio norte-americano), principalmente à existência de uma organização naval, com tradições, formação moral, conhecimentos técnicos, termos podido, em pouco tempo, saltando etapas, enfrentar tarefa hercúlea que foi dar proteção a mais de 500 comboios, incorporando milhares de navios de todas as nacionalidades, que singravam o Atlântico, cujas águas estavam longe de ser pacíficas e seguras, pois, entre 1942 e 1944, nelas foram destruídos 16 submarinos inimigos.

Como nos organismos humanos que, gozando de aparente higiene física, uma crise dolorosa, com sofrimento, alerta para a necessidade de cuidados que afastem o perigo mortal que sub-repticiamente ameaça a vida do paciente, também os organismos sociais muitas vezes com um tratamento de choque são levados a abandonar caminhos desagregadores e recuperarem, com realidade, a capacidade de bem cumprir suas funções.

Isto aconteceu na Marinha de 1910. A provação foi cruel. Seus valores mais caros estremeceram sob ataques violestos, não só desfechados pelos amotinados, como sobrevivendo de elementos responsáveis, o Congresso e a opinião pública, comandada esta pela imprensa, que confundiram concessões, não há dúvida que justas, mas que não poderiam vir isoladas, pois envolveriam também uma revisão do tipo de homens que guarneciam nossos navios, com o terror que infundiam “os maiores canhões do mundo” apontados para a Capital do País. E desencadearam, com palavras e escritos, uma campanha de que foi vítima a administração naval. Seus oficiais foram acusados de barbarismos gratuitos, de descumprimento deliberado de preceitos legais, de imperícia profissional e até de covardia, quando nem congressistas nem jornalistas ignoravam o que se passava de errado em nossas Forças Navais, desde muito tempo: o recrutamento forçado de maus elementos, a chibata como uma tentativa defeituosa e desatualizada de corrigir essa situação, a estagnação de muitos anos substituída por uma imatura aquisição de unidades que, para operar e manter, ainda não estávamos preparados estrutural e profissionalmente.

O Legislativo e a opinião pública, esta através dos meios de comunicação da época, poderiam, e deveriam, em tempo útil, erguer suas vozes denunciando a situação defectiva de uma instituição que pertencia a todos, à Nação, e não somente àqueles que a dirigiam,

exigindo que os erros fossem corrigidos, e não simplesmente atacá-la com críticas veementes ao virem à tona as conseqüências desses erros, enfatizadas pela ameaça dos canhões dos revoltosos.

Mas, felizmente, das sombras de uma noite de horror emergiu aurora luminosa, prometendo que o Brasil poderia contar com sua Marinha nos momentos de necessidade, guarnecida não mais por duas castas afastadas moral e culturalmente, que se desconfiavam mutuamente, mas por uma equipe homogênea de oficiais, suboficiais, sargentos e praças separados somente pelo escalonamento hierárquico, mas unidos nos mesmos ideais e nas mesmas responsabilidades para com a Pátria.⁷⁷

APÊNDICE I

Carta apócrifa enviada em 1949 ao Comandante Luiz de Alencastro Graça, referente ao movimento de 1910, atribuída ao ex-Marinheiro Francisco Dias Martins, "comandante" revoltoso do Bahia e mentor da conspiração que levou os marinheiros à revolta.

"Distrito Federal, 5/9/949

Ilmo. Sr. Cte. Luiz A. de Alencastro Graça, respeitosas saudações.

Sr. Comandante, li há pouco, no *Diário de Notícias* de hoje, pág. 5, colunas 5, 7 e 8, parte superior, o veemente, justo e patriótico protesto de V. S. contra os absurdos apológicos que de vez em quando (felizmente pouquíssimas vezes) homens tidos e havidos como letrados têm feito, em discursos solenes, em ambientes ilustrados, a respeito do pobre e ignorante ex-marinheiro João Cândido.

V. S. tem toda a razão em protestar com tanta veemência, justiça e patriotismo contra estas vozes inconscientes que procuram, vez por vez, entronizar no altar dos heróis da Pátria um pobre coitado analfabeto e rude, que só por acaso se fez co-participante da revolta dos marinheiros em novembro de 1910.

O autor destas linhas, ex-marinheiro que tomou parte naquela revolta como componente da guarnição do Scout *Bahia*, vem espontaneamente fornecer a V. S. um resumo histórico daquela revolta, de cujo resumo V.S. pode fazer o uso que vos convier, certo de que

nele se contém a expressão absoluta da verdade testemunhada e vivida pelo autor.

Isto posto, peço permissão a V. S. para passar linhas abaixo a relatar os fatos conforme se deram, desde suas origens, as causas que os geraram e o desfecho que tiveram, e alguns detalhes intercorrentes.

Eis o relato: Em agosto de 1910, recém-destacado no Scout *Bahia*, sob o comando do então Capitão-de-Fragata Francisco Matos, vim a conhecer e fazer-me amigo do marinheiro de primeira-classe Francisco Dias Martins, paoleiro do navio. Era imediato do navio o então Capitão-de-Corveta Alberto Durão Coelho, e oficial de companhia o então Capitão-Tenente A. Segadas Vianna.

O marinheiro Dias Martins era um homem inteligente, estudioso e instruído, de curso secundário completo, descendente de família rica e prestigiosa do Ceará, donde era natural, e afilhado do Senador Lauro Sodré, do E. do Pará.

Homem franco, de caráter independente e ativo. D. Martins era um revoltado — não se conformava com o estado de semi-escravidão em que viviam os marinheiros nacionais, sujeitos aos maus, desumanos e deprimentes castigos corporais, desde a chibata às palmatoadas nas nádegas, e impedidos de olhar, de cabeça erguida, para os superiores!

Sim, Sr. Cte. Alencastro Graça, naquele tempo o marinheiro não podia fitar o superior, sob pena de ser considerado insubordinado e como tal ser castigado com algumas cincoenta chibatadas! . . . Basta dizer que se se apresentasse na “amostra” de bordo (sic) com a pinha do fiel suja, ficava sujeito a palmatoadas ou chibatadas.

Os marinheiros procedentes de Escola (como era Dias Martins) eram sujeitos a 15 anos de serviço, ganhavam nove mil réis por mês e tinham uma alimentação abaixo de péssima, sem possibilidade de reclamações.

Em esmagadora maioria, os marinheiros (mesmo procedentes de Escolas) eram analfabetos, como João Cândido, ou semi-analfabetos. Nas Escolas o que se ensinava aos aprendizes era de preferência a estrutura dos navios a vela, desde a quilha ao topo do mastro. Quanto à ilustração literária, bastava que soubessem ler sem compreender, e somar, multiplicar, diminuir e dividir, sem definir!

Ora, Dias Martins, homem instruído e estudioso, homem franco, positivo e ativo, sentia-se revoltado contra o tratamento mesqui-

nho e deprimente que era dado ao marinheiro nacional! E líder único de seus companheiros (não só do *Bahia*, onde éramos 298, mas de todas as guarnições) passou a catequizar e a conspirar, com o fim de levar seus companheiros à revolta armada, a fim de exigir, com armas na mão, a abolição dos castigos corporais, a diminuição do tempo obrigatório de serviço, a alfabetização normal dos marujos, a melhoria dos vencimentos e da refeição, a criação de uma Escola Profissional e o tratamento humano do superior para com o subalterno.

E Dias Martins, resolvido a tudo, passou a conspirar e a aliciar companheiros para a revolta. Em cada guarnição que visitava (naquele tempo, aos domingos e feriados, as guarnições dos navios se visitavam mutuamente) escolhia os companheiros que mereciam confiança e a estes expunha os planos da revolta e os motivos (reivindicações) que a justificavam. Assim, de guarnição em guarnição, D. Martins foi obtendo adeptos para a revolta, que só deveria deflagrar quando ele julgasse oportuno, para que não houvesse fracasso.

Já nas guarnições do *Minas*, *São Paulo*, *Deodoro*, *Floriano*, *1.º de Março*, *República*, *B. Constant*, *Rio Grande do Sul* e outros navios contava D. Martins com centenas de conspiradores, quando o Governo brasileiro resolveu mandar para o Chile uma Divisão Naval a fim de representar o Brasil na comemoração do centenário da Independência daquele país amigo. Formou-se a Divisão, composta do Scout *Bahia*, como capitânia, e dos escoltas *Timbira* e *Tamoio*, sob o comando-em-chefe do então Capitão-de-Mar-e-Guerra Belfort Vieira.

Dias Martins, antes de deixar o Rio, pediu a seus companheiros conspiradores que prosseguissem no aliciamento de adeptos até a volta da Divisão, quando então seria combinada a data da deflagração da revolta.

A 10 de agosto de 1910, a Divisão zarpou do Rio, chegando a Montevideú a 14; saiu a 22 e chegou a Punta Arenas a 27; saiu a 3 de setembro e chegou a Talcahuano a 10; saiu a 11 e chegou a Valparaíso a 12; saiu a 24 e chegou a Punta Arenas a 29; saiu a 5 de outubro e chegou a Buenos Ayres a 9.

Estes detalhes de datas de viagens para o Chile devem comprovar o fato de ser o autor destas linhas um componente da guarnição do scout *Bahia*.

Durante a viagem de ida para Valparaíso, a guarnição do *Bahia* formou diversas vezes em “amostra” geral (sic) para serem castigados a chibatadas diversos marinheiros por faltas consignadas no Livro de Castigo. Dias Martins, durante a viagem, fez uma carta anônima ao Comandante Francisco Mattos declarando que se continuassem a bordo os castigos corporais, a guarnição se sublevaria e os oficiais pagariam com a vida as injustiças praticadas. Houve um inquérito a bordo. Todos os marinheiros que sabiam escrever foram chamados para um concurso a fim de serem promovidos de classe. Era o meio de identificar a caligrafia da carta anônima. Mas Dias Martins havia escrito com a mão esquerda, e a carta não foi identificada.

Em Valparaíso, a Divisão brasileira fundeou entre a Divisão norte-americana, composta dos Cruzadores de Batalha *Silvania*, *California*, *Virginia* e um outro (*Florida*), e a esquadra chilena, em linha de fila a bombordo.

À noite do segundo dia de estadia em Valparaíso, cerca das 11 horas, o imediato Dutra Coelho surpreendeu 11 marinheiros jogando no castelo de proa. Deteve-os e os conduziu à tolda, e mandou chamar o guardião de serviço e o cabo faxina. E pondo em fila os contraventores mandou meter a chibata àquela mesma hora.

Os castigados fizeram escândalo, com gritos e imprecações, a ponto de despertar as guarnições dos navios chilenos e norte-americanos, que estavam a bombordo e a boreste. Um marinheiro que não agüentou a chibata foi posto nu e deitado de bruços e castigado com palmatoadas nas nádegas.

Este incidente e outros foram relatados por reportagem por Dias Martins e publicados no Rio, nas colunas do *Correio da Manhã*.

A 23 de outubro de 1910, a Divisão fundeava de regresso na Baía da Guanabara. Dias Martins passou a comunicar-se com os conspiradores e para melhor articulação do movimento foi alugado o sobrado da Rua dos Inválidos n.º 71, onde os conspiradores se reuniam diariamente.

Nas reuniões noturnas ali realizadas, Dias Martins expunha aos companheiros os planos da revolta e as reivindicações que deviam ser exigidas com armas na mão! O movimento devia partir do *Minas* ou do *São Paulo*, navios couraçados, para que pudessem ser intimados aos demais navios da esquadra. Depois de deflagrado

o movimento, todos obedeceriam cegamente às instruções do Chefe Dias Martins, que de antemão ordenava o bombardeio do Rio de Janeiro enquanto houvesse munição a bordo, e depois o afundamento dos navios revoltados, caso não pudessem sair vitoriosos. Isto na hipótese de, revoltados e de posse dos navios, não serem atendidos pelo Governo.

Devo esclarecer que os marinheiros conspiradores nada entendiam nem queriam entender de política. Conspiravam no sentido exclusivamente reivindicador sem qualquer relação ou correlação com a política nacional, tendo por fim exclusivo na revolta a reivindicações que reclamavam.

A encerrada campanha da sucessão presidencial, com a vitória do Marechal Hermes, em nada influía na conspiração pois qualquer que fosse o regime do Governo, o que interessava aos conspiradores era serem atendidos no que reclamavam. Logo nada tinha de política a revolta, pois tratava-se apenas e simplesmente de um movimento reivindicador sem qualquer parcela de interesse político partidário.

Tanto assim que, na reunião dos conspiradores realizada a 13 de novembro no sobrado da Rua dos Inválidos 71, o conspirador Manoel Gregório do Nascimento, da guarnição do *São Paulo*, propôs que a revolta deflagra-se no dia imediato, por ocasião da revista naval, em que a esquadra incorporada ia sair fora da barra para encontrar-se com o scout *Rio Grande do Sul*, no qual viajava o presidente eleito, Marechal Hermes da Fonseca.

Nessa ocasião seriam apanhados a bordo não só o presidente eleito como grande número de oficiais da Marinha, que seriam todos prisioneiros dos revoltosos, e mortos os que tentassem reagir.

Dias Martins, que como sempre era ouvido como chefe, depois da proposta de Manoel Gregório do Nascimento, tomou a palavra e disse aos companheiros que a proposta de Nascimento não podia ser aceita porque se se revoltassem no dia 14, por ocasião da revista naval, em que se ia receber o presidente eleito, a revolta seria considerada política, com o fim de impedir a posse do presidente eleito. Declarou mais, que não interessava aos marinheiros quem fosse o presidente, nem mesmo qual fosse o regime de Governo, contanto que os marinheiros nacionais não fossem escravos, e se lhes dessem as melhorias que reclamavam.

Ao fim daquela reunião do dia 13 de novembro de 1910 ficou resolvido entre os conspiradores que a revolta devia deflagrar

em qualquer dia depois do dia 15 de novembro, e que o movimento devia partir do *Minas* ou do *São Paulo*.

Aqui devo confessar que não me recordo do nome do conspirador de mais evidência da guarnição do *Minas*, sendo o do *São Paulo* Manoel Gregório do Nascimento.

Sem um destes encouraçados, não se podia deflagrar a revolta, pois do contrário, ficando um deles fiel ao Governo, teria de haver combate naval, até que o couraçado fiel ao Governo fosse eliminado, cousa que daria muito trabalho, se não redundasse no fracasso da revolta.

Isto confirmado, deixou-se passar o 15 de novembro e o Marechal Hermes, presidente eleito, assumiu o Governo da República.

É óbvio dizer que se a revolta houvesse deflagrado no dia 14, conforme a proposição de Nascimento, o Marechal não teria assumido o governo e muitos oficiais teriam perdido a vida. E talvez o próprio Marechal.

Isto porém seria política, e os marinheiros não se interessavam por política e apenas desejavam algumas justas reivindicações, conforme lhes fazia sentir o chefe intelectual, moral e real da revolta, Francisco Dias Martins.

Foi assim que a 22 de novembro de 1910, às dez e meia horas da noite, de bordo do Encouraçado *Minas Gerais* partiu o primeiro grito de revolta, logo aderido pelo Couraçado *São Paulo*, Scout *Bahia* e Couraçado *Florianópolis*.*

Os demais navios da esquadra, intimados pelos quatro primeiros revoltados, aderiram ao movimento, passando suas guarnições para bordo dos navios citados, salvo alguns elementos suspeitos aos revoltosos**, que, ignorantes da causa do movimento, ficaram desorientados e no momento da revolta ou fugiram de seus navios ou se deixaram dominar pelos oficiais. O fato é que todos os navios da esquadra, intimados a aderir à revolta pelos quatro que logo se revoltaram, içaram a bandeira da revolta sem o que teriam sido afundados pelos canhões dos revoltosos.

Até mesmo a Fortaleza de Villegagnon onde se achava o Quartel Central do Corpo de Marinheiros Nacionais, sob o comando do

* Houve esquecimento do missivista. O velho encouraçado revoltado foi o *Deodoro*, e não o *Florianópolis*, seu irmão gêmeo.

** A única guarnição que abandonou seu navio e foi, parcialmente, para o *São Paulo*, foi a do Cruzador *República*.

CMG Gomes Pereira, foi obrigado a içar o sinal da revolta sob pena de bombardeio.*

Ora, de posse dos quatro navios, três encouraçados e um cruzador, e abarrotados de munições, os revoltosos ficaram desde logo em situação dominante e força nenhuma nacional seria capaz de vencê-los. Só o socorro de nação, potência estrangeira, como a Inglaterra, a Alemanha, a França ou a América, poderia fazer frente à esquadra revoltada.

Nesse caso, porém, os marinheiros revoltados podiam contar com o auxílio da Armada argentina, cuja marujada havia prometido a Dias Martins, em discurso na praça pública, em Buenos Ayres, na Praça de Mayo, quando ali esteve a Divisão brasileira, por ocasião de um banquete oferecido aos navios brasileiros por seus colegas argentinos.

Isto se deu, quando de regresso de Valparaíso, a Divisão brasileira esteve em Buenos Ayres, de 9 a 20 de outubro de 1910. Num desses dias, cuja data não posso precisar, o Governo argentino homenageou as guarnições brasileiras, oferecendo-lhes um banquete no principal hotel, na praça fronteira ao cais onde estavam atracados os navios brasileiros, cuja praça se não me engano se chamava De Mayo. No mesmo dia e às mesmas horas, os oficiais brasileiros ofereceram aos seus colegas argentinos, à bordo do capitânea da Divisão, o *Bahia*, um sarau dançante.

No banquete dos marinheiros, tomaram parte as guarnições de todos os navios argentinos que se achavam no porto de Buenos Ayres, entre eles os Couraçados *Rivadavia* e *Moreno*, o Cruzador *Buenos Ayres* e outros, e as guarnições brasileiras.

Após o banquete, e por ocasião dos brindes e discursos, Dias Martins falou francamente no plano de revolta que havia concebido e teve o apoio entusiástico dos marinheiros nacionais argentinos. Destes, um tomou depois a palavra, disse que, se os marinheiros brasileiros se revoltassem, e precisassem do apoio dos marinheiros argentinos, podiam contar com esse apoio, que seria efetivo. Este fato é absolutamente verídico, e os nossos oficiais tiveram conhecimento dele, mas nada se atreveram a fazer a Dias Martins.

* Logo após a adesão de Villegagnon, o Comandante Gomes Pereira reuniu a oficialidade e agiu de tal modo que em menos de duas horas fez arriar o sinal da revolta e dominou por completo a situação. Os revoltosos não bombardearam Villegagnon por ter a isso se oposto Dias Martins, visto que a Fortaleza não hostilizava os navios revoltados. (Nota do missivista.)

O próprio sr. Ministro da Marinha, então Almirante A. de Alencar, foi sabedor desse fato e, dias depois da chegada da Divisão ao Rio (23/10/910), esteve a bordo e falando à guarnição declarou que estava ali para ouvir e atender qualquer reclamação que lhe fizessem. Ninguém porém reclamou, pois os que tinham coragem para reclamar eram justamente os conspiradores e estes só queriam reclamar com armas na mão.

No dia 22 de 11 de 910, às 22 e 30 horas, deu-se o movimento de revolta. João Cândido, que de nada sabia, escondeu-se a bordo do *Minas*, no interior do mastro. Dali lhe foram tirar, apavorado, os companheiros revoltados. Disseram-lhe então o que havia, e como ele era o timoneiro, devia ir para o leme, pois que o navio ia levantar ferros. Com isso o negro criou alma nova, e vendo que nada lhe sucederia de mau, vestiu a túnica do Almirante e por isso o apelidaram de “Almirante Negro”.

Note-se. Quem deu o apelido de “Almirante” ao negro João Cândido, não foram seus companheiros marujos, e sim os repórteres de jornais, que, quatro dias depois da revolta, e já tendo ela terminado, conseguiram penetrar a bordo do *Minas* e aí vendo o negro com a túnica e o boné de almirante logo o batizaram com esse apelido.

João Cândido, a bordo do *Minas*, era odiado por quase todos os companheiros, pois era um tipo adulator, chaleira dos oficiais, capaz de limpar-lhes com a língua a sola dos sapatos. Era um dos timoneiros de bordo, cousa que qualquer analfabeto podia ser, bastando conhecer, de cor, os pontos cardeais, colaterais e intermediários da rosa-dos-ventos, e suas divisões em quartas, meias quartas e quartos, o que qualquer menor colegial do início do curso primário pode saber.

O que ele tinha, melhor do que os outros timoneiros de bordo, era a prática de saída e entrada da barra do Rio, assim mesmo sempre dirigido pelo oficial de navegação.

Em viagem, João Cândido como os outros timoneiros, apenas sabia pegar no leme, e mantê-lo no rumo dado pelo oficial: N4NE — S4 3/4 SE — E 1/2 NE — W 1/4 NW etc. Ora, qualquer pessoa que conheça a rosa-dos-ventos (e até as crianças podem conhecer) e tome a roda ou a cana do leme, pode facilmente fazer o barco mudar de direção, seguindo o rumo que for ditado por outrem.

Nisso pois se encerra toda a ciência do negro que os repórteres apelidaram de “Almirante” por terem-no visto vestido com a túnica de almirante,* tendo na cabeça o boné bordado, sem ligarem importância às circunstâncias que tal possibilitaram, sem a vida e justa punição.

Sr. Comandante A. Graça, bom seria que os apologistas do pobre coitado João Cândido soubessem da verdade a respeito da revolta dos marinheiros, e do papel apagado que esse infeliz teve no movimento, no qual entrou por acaso, e sem saber do que se tratava.

Posso afirmar que no passadiço de comando do *M. Gerais* estavam diversos marinheiros timoneiros, qualquer um dos quais podia ter vestido a túnica de almirante, se como João Cândido fosse destituído de discernimento. Além dos timoneiros, permaneciam no passadiço do *Minas* alguns marinheiros armados de fuzil, prontos a executar o negro a qualquer momento, se desconfiassem dele.

Sim, porque na revolta só havia um chefe, um comando consciente e esclarecido, cujas instruções eram seguidas à risca — Dias Martins. De bordo do *Bahia*, D. Martins ditava as ordens e instruções, e todos obedeciam sem relutância.

Quando Manoel Gregório, dirigente do movimento no *São Paulo*, meteu o navio entre as Ilhas das Cobras e Fiscal, com o fim de chegar ao porto de São Bento e surpreender alguns destroyers em movimento e afundá-los, D. Martins, de bordo do *Bahia*, ordenou-lhe que desistisse da tentativa, que podia redundar no encalhe do navio, e Gregório, embora contrafeito, obedeceu, e justificou que se o *São Paulo* encalhasse, seria uma fortaleza flutuante, e como tal combateria até o último cartucho.

Quando o Almirante J. C. de Carvalho, acompanhado de repórteres, se dirigiu aos navios revoltados para parlamentar, a embarcação que os conduzia, só não foi posta a pique porque a isto se opôs D. Martins, que ordenou aos navios que não hostilizassem a embarcação e mandou arriar o portaló do *Bahia* onde ela primeiro atracou.**

* Não há nenhuma confirmação de que João Cândido tenha a qualquer momento vestido a túnica de almirante. Todas as testemunhas afirmam tê-lo visto sempre vestido de marinheiro com um lenço vermelho no pescoço.

** Em momento nenhum nem no seu livro de memórias, nem no noticiário dos jornais, fala-se na ida da lancha que conduzia o Comandante José Carlos de Carvalho, para parlamentar com os rebeldes, ao *Bahia*. Segundo declarações do comandante, foi ao *São Paulo* e, daí, enviado ao *Minas*. Também não se refere ao nome de Dias Martins.

Só depois de parlamentar com Dias Martins, na tarde de 24 de 11-910, pôde o Almirante subir aos outros navios e aí voltar as vezes que precisou.

Quanto à anistia, esta foi concedida sob a ameaça de ser bombardeada a cidade no dia 26, se a 25 o Congresso não a concedesse ou o Presidente não a sancionasse.

O esforço que então Rui Barbosa empregou para que o Congresso decretasse a anistia aos revoltosos, não foi uma exploração política, por despeito da derrota sofrida nas pugnas eleitorais, mas sim uma prova de humanidade e patriotismo, aquela por reconhecer justas as reclamações dos revoltosos, e este por livrar a cidade da ruína, e evitar que o Governo pedisse ou aceitasse auxílio estrangeiro * para poder vencer os revoltosos.

Certo, se a luta prosseguisse, e tivesse o Governo auxílio estrangeiro, os revoltosos também poderiam aceitar o auxílio da marujada argentina, e talvez o de outras marinhas e assim a questão se complicaria cada vez mais.

Sr. Comandante Graça, cheguei ao termo deste resumo histórico. Antes porem devo dizer que não houve barbarie ou perversidade dos marinheiros contra seus superiores. É certo que um foi ferido e dois foram mortos, mas não com barbarie ou perversidade.**

O Comandante Batista das Neves, do *Minas*, não se achava a bordo mas numa barca francesa fundeada próximo à Ilha das Enxadas, tomando parte num sarau que ali se realizava. Ao saber da revolta em seu navio, abandonou incontinenti a festa, e acompanhado de um guarda-marinha dirigiu-se para o *Minas*, a fim de dominar a guarnição. Os oficiais de serviço a bordo já tinham sido forçados a deixar o navio, indo para o A. de Marinha.

O Comandante aproximou-se do portaló do *Minas*, e intimou os marinheiros a que arriassem, pois já estava içado, sendo então avisado que a guarnição estava revoltada, e que de nada valia a sua presença a bordo. O Comandante insistiu; o portaló foi arriado, e

* Em nenhum momento, nem o Presidente, nem o Congresso, nem a Marinha pensou ou cogitou de pedir auxílio estrangeiro para dominar a revolta.

** Deste ponto em diante, a carta procura narrar os acontecimentos a bordo do *Minas Gerais* e do *Bahia*. Neste último, onde o missivista era testemunha pessoal, segundo declara, a descrição é veraz. Quanto ao *Minas*, não tem qualquer ressaibo de verdade, o que é surpreendente, pois seria possível saber da verdade pelo menos através dos jornais.

ele com o guarda-marinha penetraram a bordo e ato contínuo, de espada em punho, ambos tentaram dominar a guarnição, atacando aos que lhe negavam obediência, à ordem de entrar em forma.

Ante a energia, o ataque e a braveza dos dois superiores, os marinheiros hesitaram alguns momentos antes de hostilizá-los; e como vissem que o Comandante estava disposto a matar e a morrer, bem assim o seu ajudante de ordens, e que não aceitava a intimação para desembarcar, então acometeram-nos a baioneta, matando o comandante e ferindo o guarda marinha que, já ferido e vendo-se sozinho, atirou-se ao mar, salvando-se.

Quanto ao 1.º Tenente Mario Alves, morto a bordo do *Bahia*, deveu sua morte à própria temeridade, pois que enfrentando sozinho a guarnição (visto já ter sido forçado a desembarcar seu auxiliar de quarto e terem sido presos em camarotes os sub-oficiais de máquinas) matou a bala o marinheiro Balduino Baiano da Costa, por se ter recusado a formar a guarda de bordo da qual Balduino era o comandante.

De espada a dextra e revólver a canhestra, o Tenente Mario Alves enfrentava a atacava a guarnição, como um louco, na ância de dominá-la.

Quando o oficial surgia a bombordo os marujos fugiam-lhe da frente para boreste, e assim decorreu cerca de duas horas, quando já o oficial havia ferido a bala outro marinheiro.

Dias Martins havia dado ordem para que não fosse atacado o oficial pois — dizia — ele acabaria cansando daquela correria e acabaria compreendendo a inutilidade da tentativa de subjugar a guarnição e, ou desembarcaria, ou se conformaria com a prisão em camarote.

Mas, tendo ferido o segundo marinheiro e sempre atirando e investindo contra todos, acabou sendo morto a bala, pois impossível fora prendê-lo ou subjugá-lo.

Esta é a verdade dos fatos. Da bravura do Comandante Batista das Neves e seu ajudante de ordens eu tive imediato conhecimento; da temeridade, do heroísmo de Mario Alves sou testemunha ocular.

Dezenas de vezes vi-o correr à praça d'armas, recarregar o revólver, e de lá sair atirando sobre a guarnição, que se ocultava por trás das superestruturas.

Afinal um marinheiro atirou contra ele, ferindo-o de morte, em pleno coração.

Vi quando ele, sentindo-se ferido, pôs a mão sobre o peito, cambaleou e caiu no convés, a ré, próximo ao camarote dos oficiais.

Ouvi-lhe as últimas palavras, que repetiu várias vezes, até que lhe faltou a voz: Bandidos! Miseráveis! Vocês matam um brasileiro homem! Miserav...!

E assim morreu. Quem o matou? não se sabe ao certo; foi um da guarnição — ou foram dois? Não sei, vi porém que o cadáver apresentava dois ferimentos, um no peito, outro na testa.*

Ao alvorecer, os dois cadáveres foram mandados para o Arsenal — o do marinheiro fuzilado pelo tenente e o deste, fuzilado pela guarnição.

Fim

Um ex-marinheiro

P.S. Sr. Comandante Alencastro Graça, do relato sucinto que acabo de fazer, bem pode avaliar V. S. quanta coisa inverídica se tem dito a respeito da revolta dos marinheiros, e quanta coisa verídica se tem silenciado.

Haja vista o que se diz de João Cândido, dando-o como chefe do movimento que ele ignorou até o instante de deflagrar, e no qual só tomou parte por acaso, enquanto se silencia sobre a personalidade de F. Martins, o verdadeiro, o único idealizador do movimento que, com inteligência e precisão o levou à realidade, com êxito. Os sentimentos de lealdade, humanidade e dignidade de Dias Martins, são igualmente silenciados.

Quando ele se opôs a que o movimento deflagrasse a 1 de novembro, teve por fim evitar o massacre de oficiais e altas autoridades políticas, inclusive o presidente eleito. Ele contava em todos os navios da Armada, com companheiros decididos e numerosos, e sabia que deflagrado o movimento, em todos os navios os elementos revoltados dominariam a situação, não só pela surpresa do golpe, como pela eficiência bélica de que dispunham os conspiradores.

E na noite de 13 de novembro, quando ficou combinado que o movimento devia deflagrar depois do dia 15, disse Dias Martins aos companheiros que nenhum oficial devia ser sacrificado, salvo se, intimado a render-se ou a desembarcar, resistisse e acomesse

* Eram quatro os ferimentos, segundo o laudo da autópsia.

contra os revoltosos. Quanto aos marinheiros que, ao lado dos oficiais, oferecessem resistência, não deveriam ser poupados. Explicava Dias Martins que a revolta não se ia fazer contra os oficiais, e tão somente com o fim de se obter do Governo a abolição dos castigos corporais e a concessão de melhoria de vencimentos, etapa, instrução e tratamento humano e condigno, e diminuição do tempo obrigatório de serviço. Assim sendo, os companheiros que, ao lado dos oficiais, oferecessem resistência, deviam ser mortos.

Deflagrado o movimento, Dias Martins assumiu o comando do *Bahia* e da Divisão revoltada. Não pôde evitar a morte do bravo Comandante Batista das Neves nem do herói Mario Alves, mas pôde evitar o bombardeio da fortaleza de Villegagnon, da Ilha das Cobras (sede do CFN) e do Arsenal de Marinha.

A vontade dos revoltosos, era dar uma demonstração de poder bélico, bombardeando Villegagnon, Ilha das Cobras e A. de Marinha, porém Dias Martins se opôs a isso, dizendo da inutilidade de sacrifício de vidas e dos prejuízos materiais inúteis que seriam causados, que além disso a munição devia ser poupada, para os momentos precisos de combate. Se não estávamos sendo hostilizados, devíamos permanecer na expectativa. E assim foi. Alguns tiros que foram dados pelo *São Paulo*, pelo *Minas* e *Floriano*, com direção a terra, foram feitos com pólvora seca.* Com tiro real só foram hostilizados duas ou três *destroyers* que tentaram, dirigidos por oficiais, se aproximar da Armação para se munirem de torpedos.

O *Floriano* foi encarregado de vigiar as *destroyers* e de rondar a Baía da Guanabara; na manhã de 25, o *Bahia* captou um aviso radiográfico de que a entrada da barra havia sido minada durante a noite. Então Dias Martins ordenou ao *Minas* e ao *São Paulo* (o *Floriano* ficara na Guanabara) que ficassem para trás, pois que o *Bahia* ia atravessar a barra; se afundasse por estar a barra minada, que então o *Minas* e o *São Paulo* entrassem e fizessem o bombardeio dos objetivos — F. de Santa Cruz, São João, Villegagnon, Ilha das Cobras, Armação, Arsenal, Q.G. do Exército, Av. Beira Mar, Flamengo, Catete, etc. . .

Em hipótese alguma os revoltosos deveriam render-se sem a vitória da causa. E, em desespero de causa, os navios deviam ser

* Não foi bem assim, pois houve mortos em terra, o que não se conseguiria com tiros de pólvora seca.

afundados pelas guarnições, levando-as consigo para o íntimo das águas.

Estas eram as disposições dos revoltosos.

Sr. Comandante Alencastro Graça, quando V. S. escrever algo a respeito da revolta dos marinheiros não vos esqueçais de realçar a personalidade de Francisco Dias Martins, como revoltoso; nem tão pouco a bravura e heroicidade do Tenente Mario Alves, do Comandante A. C. Gomes Pereira e seus oficiais, e do Comandante Batista das Neves e do guarda marinha que o acompanhara, todos eles bravos e dignos oficiais que souberam cumprir com desprendimento da vida, os seus deveres militares.

Não deve haver, na digna e ilustre oficialidade da Armada nenhum sentimento de rancor para com os marinheiros ex-revoltosos, que não se revoltaram contra seus oficiais, mas sim, contra um estado de semi-escavidão que vinha dos primórdios da Marinha Imperial, e que só pelas armas, poderia ser abolido, como foi.

Hoje, marinheiros e oficiais, num regime de liberdade e mútua compreensão de deveres, podem viver dentro da disciplina e da ordem, como irmãos e amigos, no empenho do engrandecimento da Armada e com o objetivo principal da defesa da Pátria e suas Instituições.

Do mesmo ex-marinheiro."

APÊNDICE II

Auto de Informação do Crime

(Conselho de Guerra que julgou os pronunciados no Conselho de Investigação sobre a participação dos anistiados de novembro na rebelião de dezembro).

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de mil novecentos e doze, nesta Capital Federal, em uma das salas da Auditoria Geral da Marinha, tendo-se reunido o Conselho de Guerra composto dos Juizes Contra-Almirante Reformado João Adolfo dos Santos, na qualidade de Presidente; Capitão-de-Mar-e-Guerra Reformado Artur Alvim, Interrogante; Doutor João Vicente Bulcão Vianna, Auditor de Marinha; Capitão-de-Fragata Pedro Max de Frontin; Capitães-de-Corveta Severino da Costa Oliveira Maia e Venceslau Albuquerque Caldas e Capitão-Tenente Engenheiro-Maquinista João Carlos Alves Siqueira, o qual Conselho foi convocado pelo Senhor Superintendente do Pessoal, em ofício assinado pelo Contra-Almirante Graduado Miguel Antonio Fiuza Junior daquela Auditoria, lidos pelo referido Auditor em sessões de quatorze, dezoito e vinte e cinco do corrente, o processo de culpa dos réus no Conselho de Investigação e mais papéis diversos do ofício de convocação do mesmo Conselho de Guerra, ficou este informado do seguinte: Apaziguada a revolta que em fins de novembro de mil novecentos e dez assestara contra esta Capital, colhida de improviso, os canhões dos nossos mais poderosos vasos de guerra, entregaram-se os poderes

públicos no afã patriótico de reparar os danos incalculáveis morais e materiais que ela havia semeado, quando foram em nove de dezembro seguinte surpreendidos com um novo levante, que desta vez partia da Ilha das Cobras e do Cruzador *Rio Grande do Sul*. A impressão que os dois lamentáveis acontecimentos deixaram no espírito público foi tão profunda e duradoura, tão intensamente lhes sentimos ainda hoje as graves conseqüências, que excusado se torna rememorá-las. Ao primeiro, sobre o qual lançou o Congresso Nacional o véu da anistia, aqui se alude apenas para estabelecer a filiação do segundo que dele foi indiscutivelmente uma conseqüência. Quanto à natureza dos fatos criminosos e o espírito de indisciplina que os ditou, se o objetivo colimado pelos rebeldes e o breve intervalo que separou os dois acontecimentos não bastassem, aí estaria para vinculá-los a simpatia com que os autores do primeiro levante acolheram a notícia do segundo. Dentre as dificuldades com que teve então de arcar a autoridade pública empenhada no restabelecimento da ordem, nenhuma foi por certo maior do que a que resultava da atitude assumida pelas tripulações dos outros vasos de guerra, em franca indisciplina, auxiliando assim mais ou menos diretamente, porém de modo eficaz, o movimento sedicioso. Para o processo e julgamento do fato principal foi já constituído o Conselho que está apurando as devidas responsabilidades. O Conselho de Investigação nomeado para apreciar separadamente aquela situação, coligindo os elementos de prova que permitissem ajuizar da participação que tiveram neste sucesso e no concurso que prestaram os marinheiros que não pertenciam às guarnições daquela ilha e do cruzador já referido, discriminando-lhes as responsabilidades, concluiu o seu trabalho, que vai servir de base ao procedimento do presente Conselho de Guerra, pela pronúncia dos seguintes indiciados, marinheiros e fogueiras: Primeira-classe, da quarta companhia, número oitenta e cinco, João Cândido; Segunda-classe Quintino da Rocha Cardoso; Primeira-classe, número vinte e sete, da oitava companhia, Augusto de Miranda Albuquerque; quadragésima sexta companhia, Primeira-classe, número sessenta e seis, Vitorino Nicássio de Oliveira; décima primeira companhia, número dezenove, Cabo Francisco Theodoro de Almeida; décima primeira companhia, número dezoito, Cabo Manoel Francisco das Chagas; nona companhia, número sessenta e oito, Grumete Ernesto Roberto dos Santos; décima sétima companhia, número seis, Grumete Nelson Francisco dos Santos; décima oitava companhia, número oito,

Primeira-classe Milíbio Ferreira da Silva; Scipião Zanotti; Sargento Braga; vigésima oitava companhia, número cento e dez, Grumete Vitalino José Ferreira; Segunda-classe, quarta companhia, número quarenta e oito, Nicomedes da Silva; Cabo Leonel; décima nona companhia, número cinquenta e seis, Segunda-classe Virgílio José Rodrigues; décima nona companhia, número cento e dezoito, Primeira-classe Francisco Soares Londres; trigésima nona companhia, número vinte e quatro, Primeira-classe Francisco de Paula Mecetta; Nércio; Andrada; Foguista Alexandrino; décima terceira companhia, número quatorze, Cabo Januário Emílio Gonçalves; Segunda-classe Aristides Pereira (vulgo “Chaminé”); quadragésima companhia, Primeira-classe número sete, André Avelino de Sant’Ana; quadragésima primeira companhia, Primeira-classe, número trinta e três, Manoel Gregório do Nascimento; quadragésima terceira companhia, número seis, Cabo Eurico da Mota; trigésima quinta companhia, número sessenta e um, Primeira-classe Ernesto Marques da Silva; vigésima companhia, número cento e setenta, Primeira-classe Antonio José Leite Alves; vigésima quinta companhia, número nove, Cabo Pedro Cavalcanti de Albuquerque; décima segunda companhia, número oitenta e cinco, Segunda-classe Armindo Machado de Freitas; vigésima sexta companhia, número quarenta e oito, Primeira-classe Gustavo Guimarães Barreto; Cabo de foguista Augusto Arantes; Foguista extra-numerário de Primeira-classe Lauriano Soares de Queiroz; Foguista Vaz; vigésima sexta companhia, número quinze, Cabo Ricardo de Freitas; trigésima sétima companhia, número cinquenta e dois, Primeira-classe Francisco Dias Ferreira Martins; vigésima oitava companhia, número cento e dezoito, Primeira-classe Maximiano da Silva Santos; trigésima sexta companhia, número cento e trinta, Primeira-classe Cassiano Pereira da Silva; Manoel Gonçalves; Grumete Raul Farias Neto; décima primeira companhia, número trinta e dois, Cabo Henrique Gomes; décima primeira companhia, número quarenta e seis, Cabo Deusdetit Telles de Almeida; vigésima sexta companhia, número trinta e seis, Primeira-classe Adalberto Ferreira Ribas; vigésima sexta companhia, número sessenta e nove, Primeira-classe Eduardo de Almeida Figueiredo; quadragésima primeira companhia, número setenta e cinco, Grumete Alfredo Maia; vigésima sexta companhia, número vinte, Cabo José Alves da Silva; Cabo Manoel Honorato Alexandria; quarta companhia, número duzentos e vinte e seis, Grumete Antonio Bello da Silva; décima primeira companhia, número cin-

quenta e cinco, Segunda-classe José Ferreira Landim; vigésima sétima companhia, número setenta e dois, Segunda-classe João Rodrigues do Nascimento; trigésima sétima companhia, número trinta e dois, Primeira-classe Francisco de Souza Lima; trigésima quarta companhia, número vinte e três, Primeira-classe, José Dias Coelho; Antonio Paulo; João Severino do Nascimento; décima terceira companhia, número oitenta e sete, Segunda-classe Sebastião de Lima e Silva; quadragésima companhia, número seis, Segunda-classe Manoel Nero dos Santos; vigésima sexta companhia, número trinta e cinco, Grumete João Agostinho; décima primeira companhia, número sete, Segunda-classe José Ferreira; terceira companhia, número cento e sessenta e cinco, Cabo Francisco Xavier das Chagas; Cabo de foguistas Carlos Ernesto de Souza; Foguista de Primeira-classe Adelino Bastos; Albino de Albuquerque Maranhão; Francisco Ferreira; vigésima terceira companhia, número trinta e nove, Segunda classe Antonio Carlos Pestana; décima sétima companhia, número oitenta, Grumete João Félix da Silva; Foguista de Primeira-classe Plácido de Oliveira; Ricardo Benedito; segunda companhia, número quarenta e três, Luiz Balthazar; Severino Carneiro da Silva e Firmino Dória Valério.

Destes, apenas se achavam presos dez, porquanto foram excluídos quarenta e dois (página sessenta e quatro, volume segundo dos Autos), não existem dez (idem), desertado um (idem), extraviados quatro (idem), falecido por insolação um (página), fuzilados dois (página . Decificiente, lacunosa mesmo, a sentença da pronúncia nem precisa dos fatos de onde decorre a responsabilidade criminal de cada um dos réus, nem indica o parágrafo do artigo noventa e três do Código Penal Militar em que estão incursos. É preciso, portanto, para objetivar a acusação que contra os mesmos se levanta, tornando possível o desempenho da função conferida ao Conselho de Guerra, descer ao exame dos elementos de provas coligidas naquela primeira fase do processo. Deste exame resulta que: o réu JOÃO CÂNDIDO, chefe do primeiro movimento de onde lhe adveio grande prestígio entre os companheiros, servia-se deste prestígio para manter a indisciplina, arrogando-se autoridade que não lhe competia, expedindo radiogramas ao governo (testemunhas nove, doze, dezesseis, dezenove, trinta e oito e trinta e nove), ordenando disparos de canhões (testemunha três), hasteando sinais (testemunha oito), armando a tripulação do navio (testemunha onze), recusando a cumprir ordens de seus superiores (testemunha treze), dan-

do por seu turno ordens à guarnição (testemunha quatorze) e determinando e efetuando a mudança do navio para outro ponto (testemunha quinze). O réu ERNESTO ROBERTO DOS SANTOS, um dos chefes do movimento que mantinha em completo estado de insubordinação os marinheiros do *Minas Gerais* (testemunhas nove e vinte e um) recusou-se a cumprir a ordem de desembarque (testemunha treze), e é indigitada como sendo o autor do assassinato do Sargento Albuquerque (testemunha dezenove). O réu DEUSDE-DITH TELES DE ANDRADE, por meio de cartas que chegaram a ser encontradas, protestara sua solidariedade ao marinheiro de primeira-classe Francisco Dias Martins, um dos cabeças do levante no *Scout Bahia*, freqüentou assiduamente este navio, enquanto esteve no dique (testemunhas cinco e vinte e seis). O réu FRANCISCO DIAS MARTINS fora como acima ficou dito um dos cabeças do levante ocorrido no *Scout Bahia*, onde continuou a dominar, mantendo o estado de indisciplina mesmo depois da anistia (testemunha vinte e seis). O réu RAUL DE FARIA NETTO, em igual atitude a de companheiros seus já mencionados, recusou-se a desembarcar do *Scout Bahia* a cuja guarnição pertencia (testemunha vinte e cinco). O réu ALFREDO MAIA pertenceu ao número de marinheiros do *Scout Bahia* que recebendo ordem de desembarque recusaram-se terminantemente a cumpri-la (testemunha vinte e cinco). O réu JOÃO AGOSTINHO salientou-se entre os mais exaltados da guarnição do *Deodoro* (testemunha trinta e dois). O réu VITORINO NICACIO DOS SANTOS, do Encouraçado *Minas Gerais*, segundo informa a testemunha vinte e um, fez parte do grupo dos marinheiros que continuaram insubordinados depois da anistia e que levaram a sua indisciplina ao ponto de dispararem armas contra um dos foguistas do navio, ferindo-o gravemente. O réu AUGUSTO PAULO fazia parte do grupo daqueles que mais se salientaram na insubordinação que lavrava a bordo do Encouraçado *Deodoro*, cuja guarnição chegara ao ponto de recusar um oficial para ali designado, o Segundo-Tenente Godofredo Rangel (testemunha dez). O réu MANOEL GREGÓRIO DO NASCIMENTO, finalmente, tem contra si a arguição de participação dos mesmos fatos; no despacho de pronúnciação de folhas duzentos e sete verso a duzentos e um expostos separadamente, de modo porque o permitiram os elementos fornecidos pelo processo, aferiu de que possam ser precisados nas investigações que vão proceder e preparar o *vereditum* do Conselho de Guerra estes fatos, hão de ser, por caracterização de delito,

apreciados em conjunto, tendo-se em vista os antecedentes que os explicam e os sucessos que lhes foram contemporâneos. E para que pudesse o Conselho de Guerra prosseguir em seus trabalhos para os fins ulteriores foi pelo Doutor Auditor organizado este auto, que eu José Joaquim de Souza, escrevente da Armada, servindo de escrivão sob a direção do mesmo auditor, escrevi. (Seguem-se as assinaturas).

NOTAS

1 A narração dos acontecimentos a bordo do *Minas Gerais* na noite de 22 de novembro de 1910 baseou-se em descrições encontradas nos seguintes documentos:

a) Carta do Primeiro-Tenente Milcíades Portela Ferreira Alves enviada à Sra. D.^a Maria Fausta Ferraz, datada de 24 de dezembro de 1910, publicada nas p. 70 e seguintes da separata da *Revista Marítima Brasileira*, no artigo "A Revolta da Esquadra Brasileira de novembro a dezembro de 1910", de autoria do Comandante H. Pereira da Cunha, Imprensa Naval, 1953.

b) Entrevista concedida pelo Segundo-Tenente Álvaro Alberto da Mota e Silva, publicada no *Jornal do Commercio*, edição de 24 de novembro de 1910.

c) Depoimentos de Jacinto Abílio Ribeiro, despenseiro do Capitão-de-Mar-e-Guerra Batista das Neves (p. 123 e seguintes) e do marinheiro Eugênio Alves de Assis Bulhões, embarcado no *Minas Gerais* (p. 141 e seguintes) no Conselho de Investigação realizado em 1911 para formação de culpa dos elementos que haviam sido anistiados após a sublevação de novembro de 1910, por terem continuado em estado de rebeldia, conforme fatos verificados após o Decreto de Anistia. Autos do Processo no Arquivo Nacional Volumes 565 e 565A, Caixa 2639, Dep. 508.

2 Termos da autópsia dos oficiais mortos a bordo do Encouraçado *Minas Gerais*:

CMG João Batista das Neves — Ferimento contuso de sete centímetros de extensão na parte externa do joelho esquerdo com bordos irregulares; arrancamento da pele e do tecido celular subcutâneo. Ferimento e fratura do terço inferior do fêmur esquerdo. Ferimento contuso na face esquerda, interessando a região parietal, malar e orbicular, com perda de pele e com encravamento de grande calote, do frontal e do parietal esquerdo. Ferimento

por contusão e fratura do maxilar inferior e temporal direito. *Causa mortis*: comoção cerebral e hemorragia interna.

CT José Cláudio da Silva Junior — Ferimento corto-perfurante de um centímetro de extensão, na região infra-clavicular direita. Ferimento da face interna do braço, terço médio, com dois centímetros de extensão. Ferimento perfuro-cortante no flanco esquerdo a dois centímetros acima da espinha ilíaca. *Causa mortis*: hemorragia interna.

Publicado no *Jornal do Commercio*, edição de 24 de novembro de 1910.
3 A narração dos acontecimentos a bordo do Encouraçado *São Paulo* na noite de 22 de novembro de 1910 baseou-se nos seguintes documentos:

- a) Declaração dos oficiais da Divisão de Serviço.
- b) Depoimento do Segundo-Tenente Antonio Guimarães (p. 86 e seguintes) no Conselho de Investigação acima referido.
- c) Entrevista com oficiais do *São Paulo*, feitas pelo Comandante Oliveira Belo.

4 A narração dos acontecimentos a bordo do Cruzador *Bahia* na noite de 22 de novembro de 1910 baseou-se na descrição feita em uma carta apócrifa recebida em 1949 pelo Comandante Luiz de Alencastro Guimarães, assinada por um "ex-marinheiro do *Bahia*" (original do Serviço de Documentação Geral da Marinha), tudo indicando tenha sido escrito pelo próprio Francisco Dias Martins, que liderou o motim no *Bahia* e foi o cérebro planejador da revolta. Possivelmente o móvel da carta foi o ciúme que teve do prestígio obtido pela figura de João Cândido, tornado herói popular, recebendo homenagens, em detrimento dele, Dias Martins. A carta, transcrita no Apêndice I, que será usada como referência em relação a outros tópicos da revolta, falha em muitos pontos, principalmente em relação aos acontecimentos a bordo do *Minas Gerais* (troca também o *Deodoro* pelo *Floriano*, como o quarto navio rebelde), que ele diz só saber por ouvir dizer, enquanto foi testemunha ocular do que se passou no *Bahia* e do desenvolvimento da conspiração. Há algumas notas do Comandante Oliveira Belo referentes a entrevistas feitas com homens que estavam no *Bahia* durante o motim, que também foram usadas.

5 Laudo da autópsia do Primeiro-Tenente Mário Alves de Souza — Ferimento de projétil na região cervical. Ferimento por projétil na região maxilar esquerda, com fratura do ramo ascendente do mesmo osso. Ferimento na fossa epigástrica esquerda, por arma de fogo. Ferimento na região dorsal, para fora e para a direita, produzida por bala, próximo à sexta vértebra dorsal. *Causa mortis*: Hemorragia interna.

Publicado no *Jornal do Commercio*, edição de 24 de novembro de 1910.
6 A narração dos acontecimentos a bordo do Encouraçado *Deodoro* na noite de 22 de novembro de 1910 baseou-se nos seguintes documentos:

- a) Depoimento do Primeiro-Tenente Antonio Barbosa Moreira Martins, oficial de serviço do *Deodoro* (p. 90 e seguintes) no Conselho de Investigação acima citado.

- b) Autos do Conselho de Guerra a que respondeu o Primeiro-Tenente João Paiva de Novais. Arquivo Nacional, Caixa 2603, n.º 155.

7 Para a reconstituição dos fatos como se passaram nos navios que não se rebelaram utilizaram-se as seguintes fontes de informação:

a) Relatório do Comandante do Cruzador *Barroso*, Capitão-de-Fragata Amintas José Jorge, enviado com ofício ao EMA, n.º 291, de 29 de novembro de 1910.

b) Carta do Capitão-Tenente Frederico Villar, publicada na imprensa (*Jornal do Commercio*, edição de 28 de novembro de 1910), e anexada ao ofício do EMA n.º 1084, de 1.º de dezembro de 1910, comentando o que se passou no *Barroso*.

c) Parte dada pelo Segundo-Tenente Antonio Augusto Shorcht, oficial de serviço no Vapor *Carlos Gomes* a 22 de novembro de 1910. Serviço de Documentação Geral da Marinha.

d) Parte dada pelo Segundo-Tenente Sostenes Barbosa, oficial de serviço no Navio-Escola *1.º de Março*. Serviço de Documentação Geral da Marinha.

e) Partes dadas pelos comandantes dos *Destroyers Mato Grosso* e *Amazonas*, incluídas nas p. 55 e seguintes do Conselho de Investigação acima citado.

f) Livros de Quarto dos seguintes navios:

E. *Florianópolis*

C. *Barroso*

C. *Tamoio*

C. *Tupi*

C. *Tamandaré*

C. *República*

C. *Tiradentes*

NE. *Benjamin Constant*

NE. *1.º de Março*

V. *Andrada*

V. *Carlos Gomes*

g) Carta do Almirante Heráclito de Oliveira Sampaio respondendo quesitos acerca da Revolta de 1910, que testemunhou, enviada ao Comandante Oliveira Belo. Serviço de Documentação Geral da Marinha.

8 Em caricatura da época, a revista *A Careta* representava João Cândido vestido de Almirante, dizendo para os marinheiros que o rodeavam: "Qual, ocês mesmo só na chibata!"

9 MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*, 3.ª ed. Graal, 1979, p. 88.

10 Jornal *O Paiz*. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1910.

11 MOREL, Edmar, op. cit. p. 119. Apesar de Edmar Morel afirmar que a comunicação foi forjada, parece ter sido na realidade o radiograma enviado pelo *Minas Gerais* redigido provavelmente pelo próprio Deputado Carlos de Carvalho, a quem também é possível que se deva o Memorial dos marinheiros enviado no mesmo dia.

12 O plano de ataque e as dificuldades que se enfrentaram para ser organizado são descritos no Relatório do Ministro da Marinha, Almirante Marques de Leão, apresentado ao Presidente da República em maio de 1911, publicado em separata pela Imprensa Naval, p. 117 e seguintes.

13 Existe uma cópia deste memorando no Arquivo do SDGM.

14 Esta entrevista é descrita e comentada nas *Memórias* do Almirante Jorge Dodsworth Martins, publicadas e anotadas por Jorge Schiavo, no *Jornal do Povo*, de Ponte Nova, Minas Gerais, em 1975. Cópia no Arquivo do SDGM.

15 Cópia das colunas do *Times*, com a notícia da Revolta dos Marinheiros, no Arquivo do SDGM.

16 Relatório do MM acima citado, p. 12.

Artigo do Coronel Moreira Lima, "A Revolta dos Marinheiros", p. 20 da revista *Panfleto*, n.º 16, 4.ª semana de novembro de 1947. Arquivo do SDGM.

17 Sobre a tentativa de reação militar à Revolta dos Marinheiros, veja-se o artigo "Reação frustrada", do Capitão-Tenente Roberto de Barros, publicado no *Correio da Manhã*, edição de 24 de novembro de 1944.

18 EDWARD, Kenneth, Lt Comder — Royal Navy. *The Mutiny at Ivergodon*, Chapter IV. Growth of socialist influence, p. 69. Um batalhão de reservistas estacionado em Portsmouth recusou-se, por influência das *trade unions*, a intervir em uma greve de portuários.

19 CARLW, Anthosy. *The Lower Deck on the Royal Navy — 1900-1903*. Manchester University Press, 1981.

20 Na edição de 6 de dezembro de 1910, no *Jornal do Commercio*, sob o título de "Sobre a revolta dos reclamantes — Algozes e vítimas", o Capitão-de-Corveta Alberto Durão Coelho, imediato do *Scout Bahia* na comissão da Divisão de Cruzadores — *Bahia, Tamoio e Timbira* — ao Chile, depois de condenar veementemente o que chama a "vitória da sublevação", representada pela anistia concedida aos assassinos de colegas de farda a bordo do *Minas Gerais* e do *Bahia*, relata suas experiências ao assumir as funções neste último navio e reproduz uma Lista de Deveres e Recompensas elaborada para uso das praças e oficiais-inferiores (suboficiais e sargentos). Concorda que os comentários sobre a comissão ao Chile foram as piores possíveis, chegando ela a ser alcunhada a "Divisão da Morte", mas tudo o que se disse neste sentido era um conglomerado de inverdades. Afirma que até a chegada a Punta Arenas só um marinheiro foi castigado com 15 chibatadas sobre a camisa, por haver desrespeitado o cabo-de-dia. Este castigo, relativamente suave, diz ele, provocou ter sido colocada embaixo da porta de seu camarote uma carta assinada *Mão Negra*, que assim rezava (mantidos ortografia e estilo originais):

"Bordo do Cruzador *Bahia*, em Punta Arena, 1.º de setembro de 1910: Exmo. Sr. Venho muito respeitosamente por meio desta pedir-vos não maltratar a guarnição deste navio que tanto esforça-se afim de trazer limpo assim como o vosso carater. E digo a V. Excia. que este roubo (?) que suspeitaram a guarnição ter feito não é justo, porque dorme fogueista em cima da porta do paiol e estes não foram incomodados durante a noite deve-se imaginar que não podia ter acontecido tal infamia digo a V. Exa. é que somos homens que andamos aqui, e não salteadores e ladrões clandestinos; Se algumas vezes aparece furtos é porque sempre no meio de grande quantidade de pessoas de diversas qualidades, surge os maus, ou afirmo-vos que não sou ocioso e estou aqui é porque julguei não ser o marinheiro tratado como um parias da lei; deixei o seio de minha família para ser especta-

dor de deshonrados anúncios que deploram o meu carater, o vosso respeito, e o brilho desta enganada chibata. A chibata a vinte (20) anos de constituida a república brasileira, os decretos baixados ainda não são bastantes, lembre-se da esquadra (russa) no Báltico que despertou o nosso silencio simbolico (?); para isto tambem marchamos, em silencio; quando entressamos para estas viagens aos paises civilizados é que vamos observar os meios mais necessários. Cuidado!... não queira deixar de ver sua familia, aqui tambem tem uma frase “mão negra” ou união de honra, não só os grandes que fazem a grandeza da patria, nos tambem devemos engrandece-la, não é bastante.”

As suspeitas da autoria da carta caíram imediatamente sobre Francisco Dias Martins, depois confirmadas. Este, na carta que escreveu (Apêndice I), se é que foi ele, fala em grande número de castigos durante a viagem, inclusive tendo em certa ocasião, com o navio fundeado em Valparaíso, sido chibateados 11 marinheiros que jogavam, chibateamento feito em conjunto, sendo os gritos ouvidos pelos navios norte-americanos e chilenos que estavam próximos. Isto parece ser um exagero, pois a aplicação da chibata era feita sempre em *mostra geral*, na presença do comandante. De qualquer forma, a carta da *mão negra* era um sinal bem nítido dos sentimentos dos marinheiros, talvez subestimados pelos oficiais.

21 Depoimento do ex-marinheiro João Cândido para o historiador Hélio Silva, gravado no Museu da Imagem e do Som, a 29 de março de 1968. Cópia da gravação no Arquivo do SDGM.

22 No livro de Edmar Morel, *A Revolta da Chibata*, e em artigos de jornais da época, há a informação de que haviam sido aplicadas em Marcelino Rodrigues, no dia 21 de novembro, 250 chibatadas, o que, na opinião de diversos entrevistados pelo Comandante Oliveira Belo, é um exagero. 250 chibatadas nunca eram aplicadas, porque isto significaria a morte do elemento punido. E Marcelino, que estava na enfermaria do *Minas Gerais*, foi para o hospital com o Deputado Carlos de Carvalho pelos próprios pés.

23 BELO, Luiz de Oliveira, Capitão-de-Mar-e-Guerra. “Sucintos elementos autênticos da vida do ex-marinheiro João Cândido na Marinha de Guerra, entre os anos de 1895 e 1912.” Arquivo do SDGM. Assentamentos de João Cândido. Conselho de Investigação já citado, p. 344 e seguintes. Arquivo Nacional.

24 Embora conste dos registros navais ser João Cândido analfabeto, há referências no laudo expedido pelo Hospital Nacional de Alienados, de maio de 1911, de que ele, habitualmente, lia os jornais do dia. Seus depoimentos, entretanto, foram assinados *a rogo* e, mesmo no Hospital de Alienados, quando quis deixar suas memórias para a posteridade em um livro, preferiu ditá-las para um companheiro. Possivelmente, talvez fosse capaz de ler alguma coisa, mas não soubesse escrever.

25 No referido depoimento de João Cândido ao historiador Hélio Silva, ele afirmou ser o melhor timoneiro do mundo (!), só superado pelo Kaiser Guilherme II da Alemanha (!), a quem vira governar o iate real na travessia inaugural do Canal de Kiel, sendo ele, João Cândido, o timoneiro do *Benjamin Constant*.

26 Anamnese do Hospital Nacional de Alienados, com data de 1.º de maio de 1911, quando João Cândido aí estava internado com diagnóstico de “psicose de exaustão”. Cópia do laudo no Arquivo do SDGM.

27 Na edição do *Correio da Manhã* de 27 de novembro de 1910, há referência a um conto de escritor da época, que se dedicava a assuntos marítimos — Virgílio Várzea — afirmando ter sido baseado em fato verdadeiro. Descreve uma palestra tida com o Almirante Alexandrino de Alencar, Ministro da Marinha, que explicou ser a sua própria maneira de corrigir as praças, por pior que fossem, um modo de estimular suas inclinações para o bem. E dava como exemplo o caso de um péssimo marinheiro, agressivo, relaxado, indisciplinado, valentão, chamado João Cândido, que ele teria visto certo dia entregando todo o seu vencimento a uma velhinha necessitada. Este fato, levado ao conhecimento de todo o navio, transformou por completo o mau elemento. Descontando-se as liberdades romanescas do autor, os exageros com que procurou dar realce ao espírito esclarecido do almirante, e outros detalhes que não combinam com o que se conhece da passagem de João Cândido pela Marinha, há certas coincidências, inclusive na admiração que o marinheiro nutria pelo Almirante Alexandrino.

28 a) Conselho de Investigação citado, p. 675 e seguintes.

b) BELO, Luiz de Oliveira. Nota 23, acima.

c) Carta apócrifa. Apêndice I.

As cadernetas-histórico dos líderes da Revolta de 1910 desapareceram do Arquivo da Marinha, só se dispondo do resumo dos assentamentos dos elementos investigados, transcritos nos Autos do Conselho de Investigação citado.

29 a) Conselho de Investigação citado, p. 675 e seguintes.

b) Nota 23.

30 Em um romance — O Bom Crioulo — de autoria do escritor da Escola Realista, ex-oficial de marinha, Adolfo Caminha, a vida na Marinha da passagem do século é retratada em torno da figura central da narrativa, um marinheiro ex-escravo (*o bom crioulo*), primitivo em suas reações (inclusive as sexuais), que, tendo estado sempre embarcado em corvetas a pano, exaspera-se quando é transferido para um encouraçado (*o Aquidabã* ou *o Riachuelo*). A chibata, castigo a que é uma vez submetido, não o revolta, mas o regime mais rígido do novo tipo de navio quase o leva à deserção.

31 Paíra um certo mistério em relação à figura do Sargento Francisco Monteiro Albuquerque, contra-mestre de serviço no *Minas Gerais*, e seu papel no movimento de novembro, quando foi sacrificado pelos amotinados. Anistiados ouvidos logo após os dois motins declararam que o Sargento Albuquerque fora escolhido para comandar o *Minas Gerais* e o aceitara, mas, ao ver o Comandante Batista das Neves e o Tenente José Cláudio assassinados, emocionara-se e recuara do propósito de assumir a chefia do movimento. Essa atitude teria sido comunicada a Francisco Dias Martins, no *Bahia*, que o considerara um traidor e determinara que se cumprisse o que estava determinado e que o “comando” fosse entregue ao marinheiro mais antigo do navio, que era João Cândido. Não há, contudo, nenhuma confirmação de tais fatos.

32 Documentação consultada para ser redigida esta seção:

a) CUNHA, H. Pereira. "A Revolta da Esquadra Brasileira em novembro e dezembro de 1910". Separata da *Revista Marítima Brasileira* de outubro, novembro e dezembro de 1949. Imprensa Naval, 1953, p. 20 e seguintes.

b) MANOR, Paul. "Un proletariat en uniforme et una révolution honête". *Estrait des Cahiers du Monde Hispanique et Luzo-Bresilien — Caravelle* n.º 30, 1978, p. 67 e seguintes. Arquivo do SDGM.

c) Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Vice-Almirante Joaquim Marques Batista de Leão, Ministro da Marinha, em maio de 1911. Imprensa Naval, p. 23 e seguintes.

d) AZEVEDO AMARAL, Inácio H. *Ensaio sobre a revolução brasileira* (Contribuição para o estudo dos problemas de brasilidade) — 1931/1934, Imprensa Naval, 1963. p. 242 e seguintes.

e) OLIVEIRA BELO, Luiz de. Esboço em rascunho "Situação Geral da Marinha em 1910". Arquivo do SDGM.

f) *Jornal do Commercio*, Edições sucessivas de 7 de julho a 10 de outubro de 1910. Campanha jornalística sob o título "Salvemos a Marinha". Coleção de recortes dos artigos publicados. Arquivo do SDGM. Doado pela família do Almirante Henrique Guilhem.

g) Um oficial da Armada — *Política versus Marinha* — Impresso no estrangeiro. À venda na Livraria Garnier, Rio, 1911. p. 43 e seguintes.

h) Artigo publicado no *Jornal do Commercio*, edição de 6 de dezembro de 1910, com o título "Sobre a Revolta dos Reclamantes — Algozes e Vítimas", de autoria do Capitão-de-Corveta Alberto Durão Coelho, imediato do *Bahia* na comissão ao Chile (juntamente com os Cruzadores-Torpedeiros *Tamoio* e *Timbira*), em 1910, incluindo Relatório apresentado pelo comandante do navio e transcrito nos *Anais da Câmara dos Deputados* 1910, p. 473 e seguintes, por proposta do Deputado Antonio Nogueira.

33 MONSERRAT, Nicholas. *The Master Marine*. William Morrow and Company, New York, 1979, p. 27.

34 *Revue Maritime*, 2.º semestre, 1925, "Le châtiment corporel dans la Marine". p. 610 a 615.

35 Em 1797 os navios de guerra ingleses baseados em Spithead revoltaram-se, deixando as guarnições de cumprir as ordens de suspender, e não atendendo aos oficiais, alguns dos quais foram desembarcados. É de se notar que a Inglaterra estava em guerra com a França e, com estes motins, ficou com sua navegação costeira desprotegida. Queixavam-se os marinheiros do pagamento insuficiente, e assim mesmo feito com atraso, má alimentação e maltratos (não se referiam às punições regulamentares). Membros do Almirantado vieram debater com os marinheiros suas reivindicações e, com concessões de ambos os lados, acabaram com a revolta, sendo os rebeldes anistiados. Vozes do Parlamento haviam-se levantado a seu favor. Julgando os amotinados que as providências pedidas e concedidas demoravam, nova rebelião eclodiu, desta vez mais violenta, sendo expulsos e agredidos oficiais, havendo mortos e feridos. Mas tendo o Parlamento atendido às reclamações feitas, novamente voltou a paz aos navios. À vista do êxito tido em Spithead, as unidades baseadas em Nore também se sublevaram alguns dias depois, instigadas inclusive por

um emissário dos rebeldes de Spithead, um tal Parker. Desta vez as autoridades, preparadas, reagiram, suspendendo o suprimento dos navios, aprisionando todas as embarcações dos revoltosos que chegavam em terra e efetuando ataques com canhoneiras e tropas do Exército. Isolados, sem apoio da opinião pública, nem vozes do Parlamento que os defendessem, cederam, sendo muitos deles punidos e Parker enforcado. Depois desses acontecimentos, a disciplina na Royal Navy foi reforçada pelas medidas enérgicas de Lord Jervis, que já entregou a Nelson uma Esquadra sem problemas. É interessante observar as semelhanças desses motins com os brasileiros de 1910.

36 Ofício da *Sección de Inteligencia* do Estado-Maior da Armada Espanhola ao Adido Naval brasileiro em Madrid, datado de 7 de outubro de 1986.

37 LOVETE LELAND, P. Lt. Com.^{der} US Navy. *Naval Customs, Traditions and Usages*. United Naval Institute, 1939, p. 234. A proibição dos castigos corporais Marinha norte-americana foi-se dando progressivamente, sendo advogado da sua abolição junto ao Congresso um oficial de marinha, Captain Uriah P. Levy. Houve reação do Ministério da Marinha quando, por lei, os castigos corporais foram abolidos definitivamente, sendo relatado que “seria impossível ter uma Marinha eficiente sem esta forma de punição.” Embora o limite máximo de chibatadas a serem aplicadas fosse de 12, este número atingia muitas vezes uma centena, pois o marinheiro era castigado como se tivesse cometido diversas faltas. O mais estranho de tudo foi o envio ao Congresso de um memorial, assinado por um grupo de marinheiros, pedindo que o sistema de punições *não* fosse mudado, pois, sem haver castigos drásticos, os homens bons iriam trabalhar para os salafrários (!).

38 Ofício do Ministério Federal da Defesa da Alemanha (RDA) ao Adido Naval brasileiro em Bonn, de 29 de agosto de 1986.

39 Há suspeitas bastante fundadas de que esses artigos foram escritos pelo então Primeiro-Tenente J. E. de Macedo Soares, futuro grande jornalista do *Diário Carlica*, possivelmente coordenando uma equipe de oficiais, aos quais também se atribui a autoria do livro *Política versus Marinha*, citado na Nota 32.

40 Há um relatório da inspeção passada pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Heráclito Belfort Vieira nas Escolas de Aprendizes, em 1910, que bem retrata o abandono em que se achavam e sua inutilidade, embora fossem em número avultado. Este relatório foi comentado em artigos publicados no *Jornal do Commercio*, edições de 27 e 28 de outubro de 1910, de autoria do Deputado José Carlos de Carvalho.

41 *Relatório do Ministro da Marinha*, de maio de 1911, citado à p. 27.

42 *Anais do Senado*, 1910, volume V, p. 124 e seguintes.

43 *Anais da Câmara de Deputados*, 1910, volume VIII, p. 438 e seguintes.

44 CARVALHO, José Carlos de. *O Livro de Minha Vida*. edição existente na Biblioteca do SDGM, p. 346 e seguintes.

45 *Idem*, p. 364.

46 *Anais do Senado*, 1910, volume V, p. 433 e seguintes.

47 *Anais da Câmara de Deputados*, 1910, volume VIII, p. 489 e seguintes.

48 MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio, Graal, 1979, p. 123.

49 A situação a bordo dos navios ex-rebelados durante os 15 dias que mediaram entre a concessão da anistia e a rebelião de 9 de dezembro é bem descrita nos depoimentos das diversas testemunhas nos Conselhos de Investigação e de Guerra a que foram submetidos os marinheiros, a fim de ser verificada a sua participação na rebelião de dezembro e o julgamento dos indiciados no primeiro. Arquivo Nacional, vol. 565 e 565-A, cx. 2639, Dep. 508.

50 Conselho de Investigação acima citado. Depoimento de João Cândido.

51 Peça que serve para disparar o canhão.

52 *Anais do Senado*, n.º IV, 1910, p. 214 e seguintes.

53 CUNHA, H. Pereira da. *A Revolta da Esquadra Brasileira em Novembro e Dezembro de 1910*. Rio, Imprensa Naval, 1953, p. 90 e 91.

54 Relatório do comandante do Cruzador *República*, de 14 de dezembro de 1910. Autos do Conselho de Investigação acima citado, p. 34 e seguintes.

55 O único relato que existe do que se passou no Quartel do Batalhão é devido ao Capitão-Tenente Ref. Antero José Marques, que era, no tempo, Sargento-Ajudante do Batalhão, e testemunhou de vista a sublevação. Apud H. Pereira Guedes, obra citada, p. 99 e seguintes. Há também referências à revolta, que foram utilizadas, nos Autos do referido Conselho de Investigação e no Relatório do Ministro da Marinha ao Presidente da República, apresentado em maio de 1911.

56 Há duas descrições provenientes de testemunhas de vista dos acontecimentos a bordo do *Rio Grande do Sul*, a 9 de dezembro de 1910: O Livro de Quartos, escrito pelo oficial de serviço, Primeiro-Tenente Cesar da Fonseca, e a feita pelo Comandante H. Pereira da Cunha, Chefe do Gabinete do Ministro da Marinha, que se achava de passagem a bordo do *Rio Grande do Sul*, incluída em seu livro acima citado, p. 90 e 91. Existem ainda anotações do Comandante Oliveira Belo, que ouviu diversas testemunhas presentes à rebelião.

57 Conselho de Investigação acima citado — Depoimentos dos: Capitão-de-Corveta Henrique Sadock de Sá, p. 62 e seguintes; Capitão-Tenente Artur de Brito Cunha, p. 74 e seguintes; Capitão-Tenente Nelson Peixoto Jurema, p. 76 e seguintes; Primeiro-Tenente Mário Epínola, p. 81 e seguintes; Segundo-Tenente Maquinista Olímpio, p. 81 e seguintes; Segundo-Tenente Mário de Azeredo Coutinho, p. 101 e seguintes; Primeiro-Tenente Aurélio Falcão, p. 112 e seguintes; Despenseiro Jacinto Abílio Ribeiro, p. 123 e seguintes; Capitão-de-Fragata José Borges Leitão, p. 196 e seguintes; Capitão-de-Mar-e-Guerra João Pereira Leite, p. 200 e seguintes; declarações do indiciado João Cândido Felisberto, p. 239 e seguintes.

58 Uma das mais estranhas informações de João Cândido em seu depoimento é que na noite do dia 12, não havendo, portanto, oficiais a bordo, 16 oficiais ingleses, da Divisão de Cruzadores surta no porto, vieram a bordo do *Minas Gerais* e, depois de percorrerem o navio, foram à enfermaria, onde se achava João Cândido, e o convidaram a se recolher a bordo de uma das belonaves inglesas, o que ele recusou. Os ingleses estiveram na praça-d'armas, tocaram piano e dançaram (!).

59 Conselho de Investigação acima citado. Depoimentos dos: Capitão-de-Fragata Silvino de Moura, p. 55 e seguintes; Capitão-Tenente Antônio Rodrigues de Freitas Carvalho, p. 127 e seguintes; Capitão-Tenente Tácito Reis de Moraes Rego, p. 132 e seguintes; Primeiro-Tenente Luís de Barros Falcão, p. 145 e seguintes; Primeiro-Tenente Maquinista Juvenal de Lima Coelho, p. 148 e seguintes.

60 Conselho de Investigação acima citado. Depoimentos dos: Capitão-de-Fragata Raymundo José Ferreira do Vale, p. 55 e seguintes; Capitão-Tenente Artur Lima do Rego Meireles, p. 70 e seguintes; Segundo-Tenente Antônio Guimarães, p. 86 e seguintes; Primeiro-Tenente Albernaz Alves, p. 181 e seguintes; Primeiro-Tenente Henrique Carneiro de Barros Azevedo, p. 187 e seguintes; declarações do indiciado José Agostinho, p. 212 e seguintes.

61 Conselho de Investigação acima citado. Depoimentos dos: Capitão-de-Fragata Raymundo José Ferreira do Vale, p. 55 e seguintes; Capitão-Tenente Mário da Gama e Silva, p. 150 e seguintes; Primeiro-Tenente Alberto Lemos Basto, p. 153 e seguintes; Primeiro-Tenente José Lindemberg Porto Rocha, p. 157 e seguintes; Relatório do imediato, Capitão-de-Corveta Júlio Cezar de Noronha, p. 138 e seguintes; declarações dos indiciados: Raul Farias Neto, p. 214 e seguintes; José Ferreira, p. 218 e seguintes; Francisco Dias Martins, p. 230 e seguintes.

62 *Anais do Senado*, Vol. IX, 1910, p. 189 e seguintes.

63 *Anais da Câmara*, Vol. V, 1910, p. 18 e seguintes.

64 *Idem*, p. 57 e seguintes.

65 *Relatório do Ministro da Marinha* apresentado ao Presidente da República, em maio de 1911. Imprensa Naval, p. 21.

66 Registro e óbito — Folha 144v, do Livro-Registro do Cartório da 2.^a Pretoria, sob o n.º 569 — Óbito de Scipião Zanotti (cópia no Arquivo do SDGM).

67 Cópia do laudo médico no Arquivo do SDGM.

68 MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio, Graal, 4.^a edição, 1986, p. 190 diz que, enquanto João Cândido estava internado no Hospital Nacional de Alienados, teve contato com jornalistas, ditou um livro a um companheiro doente (que se chamaria *A Vida de João Cândido ou o Sonho de Liberdade*), recebia visitas e, mesmo, saiu diversas vezes para visitar pessoas amigas e freqüentar teatros.

69 MOREL, Edmar, cit., p. 163, diz que este documento, o Relatório da viagem do *Satélite*, foi-lhe entregue pelo comandante do Lloyd Brasileiro Julio Brígido Sobrinho, que possuía o original em seu arquivo, ao ouvir pelo rádio a notícia de que estava sendo escrito o livro *A Revolta da Chibata*. O jornalista doou-o à Casa de Rui Barbosa, onde se encontra. Cópia no Arquivo do SDGM.

70 Publicado no *Diário Oficial* de 28 de maio de 1911 e cópia incluída nos Autos do Conselho de Guerra citado na Nota 72, p. 584.

71 MOREL, Edmar, cit., p. 175 e seguintes, reproduz carta de um integrante da Comissão de Linhas Telegráficas, Booz Belfort de Oliveira, dirigida ao Senador Rui Barbosa, datada de 30 de maio de 1911, na qual faz vívida e trágica descrição da chegada e do desembarque dos prisioneiros do Sa-

rélite. Acrescenta detalhes da vida dos mesmos na Amazônia, onde se deram mais fuzilamentos, motivados, segundo ele, por murmúrios de protesto.

72 Dos 68 pronunciados no Conselho de Investigação, somente os dez seguintes réus, que haviam sido mantidos prisioneiros, foram submetidos ao Conselho de Guerra: João Cândido, Francisco Dias Martins, Manoel Gregório do Nascimento, Ernesto Roberto dos Santos, Deusedith Teles de Andrade, Raul de Faria Neto, Alfredo Maia, João Agostinho, Vitorino Nicácio dos Santos e Antonio Paulo.

73 Eram eles o *Minas Gerais*, o *São Paulo* e o *Rio de Janeiro*, este último maior e mais poderoso do que os dois primeiros. Devido a dificuldades financeiras, foi o *Rio de Janeiro* vendido à Turquia mas, já pronto, foi tomado pela Inglaterra, pois o comprador havia-se aliado à Alemanha, na Grande Guerra, portanto em terreno oposto ao da vendedora. Como navio inglês, recebeu o nome de *Agincourt*.

74 Na entrevista gravada no Museu da Imagem e do Som, a 29 de março de 1968, concedida por João Cândido ao historiador Hélio Silva (cópia existente no SDGM), o marinheiro chegou a dizer, naturalmente sem nenhuma base em fatos, que a revolta de dezembro havia sido fomentada pelo Governo, tão útil ela havia sido para acabar com os resquícios da de novembro.

75 No caso do Brasil, às Forças Armadas atribui-se também uma série de atividades para-militares, de extrema utilidade, e que não poderiam deixar de existir, mesmo que, raciocinando por absurdo, aquelas fossem abolidas. Na Marinha são exemplos a Hidrografia e Oceanografia (que se alinham na primeira linha dos serviços semelhantes mundiais), a exploração da Antártica, a disciplina da Marinha Mercante e a Polícia Naval (exercida pelas Capitânicas dos Portos) a direção da Comissão Interministerial dos Recursos do Mar (CIRM), além do que representa a educação ministrada em todos os níveis a pessoal que, servindo inicialmente na Marinha, transforma-se em significativa força de trabalho para a nação.

76 Os originais deste magnífico trabalho do ilustre jurista acham-se no Arquivo do SDGM.

77 O autor, ao encerrar este trabalho, não pode furtar-se de narrar experiência pessoal sua quando, da mesma forma que o Comandante Batista das Neves em 1910, também era o primeiro comandante do novo *Minas Gerais*, o Navio-Aeródromo, em 1959/1960. Enquanto o navio sofria completa remodelação na Holanda, os 800 homens de sua guarnição, devido a uma crise de divisas no País, deixaram de receber seus vencimentos por três meses, sendo mantidos precariamente com vales retirados de outras verbas disponíveis, que não a de pagamento do pessoal. Entretanto, apesar de estarmos atravessando período de intenso trabalho, com as provas de mar e de vôo, nenhum movimento de má vontade, nem um incidente aconteceu. E ao deixar as funções de comandante, foi homenageado pela guarnição, sendo convidado a participar de almoço no *ranchinho* dos sargentos, recebendo como lembrança um jogo de secretaria, de couro, com tal abundância de itens que não houve mesa na qual coubessem todos... Houve, assim, grande diferença entre os destinos dos primeiros comandantes dos dois *Minas Gerais*, o que se deve não às qualidades de ambos, mas à transformação que a Marinha sofreu desde 1910.

SUMÁRIO

Introdução, 5

Glossário de termos navais, 11

Carta do Teatro da Operação de Revolta, 17

A REBELIÃO DE NOVENBRO

OS MOTINS, 21

Encouraçado *Minas Gerais*, 31

Encouraçado *São Paulo*, 35

Scout *Bahia*, 36

Encouraçado *Deodoro*, 37

NAVIOS NÃO REBELADOS, 41

Encouraçado *Floriano*, 41

Cruzador *Barroso* e Scout *Rio Grande do Sul*, 42

Cruzador *República*, 43

Cruzador *Tiradentes*, 43

Cruzador *Tamandaré*, 44

Cruzador-Torpedeiro *Tamoio*, 44

Cruzador-Torpedeiro *Tupi*, 45

Cruzador-Torpedeiro *Timbira*, 45

Navio-Escola *Benjamin Constant*, 46

Navio-Escola *Primeiro de Março*, 47

Vapor *Carlos Gomes*, 48

Vapor *Andrada*, 49

Divisão de *Destroyers*, 50

AÇÃO DOS NAVIOS REBELADOS, 52
TENTATIVA DE REAÇÃO MILITAR, 60
OS MAQUINISTAS E OS INFERIORES NA
SUBLEVAÇÃO, 67
A CONSPIRAÇÃO — SEUS LÍDERES, 71
Os líderes, 76
CAUSAS REMOTAS DA REVOLTA, 84
REAÇÕES NO CONGRESSO E NA IMPRENSA, 98
Dia 23 de novembro, 98
A missão do Deputado José Carlos de Carvalho, 104
Dia 24 de novembro, 112
Dia 25 de novembro, 119
A Anistia, 123
Os dias seguintes, 128
Repercussão no estrangeiro, 129

A REBELIÃO DE DEZEMBRO

A MARINHA DA ANISTIA, 135
PRIMEIROS INDÍCIOS DA REBELIÃO, 152
OS MOTINS, 155
Batalhão Naval, 155
Scout *Rio Grande do Sul*, 160

ATUAÇÃO EM DEZEMBRO DOS NAVIOS RÉBELADOS EM NOVEMBRO, 164

Encouraçado *Minas Gerais*, 165
Encouraçado *São Paulo*, 170
Encouraçado *Deodoro*, 172
Scout *Bahia*, 174

REAÇÕES NO CONGRESSO E NA IMPRENSA, 176

OS CASTIGOS

EXCLUSÕES DO SERVIÇO, 185
CONSELHO DE INVESTIGAÇÃO, 188

PRISÕES, DEGREDO E MORTE, 189

João Cândido, 190

O *Satélite*, 193

CONSELHO DE GUERRA, 199

DEPOIS DA TORMENTA, 204

Apêndice I — Carta apócrifa enviada em 1949 ao Comandante Luiz de Alencastro Graça, atribuída ao ex-marinheiro Francisco Dias Martins, “comandante” revoltoso do Scout *Bahia* e mentor da conspiração que levou os marinheiros à revolta, 221

Apêndice II — Auto de Informação do Crime (Conselho de Guerra que julgou os pronunciados no Conselho de Investigação sobre a participação dos anistiados de novembro na rebelião de dezembro), 235

Notas, 241

Sumário, 253